



UNICAMP

MELISSA RAMOS DA SILVA OLIVEIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS E REPRESENTAÇÕES
DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINAS/SP:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

CAMPINAS - SP

2012



UNICAMP

NÚMERO: 194/2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

MELISSA RAMOS DA SILVA OLIVEIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS E REPRESENTAÇÕES
DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINAS/SP:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA TEREZA DUARTE PAES

Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO(A) ALUNO(A)
MELISSA RAMOS DA SILVA OLIVEIRA E ORIENTADO(A)
PELO(A) PROF(A). DR(A) MARIA TEREZA DUARTE PAES

CAMPINAS - SP

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA "CONRADO PASCHOALE" DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

OL4i Oliveira, Melissa Ramos da Silva, 1978-
Intervenções urbanas e representações do centro da
cidade de Campinas/SP: convergências e divergências /
Melissa Ramos da Silva Oliveira-- Campinas, SP.: [s.n.],
2012.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Campinas (SP) – Planejamento urbano. 2.
Lugares centrais (Cidades e vilas) 3. Espaço geográfico.
4. Espaço urbano. I. Paes, Maria Tereza Duarte, 1961-
II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Representations and center urban interventions of city of
Campinas/SP: convergences and divergences.

Palavras-chaves em inglês:

Campinas (SP) – Urban planning

Central places (Cities and towns)

Geographical space

Urban space

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutora em Geografia.

Banca examinadora:

Maria Tereza Duarte Paes (Orientador)

Haroldo Gallo

Leonardo Barci Castriota

Lindon Fonseca Matias

Maria Cristina Schichi

Data da defesa: 15/10/2012

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

AUTORA: Melissa Ramos da Silva Oliveira

**“Intervenções Urbanas e Representações do Centro da Cidade de Campinas/SP:
Convergências e Divergências”**

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

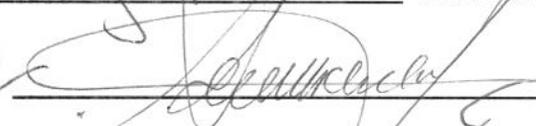
Aprovada em: 15/10/2012

EXAMINADORES:

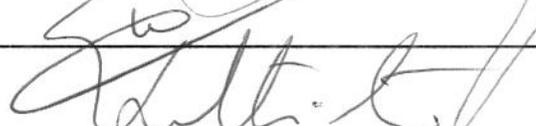
Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes


_____ Presidente

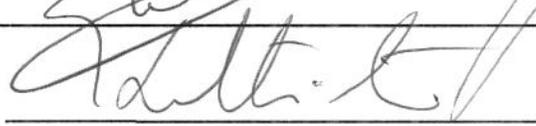
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi



Prof. Dr. Haroldo Gallo



→ Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota



Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias



Campinas, 15 de outubro de 2012.

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais e a Vivi, amores
eternos da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma etapa requer muitos esforços e dedicação, sobretudo quando se trata de uma etapa extensa e desgastante, de um trabalho solitário e contínuo, que caracteriza a elaboração de uma tese de doutorado. São inúmeras as abdições pessoais e sociais a que nos sujeitamos, mas, mesmo assim, existem pessoas generosas e especiais que permanecem ao nosso lado, nos apoiando tanto no emocional quanto nas enriquecedoras contribuições para a pesquisa. A essas pessoas maravilhosas, expresso minha eterna gratidão.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Edson e Márcia, e a minha irmã Viviane pelo apoio, amor, carinho, atenção e confiança eternos. Sobretudo ao meu pai, pela coorientação e revisão constante deste trabalho.

A minha orientadora, profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes, agradeço pela confiança depositada e paciência pelo meu tempo lento na elaboração desta tese. Seu encorajamento e dedicação foram essenciais em todos os momentos. Agradeço também o convite e a parceria na organização do nosso livro *“Geografia, Turismo e Patrimônio”*.

Ao Cláudio, agradeço pelo convívio e apoio quase que diário ao longo destes anos, além das inúmeras parcerias e portas abertas em minha carreira. Ao Murilo, pela orientação *on line*. Agradeço todas as correções desta tese e discussões geográficas, além da constante troca de materiais e bibliografias a distância. A Flávia, sou grata por toda formatação deste trabalho.

Ao Augusto, por sempre me disponibilizar materiais atualizados sobre Campinas e abrir as portas da CSPC para minha pesquisa.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos *“Geografia, Turismo, Patrimônio Cultural”* (IG/Unicamp) – Eduardo Sombini, Gabrielle Cifelli, Marcelo Sotratti e Marcelo Panis, sou grata pelas diversas discussões geográficas que em muito contribuíram para a elaboração deste trabalho. Aos meus amigos Karina, Mariana, Mirela e Braga, Eduardo, Valéria e Berna agradeço a amizade e apoio contínuo.

Meus profundos agradecimentos a todas as pessoas que responderam os questionários no momento de levantamento de campo. Suas respostas e desenhos são partes fundamentais do trabalho.

*Ao produzirmos coletivamente nossas cidades,
produzimos coletivamente a nós mesmos...*

David Harvey

Baseado na afirmação de que o processo de reprodução do espaço urbano é resultado de vetores horizontais e verticais, esta pesquisa buscou compreender aspectos da dinâmica de transformação dos centros urbanos e concentrou-se na investigação das intervenções e representações que atuaram no processo de reprodução do espaço urbano do centro da cidade de Campinas. Considerando que a dinâmica urbana constrói-se por meio de práticas materiais e simbólicas, evidenciaram-se conflitos inevitáveis entre os interesses dos grupos que compõem os diversos níveis da realidade - o da dominação política, o da acumulação do capital e o da realização da vida humana. O exame dessas políticas e da ação de diversos atores sociais buscou captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das ações de planejamento urbano, sobretudo no que se refere à refuncionalização das formas-conteúdo da cidade orientados pela lógica do capital. Nessa perspectiva, o trabalho analisou os projetos de intervenção propostos pelo Estado e sua aliança com os setores privados, que agem de maneira estratégica visando à reprodução do capital e à produção de um espaço dominado, homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Analisou ainda as representações do centro da cidade de Campinas, para identificar, descrever, refletir e interpretar as experiências de usos e apropriação do espaço cotidiano, do seu patrimônio histórico e das transformações urbanas em curso, pois se acredita que essas representações são uma ferramenta valiosa para o agenciamento de ideias que presidem as ações de planejamento urbano.

Palavras-chave: Campinas, centro, representações do espaço

ABSTRACT

Assuming that the reproduction of the urban space process is a consequence of horizontal and vertical vectors, the purpose of this research was to analyze aspects of the dynamic transformation of urban centers and also to focus on studying the interventions and representations which acts on the reproduction process of the urban space in the center of the city of Campinas. Considering that the urban dynamics is constructed through materials and symbolic practices, it was highlighted the inevitable conflicts among groups that make the various levels of the society such as: the political domination, the accumulation of capital and the realization of human life. The analysis of these policies and the action of a variety of social actors tried to capture some aspects of urban dynamics that are not perceived when focused only by the actions of urban planning, especially when referred to the "form-content" of the city to the new functions influenced by the logic of capital. From this perspective, this study analyzed the projects intervention proposed by the State and its alliance with the private sector, which act strategically in order to reproduce the capital and to produce a dominated, homogeneous, fragmented and hierarchical space. Also, it analyzed the representations in the center of the city of Campinas, to identify, describe, reflect and interpret the uses and appropriation experiences of everyday space, of their historical heritage and their urban transformation in progress. It is believed that these representations are a valuable tool for agency ideas that precede the actions of urban planning.

Keywords: Campinas, center, representations of space

SUMÁRIO

RESUMO	XIII
ABSTRACT.....	XV
SUMÁRIO	XVII
LISTA DE FIGURAS	XXI
LISTA DE TABELAS.....	XXVII
LISTA DE SIGLAS	XXXI
NOTA LIMINAR.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
RECORTE ESPACIAL.....	9
METODOLOGIA	12
0.1 PESQUISA DOCUMENTAL.....	12
0.2 PESQUISA EM JORNAIS.....	13
0.3 FOTOGRAFIAS	14
0.4 MAPAS	14
0.5 ENTREVISTA.....	15
0.6 QUESTIONÁRIOS	15
PARTE 1. O CENTRO DE CAMPINAS E A ORDEM DISTANTE	19
1 Intervenções em centros urbanos	25
1.1 embelezamento urbano	27
1.2 RENOVAÇÃO urbana.....	32
1.3 REFUNCIONALIZAÇÃO urbana	42
2 A refuncionalização do centro de Campinas	51
2.1 A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA ÁREA CENTRAL.....	52
2.2 VOLTA AO CENTRO	64
2.3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO	78

2.3.1	POLO CENTRO	83
2.3.2	REVITALIZAÇÃO E ADOÇÃO DE PRAÇAS	88
2.3.3	POLOS: POTENCIALIDADE E CONFLITOS	95
PARTE 2 – O CENTRO DE CAMPINAS E A ORDEM PRÓXIMA		97
3	AS representações do centro DA CIDADE de Campinas: O OLHAR DOS USUÁRIOS	103
3.1	CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CENTRO DE CAMPINAS	105
3.2	AS CATEGORIAS NORTEADORAS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	111
3.2.1	CONSUMO	113
3.2.2	CIRCULAÇÃO	123
3.2.3	LAZER	134
3.2.4	PROBLEMAS URBANOS	142
3.2.5	PATRIMÔNIO CULTURAL	158
3.2.6	PRAÇAS.....	164
3.2.7	VERTICALIZAÇÃO	171
4	Rua Treze de Maio: eixo simbólico e de consumo - ícone da centralidade de Campinas	177
4.1	CENTRO DE CONSUMO	178
4.2	ÍCONE DA CENTRALIDADE	183
4.3	LUGARES DE MEMÓRIA	192
PARTE 3 – O PAPEL DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO		201
5	A preservação do patrimônio cultural no centro DA CIDADE de Campinas	205
5.1	GESTÃO PATRIMONIAL EM CAMPINAS E OS DESAFIOS DO TOMBAMENTO.....	205
5.2	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – NOVAS POSSIBILIDADES COM O ESTATUTO DA CIDADE	218
5.3	IMPASSES E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	221
6	As inter-relações entre as verticalidades e as horizontalidades nos processos de refuncionalização urbana	229
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	235

8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245
	APÊNDICE A - Questionário aplicado na pesquisa de campo	265
	APÊNDICE B – Caracterização dos entrevistados.....	269
	APÊNDICE C - Tabulação dos dados da pesquisa de campo	273
	APÊNDICE D Bens tombados e em estudo de tombamento na gestão Hélio de Oliveira Santos	293

LISTA DE FIGURAS

Figura 0-1 Delimitações existentes do perímetro do centro de Campinas.....	11
Figura 1-1 Reformas de embelezamento urbano internacionais..	29
Figura 1-2 Reformas de embelezamento urbano nacional..	30
Figura 1-3 Revalorização de centros urbanos norte-americanos por meio de uma arquitetura espetacular que visa a incentivar o consumo.....	35
Figura 1-4 Sítios históricos brasileiros refuncionalizados.....	38
Figura 1-5 – Exemplos emblemáticos de intervenção urbana.....	45
Figura 1-6 Estações de transferências em corredores de ônibus urbanos..	48
Figura 2-1 Largo Bento Quirino, Largo do Rosário e Largo da Catedral em 1840.	53
Figura 2-2 Mapa de Campinas em 1929.....	55
Figura 2-3 Desenho de Dezan: verticalização da região central de Campinas; construções até 1955 (cinza claro) e construções de 1956 a 1964 (cinza escuro).	60
Figura 2-4 Croqui do projeto de Ruy Ohtake de como ficaria a Rua Treze de Maio após a implantação da cobertura, da passarela superior e da remodelação das fachadas.....	66
Figura 2-5 Localização das principais intervenções físicas propostas pelo Programa de Revitalização da área central de Campinas.....	71
Figura 2-6 Cinco áreas de intervenção consideradas referências do centro: Largos do Carmo e do Rosário, Catedral, Rua Treze de Maio, Estação e Mercado.....	72
Figura 2-7 Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas - Programa Passeio pelo Centro.....	72
Figura 2-8 Projeto de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer: um teatro de ópera com 1200 lugares e com a forma de um vulcão.....	73
Figura 2-9 Localização das intervenções do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Campinas..	81
Figura 2-10 Projetos para o pátio central.....	85
Figura 2-11 Estação intermodal..	87

Figura 2-12 Praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças..	89
2-13 Outras praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças..	91
2-14 Outras praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças..	93
Figura 3-1 Desenhos do Rafael e da Aline: forte alusão ao consumo.....	118
Figura 3-2 Alusão ao centro como espaço de consumo.	119
Figura 3-3 Desenhos simbolizando o camelódromo. 1. Ruan, 18 anos,1-3 salários, estudante; 2. Luiza, 25 anos,3-5 salários, bancária.	120
Figura 3-4 Referências à diversidade do centro. 1. Viviane, 18 anos, 1-3 salários, estudante; 2. Ariane, 26 anos, 4 salários, professora.....	121
Figura 3-5 Heterogeneidade de uso do centro. 1. Tainá, 20 anos,1-3 salários, estudante; 2. Maria, 79 anos, 1-3 salários, do lar.	122
Figura 3-6 Antigo Terminal 2 e atual sede da Guarda Municipal de Campinas. 1 - Foto do extinto Terminal 2 situado na Avenida Moraes Salles; 2 - Foto da atual sede da Guarda Municipal construído no antigo Terminal 2.	127
Figura 3-7 Avenida Glicério: congestionamento. a) Homem, 51-60 anos, mais de 10 salários, prestador de serviço; b) Rafael, 17 anos, 5-10 salários, auxiliar de escritório.....	128
Figura 3-8 Avenida Glicério: linearidade, congestionamento e verticalização. a) Cristiane, 38 anos, mais de 10 salários, arte educadora; b) Homem, 46 anos, 5-10 salários professor..	129
Figura 3-9 Avenida Glicério: skyline de edifícios altos e a torre da catedral. a) Fernando, 29 anos, 3-5 salários, publicitário; b) José, 46 anos, 1-3 salários zelador.	130
Figura 3-10 Avenida Treze de Maio: comércio e multidão. 1. Mércia, 18 anos, 1-3 salários, auxiliar de produção; 2. Rita, 34 anos, mais de 10 salários, atendente.	131
Figura 3-11 Alusão ao congestionamento de carros e pessoas. 1. Telma, 22 anos, 1-3 salários, recepcionista; 2. Gabriel, 16 anos, 3-5 salários, mecânico de usinagem.	132
Figura 3-12 Humorismo ao congestionamento de carros e pessoas. 1. Murilo, 19 anos, 5-10 salários, publicitário; 2. Thais 21 anos, 1 salário, professora.	132
Figura 3-13 Impaciência dos motoristas com os pedestres e vice-versa. 1. Cláudia, 19 anos, 3-5 salários; 2. Sandra, 36 anos, 5-10 salários, massagista.....	133
Figura 3-14 Prática do lazer com o consumo do espaço. 1. Ingrid, 21 anos, atendente; 2. Daniela, 24 anos, 1-3 salários, caixa de loja.	136
Figura 3-15 Edifícios que no passado abrigaram usos culturais importantes na cidade de Campinas.1 - Antigo Cine Windsor: última grande sala de cinema a funcionar no centro lacrado	

pela Prefeitura em 2006; 2 - Antigo Centro Cultural Evolução, símbolo de relevância cultural para Campinas fechado em 2007.....	140
Figura 3-16 Alusão a lixos e poluição do meio ambiente em contraposição com árvores que remetem à ideia da preservação do verde e do ar puro. 1. Patrícia, 14 anos, até 1 salário, estudante; 2. Camila, 21 anos, 1-3 salários, auxiliar contábil.	145
Figura 3-17 Cenas de sangue em meio ao trânsito tendo com fundo um muro pichado com frases sobre violência e destaque à poluição e cenas de roubo. 1. Richard, 14 anos, 3-5 salários, estudante; 2. Rafael, 14 anos, até 1 salário, estudante.	145
Figura 3-18 Sob o Viaduto Cury: comércio informal e esconderijo de usuários de drogas.	148
Figura 3-19 Centro Popular de Compras, conhecido como camelódromo. 1. Faixa reivindicando paz. 2. Rua defronte ao Centro Popular de Compras.....	148
Figura 3-20 Fotos de pichações nas fachadas de bens tombados. 1. Fachada da Banda Carlos Gomes. 2. Fachada do Edifício Roque de Marco.	155
Figura 3-21 Imagens críticas relativas à pichação. 1. Lucas, 20 anos, 1-3 salários, servente de pedreiro; 2. Gabriel, 29 anos, 1- 3 salários, segurança.	156
Figura 3-22 Poluição visual em que painéis publicitários se confundem com pichações associadas a vandalismo. 1. Gabriella, 28 anos, até 5 salários, estilista; 2. Mateus, 20 anos, até 1 salários, fiscal de loja.....	157
Figura 3-23 Bens de valor cultural significativo para a cidade de Campinas: edifícios, templos, escadaria da Prefeitura Municipal e o Poste de iluminação situado defronte ao Jóquei Clube. 1. Aline, 23 anos, 3-5 salários, secretária; 2. Leonardo, 14 anos, 3-5 salários, estudante; 3. Rosana, 41-50 anos, 5-10 salários, professora.....	162
Figura 3-24 Largo da Catedral e Eixo Catedral-Estação Fepasa. 1. Sandra, 39 anos, 5-10 salários, arquiteta; 2. Foto instituída pela autora com base no desenho de Sandra.....	162
Figura 3-25 Edifício da Estação Fepasa e sua torre com relógio e a Praça Carlos Gomes com seu coreto e palmeiras imperiais. 1. Homem, 31-41 anos; 2. Julio, 46 anos, 5-10 salários, designer gráfico.	163
Figura 3-26 Feiras de artesanato tradicionais do centro de Campinas. 1. Feira do Centro de Convivência. 2. Feira do Largo do Carmo.....	167
Figura 3-27 Viaduto Cury ontem e hoje. 1. Antiga Praça onde hoje situa-se o Viaduto Cury e Terminal em vista noturna. 2. A mesma praça em vista diurna. 3. Atual Viaduto Cury e Terminal.	169

Figura 3-28 Largo da Catedral associado à ideia de festa e utilização por diversas pessoas e praça com coreto, música, igreja e bar. 1. Letícia, 24 anos, 3-5 salários, designer; 2. Saulo, 26 anos, 3-5 salários, publicitário.	170
Figura 3-29 Praça do Palácio da Justiça (Largo do Rosário) e sua diversidade de uso: pipoqueiro, pombos, crianças, banca de jornal e uma praça amplamente ocupada e delimitada pela verticalização. 1. Willian, 27 anos, 3-5 salários, mecânico de usinagem; 2. Marcos, 30 anos, 5-10 salários, professor.	170
Figura 3-30 Escalonamento diferenciado nas alturas das construções. 1. Desenho de Eloísa, 40-50 anos, + 10 salários, arquiteta, com alusão a verticalização; Vista recente da verticalização de Campinas.	172
Figura 3-31 Desenhos com referência à verticalização, circulação de pessoas, praça com coreto e diversos postes, num indicativo de fiação aparente. 1. Desenho de Daniel, 42 anos, + 10 salários, engenheiro; 2. Mulher, até 20 anos, 3-5 salários, estudante.	173
Figura 3-32 Fotos do prédio com letreiro patrocinado pelo Itaú, um marco referencial do centro. 1. Foto do prédio tirada do Viaduto Cury; 2. Foto do prédio tirada do camelódromo.	173
Figura 3-33 Centro de Campinas: área de grande circulação de veículos e arquitetura marcada por edifícios de alturas variadas. 1. Desenho de Natália, 19 anos, 3-5 salários, recepcionista; 2. Desenho de Márcia, 53 anos, 3 - 5 salários, professora.	174
Figura 3-34 Prédios do centro parcialmente ocultados por um muro pichado com a palavra “city”, numa alusão aos diversos pontos do centro sem escoamento 1. Desenho de Anna, 31 anos, + 10 salários, professora. 2. Desenho de Pedro, 18 anos, 1-3 salários, promotor de eventos.	175
Figura 4-1 – Imagens que espelham a Treze de Maio como uma região do centro de forte comércio e de grande concentração de pessoas . 1. Rita, 34 anos, + 10 salários, atendente; 2. Juliana, 32 anos, 3-5 salários, professora.	179
Figura 4-2 Multidão na Rua Treze de Maio. 1 – Multidão. 2 – Multidão e camelôs na Treze de Maio.	179
Figura 4-3 Igreja, lojas tradicionais e multidão na Rua Treze de Maio; grande movimentação de carros na Rua José Paulino. 1. Aline, 20 anos, 3-5 salários, estudante; 2. Suelen, 25 anos, 5-10 salários, técnica contábil.	180
Figura 4-4 Treze de Maio: espaço público de uso coletivo 1. Manifestação musical; 2. Homem estátua. 3. Brincadeiras com palhaços e crianças.	182

Figura 4-5 – Treze de Maio e entorno, região de grandes contrastes: multidão, camelôs, lojas tradicionais, pessoas, carros, poluição atmosférica e visual. 1. Idilene, 25 anos, 1-3 salários, auxiliar administrativo; 2. Julio, 17 anos, 3-5 salários, auxiliar de escritório.....	182
Figura 4-6 Entorno da Avenida Glicério: uma representação que remete à racionalidade de um traçado em grelha (à esquerda); racionalidade e organização das vias que cortam as vias paralelas (à direita). 1. José Carolino, 58 anos, 1- 3 salários, porteiro; 2. Katia,37 anos, 1-3 salários, auxiliar financeiro.....	185
Figura 4-7 Diversidade de uso da região que circunda a Francisco Glicério marcada por uma intensa movimentação veículos. 1. Natália, 19 anos, 3-5 salários, recepcionista; 2. Márcia, 53 anos, 3 - 5 salários, professor.....	186
Figura 4-8 Desenhos referentes à centralidade a partir de espirais, retângulos e linhas convergente. 1. Flávio, 30 anos, 3-5 salários, professor; 2. C. T., 67 anos, 3-5 salários, aposentada; 3. Eduardo, 38 anos, 3-5 salários, arquiteto	186
Figura 4-9 Imagem que representa o centro como o coração da cidade. Vinícius, 13 anos, 3-5 salários, estudante	187
Figura 4-10 O centro visto por uma estilista com um local de muito congestionamento e grande poluição sonora. Elga, 28 anos, 5-10 salários, estilista de moda	190
Figura 4-11 Visão do centro por um engenheiro: trabalhar, consumir, estudar, morar, lazer e cultura. Centralidade e diversidade. Anderson, 27 anos, 5-10 salários, engenheiro elétrico.....	191
Figura 4-12 Rua Treze de Maio vista do alto. 1. Antes da construção do calçadão na década de 1970. 2. Durante a reforma na década de 2000.	197
Figura 4-13 Extensão da Rua Treze de Maio.	198
Figura 4-14 Rua Treze de Maio em dois momentos. 1. Antes da demolição do Teatro São Carlos. 2. Depois da demolição	198
Figura 5-1 Edifícios tombados no entorno da Estação Fepasa. 1 – Antigo hotel Roque de Marco e hotel Grigoletti; 2 – Praça Marechal Floriano Peixoto e monumento da Cia Mogiana.....	214
Figura 5-2 Edifícios tombados na região central de Campinas utilizados como bares e restaurantes. 1 – Bar Giovanetti II; 2 – Bar Giovanetti V; 3 – Pizzaria Piola, 4 – Tônico’s Bar.....	215
Figura B-1 Distribuição dos entrevistados com referência ao sexo.....	269
Figura B-2 Distribuição dos entrevistados com referência à idade.....	270
Figura B-3 Distribuição dos entrevistados com referência à renda.	270
Figura B-4 Distribuição dos entrevistados com referência à profissão.	271

LISTA DE TABELAS

Tabela 3-1	Especificidades do recorte espacial adotado.	106
Tabela 3-2	Tabulação relativa às categorias.....	112
Tabela 3-3	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à categoria consumo.....	115
Tabela 3-4	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à circulação	125
Tabela 3-5	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à categoria lazer.....	138
Tabela 3-6	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne aos problemas urbanos.....	143
Tabela 3-7	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne ao patrimônio.	160
Tabela 3-8	Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne a praças.....	168
Tabela C-1	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	286
Tabela C-2	Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?.....	287
Tabela C-3	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	287
Tabela C-4	Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?.....	287
Tabela C-5	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	288
Tabela C-6	Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?.....	288
Tabela C-7	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	289

Tabela C-8	Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?..... ..	289
Tabela C-9	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	290
Tabela C-10	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	290
Tabela C-11	Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?.....	291
Tabela C-12	Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?.....	291
Tabela C-13	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	292
Tabela C-14	Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?.....	292
Tabela C-15	Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?.....	292
Tabela C-16	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	293
Tabela C-17	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	293
Tabela B-18	Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que voce mais utiliza?.....	294
Tabela C-19	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	295
Tabela C-20	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	295
Tabela C-21	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	296
Tabela C-22	Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?.....	297
Tabela C-23	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	298

Tabela C-24	Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?.....	298
Tabela C-25	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	299
Tabela C-26	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	299
Tabela C-27	Tabulação das respostas da questão 7: qual o patrimônio cultural presente no centro?.....	300
Tabela C-28	(Continuação) Tabulação das respostas da questão 7: qual o patrimônio cultural presente no centro?.....	301
Tabela C-29	Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?.....	301
Tabela C-30	Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?.....	302
Tabela C-31	Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?.....	302
Tabela C-32	Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião quais os principais problemas do centro de Campinas?.....	302
Tabela C-33	Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?.....	303
Tabela C-34	Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?.....	303
Tabela C-35	Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/ lugares do centro que você mais utiliza?.....	303
Tabela D-1	Bens em estudo de tombamento na Gestão Hélio (2005 – 2007).....	307
Tabela D-2	Bens em estudo de tombamento na Gestão Hélio (2008) – Processos 001/08 a 012/08.....	308
Tabela D-3	Bens em estudo de tombamento na Gestão Hélio (2008) – Processos 013/08 a 020/08.....	309
Tabela D-4	Bens em estudo de tombamento na Gestão Hélio (2008) – Processos 021/08 a 029/08.....	310

Tabela D-5 Bens em estudo de tombamento na Gestão Hélio (2008) – Processos 030/08 a 040/08.....	311
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campinas
ÁREA	Associação Regional de Escritórios de Arquitetura
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCLA	Centro de Ciências, Letras e Artes
CEPCA	Certificado de Potencial Construtivo Adicional
CEPROCAMP	Centro de Educação Profissional de Campinas
CI	Conservação Integrada
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIATEC	Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas
COHAB	Companhia de Habitação
CONDEPACC	Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CSPC	Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas
DEPLAN	Departamento de Planejamento e Coordenação
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo
EMDEC	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo
ERCASA	Empreendimento da Rodoviária de Campinas

FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEPASA	Ferrovias Paulista S. A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MIS	Museu da Imagem e do Som de Campinas
PCH	Programa de Cidades Históricas
PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SANASA	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SCET	Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas
SEPLAMA	Secretaria de Planejamento Municipal de Campinas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação
SETEC	Serviços Técnicos Gerais

SETRANSP	Secretaria de Transportes
TAV	Trem de Alta Velocidade
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

NOTA LIMINAR

Como moradora do centro de Campinas por nove anos, vivenciei o cotidiano dessa área e diversas transformações e práticas sócio-espaciais que se sucederam a cada esquina. Essas transformações, ao mesmo tempo em que me encantam enquanto arquiteta e pesquisadora, pois evidenciam um centro vivo e dinâmico, também apresentam muitos paradoxos, pois, no que se refere à prática da gestão urbana e da preservação do patrimônio cultural, não contemplam a vida cotidiana e as reais necessidades e problemas da área central ao valorizar interesses privados, algumas vezes alheios ao local.

Ao longo desse período, acompanhei e vivenciei três gestões urbanas¹ que promoveram a refuncionalização do centro como uma das marcas de sua administração. Na gestão do prefeito Antônio da Costa Santos (conhecido por Toninho), filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT, a cultura e a preservação do patrimônio cultural foram alvos de grandes investimentos. A valorização do centro foi pautada na refuncionalização do patrimônio cultural, para efeito de combinar áreas comerciais com as de lazer, oferecer segurança, comodidade, além de tornar o centro atrativo para todas as camadas sociais, sobretudo para a classe média. Enfim, foi uma tentativa de resgate de algumas funções e valores perdidos pelo centro ao longo de sua história, por meio do incremento da atividade funcional e valorização do patrimônio cultural.

Com a morte de Antônio da Costa Santos, no ano de 2001, a vice-prefeita Izalene Tiene, também do Partido dos Trabalhadores – PT, assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas e definiu novas estratégias para sua administração. Essas estratégias basearam-se no discurso da gestão Toninho, em que a valorização do patrimônio cultural foi a base das políticas de planejamento urbano e valorização da área central.

¹ Gestão Antônio da Costa Santos (2001), Izalene Tiene (2002/2004) e Hélio de Oliveira Santos (2005/2008 – primeira gestão, 2009/2011 – segunda gestão).

A gestão Hélió de Oliveira Santos, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, alterou significativamente o discurso das duas gestões anteriores ao realizar intervenções para valorizar a fluidez territorial, de maneira a refuncionalizar o centro para uma nova lógica de consumo voltado às verticalidades e às redes globais por meio de ações para priorizar investimentos na circulação e sistema viário, criar uma nova imagem do centro e promover um novo marketing urbano para a cidade.

Observa-se que as várias transformações sofridas pelo centro de Campinas, desde o final do século XIX, apresentam como tendência a destruição dos referenciais urbanos locais, em que novas formas são construídas sobre formas antigas, desencadeando profundas transformações na morfologia urbana e revelando uma paisagem em constante transformação. A destruição dos referenciais urbanos e do patrimônio cultural torna-se perceptível no desaparecimento de marcas importantes do passado campineiro, tais como o Teatro Municipal, demolido em 1965, a Igreja do Rosário, demolida em 1956, os cinemas da área central (Voga, Ouro Verde e Windsor), bem como a desativação das ferrovias da Companhia Paulista e da Companhia Mogiana, entre outros. Esses pontos, aliados a outras inquietações, me motivaram a desenvolver a presente pesquisa acerca das transformações urbanas do centro de Campinas e do processo de valorização de seu patrimônio cultural atual.

Minha paixão pelo tema patrimônio, sobretudo no que tange à preservação e valorização de bens culturais dentro de uma cidade contemporânea, definiu meu perfil como professora e pesquisadora. Nesse sentido, procurei direcionar a análise do centro de Campinas para o patrimônio cultural, com a finalidade de averiguar seu papel nas intervenções urbanas atuais, como ocorre a prática da preservação com os projetos urbanos que buscam a valorização da área central e como a população identifica e legitima o patrimônio.

A realização desta tese junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNICAMP resulta de uma experiência acadêmica anterior realizada ao longo do mestrado, também junto ao mesmo programa. Sou graduada em Arquitetura e, claramente, existem dificuldades inerentes ao se trabalhar em outra área. Apesar das diferenças disciplinares em relação à teoria e ao método, ou, como diriam os geógrafos, ao olhar, é enriquecedor o diálogo que se estabelece entre a arquitetura e a geografia, com foco no entendimento da complexa realidade sócio-espacial atual.

0 INTRODUÇÃO

Andar pelo centro de Campinas é entrar em um mundo em que as formas, cores, texturas, cheiros e sons se misturam, despertando sensações e percepções múltiplas. Significa lidar com o enfrentamento de mundos contraditórios e antagônicos cravados em uma só realidade, onde o novo convive com o velho, nem sempre de forma harmônica; os que têm presença e visibilidade tentam impor-se ao mundo da ausência e dos excluídos; a rapidez e a efemeridade da produção capitalista do espaço conflita com a existência dos homens lentos; a cidade formal convive com a informal e os espaços públicos subutilizados tornam-se territorialidades do crime e da prostituição.

Andar pelo centro é circular por vias congestionadas e paralisadas, por calçadas e ruas estreitas que esmagam o alto fluxo de veículos e pessoas, por espaços onde se cruzam fluxos antagônicos, de mundos e tempos distintos, como os de executivos apressados, donas de casa preocupadas com a feira, consumidores que observam vitrines tranquilamente, ao mesmo tempo em que outros se apressam na busca de promoções; ambulantes disputam espaços no farol entre carros e pessoas, flanelinhas guardam os carros à espera de seus donos, religiosos pregam em voz alta no meio das praças, ao lado de artistas de rua que demonstram sua arte e de mendigos que tentam ganhar algum trocado para seu sustento. Destarte, andar pelo centro é se defrontar com um espaço onde essas diversas representações tentam conviver democrática e harmonicamente, apesar da complexidade dos processos que o configuram.

O vaivém tem seus paradoxos... Multidão! Diversas pessoas correndo. Outras quase paradas. Carros presos em congestionamentos. Motoristas nervosos e/ou ansiosos. Pontos de ônibus lotados. Manifestantes que reivindicam seus direitos, efetivando o espaço da rua como um espaço público por excelência.

O barulho intenso cria um emaranhado sonoro proveniente do burburinho de vozes e gritos, das buzinas, dos roncões dos motores, dos megafones de políticos e das caixas de som das lojas.

Pichações e publicidade exageradas geram uma poluição visual que oculta a fachada dos edifícios e altera os referenciais urbanos. O ritmo acelerado não permite que ninguém observe a paisagem circundante. Os espaços públicos deixam de ser áreas de convívio para se tornarem locais

de passagem, o que torna a sociabilidade mais efêmera. Não existe mais a figura do flaneur, um observador que caminha tranqüilamente pelas ruas, apreciando cada detalhe, sem ser notado, sem se inserir na paisagem em busca de uma nova percepção da cidade.

Inúmeros fragmentos de épocas distintas enfocam a justaposição de tempos diferentes. Sujeira, poluição e ruído. Excesso de informação. Tudo muito apressado e misturado. Movimentos alternados e usos concentrados em um único lugar. Muita diversidade.

Enfim, esse é o centro de Campinas, que pulsa com vitalidade na vida cotidiana. Um espaço geográfico dinâmico, definido pelas ações acumuladas no passado em conjunto com as ações do presente, que sofre um processo de refuncionalização², “uma relação entre antigas paisagens e velhos usos, e novas formas e funções” (LUCHIARI, 2000, p. 108). As mudanças, tanto do ponto de vista das formas, quanto do ponto de vista das funções estabelecidas pela estrutura social e presentes no território, criam uma nova organização sócioespacial, que produz e reproduz o espaço cotidianamente.

As características narradas relatam um espaço organizado e reorganizado pelas intervenções urbanísticas influenciadas por forças políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, também evidenciam o espaço vivido, definido pelas práticas espaciais cotidianas. Para Lefebvre (1974, p. 332), as práticas espaciais definem simultaneamente os lugares, a relação do local com o global, uma representação da produção (de ação e signos) dos espaços cotidianos comuns e dos espaços privilegiados, afetados de símbolos favoráveis ou não.

Os centros urbanos assimilam cada vez mais as verticalidades (SANTOS, 2002), influências externas produzidas pelos fluxos materiais, financeiros e informacionais, que resultam de uma lógica que ultrapassa a escala local. As verticalidades são compostas por “fluxos de tecnologias, capital e informações comandadas por forças hegemônicas que criam uma ordem expressamente econômica” (SANTOS, 2002, p. 287). Ou seja, colocam o território na confluência de forças globais e locais, interferindo na organização dos espaços e na forma de governar as cidades.

² É importante ressaltar a adoção do termo refuncionalização por considerá-lo mais adequado para uma abordagem geográfica. Luchiari (2005, p. 103) considera que este processo está presente nas intervenções urbanas contemporâneas, denominadas por revitalização, renovação, requalificação, restauração, enobrecimento, gentrificação, entre outras. Apesar de considerar seus diferentes usos, no Brasil os termos citados são geralmente utilizados como sinônimo de interferências materiais.

As verticalidades contrapõem-se às horizontalidades, “espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção” (SANTOS, 2010, p. 105). Nos espaços das horizontalidades, como destaca Santos (2002, p. 334), “uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, localmente constituída”.

Essas diferenças suscitam relações dialéticas que, segundo Henri Lefebvre, caracterizam e definem o espaço urbano, na medida em que evocam e provocam concentração e dispersão constante, caracterizando uma realidade diferencial. Conforme Lefebvre (2004, p. 47), a realidade diferencial reúne as diferenças, na busca da formação do todo, onde as partes não se separam mais, porém se transformam em diferenças imanentes. “Assim, se realiza a superação do fechado e do aberto, do mediato e do imediato, da ordem distante e da ordem local”.

Para definir as propriedades do espaço diferencial urbano, Lefebvre (2004) introduziu os conceitos de iso-topia e hetero-topia. Denomina-se iso-topia um lugar e o que o envolve (vizinhança e arredores imediatos), “as partes comparáveis do espaço que se expressam e se lêem (nos planos, nos percursos, nas imagens mais ou menos elaboradas pelos sujeitos) de modo que se possa aproximá-los” (LEFEBVRE, 2004, p. 119) e hetero-topia, as diferenças que caracterizam esses dois lugares. Lefebvre (2004, p. 120) também define iso-topias como “lugares do mesmo, mesmo lugares. Ordem próxima” e hetero-topias “o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluídos e imbricado. Ordem distante”.

Esses dois conceitos evidenciam outros dois – ordem próxima e ordem distante, para discutir as noções de dinâmicas próximas e dinâmicas distantes. Segundo Lefebvre (1991b, p. 46), ordem próxima refere-se às “relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles”, enquanto a ordem distante, a “ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja e Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui nesse nível superior, dotado de poderes”.

Com base nesses conceitos, esta pesquisa analisa os vetores horizontais e verticais, ou a ordem próxima e a distante que atuam no uso do território e na refuncionalização do centro da cidade de Campinas, com o intuito de demonstrar não somente o espaço planejado, político e tecnicamente, alvo dos planejadores urbanos. Busca-se conhecer o espaço vivido, produzido pelas relações sociais em um determinado tempo e lugar da vida cotidiana, ou o lugar praticado, definido

por De Certeau (2002, p. 202) como um espaço transformado pelos seus usuários pelas maneiras de fazer. Nessa tese, o espaço vivido, ou o lugar praticado, também foi analisado a partir das práticas espaciais cotidianas e das representações sociais elaboradas pelos seus habitantes e usuários.

Dessa maneira, esta investigação preocupa-se tanto com as questões relativas às intervenções urbanas (um instrumento racional) quanto com as representações do espaço (um dado prático sensível). Por meio das intervenções urbanas, analisam-se os interesses, atores envolvidos e propostas de projetos urbanos, bem como a maneira de regulação entre a política local e global. Tomando como referência a definição de Lefebvre (1974), para quem a apropriação corresponde à maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos, atividades (usos), indivíduos, classes ou outros grupos sociais, abordam-se as representações do espaço para averiguar como a população se apropria e se identifica com o centro da cidade, seu patrimônio histórico e as transformações urbanas em curso.

Configura-se como principal hipótese dessa pesquisa o fato de que as representações do espaço realizadas por moradores e usuários apontam importantes aspectos sobre as práticas espaciais e as relações de pertencimento que se manifestam no cotidiano do lugar. Essas representações, geralmente despercebidas sob um olhar superficial de indivíduos externos àquela realidade, constituem-se em ferramenta de suma importância para o agenciamento de idéias que presidem as ações de planejamento urbano e para o próprio entendimento do que é o centro da cidade de Campinas. No entanto, nem sempre é considerada na elaboração dos planos urbanísticos, que são fortemente influenciados pelos interesses do Estado e dos empreendimentos privados.

Como tese desse dessa pesquisa, defende-se que alguns projetos urbanos para o centro de Campinas na contemporaneidade têm se estruturado a partir de fluxos verticais que visam a dinamizar e conectar os centros urbanos ao mercado de consumo global, influenciados pela lógica do capital, priorizando a construção da cidade enquanto valor de troca e não enquanto valor de uso e espaço da realização da vida cotidiana.

Nesse sentido, a análise das representações do espaço pode se constituir em um vetor de desenvolvimento local e da preservação do patrimônio cultural associados ao processo de refuncionalização territorial dos centros das cidades enquanto um espaço coletivo e de exercício da cidadania, apesar da influência da sociedade de consumo.

Vale ressaltar que, a partir da década de 1960, as noções de planejamento urbano vêm sendo substituídas pela de projeto urbano, com a conseqüente ênfase em operações pontuais em detrimento da idéia da cidade como um todo, como prevaleceu na concepção do urbanismo moderno. Assim,

quando se aborda a questão de planejamento, engloba-se a noção de fragmentação pautada em intervenções em determinadas áreas da cidade.

Considera-se que a relação entre os interesses distantes e a ação dos atores sociais envolvidos no processo assume importância central para refletir sobre as perspectivas de planejamento do centro da cidade de Campinas, pois a produção do espaço se efetua com uma intervenção do Estado, que se move segundo as intenções do capital, mas parece não obedecer às exigências racionais da comunicação entre as partes da sociedade, ou seja, um crescimento segundo os interesses de seus usuários LEFEBVRE (1974). E a preocupação em valorizar o espaço vivido existe para que haja uma gestão urbana participativa, sem priorizar as ações políticas orientadas por interesses particulares e específicos, sobretudo os da atividade hegemônica do lugar.

Esta investigação buscou oferecer uma contribuição à pesquisa de geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, historiadores, dentre outros, que estudam a produção do espaço urbano e suas transformações socioespaciais. Considera-se o conceito de produção do espaço definido por Lefebvre (1974), em que se examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial são produzidos e como surgem novas modalidades de representação.

Dessa forma, pautada em uma leitura espacial em que serão abordados os diferentes agentes produtores do espaço campineiro atuando conjuntamente, sejam eles oficiais ou não, esta pesquisa foi estruturada em três partes. A primeira, denominada “o centro de Campinas e a ordem distante”, contempla os dois primeiros capítulos e analisa a ordem distante ou as verticalidades que atuam sobre as práticas do planejamento urbano pautado em intervenções regidas pelo Estado, mas em parceria com a iniciativa privada, que visam a dinamizar e conectar os centros ao mercado de consumo global, influenciadas pela lógica do capital.

O primeiro capítulo apresenta um recorte sobre o debate teórico que se desenvolve no campo do urbanismo, em torno do tema das intervenções em áreas urbanas centrais. Desde as ações de embelezamento urbano, relacionadas aos problemas de extinção dos cortiços e modernização das cidades, até as intervenções contemporâneas, relacionadas à questão da competição entre as cidades em escala global.

O segundo capítulo apresenta uma análise da conformação do espaço urbano do centro de Campinas por meio de uma leitura histórica, que contempla aspectos oriundos da sua formação até as transformações urbanas sucedidas ao longo do século XX. Analisa alguns projetos emblemáticos de intervenção propostos para o centro da cidade de Campinas, em momentos distintos, em que se

observam diferentes maneiras de intervir, como o Plano de Melhoramentos Urbanos, elaborado por Prestes Maia, o Projeto de Revitalização da Rua Treze de Maio, projetado por Ruy Ohtake, o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, proposto pelo ex-prefeito Antônio da Costa Santos, até projetos mais recentes, do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, como o Programa de Revitalização de Praças e a proposta de construção do novo centro.

A segunda parte, intitulada “O centro de campinas e a ordem próxima”, avalia o espaço cotidiano e a maneira como moradores e usuários se relacionam com o lugar e dele se apropriam, reorganizando o espaço, instaurando uma nova lógica interna ao lugar. Para conhecer o espaço a partir das experiências de usos e apropriação do espaço cotidiano, foram aplicados questionários abertos e semi-estruturados, com desenhos elaborados por moradores e frequentadores da área central de Campinas. A partir de uma tabulação geral das respostas e dos desenhos coletados no trabalho de campo, estabeleceram-se as categorias gerais para análise da área central discutidas no terceiro e quarto capítulos.

O terceiro capítulo revela as representações do centro da cidade de Campinas sob o ponto de vista de sete categorias gerais definidas a partir da pesquisa de campo: consumo, circulação, lazer, problemas urbanos, patrimônio, praças e verticalização. Essas categorias mostram como diferentes sistemas – materiais e mentais – se articulam e revelam, a cada momento, um tipo de cidade, cada vez mais submetida à aceleração do consumo, circulação de pessoas, mercadorias e sistemas de comunicação, configurando uma nova organização urbana e social.

O quarto capítulo trata especificamente da Rua Treze de Maio, por considerá-la um ícone do consumo, da centralidade e da memória da cidade. A Rua Treze de Maio ainda pode ser englobada em todas as categorias discutidas e analisadas anteriormente. A centralidade obtida por meio dela somente vem enfatizar sua significância dentro do contexto urbano: ela é um remanescente histórico de grande valor, que acumula vestígios de diferentes épocas, testemunhando tanto fases de seu desenvolvimento quanto do da cidade de Campinas. Também é um eixo comercial de grande destaque, que abriga o calçadão e o comércio popular da cidade, reunindo um alto fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

A terceira parte discute o papel do patrimônio cultural na prática do planejamento urbano e o grande desafio de conciliar as tensões entre o antigo e o novo, a preservação e a renovação, sem descaracterizar o valor que os qualifica como bens culturais e sem impedir o processo de refuncionalização, que impõe novos usos sociais e econômicos, inserindo-os em uma nova dinâmica urbana.

O quinto capítulo analisa a preservação do patrimônio cultural no centro de Campinas, instituída pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural ao longo da gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos. Busca compreender como ocorreu o processo de gestão patrimonial na escala do município e os desafios da preservação face à renovação exigida pela cidade contemporânea e seus projetos de refuncionalização.

O sexto capítulo discute as inter-relações e os impasses existentes entre as verticalidades e as horizontalidades na prática cotidiana dos processos de refuncionalização urbana, propondo que se repensem algumas questões com o intuito de promover o desenvolvimento local, valorizar o cotidiano do lugar e preservar o patrimônio cultural.

RECORTE ESPACIAL

O recorte espacial adotado neste trabalho possui um limite próprio, que não segue nenhuma das delimitações existentes para o centro na atualidade. Para definir esse limite, primeiramente espacializaram-se as áreas dos projetos estudados nesta pesquisa. Vale ressaltar que os diferentes limites para os projetos urbanos ocorrem porque cada um deles deriva de uma política urbana específica, que pressupõe diferentes direções para essa política, diferentes atores e, necessariamente, processos de implementação diversos.

Posteriormente, essas áreas foram sobrepostas para se esboçar um limite que abrangesse todas elas. Esse limite obtido ainda foi cruzado com os três perímetros oficiais adotados pela Prefeitura Municipal de Campinas do ponto de vista administrativo, conforme mostra a Figura 1.

A Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seplama) divide o município em Unidades Territoriais Básicas (UTBs)³. O centro corresponde à UTB 34, que é delimitada no sentido horário pela Rua Dr. Mascarenhas, Rua Saldanha Marinho, Avenida Orozimbo Maia, Avenida Anchieta, Rua Irmã Serafina, Avenida Dr. Moraes Salles, Avenida dos Expedicionários, Rua Lidgerwood e Rua Dr. Ricardo.

³ As UTBs correspondem a menor área de planejamento urbano, cada qual composta de um ou mais bairros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2006a).

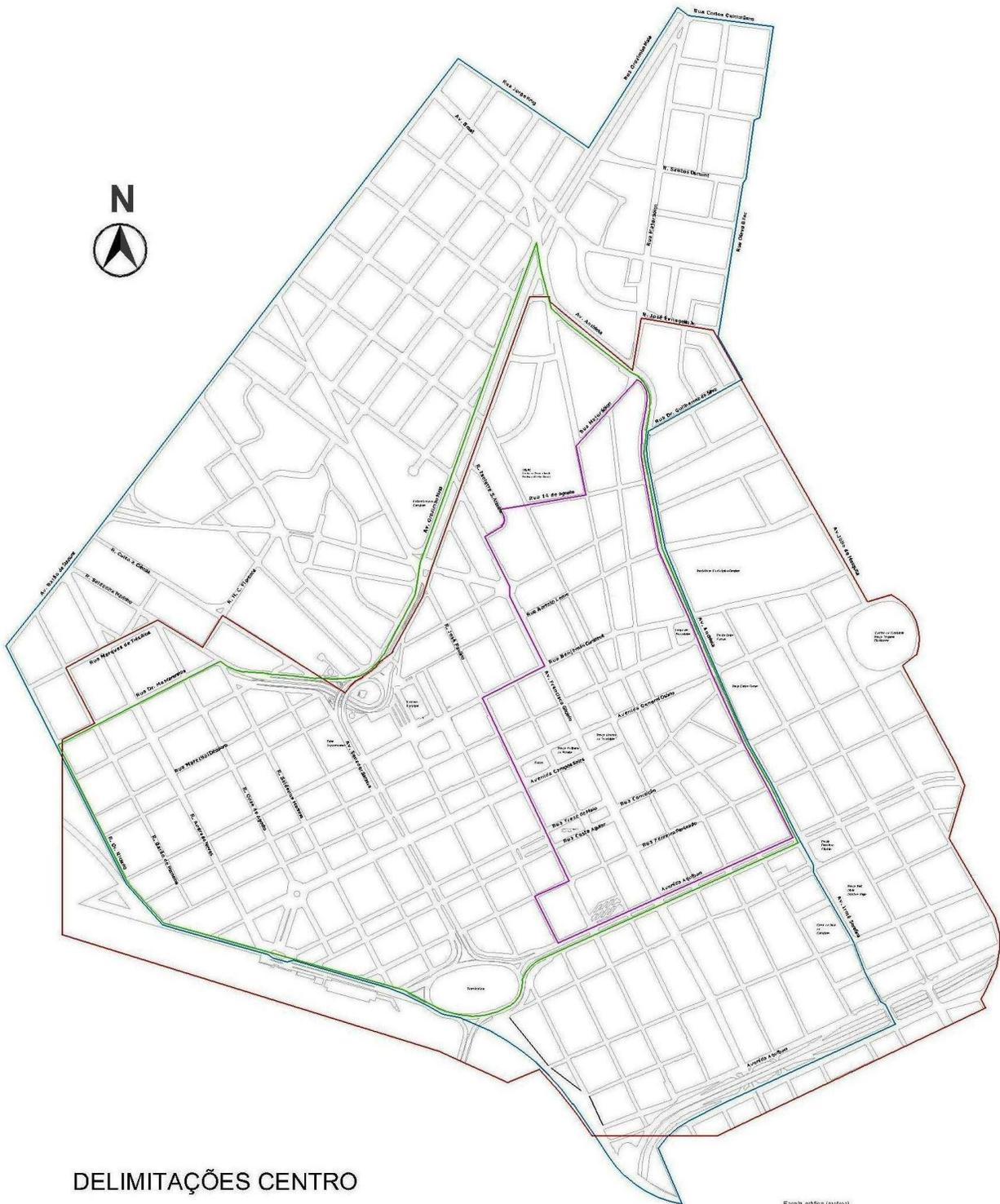
A Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas – CSPC estabelece o centro histórico por meio do decreto nº 10.424, de 06 de maio de 1991 (CAMPINAS, 1991). No artigo 2º, o Centro Histórico de Campinas é delimitado pela Rua Major Solon, Avenida Anchieta, Rua Irmã Serafina, Avenida Dr. Moraes Sales, Rua José de Alencar, vira à direita e segue por ela até encontrar a Rua Ferreira Penteado, Rua José Paulino, Avenida Benjamim Constant, Avenida Francisco Glicério, Rua Isolete Augusta de Souza Aranha, Rua Sacramento, Rua 14 de Dezembro, Rua Dr. Quirino e Rua Santos Dumont.

A CSPC, para o Inventário do Centro de Campinas, define o perímetro do Centro Histórico Expandido, com trechos delimitados pelas avenidas Aquidaban, Anchieta, Julio de Mesquita, Orosimbo Maia, Barão de Itapura e Expedicionários, além das ruas Irmã Serafina, Guilherme da Silva, Olavo Bilac, Carlos Guimarães, Jorge Krug, Dr. Ricardo e Ligerwood, como se observa na Figura 1.

Cruzadas todas essas informações, foi realizada uma análise em que se fizeram escolhas para esboçar uma área de estudo que contemplasse as diversas discussões envolvidas neste trabalho. Optou-se por excluir a área do Guanabara (considerada no perímetro do inventário do CSPC como centro expandido por aspectos relacionados à indústria e à localização da Estação Guanabara). Sem desconsiderar o valor desses bens culturais dessa área, hoje consolidada como um bairro, possui características que não são de suma importância para o entendimento da dinâmica do centro.

Por outro lado, ampliou-se o perímetro da Avenida Anchieta para a Avenida Júlio de Mesquita, inserindo uma área não contemplada em nenhum dos perímetros oficiais da Prefeitura, por ser um local que abriga elementos importantes como a Prefeitura Municipal de Campinas, a Praça Carlos Gomes, o Centro de Convivência e marca uma transição entre o centro e o bairro do Cambuí.

Finalmente, a partir de diversas escolhas e análises, delimitou-se o seguinte perímetro como área de estudo desse trabalho: inicia-se na Avenida Aquidaban, segue pela Rua Antônio Cesarino, Rua Itu, Avenida. Júlio de Mesquita, contorna o Centro de Convivência e continua pela mesma até a Rua José Évilagelin Junior. Desce a Rua Guilherme da Silva até a Avenida Anchieta. Segue pela Avenida Orosimbo Maia, Rua Culto à Ciência, Rua Hércules C. Florence, Rua Saldanha Marinho, Rua Marquês de Três Rios, Rua Barão de Parnaíba, Rua Dr. Mascarenhas e segue o Trilho Fepasa até encontrar a Avenida Aquidaban.



DELIMITAÇÕES CENTRO

- Perímetro da área de estudo
- Perímetro oficial do centro histórico - CSHC
- Perímetro UTB 34 - SEPLAMA
- Perímetro centro expandido - CSHC

Figura 0-1 Delimitações existentes do perímetro do centro de Campinas.
Organizado pela autora.

A escolha de um perímetro que contemplasse as diversas intervenções urbanas e equipamento representativos da ação do Estado foi importante para determinar o local onde foram aplicados os questionários aos usuários dessa área, o que possibilitou um contraponto do espaço organizado pelas normas produzidas pelo Estado e pelo capital, com o definido pelas práticas espaciais cotidianas.

METODOLOGIA

A fim de examinar diferentes abordagens sobre as transformações urbanas ocorridas no centro de Campinas na atualidade, bem como a apropriação do centro pelos seus usuários e moradores, foram várias as metodologias de pesquisa e fontes utilizadas ao longo desta investigação.

0.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa sobre a refuncionalização do centro de Campinas, na gestão Antônio da Costa Santos, baseou-se no Caderno Técnico do Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, divulgado pela Prefeitura Municipal e disponível no Centro de Documentação da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural – CSPC.

Para a análise das atuações desenvolvidas, ações propostas e executadas na gestão Hélio de Oliveira Santos, simultaneamente à elaboração deste trabalho, realizou-se primeiramente uma pesquisa nos órgãos de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas na tentativa de se encontrar cadernos técnicos e plantas/mapas dos projetos de intervenção urbana executados na área central. Todavia, tais documentos não foram encontrados, o que levou à suspeita de sua existência, ao contrário do que ocorreu na gestão Antonio da Costa Santos, em que um Caderno do Plano de Requalificação Urbana foi publicado. Foram buscadas, então, informações através de outros meios.

A CSPC forneceu cópia digital, na versão Power Point, de arquivos de apresentação de alguns planos em desenvolvimento, como o projeto do Novo Centro. O projeto da nova rodoviária de Campinas e seu entorno foram extraídos do site <http://www.emdec.com.br> da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2006b). Os processos de tombamento e de estudos de tombamento no âmbito municipal foram consultados junto ao arquivo da CSPC.

0.2 PESQUISA EM JORNAIS

Em virtude da indisponibilidade de cadernos técnicos atuais, de projetos de intervenção urbana, foram buscadas informações em jornais da cidade, sobretudo no Correio Popular, além de notícias publicadas diariamente no site <http://www.campinas.sp.gov.br>, da Prefeitura Municipal da cidade, no período de 2005 a 2010.

A opção pelo jornal Correio Popular se deveu ao fato de o mesmo ser o de maior circulação na cidade. As pesquisas ocorreram tanto no jornal impresso quanto em notícias disponíveis no site <http://cpopular.cosmo.uol.com.br>. Houve a necessidade de consultar esses dois meios de divulgação porque, na versão digital, não são publicadas imagens (mapas/fotos/projetos) e propagandas, de um modo geral, disponíveis somente na versão impressa.

Para completar a análise, recorreu-se à notícias do site da Prefeitura, na busca de se conseguir uma visão oficial dos projetos que possuem um discurso de marketing muito grande, com o intuito de se contrapor com a visão do jornal.

Nessas duas fontes de pesquisa, examinaram-se matérias referentes ao centro de Campinas, projetos urbanos, revitalização das praças, implantação do trem de alta velocidade, projeto da nova rodoviária, projeto do Novo Centro, revitalização da Rua Treze de Maio, corredores metropolitanos, problemas urbanos e sociais como a violência, pichação, prostituição e congestionamento, bem como qualquer evento/discussão que envolvesse a questão do centro. As matérias pesquisadas foram salvas na versão Word e catalogadas por ano de publicação. Posteriormente, as mesmas foram separadas por assunto, para facilitar a pesquisa e sua utilização no trabalho como fonte de pesquisa.

0.3 FOTOGRAFIAS

A maioria das fotos do centro utilizadas no trabalho foi capturada durante a pesquisa de campo realizada entre 2005 e 2010. Como alguns projetos estavam em implantação durante a pesquisa, foram conseguidas, *in loco* e em momento real, muitas fotos do processo de execução desses projetos e das transformações sofridas pela área central nesse período, além de várias fotos do processo de execução na versão impressa do jornal Correio Popular e no site da Prefeitura Municipal.

Conseguiram-se fotos antigas anteriores ao período de estudo junto ao Centro de Documentação da CSPC e do Museu da Imagem e do Som de Campinas - MIS. Antes de serem inseridas no trabalho, as imagens passaram por um tratamento no programa Photoshop 7.0.

0.4 MAPAS

Para se averiguar os principais indicadores dos processos de mudança em curso na cidade de Campinas, decidiu-se pela confecção de um mapa de uso do solo, em que se selecionaram os seguintes usos: habitacional; comercial; serviços; institucional; lazer⁴ (clubes, centro culturais, boates, bilhar, games); bares, restaurantes e padarias; hotéis; estacionamento; áreas verdes; edifício desocupado e terreno vazio.

A execução do mapa aconteceu por etapas. Primeiramente, preparou-se, no programa Autocad 2008, um mapa do perímetro de estudo, a partir da base cadastral da Sanasa. De posse de uma versão impressa desse mapa, partiu-se para o levantamento *in loco* das informações: uso de

⁴ Lazer foi um tema abordado separadamente por se tratar de um setor que atende a um público específico. O lazer também foi um setor priorizado nos projetos atuais de refuncionalização urbana, como o Projeto de Requalificação Urbana da Área Central, proposto pelo ex-prefeito Antônio da Costa Santos. Criou-se uma categoria específica para o setor de alimentação, que inclui bares, restaurantes e padarias, pois esse setor atende a uma demanda específica, tanto de usuários que trabalham diariamente no centro, quanto de moradores.

cada edificação, número de pavimentos e estado de conservação, que, posteriormente, foram digitalizadas com o uso do programa Autocad 2008.

A pesquisa referente ao patrimônio cultural de Campinas englobou a elaboração de um Mapa de bens tombados. Inicialmente, essas informações de bens tombados com suas áreas envoltórias foram transcritas. Para a execução desse mapa, consultaram-se os mapas (em papel, desenhados à mão) da CSPC, bem como uma versão impressa do mapa base, os quais foram digitalizados com o uso do Autocad.

0.5 ENTREVISTA

No dia 30 de janeiro de 2009, o engenheiro Augusto Ottoni, da CSPC, mediante uma entrevista dada à autora, esclareceu questões sobre a refuncionalização do centro, as políticas de preservação do patrimônio cultural, a atuação da CSPC e do Condepacc, da gestão de Antônio da Costa Santos até a gestão Hélio. A entrevista foi realizada oralmente, com o uso de um aparelho MP4 e depois transcrita para que pudesse ser utilizada como citação - OTTONI, 2009.

0.6 QUESTIONÁRIOS

Para formular uma leitura do centro a partir da visão dos moradores e usuários e do cotidiano destes, um questionário foi aplicado a moradores e frequentadores da área que compreende o recorte espacial delimitado neste trabalho, sem que houvesse distinção de classe social, sexo e idade.

Aplicou-se o questionário a 266 voluntários, em todo o perímetro de estudo delimitado neste trabalho. A aplicação dos questionários ocorreu de duas formas. Alguns questionários foram deixados nas portarias de prédios, escolas e em lojas. Outros foram aplicados diretamente às pessoas. Os setores de aplicação foram definidos previamente e, posteriormente, saía-se à rua caminhando e em uma abordagem direta, convidava-se as pessoas encontradas no caminho para responder o questionário.

O questionário⁵ foi elaborado em três partes distintas. A primeira, com questões fechadas, para uma caracterização física e social dos entrevistados: sexo, idade, renda e profissão. O sexo foi identificado no campo em que o entrevistado preencheu o seu nome. A idade e a profissão, cada um preencheu de próprio punho, visto tratar-se de um campo livre. No quesito renda familiar, o entrevistado escolheu uma das categorias pré-estabelecidas: até 1 salário mínimo, de 1 a 3 salários mínimos, de 3 a 5 salários mínimos, de 5 a 10 salários mínimos ou mais de 10 salários mínimos.

A segunda parte do questionário contemplou um desenho livre sobre o centro de Campinas, executado com o material disponível no momento. O tempo de execução não foi cronometrado e também não foi colocada nenhuma restrição quanto à sua elaboração. Por isso, encontraram-se desenhos em branco e preto, desenhos coloridos, alguns legendados, diversos mesclando texto com desenhos e outros utilizando imagens simbólicas.

Na terceira parte, o entrevistado respondeu de próprio punho perguntas abertas e semiestruturadas, com liberdade para escrever o que e a quantidade que desejasse, sem medição de tempo. As perguntas almejavam identificar o que os usuários mais admiravam no centro, o que eles gostavam e se perdeu ao longo dos anos, os lugares mais frequentados, os principais problemas da área, o patrimônio cultural presente no local e que tipo de centro que eles sonham em ter.

Após a aplicação, os dados foram tabulados de acordo com os tipos de informações obtidas. Na primeira parte, como as perguntas eram fechadas, as classes de respostas praticamente já foram definidas. Portanto, a tabulação compreendeu basicamente a quantificação das respostas nestas classes: idade, sexo, renda e profissão dos entrevistados. Posteriormente, com os dados inseridos em uma tabela, foram confeccionados setogramas no programa Excel.

No que concerne às perguntas abertas do questionário, as respostas referentes a uma mesma pergunta foram lidas e agrupadas por temáticas semelhantes. É importante ressaltar que não se tinha uma resposta pronta quando se aplicaram os questionários. A intenção não foi selecionar as categorias e, a partir daí, olhar o espaço. O objetivo foi discutir, interpretar e analisar o espaço a partir das respostas obtidas nas questões e do conteúdo dos desenhos.

Na questão 01, por exemplo, quando indagados sobre “qual a primeira coisa que te vem à mente?”, foram obtidas respostas como lojas, variedade (lojas e produtos), compras, camelôs, etc.;

⁵ O questionário, na íntegra, apresenta-se no Apêndice A.

também concentração de bancos, emprego e outras. Devido à semelhança de conteúdo, foram reunidas em uma categoria mais abrangente – o consumo. Respostas como poluição (visual, atmosférica, sonora), violência, sujeira e degrado físico foram juntadas na categoria problemas urbanos. Nesse sentido, as respostas foram agrupadas e classificadas em sete categorias, por ordem de frequência, a saber: a) consumo, b) circulação, c) lazer, d) problemas urbanos, e) patrimônio, f) praças e g) verticalização.

Ao se considerar a categoria consumo, bem como as outras, deparou-se com uma diversidade de respostas atinentes a ela, o que exigiu uma reclassificação em subcategorias de modo a permitir um melhor entendimento dos aspectos que caracterizam esse espaço na opinião dos inquiridos. Como essas subcategorias ainda apresentaram uma grande variedade de informações, elas foram, por sua vez, reagrupadas em novas subcategorias. Todos esses dados foram então revertidos em trinta e cinco tabelas (Apêndice A) que deram origem a outras mais simplificadas, inseridas no capítulo 3, descartando-se informações como sexo, faixa etária e renda, que serviram como subsídios relevantes nas análises e discussões realizadas ao longo do texto. As unidades criadas a partir das análises são não excludentes, ou seja, a resposta de um entrevistado pode estar inserida em mais de uma categoria.

Quanto aos desenhos, depois de uma análise preliminar, identificaram-se os conteúdos presentes em cada um deles. Esses conteúdos foram listados e classificados de acordo com as sete categorias acima consideradas. Os mais representativos tiveram as imagens escaneadas e tratadas no programa Photoshop 7.0 e serviram de subsídios para as análises e discussões realizadas no texto.

PARTE 1. O CENTRO DE CAMPINAS E A ORDEM DISTANTE

**Intervenções urbanas e o tempo do mundo na prática
do planejamento urbano.**

A temática intervenções em centros urbanos é um assunto cada vez mais discutido nos meios acadêmicos e profissionais por inúmeros motivos. Isso se evidencia pelos projetos de intervenção atuais que, além de procurarem a preservação do importante conteúdo histórico-cultural para a memória e referência de uma cidade, devem conciliar os interesses dos processos contemporâneos de globalização econômica e a incessante busca por rendas monopolistas da terra (HARVEY, 2001).

Nos últimos anos, não só na teoria, mas também na prática, os centros são continuamente objetos de atenção política, de projetos urbanos, de investimentos e de práticas focalizadas sobre seu potencial cultural, funcional e fundiário. Por que esse grande interesse? Por que os centros urbanos cada vez mais aparecem como expressão de zonas emblemáticas de cidades? Enfim, por que intervir no centro?

Os centros das cidades são lugares que concentram valores simbólicos e patrimoniais de suma importância. Evocam o passado, a origem das cidades ou algum momento no qual desempenharam o papel de agregar funções administrativas e comerciais importantes. Os centros também reportam ao futuro e ao presente, quando se deparam com o impasse das possíveis formas de sua utilização.

As áreas centrais, apesar de suas configurações diversas, apresentam algumas dinâmicas em comum, entre as quais se destacam o contínuo esvaziamento populacional; carências de moradia, de comércio qualificado e de áreas de lazer; degradação do patrimônio cultural e dos espaços públicos; mudança no perfil socioeconômico dos moradores e usuários, verticalização, entre outros.

Por outro lado, os centros das cidades apresentam uma completa rede de infraestrutura, ampla oferta de equipamentos urbanos, concentração de atividades econômicas e diversas possibilidades de acesso que, somadas à existência de vazios urbanos e de estoque imobiliário ocioso, proporcionam desafios e oportunidades de se levar a termo transformações estruturais nas cidades.

Com o intuito de devolver ao centro o papel hegemônico perdido e de atribuir novas funções que o dinamizem e o conectem ao mercado de consumo global, as atuais políticas urbanas fomentam ações e projetos diferenciados, em parceria com a iniciativa privada.

A parceria entre o capital público e o privado para execução das obras urbanas é uma prática comum do período atual, caracterizado pela acumulação flexível, definido por Harvey (1989, 1996) como um momento em que surgiram setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível:

Envolve um novo movimento de compressão do espaço-tempo no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a

comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1989, p.140).

Com as crises ocorridas na década de 70, sobretudo a recessão de 1973 que atingiu as economias capitalistas, os Estados se tornaram enfraquecidos diante das forças do mercado, compartilhando com as grandes empresas e com as organizações civis uma nova forma de governabilidade do território (TOPALOV, 1991). Embora a soberania do Estado tenha sido diminuída no controle do fluxo monetário multinacional, não se pode anular sua função política e reguladora, pois o Estado ainda possui um papel fundamental na legitimação e determinação das normas que regulam o capital nacional e internacional.

Para Harvey (1989), enquanto o modernismo fordista vinculou-se a um capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, a acumulação flexível configurou-se por um confronto direto com a rigidez do fordismo, gerou uma valorização do setor de serviços e promoveu o que ele denominou compressão do espaço-tempo do mundo capitalista, na qual se diminui o tempo para tomada de decisões, pois se ampliou o contato por meio da comunicação via satélite.

Na gestão urbana, a parceria público-privada caracterizou a transição do gerenciamento urbano para o empresariamento urbano (HARVEY, 1996, 2001), em uma parceria que é empresarial porque possui uma execução e uma concepção especulativa. Nesse contexto de globalização da economia, diversos autores (BORJA E CASTELLS, 1998; BOYER, 1998; HALL, 2002; FEATHERSTONE, 1995; HARVEY, 1989, 1996, 2001; SANCHES, 2003; VAINER, 2000; VARGAS e CASTILHO, 2006) apontam que se acirrou a competição entre as cidades e estabeleceram-se novas relações entre os setores públicos e privados. As cidades concorrem entre si e buscam gerar maior atratividade, quer para os investidores, quer para os consumidores. A imagem ganha maior visibilidade e transforma a cidade em uma mercadoria. Consequentemente, as cidades se preocupam em criar uma imagem positiva de si mesmas e conceber projetos urbanos e uma arquitetura que atendam a essa necessidade.

No processo de competição entre cidades, o marketing público urbano é fundamental para estabelecer incentivos atraentes e fornecer produtos e serviços locais eficazes, acessíveis e de qualidade que promovam a cidade por meio de uma imagem local positiva, que aumente a sua atratividade. Embora a natureza do marketing urbano seja preferencialmente econômica, ela também incorpora em seu programa a dimensão social, cultural e urbanística da cidade, vinculando-se assim

às políticas de desenvolvimento e crescimento econômico e não somente de promoção. Borja e Castells (1998) defendem o planejamento estratégico e a competitividade urbana como fator chave para o posicionamento da cidade no contexto internacional.

Nesse sentido, Vainer (2000, p. 77) afirma que as cidades necessitam competir não somente pelo capital e tecnologia, mas também pela atração de novas indústrias e negócios, tornando-se competitivas no preço e na qualidade dos serviços e na atração de força de trabalho adequadamente qualificada. Cria-se o que Milton Santos (2010), denominou de “Guerra dos Lugares” entre estas cidades.

A espetacularização da cidade ou produção da cidade-espetáculo (BOYER, 1998; SANCHES, 2003), cidade-como-palco (HALL, 2002) ou cidade-empresa (HARVEY, 1996, 2001; VAINER, 2000), recria novas imagens a partir da cultura local para serem vendidas no mercado global, ao mesmo tempo em que promove rearranjos espaciais para readequá-las às novas necessidades locais.

O empreendedorismo urbano e a renda monopolista são conflitos inerentes dessa fase contemporânea da globalização. Harvey (2001, p. 224), considera que para a “renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, frequentemente muito competitiva”.

Para manter o monopólio e, conseqüentemente, um poder monopolista sobre produtos e áreas, é necessário adquirir mecanismos de proteção de marcas, símbolos, edifícios históricos ou monumentos antigos. O mesmo mecanismo tem sido utilizado em relação à mercadoria cidade, na qual se incluem também as áreas centrais, onde podem ser auferidas rendas monopolistas da terra em função da infraestrutura existente e do seu patrimônio cultural. Trata-se de uma nova lógica de apropriação e domínio do espaço que se reproduz reordenando e redirecionando a produção e o consumo do espaço.

Dessa maneira, o empresariamento consolida-se como uma verticalidade e torna-se alheio aos interesses coletivos da comunidade, não contemplando os laços afetivos que a população cria com o lugar ao longo do tempo, pois imperam de cima para baixo, conforme os interesses do capital financeiro.

Posto essas questões, destaca-se que a primeira parte deste trabalho analisa a ordem distante ou as verticalidades que atuam sobre as práticas do planejamento urbano contemporâneo pautado em intervenções que, muitas vezes, privilegiam o lucro, contrapondo-se à ordem local ou às

horizontalidades, que expressam a maneira como os moradores e usuários se relacionam com o lugar e dele se apropriam.

1 INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS

Spósito (1991) define o centro como o ponto de convergência/divergência, o nó do sistema de circulação, o lugar para onde todos se deslocam para alguma atividade. Soja (1993, p. 282) trata do centro como uma nodalidade urbana, no qual “a nodalidade situa e contextualiza a sociedade urbana, dando uma forma material às relações sociais essenciais”, conferindo ao centro um sentido social e espacial singular. O centro, por definição geral, é aquilo que está no meio. Entretanto, não necessariamente é o que se situa no centro geográfico ou ocupa o sítio histórico onde a cidade se originou. Ou seja, a distinção funcional e espacial entre os dois tipos de centralidade, a urbana e a histórica, variam conforme se alteram as práticas espaciais e a funcionalidade da cidade.

Partindo da necessidade de aglomerar e, ao mesmo tempo, de se afastar de um ponto no qual todos gostariam de se localizar, surge o centro da aglomeração (VILLAÇA, 2001, p.239). Isso evidencia que o centro urbano e o centro geométrico são conceitos distintos. Para Vargas e Castilho (2006, p.2), o centro se caracteriza “como o ponto onde convergem os trajetos ou as ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento”. Na ótica de Villaça (2001), a localização do centro se deve à possibilidade de minimizarem o tempo gasto e o desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos. Esse raciocínio permite estabelecer uma visão funcional de centro.

Castells (1983) divide o centro urbano em três categorias: o centro simbólico e integrador, que resulta do processo pelo qual uma sociedade se organiza com relação aos valores expressos no espaço, o que permite tanto uma coordenação das atividades urbanas quanto uma identificação simbólica e ordenada destas atividades; o centro de trocas, que engloba atividades como comércio e gestão administrativa, financeira e política, agrupando trocas de bens e serviços, coordenação e direção de atividades descentralizadas; o centro lúdico, que valoriza o consumo (diferenciando espacialmente os lazeres). Enfim, destaca que nenhuma dessas três categorias existe por si, “mas sim enquanto resultado de um processo social de organização do espaço urbano” (CASTELLS, 1983, p. 13).

Os processos socioespaciais deixam as suas marcas, mesmo naqueles centros que sofreram intervenções mais drásticas de modernização e remodelação urbana. Paes-Luchiari (2006c) relata que o centros:

Sustentaram a sociabilidade das elites agrárias, com as suas segundas residências, dos centros que polarizaram serviços em redes hierárquicas de cidades, dos centros industriais insalubres e apinhados por habitações miseráveis, dos centros degradados pelo abandono da descentralização industrial, até mesmo dos centros de decisão contemporâneos, símbolos do capital financeiro, dos serviços sofisticados, das elites e da expulsão das populações pobres, materializam o tempo em paisagens urbanas atuais e remanescentes.

Apesar de todas as transformações, o centro permanece como o lugar da diversidade das formas e dos conteúdos históricos da cidade. De acordo com Lefebvre, “não pode existir uma realidade urbana se não existe um centro, seja o centro comercial, que reúne produtos e coisas, ou o centro simbólico, que reúne e torna simultâneo, determinadas significações, ou o centro de decisões e informações” (LEFEBVRE, 1976, p. 69).

Nesse sentido, os centros das cidades constituem-se como importantes objetos do processo de crescimento e desenvolvimento das cidades, pelo seu papel estruturador das primeiras formas e funções urbanas e pela sua vitalidade permanente no decorrer da história por ser o ponto de convergência das diversas práticas espaciais.

Em Campinas, não é diferente. O que se entende por centro hoje correspondeu, no passado, à própria cidade (SANTOS, 2004). Apesar do crescimento urbano e das mudanças de centralidade, o centro continua, na atualidade, como o local de infraestrutura disponível, acessibilidade, atividades comerciais, de serviços e lazer da cidade. Ou seja, pode ser definido como um centro comercial, simbólico e de decisões e informações seguindo a classificação de Lefebvre (1976). Também sofre influências dos mesmos processos de degradação e refuncionalização dos centros de diversas cidades.

1.1 EMBELEZAMENTO URBANO

Nossa sociedade tornou-se essencialmente urbana a partir do início do século XIX, após a Revolução Industrial, quando o crescimento da produção industrial sobrepôs-se ao das trocas comerciais e a concentração urbana evidenciou tanto a subordinação do campo à cidade⁶ quanto a consolidação de uma sociedade urbana. É um momento, denominado por Lefebvre implosão-explosão, em que, segundo o autor:

Ocorreu uma enorme concentração (de pessoas, atividades, riquezas, coisas e objetos, instrumentos, meios e pensamentos) na realidade urbana e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE, 2004, p. 26).

Decorrente do êxodo rural, houve o aumento da população nas cidades e a extensão do tecido urbano. Porém, esse crescimento não foi de maneira planejada e culminou no que Lefebvre (2004) denominou fase crítica.

Nesse período, as intervenções urbanas surgiram com o intuito de eliminar os males provenientes do processo de urbanização, como se fossem ações cirúrgicas, em que simplesmente se eliminavam os espaços insalubres e degradados. Nesse sentido, essas intervenções foram marcadas pelo aspecto do embelezamento urbano, extinção dos cortiços e modernização das cidades.

A fluidez viária foi outro aspecto valorizado devido à necessidade de adaptar a cidade a uma nova malha viária que atendesse tanto as necessidades produtivas do novo sistema econômico quanto os novos meios de transporte urbano advindos da Revolução Industrial, tais como os bondes, os automóveis e as estradas de ferro. A reestruturação do viário, segundo Lash (1997, p. 57), destruiu o “labirinto medieval” para a construção dos grandes bulevares, com calçadas largas e

⁶ Vale ressaltar que a cidade preexiste ao capitalismo. Lefebvre (1991a, 2004) discorre que houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana – ligada à posse de escravos) e a cidade medieval (baseada nas relações feudais). Entretanto, foi apenas no ocidente europeu do final da Idade Média, na transição do feudalismo para o capitalismo, que o processo de integração do mercado e da mercadoria (pessoas e coisas) se efetivou à cidade.

arborizadas, que se converteram em lugares de pedestres, nos quais as diversas classes sociais pudessem se encontrar.

Na Europa, muitos projetos se realizaram ao longo do século XIX, com a intenção de transformar antigas estruturas medievais em cidades racionais e eficientes para a produção industrial. Ao longo dessas intervenções urbanas, grande parte da população de menor poder aquisitivo foi expulsa das áreas centrais, mediante o discurso saneador que excluiu e as segregou para as periferias. A Ringstrasse de Viena, as manzanas de Cerdá, em Barcelona e o projeto de Haussmann em Paris foram exemplos europeus desse tipo de intervenção de embelezamento urbano, como se verifica na Figura 1.1.

Autores como Boyer (1998), Choay (1965, 2007), Simões Júnior (1994) e Villaça (2003) afirmam que a reforma de Paris foi a que melhor sintetizou o conceito de embelezamento urbano. Choay (2007, p. 12) ressalta que Haussmann estabeleceu uma nova forma de convivialidade, pois “o tecido urbano com gabaritos ampliados conservou uma rigorosa continuidade das dimensões (largura e altura) das vias, calçadas e edifícios que as limitam”.

O novo padrão de estética urbana estabelecido por essas intervenções condizia com os valores da burguesia industrial, a nova classe social ascendente, na qual a beleza e os melhoramentos técnicos em infraestrutura representaram não só o aburguesamento do espaço urbano, com o seu conseqüente impacto segregador, mas também a instauração de uma modernidade.

O projeto de Haussmann em Paris foi um plano bastante abrangente, integrou bairros heterogêneos e abriu grandes bulevares no casco antigo da cidade. No entanto, apesar de racionalizar, embelezar e sanear a cidade, também foi significado de muita destruição. Sua implantação pôs abaixo parte da antiga estrutura urbana, realocou diversas famílias e destruiu diversos bens de elevado valor cultural.

Esse projeto também teve um forte cunho político, pois a conexão direta dos bulevares com as estações de trem facilitou a entrada das tropas na cidade e seu escoamento pela mesma, sobretudo para os bairros operários. O que não deixa de ser uma forma de controle social. Lefebvre (2004, p. 104) destaca que “o bonapartismo tão-somente retoma a tradição aplicando-a a uma cidade histórica, a um espaço urbano altamente complexo. De um golpe ele muda a cidade. Determina a lógica, a estratégia, a racionalidade”.

Em Viena, a Ringstrasse correspondeu a uma grande avenida, construída no final do século XIX para substituir as muralhas da antiga cidade medieval e delimitar a área a ser preservada da

nova área de expansão (FRAMPTON, 1997). As primeiras intervenções tiveram foco sanitaria e higienista: canalizou-se o rio Danúbio para evitar inundações, criou-se um sistema de fornecimento de água e esgoto e construiu-se o primeiro hospital público. Também houve intervenções com foco de embelezamento: a Ringstrasse foi o ponto focal do centro da cidade de Viena, sobretudo após a implantação dos principais edifícios públicos e religiosos da cidade, construídos em estilos diferentes de acordo com suas funções. Assim, essa área foi o centro da reconstrução urbana realizada pela burguesia vienense. A via principal que circunda o núcleo central foi construída em escala monumental para dificultar a construção de barricadas, a exemplo dos bulevares franceses.

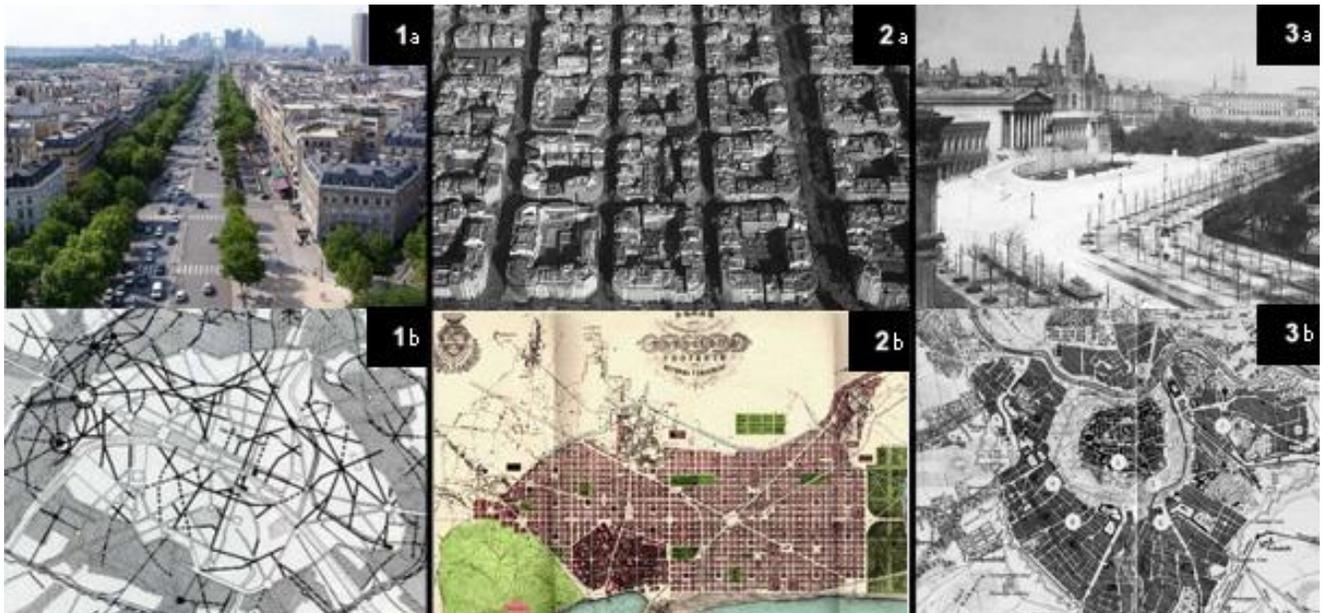


Figura 1-1 Reformas de embelezamento urbano internacionais. 1a - Vista de um bulevar de Paris e 1b - Projeto de Hausmann para Paris; 2a - “Manzanas” proposta por Cerdà para Barcelona e 2b - Projeto de Cerdà para Barcelona; 3a - Vista da Ringstrasse de Viena com seus edifícios públicos de destaque e 3b - Projeto da Ringstrasse de Viena.

Fonte: 1a - <http://www.raisethehammer.org/article/074>; 1b – BENEVOLO, 2006, p. 97; 2a – Foto: Any Cerdà - <http://www.tribunalatina.com/es/>; 2b - <http://www.tribunalatina.com/es/> e 3a - <http://thaa2.wordpress.com/category/>; 3b- BENEVOLO, 2006, p. 111.

O plano para expansão da cidade de Barcelona, na Espanha, defendeu a ideia de projetar ao máximo os limites da cidade (FRAMPTON, 1997). A concepção morfológica de seu plano foi baseada na reforma de Paris, com avenidas largas. Cerdà adotou um traçado quadriculado, criou no centro uma grande diagonal que cortou todo o tecido urbano. Propôs quarteirões quadrados de mesma dimensão e com gabarito uniforme em toda a extensão do plano. Uma das características mais importantes foram as esquinas chanfradas para aumentar o espaço e a interação entre as pessoas, sem impedir o fluxo de pedestres. Preservou a cidade medieval e prolongou a avenida,

ligando-a aos bairros novos projetados, descartando, assim, qualquer tipo de demolição ou desapropriação do antigo núcleo. O plano foi todo permeado com áreas de praças e parques.

No Brasil, as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903), Prestes Maia em São Paulo (1920-1930) e Prestes Maia em Campinas (1937) foram consideradas exemplos de embelezamento urbano (Figura 1.2). Esses projetos, além da questão estética, ainda tiveram um cunho higienista pelo fato de essas cidades terem sido assoladas por graves epidemias de febre amarela, varíola e cólera, no começo do século XX, além dos problemas sociais decorrentes de seu rápido e desordenado crescimento, associados à antiga estrutura de cidade colonial, de ruas estreitas, sem infraestrutura urbana (rede de água e esgoto) e com edificações implantadas sem recuo frontal e lateral.



Figura 1-2 Reformas de embelezamento urbano nacional. 1 – Av. Rio Branco em 1906 após reforma de Pereira Passos; 2 - Vista do Vale do Anhangabaú, com o Teatro Municipal e Hotel Esplanada ao fundo, após projeto de Prestes Maia para São Paulo; 3 – Vista das via Treze de Maio e Costa Aguiar, com o demolido Teatro São Carlos ao fundo, na época da intervenção de Prestes Maia em Campinas.

Fonte: 1 - http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000600007. Autor-produtor do cartão postal: J. de Lemos & Hess, Hamburgo; 2 – TOLEDO (1996); 3 - BADARÓ (1996).

Pereira Passos promoveu uma grande reforma urbanística pautada no saneamento, no urbanismo e no embelezamento, com o objetivo de atrair capital estrangeiro e dar ao Rio de Janeiro ares de cidade moderna e cosmopolita, transformando-a numa capital nos moldes franceses. Pautado no discurso higienista, desalojou do centro da cidade os antigos moradores dos cortiços, que migraram para a periferia e para os morros. Inspirado nas reformas de Haussmann, inclusive chamada de “haussmannisation”, demoliu casarões, abriu diversas ruas e alargou outras, construiu parques e jardins públicos, arborizou as avenidas, promoveu um controle de gabarito de altura e dotou as vias de infraestrutura (iluminação, rede de água e esgoto). O alargamento das ruas destruiu a antiga estrutura colonial de ruas estreitas e escuras para a abertura de grandes bulevares. E permitiu o arejamento, ventilação e melhor iluminação do centro e ainda a adoção de uma arquitetura de padrão superior, de estilo eclético, símbolo de uma burguesia cafeeira.

Em São Paulo, Prestes Maia implantou o Plano de Avenidas com o intuito de disciplinar a cidade em seu crescimento e reordenar a área central. Nesse plano, estabeleceu uma rede de linhas radiais, que conectavam o centro ao subúrbio. As radiais foram repartidas, por meio de raios de segunda ordem - as perimetrais, uma série de circunferências em torno do centro da cidade. O primeiro anel, denominado perímetro de irradiação (TOLEDO, 1996), circundou o centro e criou uma circulação convergente (que recebe o trânsito e distribui o fluxo por meio de ruas secundárias) para não congestioná-lo com o trânsito das radiais. Dentro desse anel, preservaram-se alguns bens culturais significativos, como o Pátio do Colégio, o Palácio da Justiça, a Praça da República e a Catedral da Sé. Todavia, também pôs abaixo algumas áreas, como a região do Vale do Anhangabaú e o local onde foi construída a Praça Clóvis Beviláqua, para criar grandes praças arborizadas, salubres e belas.

Prestes Maia também definiu o “sistema Y” (TOLEDO, 1996) para conectar os dois principais rios da cidade. As avenidas 23 de Maio e 9 de Julho seriam os galhos do sistema Y e o Vale do Anhangabaú o embrião tronco. O alargamento das vias, dotadas de calçadas largas e arborizadas buscou uma cidade mais salubre, enquanto o controle de gabarito dos edifícios e adoção do estilo eclético nas suas fachadas promoveram o seu embelezamento.

Em Campinas, o Plano de Melhoramentos Urbanos (BADARÓ, 1996), elaborado por Prestes Maia, visou a modernizar a cidade, que recebia os fluxos de capital e tecnologia trazidos pela industrialização, além de melhorar suas condições de infraestrutura. Ao invés de um sistema de avenidas radiais, Prestes Maia adotou um sistema de avenidas perpendiculares que cruzavam o centro nos sentidos norte-sul e leste-oeste. Ademais, o plano modernizou o centro de Campinas com arranha-céus sofisticados, alargou algumas ruas, criou novas redes de saneamento básico e definiu novas diretrizes para o uso e ocupação do solo na cidade⁷.

⁷ O Plano Prestes Maia será discutido com mais profundidade no Capítulo 2 - A refuncionalização do centro de Campinas.

1.2 RENOVAÇÃO URBANA

Sob a égide da Carta de Atenas de 1933⁸, os modernistas e seus princípios anti-passadistas negaram a cidade existente por acreditarem que as formas tradicionais e a própria organização social estavam ultrapassadas, necessitando serem reformuladas. Assim, novas formas de organização da cidade, baseadas em um zoneamento monofuncional, setorizou os espaços de acordo com as funções morar, trabalhar, recrear e circular.

A antiga estrutura urbana, de alta densidade e concentração, cedeu lugar a uma nova concepção baseada na repetição serial de edifícios implantados em grandes áreas livres. Essa prática foi denominada por alguns autores renovação urbana (BOYER, 1998; HALL, 2002; HARVEY, 1989; SIMÕES JÚNIOR, 1994; VARGAS e CASTILHO, 2006) e se adequou a uma corrente, denominada por Choay (1965) progressista, que desconsiderou elementos socioculturais e históricos, na busca por uma cidade ideal.

Esse período moderno racionalista, traduzido pelo arquiteto alemão Ludwig Mies van der Rohe por meio da expressão “menos é mais”, foi simplificador, homogeneizador e universalista, na medida em que tentou padronizar as formas e setorizar a cidade em zonas funcionais, conectadas por vias de transporte, sobretudo o automóvel. Essa setorização criou diversas centralidades e excluiu do centro o seu papel de multiplicidade, uma característica que lhe foi inerente desde a origem das cidades, tornando evidente que a valorização do centro nunca foi prioridade nas concepções modernas de urbanismo.

Boyer (1998) denominou esse período de *city as panorama*, pois uma nova maneira de observação do espaço foi criada com a mobilidade, na qual o tempo de fruição dos espaços e das paisagens diminuiu, o que tornou a percepção uma sequência de imagens. Também se criaram novas visões da cidade no alto dos arranha-céus, onde o espaço verde que toca a base dos edifícios tornou-se uma vista privativa da janela.

Nesse período, o sistema de poder internacional organizou-se ao longo de linhas fordistas-keynesianas, que reconhecia que “a produção de massa significava consumo de massa, um novo

⁸ A *Carta de Atenas* de 1933 foi elaborada pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 1995, p. 23-79).

sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho” (HARVEY, 1989, p. 121) e envolveu a formação de mercados de massa global fora do mundo comunista. As políticas tratavam de questões de emprego, habitação e previdência vinculados ao Estado do Bem Estar Social⁹, em um contexto de Guerras Mundiais, que avassalou economias e gerou um déficit habitacional altíssimo.

Na Europa, esse período foi marcado pela necessidade de reconstruir cidades arrasadas pela guerra em virtude da demanda habitacional elevada. Essa reconstrução baseou-se na reformulação e na renovação do tecido urbano, na qual o Estado, o grande poder corporativo e o trabalho organizado formaram a base de expansão pós-guerra. Nos centros das cidades europeias, intensificaram-se experiências voltadas à preservação de aspectos tradicionais da cultura local, minimizando o processo de deterioração e impedindo mais destruições, além daquelas já causadas pelas guerras.

Nos Estados Unidos, as cidades passaram por um processo de remodelação urbana que valorizou o centro para o comércio e a periferia para habitação. Adotou-se um modelo de intervenção baseado na suburbanização, o que culminou em uma deterioração do centro. Nas áreas centrais, demoliu-se o tecido urbano existente, para, logo em seguida, reconstruírem-no, como foi o caso de Nova Iorque. A consequência desse tipo de intervenção foi a de que as áreas centrais das cidades americanas tornaram-se grandes parques de escritórios, nos quais havia uma grande densidade populacional durante o dia, enquanto a noite era marcada por um esvaziamento.

Na década de 1960, a ênfase das ações alterou-se. Estudiosos como Jane Jacobs e Richard Sennett voltaram-se contra os modelos urbanísticos que provocaram tal esvaziamento e pregaram uma recuperação dos usos da rua e dos espaços públicos das grandes cidades, além de uma remodelação dos conjuntos habitacionais periféricos de baixa renda e o incentivo à diversidade de usos nessas áreas.

Nesse período também se instaurou a “grande guerra contra a remodelação urbana” (HALL, 2002, p. 309). Nessa guerra, alguns políticos e urbanistas acreditaram ser possível a recuperação dos

⁹ Estado do Bem Estar Social corresponde ao Estado assistencial, protetor e defensor da sociedade que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos (HARVEY, 1989).

velhos centros, o que os levou a adotar novas perspectivas de intervenção com ênfase na gestão local.

Harvey (1989) cita um exemplo de revalorização de área central, baseado na cultura e no consumo – o caso da cidade de Baltimore - EUA, que tinha um centro altamente funcional, repleto de escritórios, praças e alguns exemplares significativos da arquitetura moderna, como o prédio da *One Charles Center* projetado por Mies Van der Rohe. Na tentativa de promover o redensolvimento do local e combater a falta de uso das áreas do centro, causado pela suburbanização e pelo descontentamento cívico dos anos 1960, decidiu-se criar a *Baltimore City Fair* para celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade. No entanto, o seu sucesso transformou-a em um espetáculo comercial que atraiu multidões e, segundo Harvey (1989), atraiu mais pessoas que a Disneylândia. A *Harbor Place*, (Figura 1.3-1) foi revitalizada com uma arquitetura do espetáculo para abrigar um centro de convenções, um aquário, um centro de ciências, hotéis, uma marina, além de bares e comércio.

Nos EUA, outro exemplo emblemático foi a revitalização do *Quincy Market*, no *Main Street* em Boston (Figura 1.3-2). Castriota (2009) ressalta que a primeira tentativa para combater o abandono da área central foi a criação de um parque temático para conceber uma nova imagem local, sem considerar sua verdadeira história. Essa estratégia, além de fracassar, culminou para acelerar o processo de mudança para os subúrbios. Uma outra estratégia foi então proposta, adotando como premissa a valorização dos atributos singulares do centro, a partir de sua imagem urbana, sua carga histórica e seu papel na formação da identidade local. Assim, o *Quincy Market* foi restaurado e adaptado para novas utilizações, consolidando o que Vargas e Castilho (2006, p. 20) denominaram de “início de um período de venda da história em um ambiente de compras”.



Figura 1-3 Revalorização de centros urbanos norte-americanos por meio de uma arquitetura espetacular que visa a incentivar o consumo. 1 – Harbor Place, em Baltimore/EUA; 2 – Quincy Market, em Boston/EUA (hoje denominado de Faneuil Hall Marketplace).

Fonte: 1 – <http://www.baltimore.to/Harborplace/photo2.html>; 2 – http://en.wikipedia.org/wiki/Quincy_Market.

No mesmo período, lembra Castriota (2009), pequenas cidades do oeste americano, influenciadas pelo mesmo processo de abandono, solicitaram ajuda para sua revitalização e adotaram estratégias semelhantes, baseadas em uma lógica empresarial, em que um gerente deveria implementar os quatro pontos do *Main Street*: o design (para melhorar a aparência física do local), organização (para construir consensos entre os grupos envolvidos), promoção (para difundir as suas vantagens) e reestruturação econômica (para fortalecer a base econômica local). Castriota (2009, p. 240) ainda destaca que esses projetos lançaram a base para uma abordagem pautada na iniciativa privada e no envolvimento direto dos cidadãos. E seu sucesso foi comprovado com a ampliação do programa para mais de 1.600 comunidades dos EUA, por meio de um órgão que fornece ferramentas e assistência técnica para revitalizar centros urbanos – o *National Trust for Historic Preservation*.

Apesar do sucesso, Castriota (2009) ressalta que o aspecto negativo desse programa foi a tendência de misturar preservação com cenografia, criando falsos centros históricos. Vale ressaltar que essa tendência de cenarização dos espaços tornou-se uma prática comum nos projetos de refuncionalização do mundo globalizado, o que Zukin (2000) denominou de “disneyficação” dos centros históricos. É “o tempo do capital em conflito com as exigências do documento”, como afirmou Motta (2000), pois se verifica que falta a preservação do conteúdo histórico quando se preserva somente a forma para a criação de novos ambientes e cenários urbanos, constitui ambientes semelhantes a parques temáticos históricos.

Baltimore e Quincy Market não foram as únicas cidades e lugares que utilizaram uma “arquitetura do espetáculo” (HARVEY, 1989) para criar uma imagem positiva e um meio de atrair

pessoas e capital na tentativa de recuperar centros em decadência. A Guirardelli Square, em São Francisco, a South Street Seaport, em Nova York e as Docklands, em Londres, também representam exemplos desse processo.

Na Europa, outro caso evidenciou uma nova postura de intervenção em relação ao centro. Na década de 1960, famílias de classe média, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais invadiram antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, no passado habitado pela classe operária. Para descrever essa substituição da classe mais baixa por camadas sociais de mais alta renda, a socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, utilizou o termo gentrificação (SCHAFFER E SMITH, 1986; SMITH, 2006) ou enobrecimento. É importante ressaltar que esse processo não envolveu somente a reabilitação de bairros residenciais ocupados pela classe trabalhadora, mas também áreas não residenciais economicamente obsoletas.

Chama-se gentrificação ou enobrecimento urbano o conjunto de processos de transformação do espaço urbano que expulsa moradores tradicionais, pertencentes às classes sociais menos favorecidas, substituindo-os por pessoas com um poder aquisitivo maior que pode pagar pela valorização imobiliária que se desenvolve após a intervenção urbana.

Smith (2006) denominou gentrificação esporádica ou primeira onda esse processo ocorrido em Londres e em Nova York, de 1950 a 1970. Foi considerado por ele de escala restrita, porque as instituições financeiras não se mostraram interessadas em investir em áreas ainda consideradas decadentes.

É importante ressaltar que Smith (2006), ao analisar o processo de gentrificação em Nova York, verificou três momentos marcantes, que ele denominou ondas. A primeira onda, denominada gentrificação esporádica, precedeu a crise fiscal de 1973. A segunda onda, que vai do fim dos anos setenta aos anos oitenta do século XX, consolidou o processo como um elemento de reestruturação econômica, social e política do espaço urbano. E a terceira onda corresponde à gentrificação generalizada, que transbordou seus efeitos para além das habitações, englobando também consumo e lazer (sendo as duas últimas as atividades que comumente acabam por predominar), construindo paisagens urbanas que as classes médias e altas podem consumir.

O consumo de áreas centrais por uma classe mais abastada segue a linha adotada por Zukin (2000), na qual o enobrecimento redefine o significado social de um lugar especificamente histórico para um segmento de mercado imobiliário e, por Leite (2004), que atribui ao mesmo as transformações dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais.

Em alguns casos, a gentrificação é vista como capaz de reverter o declínio econômico e social dominante em algumas áreas das cidades, porque gera um aumento das receitas fiscais e, conseqüentemente, impulsiona o aspecto econômico. Smith (1987) defende que, em longo prazo, a circulação de capital no ambiente construído cria um "rent gap", isto é, uma renda diferencial no interior da cidade, com possibilidade de criar oportunidades para o reinvestimento do capital lucrativo na reabilitação ou reconstrução de habitação. Com isso, os centros históricos transformam-se em um recurso econômico e passaram a ser concebidos como um rótulo, uma grife que possibilita a extração de uma renda monopolista da terra (HARVEY, 2001).

O processo de gentrificação é interpretado por vários pesquisadores, sob diferentes pontos de vista. Rubino (2003) aponta duas vertentes: uma centrada na produção e outro no consumo. Smith (1987) destaca que as mudanças se situam no campo físico, social e econômico. O ponto crucial da gentrificação é que ela não envolve somente uma mudança social, mas também uma mudança na escala da vizinhança, uma mudança física no estoque residencial e mudanças econômicas no mercado de terrenos e habitações.

Para Hamnett (1991), a gentrificação é uma fronteira não somente física, econômica, social e cultural, mas também teórica, ideológica e política. Ela compreende uma zona de fronteira contestada entre teorias e explicações radicalmente diferentes e diz que as duas principais perspectivas teóricas são complementares e não concorrentes. Ou seja, os aspectos relacionados à produção do espaço urbano, o funcionamento do mercado habitacional e fundiário, o papel do capital e dos atores sociais, bem como o desenvolvimento e financiamento de instituições de crédito hipotecário não excluem a cultura e o consumo e vice-versa.

Ao ponderar sobre a difusão desse processo no mundo, Rivière D'Arc e Memoli (2006) alertam que, na América Latina, a gentrificação ainda é algo recente. O conteúdo do debate é defasado em relação ao ocorrido na Europa porque a história socioespacial das cidades latino americanas é diferente. No entanto, apesar das diferenças, Paes (2010) e Bidou-Zachariassen (2006) enfatizam que é possível detectar alguns elementos em comum entre eles, que evidenciam intenções e valores explícitos muito próximos, tais como a recuperação do patrimônio cultural, o estímulo às práticas de lazer e turismo, a construção de edificações emblemáticas, a promoção de eventos, a expulsão dos pobres e a elitização de algumas áreas, entre outros exemplos.

Outrossim, concorda-se com a hipótese defendida por Paes (2010), de que foi a terceira onda apontada por Smith (2006) que atingiu os países periféricos, não sendo adequado adotar as mesmas interpretações realizadas para os países centrais, sobretudo porque, no caso brasileiro, privilegiaram-

se setores como o turismo, a cultura e o consumo de produtos de luxo e não a reabilitação de moradias, como no início do processo nos países centrais. Os centros históricos de Recife, Salvador e Ouro Preto são exemplos dessa experiência (Figura 1.4).



Figura 1-4 Sítios históricos brasileiros refuncionalizados. 1 – Bairro do Recife; 2 – Pelourinho, em Salvador; 3 – Centro de Ouro Preto.

O Bairro do Recife¹⁰, antes da refuncionalização, foi uma área degradada que abrigou a zona de prostituição e pensões de alta rotatividade em prédios históricos deteriorados. O Plano de Revitalização do Bairro do Recife/Pernambuco, colocado em prática a partir de 1993, objetivou transformar o bairro em um centro metropolitano regional (um polo de serviços modernos), um espaço de lazer e diversão, além de um atrativo turístico nacional e internacional, associado à criação de uma nova imagem para a cidade. Esses objetivos já sinalizavam a intenção de priorizar as atividades de consumo e entretenimento no Bairro, criando um espaço de espetáculo urbano consagrado pelas fachadas preservadas de seus edifícios. Conforme destaca Leite (2004), esses objetivos também evidenciavam aspectos significativos de uma política de gentrificação.

O bairro foi embelezado e revalorizado com a reforma de parte do seu casario e a instalação de atividades voltadas à cultura, lazer e consumo. Leite (2004) ainda relata que a prefeitura, com apoio dos empresários, financia uma intensa programação cultural no local. E, para contribuir para a realização desses eventos, também interdita o trânsito nas principais vias e reforça a segurança no local a partir das 18 horas, consolidando um grande cenário urbano voltado para o espetáculo e para o consumo visual.

¹⁰ O Bairro do Recife foi tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN em 1998 (LEITE, 2004).

O centro histórico de Salvador/Bahia, também conhecido por Pelourinho¹¹, representa um caso de refuncionalização polêmico no Brasil, pelo seu caráter segregador. No processo de recuperação do bairro, a população tradicional foi expulsa, o que alterou significativamente a dinâmica socioeconômica local. No lugar das antigas habitações implantaram-se comércios e serviços voltados para atender a atividade turística, o que contribuiu para o fortalecimento do “produto turístico Bahia” (SOTRATTI, 2010, p. 143), vendido no mercado nacional e internacional.

A implantação do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador iniciou-se em 1992 e englobou, até 2006, sete etapas de intervenção, como destacou Sotratti (2010). As quatro primeiras etapas, compreendidas entre 1992 e 1995, criaram um centro comercial turístico nas imediações do largo do Pelourinho. A quinta e sexta etapas agregaram estudos e avaliações do próprio projeto, objetivando melhorar o seu desempenho, que, nas etapas anteriores, tinham sido consideradas satisfatórias. Criou-se, por exemplo, o programa Pelourinho Dia e Noite, com uma programação intensa de eventos culturais. Verifica-se, assim, que a gentrificação não foi explicitada no Programa, no entanto, suas ações estavam implícitas quando se priorizou o turismo e a supervalorização do patrimônio cultural, da história e da estética de suas paisagens, que transformou o centro histórico em uma área de compras, lazer e cultura.

A sétima etapa difere totalmente das anteriores, pois pretendia fixar os moradores locais no próprio centro histórico, em uma tentativa de diminuir os impactos sociais do programa. Sotratti (2005) apontou que apenas 10% dos imóveis do Pelourinho possuíam uso residencial após as setes etapas, o que evidencia que esse processo de mudança e inclusão dos moradores ainda é muito pequeno, não alterando a dinâmica socioespacial criada pelas outras etapas. Todavia, enuncia um novo olhar para os centros históricos, no qual a população local e sua ordem próxima possam fazer parte das decisões e do processo de intervenção.

O sítio histórico de Ouro Preto¹², considerado por Castriota (2009) o mais significativo conjunto da arquitetura colonial brasileira, evidencia um processo de refuncionalização com algumas especificidades, pois parte significativa da população reside dentro do sítio histórico e cria

¹¹ O centro histórico de Salvador/Bahia foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1985 (SOTRATTI, 2010).

¹² O sítio histórico de Ouro Preto foi considerado Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, em 1980 (CASTRIOTA, 2009).

uma dinâmica econômica multifuncional, que mescla atividades de comércio, serviços, habitação, educação, lazer e turismo concentrados em um mesmo local. Convém ressaltar que o sítio histórico de Ouro Preto não passou por um processo de degradação como Recife e Salvador. Pelo contrário, sempre foi muito utilizado, tanto pelos moradores no seu cotidiano, quanto pelos turistas.

O Programa de Revitalização de Sítios Urbanos através da recuperação do Patrimônio Cultural – projeto Ouro Preto, criado em 1997 pelo Programa Monumenta, segundo Oliveira (2005), estabeleceu diversas diretrizes voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, tais como o restauro de diversas edificações, a criação do Fundo Municipal de Preservação, a recuperação de alguns espaços públicos, como o Largo Marília de Dirceu. Estabeleceu também algumas ações urbanas que contribuem indiretamente para a preservação do patrimônio, como a elaboração de um estudo de tráfego urbano, a sinalização turístico-cultural, a criação de estacionamentos fixos e rotativos, além da aprovação do Plano Diretor.

Oliveira (2005) e Cifelli (2010) ainda enfatizam que o turismo foi a atividade que mais ganhou destaque nas áreas de intervenção do Programa Monumenta, pois aproveitou os bens que foram restaurados como atrativos turísticos, incrementando o fluxo de visitação. De maneira geral, o turismo em Ouro Preto sempre se aproveitou do existente (da cultura, do patrimônio, da infraestrutura) para transformá-lo em atrativo turístico, no qual o patrimônio sempre foi o grande alvo, tornando-se um cenário perfeito, porque   algo que já está edificado e totalmente vinculado   cultura local, permitindo a resignifica o e, conseqüentemente, a explora o da memória local e de seu capital simbólico e cultural como atrativo.

A consolida o desse processo de refuncionaliza o turística alterou a dinâmica espacial local, que, ao longo dos últimos anos, vem substituindo a popula o residente do centro por comércios e serviços voltados ao turismo. Enquanto a popula o de maior poder aquisitivo vai residir em bairros afastados do centro, a popula o mais pobre desloca-se para os morros promovendo uma ocupa o irregular, carente em infraestrutura urbana, que contribui inclusive para a descaracteriza o da paisagem circundante do sítio histórico. E esse processo intensifica-se a cada dia, sobretudo quando as políticas urbanas e as de preserva o focam o desenvolvimento econômico e os interesses do mercado e não valorizam o desenvolvimento local e os interesses da popula o (OLIVEIRA, 2010).

Para Jeudy (2005, p. 11-12), os três centros históricos citados anteriormente utilizam a conserva o do patrimônio cultural nos projetos de refuncionaliza o urbana e adotam fórmulas internacionais de “patrimonializa o, estetiza o, padroniza o dos espaços” sem questionamento crítico. Santos (2006) ressalta que muitos sítios com patrimônio histórico arquitetônico de cidades

brasileiras vêm sendo refuncionalizados para o uso turístico. “Estas refuncionalizações em inúmeras cidades seguem o mesmo modelo, fundindo o tradicional – os bens tombados, aos novos usos e funções”.

Isso demonstra como cidades distintas, com história e cultura diversas, localizadas em lugares diferentes, produzem uma paisagem urbana homogênea, denominada por Muñoz (2008) aterritorial, pois não correspondem à tradução direta das características físicas, sociais e culturais de um território concreto, ou seja, são produzidas e clonadas independentemente do lugar.

Diferentemente dos casos citados anteriormente, que se pautavam pela revalorização do patrimônio associado à práticas de lazer e turismo, a construção da Avenida Engenheiro Carlos Luiz Berrini, na década de 1980, em São Paulo, evidencia um exemplo de refuncionalização pautado pela construção de grandes torres de edifícios para sediar grandes empresas. O projeto pretendia a promoção de uma nova área visando a um desenvolvimento econômico de alcance global. Saliente-se que, com a construção da avenida, inúmeras pessoas de baixo poder aquisitivo tiveram que abandonar as suas moradias. O local é hoje um centro econômico promissor que abraça empresas nacionais e internacionais de grande porte, definido por um *skyline* de arranha-céus de luxo, com construções contemporâneas de mesma tipologias construtivas e traços comuns de empresas transnacionais, que influenciados por um mercado especulativo imobiliário supervalorizaram a área, tornando-a uma das mais caras na cidade de São Paulo.

Tanto os centros históricos quanto as torres da arquitetura corporativa evidenciam uma padronização da morfologia urbana, que resulta de uma “urbanização banal do território” (MUÑOZ, 2008, p. 52), na qual os elementos determinantes de uma paisagem podem ser “repetidos e replicados em lugares distintos tanto geográfica quanto economicamente” (MUÑOZ, 2008, p. 52). O autor denomina esse processo de “urbanização”, uma produção de paisagens comuns que alcançam uma escala global, mas que ainda preservam uma dinâmica intrínseca peculiar à escala local, nas suas diversas dimensões, articulada em torno de uma espécie de “gestão das diferenças”.

Tratam-se de práticas de planejamento difundidas e copiadas em escala global, verticalidades compostas por fluxos de tecnologias, capital e informações, comandadas por forças hegemônicas que criam uma ordem expressamente econômica (SANTOS, 2002). Essas verticalidades são alheias aos interesses coletivos da comunidade, pois imperam de cima para baixo, conforme os interesses do capital financeiro e da acumulação flexível.

1.3 REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA

Para Santos (1985, p. 51), o espaço geográfico é uma totalidade composta por formas (objetos geográficos), funções (usos sociais), estrutura (modos de organização social) e processo (tempo histórico). Para entender a totalidade do espaço geográfico não se pode analisar as formas isoladamente. É necessário estabelecer correlações entre as formas, as estruturas sociais, os processos históricos e as funções (ou refuncionalizações) sociais presentes no espaço. Santos (2002) ainda destaca que a compreensão da realidade espacial exige uma compreensão dialética e conjunta da totalidade socioeconômica.

Nas cidades contemporâneas, as formas pretéritas recebem novos significados sociais e econômicos, a partir de intervenções urbanas que visam a revalorizar áreas degradadas, impondo-lhe novas práticas e usos sociais. O processo de volta ao centro e sua refuncionalização, associada à valorização do patrimônio histórico, tornou as áreas centrais estratégicas para a economia, transformando-as “em ferramentas para a ação econômica e produto para o mercado” (PAES-LUCHIARI, 2006b, p. 254).

A refuncionalização urbana agrega uma nova significação aos centros urbanos que possuem uma organização espacial não mais condizente ao processo de produção atual, permitindo que o capital financeiro se instale nessas áreas, transformando-as em centros de consumo e de multiplicação do capital.

Dessa maneira, as áreas refuncionalizadas tornaram-se alvo da economia global e inseriram-se no que Choay (2001) denominou mercado internacional de centros e bairros tradicionais que se criou na era da indústria cultural. Para Arantes (2000), esse movimento de volta à cidade desencadeou um “reencontro glamoroso entre cultura (urbana ou não) e capital” e consolidou a cidade-empresa-cultural. As estruturas sociais mudam ao longo do tempo e, com isso, novas funções ou usos sociais surgem e se sobrepõem às formas preexistentes. A forma é um componente do espaço geográfico que expressa, de modo aparente e visual, o trabalho social realizado em um determinado período histórico.

A tendência de reviver formas do passado para criar réplicas ou ambientes simulados utilizados para shows e eventos culturais, onde se vendem ofertas de lazer e estilos de vida, coloca a preservação e a restauração de edifícios significativos como novos símbolos de status e distinção.

Boyer (1998) menciona que, muitas vezes, o incentivo à preservação da história local e das formas do passado visam somente à criação de um espaço cenográfico capaz de promover o

redesenvolvimento urbano. A revivência do passado parece ter como objetivo a “nostalgia, a produção de memórias coletivas higienizadas e a promoção de sensibilidades estéticas acrílicas” (HARVEY, 2004, p. 104), o que promove um contínuo espetáculo da cultura da mercadoria, incluindo a própria transformação do espetáculo em mercadoria.

Debord (1997, p. 33) enfatiza que “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se tornou imagem”. Assim, a imagem das cidades pode ser estrategicamente recriada pelo poder público local, juntamente com corporações, para que promovam desejos de consumo a partir da valorização do local e, conseqüentemente, gerem altas taxas de lucro para seus investidores, principalmente pela elevação do capital imobiliário.

Essa reapropriação do passado e colagem de formas e usos promove uma ruptura da ordem temporal das coisas, na medida em que abandona todo sentido de continuidade e memória histórica. Essa ruptura, segundo Jameson (1989), promove uma redução da experiência, pois realiza a apreciação somente do presente.

Ressalte-se que há mais do que nostalgia envolvida no processo de refuncionalização urbana. Existem interesses financeiros que prevalecem sobre esses processos e privilegiam a acumulação do capital. A cidade, ajustada à ordem econômica mundial, torna-se um lugar privilegiado para investimentos e consolida-se como mercadoria. Vainer (2000, p.79) ressalta que considerar a cidade como uma mercadoria significa que ela pode ser vendida em um mercado extremamente competitivo, onde se negociam “insumos valorizados pelo capital transacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança”.

Com a intermediação do poder político dos governos locais, o espaço urbano se integra ao circuito de reprodução e valorização capitalista por meio de medidas de reestruturação urbana, adequadas às exigências da economia competitiva, bem como pela construção de uma imagem que possibilite sua inserção no mercado global de cidades.

Borja e Castells (1998) apontam como alternativa o desenvolvimento de políticas cidadinas locais destinadas a fortalecer a participação cidadã, sua legítima representatividade e a equidade social, aspectos totalmente ausentes na maioria das políticas urbanas.

No que se refere ao patrimônio cultural, conciliar preservação e intervenção torna-se um desafio dentro do modelo globalizado, para que não ocorra a sua descaracterização, a homogeneização cultural e o privilégio dos interesses do capital. A valorização de comunidades locais e o reforço de suas identidades tornaram-se fundamentais como forma de resistência à

globalização. E, também, como possibilidade de promover o desenvolvimento econômico das áreas conservadas.

Nesse sentido, emergiu um grande número de normatizações e legislações visando a salvaguardar os centros históricos, preocupados com o seu desenvolvimento e a valorização das comunidades locais. Cita-se como exemplo de normatização a Recomendação de Nairóbi (IPHAN, 1995, p. 297-302), de 1976, a qual pregou que a revitalização deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais ao atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes. Isso significa que somente seria aceita a criação de novas funções desde que compatíveis com o contexto econômico e cultural local. Ademais, a Recomendação de Nairobi sugere a manutenção das funções existentes, sobretudo o comércio e o artesanato, além de destacar que os custos com a preservação deveriam ser compatíveis com o uso e não com seu valor cultural.

A Declaração de Amsterdã¹³ (IPHAN, 1995, p. 229-241), de 1975, enuncia o conceito de conservação integrada e explicita a necessidade da conservação ser considerada um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional. A Declaração ressalta que a reabilitação de bairros antigos deve evitar “modificações importantes da composição social dos habitantes e de maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos”.

Em uma análise sobre a questão econômica da Declaração de Amsterdã, Castriota (2009) afirma que ela envolve um nível elevado de investimento estatal, o que caracterizou as políticas públicas do período. Essa perspectiva marcou, por exemplo, o caso de Bolonha, em que o Governo local subsidiou grande parte das intervenções.

Gagliardi (2011) destaca que o primeiro plano proposto para Bolonha após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial propôs a demolição de áreas que aparentassem sinais de degradação e sua reconstrução por meio de intervenções que favorecessem o trânsito e a construção de escritórios privados, priorizando o desenvolvimento econômico capitalista pautado em um mercado especulativo imobiliário. Esse plano foi descartado e substituído por um que valorizou sua história e priorizou a recuperação integral do centro histórico, associado a uma política de habitação popular.

¹³ A “Declaração de Amsterdã” foi produto do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, durante o Conselho da Europa, em 1975, no coroamento do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico.

Gagliardi (2011) afirma, ainda, que, nas áreas periféricas, limitou-se o assentamento de novas indústrias e melhorou-se a atividade de serviços e habitação para equilibrar os deslocamentos. Foi um plano regulador, com forte envolvimento do governo, sindicatos e forças sociais, empresários e pequenos industriais.

Como destaca Castriota (2009), enquanto Bolonha se tornou o paradigma da conservação integrada nos anos 1970, com um plano regulador que priorizou a recuperação do centro histórico para uso residencial com forte subvenção estatal, Barcelona tornou-se o modelo de reabilitação urbana dos anos 1980, com um plano integral que reuniu, ao mesmo tempo, projetos urbanísticos, culturais, socioeconômicos e de desenvolvimento social, além de incorporar a cooperação público-privada e a efetiva participação da comunidade (Figura 1.5).



Figura 1-5 – Exemplos emblemáticos de intervenção urbana. 1 – Sítio histórico de Bolonha; 2 – Vila Olímpica em Barcelona.

Fonte: 1. http://ysaigh.blogspot.com/2009_11_01_archive.html. 2, 2011; http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Barcelona_Vila_Olimpica.jpg, 2011.

Barcelona viveu uma fase de euforia, com o resgate da identidade catalã, após o fim da ditadura franquista. Sánchez (2003) relata que, em 1976, foi aprovado o Plano Geral Metropolitano - PGM, considerado como o ponto de partida para todo o processo de planejamento urbano. O Plano previu uma série de ações distanciadas no tempo e teve como objetivos converter Barcelona como a capital do Ocidente; incentivar o setor de serviços e o turismo; investir na sua imagem e na promoção internacional por meio de grandes infraestruturas, tais como a criação de mais museus de padrão internacional, salas de concertos e de ópera, equipamentos culturais modernos e atrativos, além de uma mudança significativa nos usos do solo.

Na primeira fase de intervenção, priorizou-se a requalificação dos espaços públicos. Foram definidas cerca de 100 praças para intervenção. Arantes (2000, p. 53) aponta que a prioridade de

intervenção em praças não foi por acaso. A ideologia do lugar público estava em alta, sobretudo em uma cidade como Barcelona, onde as pessoas conservavam o hábito do encontro em espaços abertos.

Sánchez (2003) relata que a ideia era chegar a um projeto global por meio de ações pontuais, porém estruturadoras, voltada à equidade e melhoria dos bairros. Castriota (2009) aponta que a principal dessas intervenções foi na Cidade Velha, onde se criou uma área de reabilitação integrada. A segunda fase de intervenção focou-se na orla marítima, que estava completamente degradada. Utilizou-se a candidatura aos jogos olímpicos de 1992 como uma das estratégias para conseguir o dinheiro da intervenção, pois o evento daria grande visibilidade mundial à cidade.

Em 1986, saiu a indicação de Barcelona como cidade olímpica. Em 1987, foi aprovado o *Plan de Costes*, definido pela Corporação Metropolitana que visava à intervenção na frente marítima de Barcelona. As instalações olímpicas foram agrupadas em quatro áreas: Montjuïc, Diagonal, Vall d'Hebron e Parc de Mar, o que criou novas áreas de centralidade. Com financiamento pelo poder local, administração pública regional (Generalitat de Catalunya), Governo Central Espanhol, Comunidade Europeia e setores privados, criou-se uma complexa rede de atração de investimentos que articulou mercado de consumo, turismo, cultura e localização de empresas transnacionais.

A Vila e o Porto Olímpico tornaram-se um complexo turístico, de lazer e de consumo. Sánchez (2003) aponta que, por meio dessa combinação de atividades, a Vila Olímpica tornou-se um dos espaços-símbolo da renovação urbana dos anos 1990 e expressa uma das principais faces da cidade-mercadoria.

Arantes (2000, p. 51) ressalta que essa fórmula, considerada por muitos autores como inédita em Barcelona, na realidade foi importada das experiências das cidades-empreendimento de formato americano. No entanto, essa experiência se mostrou bem sucedida e consolidou um modelo urbanístico, pautado no planejamento estratégico, exportado para todo o mundo, sobretudo para a América Latina.

O planejamento estratégico, segundo Vainer (2000) e Sánchez (2003), foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na *Harvard Business School*. Segundo seus defensores, o planejamento estratégico deveria ser adotado pelos governos locais em razão das cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para Borja e Castells (1998), planejamento estratégico é a definição de um projeto de cidade que unifique diagnósticos, concretize atuações públicas e privadas e estabeleça um quadro coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos. Mas, na realidade, essa

cooperação possui uma baixa atuação, porque os meios e os objetivos são definidos por fatores externos, buscando uma inserção eficaz da cidade na economia global.

A questão que se destaca é que, se a cidade é o lugar da democracia, o mesmo não se pode dizer da empresa, uma corporação. Assim, a liberdade de decisão e cronogramas rígidos podem significar, respectivamente, diminuição do controle social sobre os atos da administração, o que pode reduzir os canais de participação.

A adoção do modelo Barcelona no Brasil, segundo Bidou-Zachariasen (2006, p. 49), marcou um momento no qual “os poderes públicos procuraram se afastar do modelo norte-americano que havia servido de referência no período precedente, para buscar inspiração nas políticas europeias”. Em consequência, esse modelo foi apresentado como solução às novas situações provocadas pelo movimento de globalização da economia. E o mais curioso, como destaca Sánchez (1999, p. 121), “é o alcance que estes instrumentos têm obtido, ganhando uma notável presença nas políticas urbanas que emergem neste final de século”.

Sánchez (1999) ainda evidencia que as principais ações propostas pelos novos planos estratégicos são voltadas para um redesenho espacial das cidades face à obsolescência da infraestrutura urbana instalada. Nesse sentido, serão as intervenções físicas as que deverão determinar o êxito ou o fracasso de muitas estratégias econômico-territoriais, como condições gerais de produção exigidas pelos novos padrões tecnológicos, especialmente nas áreas de transportes e telecomunicações.

No Brasil, a cidade de Curitiba tornou-se um exemplo que adotou o planejamento estratégico e o modelo-Barcelona como referência. Desde os anos 1960, Curitiba investiu no planejamento urbano tendo como objetivo a qualidade de vida. Em 1964, um concurso deu as diretrizes para o Plano Preliminar de Urbanismo, que visava a descongestionar e preservar centro, conter a população em Curitiba, criar suporte econômico para o plano e melhorar qualidade de vida urbana da cidade por meio de um modelo linear de expansão urbana ordenado em cima de vias estruturais. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC foi criado em 1965, para detalhar e acompanhar a execução do Plano proposto por Jorge Wilhelm Arquitetos.

O IPPUC elegeu três instrumentos para consolidar o processo de transformação física: o transporte coletivo, o uso do solo e o sistema viário. Devido à pequena interferência política, conseguiu implantar seus projetos e se tornar referência no âmbito dos transportes urbanos, no projeto de espaços públicos e, mais recentemente, em uma gestão urbana sustentável. Dessa forma,

tornou-se exportadora de tecnologias urbanísticas, como a estação tubo (Figura 1.6-1) e consolidou sua imagem de cidade-modelo que apresenta excelentes indicadores urbanos.

A partir da década de 1970, as transformações urbanas deixaram de ser estruturais e focaram em obras urbanísticas de construção de parques étnicos, novos centros culturais e áreas de lazer, tais como o Memorial da Cidade, a Ópera de Arame, as ruas de serviço chamadas de Ruas da Cidadania, o Jardim Botânico, a Universidade do Meio Ambiente, a “Rua 24 Horas”, entre outros.

Campinas, apesar de não ser um exemplo emblemático de planejamento estratégico, é influenciada pelos mesmos processos e responde às demandas das verticalidades. Desde a década de 1970, sofreu transformações urbanas¹⁴, tais como a construção do calçadão, as inúmeras tentativas de revitalização da Rua Treze de Maio, a concepção da Estação Cultura e investiu em atividades voltadas para o consumo e as atividades relacionadas ao ócio e a cultura.

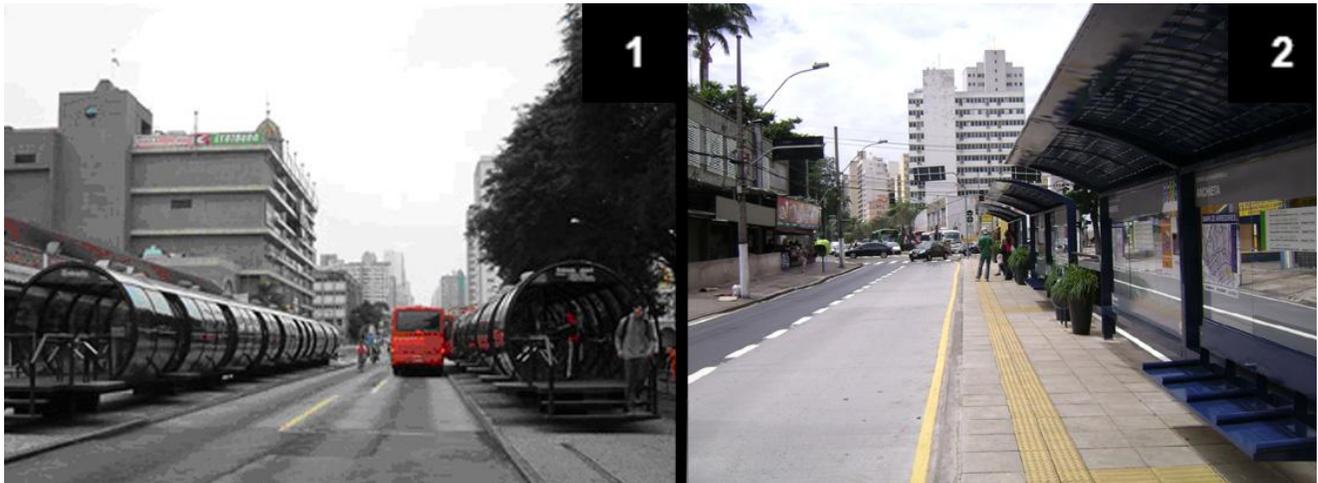


Figura 1-6 Estações de transferências em corredores de ônibus urbanos. 1 – Estação tubo em Curitiba (2007); 2 – Estação de transferência em Campinas (2010).

Na atualidade, investe em meios de transporte urbano como a criação dos corredores de ônibus municipais e as estações de transferência (Figura 1.6-2), se prepara para a chegada do TAV com a criação do “Novo Centro” e um complexo intermodal dentro do pátio da antiga Fepasa. Essas intervenções urbanas valorizam a fluidez e novas formas de mobilidade urbana e intraurbana, que delineiam uma população pendular denominada por Muñoz (2008, p. 28) de “territoriantes” -

¹⁴ Esses projetos serão analisados no Capítulo 2.

população metropolitana que, decorrente das mudanças na escala do transporte e das telecomunicações, podem desenvolver diferentes atividades em pontos diversos do território de forma cotidiana. Segundo o autor, o territorialante não é somente o habitante de um lugar, mas também o usuário de outros lugares. Ele estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade, os lugares onde desenvolve suas atividades, porém não é o local onde se localiza a sua residência principal. Corresponde ao protótipo do habitante da cidade pós-industrial.

Para Muñoz (2008, p. 27), se o flaneur representava “um novo tipo de comportamento urbano, vinculado ao nascimento da sociedade de consumo que caracterizou a cidade moderna, industrial, o territorialante manifesta também um novo tipo de comportamento no território da cidade pós-industrial”.

Enfim, os centros urbanos configuram-se como objetos culturais históricos e socialmente construídos. Acumulam vestígios e trazem as marcas do processo de sua construção, transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo. Embora incidam sobre áreas antigas das cidades, dotadas de um elevado valor cultural, as novas intervenções urbanas priorizam a apropriação cenográfica dos espaços, sem a preocupação de considerar as cidades como objetos socialmente construídos e seu patrimônio como fonte de conhecimento.

Na disputa entre cidades, as intervenções urbanas orientam-se por estratégias que visam ao consumo, à cultura, à estetização dos espaços, ao estímulo às práticas de lazer e turismo, à construção de edificações emblemáticas, envolvendo o seu enobrecimento e seu uso como mercadoria.

Ressalte-se que a intenção não é criticar o mercado, mas sim a política do poder público que prioriza o centro como um local de consumo e não com um bem coletivo, que valoriza as ações localmente construídas e consolida a ordem local. Nesse sentido, concorda-se com Jacobs (2001), que, já na década de 1960, dizia que os projetos de intervenção urbana, em primeiro lugar, deveriam favorecer as áreas urbanas e a população nela envolvida, sem expulsá-la do processo.

Apesar do sucesso internacional de muitos projetos urbanos, verifica-se, geralmente, que os principais beneficiados não são os cidadãos do local a receber a intervenção. É de muita valia salientar que os cidadãos, na maioria das vezes, não possuem a oportunidade de se expressar e suas reais necessidades não são consideradas na elaboração desses projetos de intervenção urbana, prevalecendo apenas o retorno econômico e o status da cidade. Acredita-se que o processo de

refuncionalização urbana deveria revelar a apropriação e a reprodução do lugar como resposta às verticalidades impostas.

2 A REFUNCIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE CAMPINAS

O centro de Campinas vivencia, nos últimos anos, processos e resultados que são comuns a diversas cidades latino americanas, tais como a popularização do centro, insegurança, ambulantes, forte concentração das atividades de serviço, congestionamento, poluição, degrado físico de inúmeras edificações, algumas delas de elevado valor arquitetônico e histórico, desvalorização, entre outros.

A exemplo de outras cidades, a área central de Campinas corresponde ao centro antigo que, no passado, abrigava tanto as instâncias de governo, o comércio e o lazer, quanto as moradias das famílias de maior poder aquisitivo. Com a expansão, a cidade foi marcada por um modelo residencial de suburbanização e as atividades mais nobres deslocaram-se para outras centralidades, enquanto o centro se popularizou e recebeu atividades como o comércio popular, ambulantes e serviços, que o utilizam sobretudo em horário comercial. A pouca atividade noturna colaborou para a expansão da violência e da prostituição, contribuindo para o que alguns autores denominam degradação. Foi um momento de ruptura na sua estabilidade funcional e simbólica. No entanto, apesar dessa protrusão, ele ainda era o centro da cidade e permaneceu como o foco irradiador da organização espacial urbana e de seu valor histórico e simbólico enraizado na memória da cidade e de seus cidadãos.

Com o intuito de resgatar essas qualidades e funções perdidas, a área central tornou-se alvo de diversos projetos. No início, eram apenas intervenções pontuais, voltadas para a revitalização do patrimônio, porém, na atualidade, consolidam-se como propostas mais complexas que propõem a refuncionalização urbana a partir da valorização da fluidez do território, adotando a mobilidade urbana como foco de alguns desses projetos.

O presente capítulo apresenta um breve histórico da cidade de Campinas e discorre sobre as diversas transformações urbanas sucedidas no centro desde a sua formação até o atual momento do empreendedorismo urbano, altamente influenciado pelo modelo globalizado.

2.1 A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA ÁREA CENTRAL

Campinas nasceu de um pouso à beira do Caminho dos Guaiases, rota secundária e tardia do ciclo de mineração, aberta em 1722 pelos paulistas. Esse caminho, vindo de Mogi Mirim, trilhava rotas mais favoráveis a percursos a pé e por isso a sua conformação sinuosa, que se contrapõe ao traçado retilíneo e ortogonal do período em que a cidade ainda era Freguesia (BADARÓ, 1996; SANTOS, 2002; VALDERRAMA, 2002).

No século XVIII, quando Campinas ainda era a Vila de São Carlos ou Vila do Açúcar, não se podia falar em centro porque não se tinha uma vida urbana consolidada. Segundo Villaça (2003, p. 23), “o centro de uma cidade se constitui somente se e quando a própria cidade se constituir. Um centro não é centro, mas se torna centro”. No entanto, já estavam constituídos os elementos que, mais tarde, viriam a formar a estrutura do centro urbano de Campinas: a malha ortogonal e os três largos – o da Matriz (atual Largo Bento Quirino), o do Rosário e o da Matriz Nova (atual Largo da Catedral), como se observa na Figura 2.1. Segundo Santos (2002), em 1797, a freguesia foi elevada a categoria de Vila, sendo denominada de Vila de São Carlos. E, em 1842, a Vila de São Carlos foi elevada à categoria de cidade, retomando a denominação de Campinas.

Até o final do século XIX, Campinas foi a maior produtora de café do Estado de São Paulo e uma das principais bases do processo de expansão cafeeira no território paulista. Tal condição deveu-se, por um lado, à própria história social e econômica que marcou a cidade e, por outro, pelo favorecimento de sua posição como importante ponto de confluência de transportes e comunicações. Esse caráter de centralidade tem sido um dos elementos permanentes de estruturação do município na composição da paisagem urbana em seus aspectos formais e culturais.

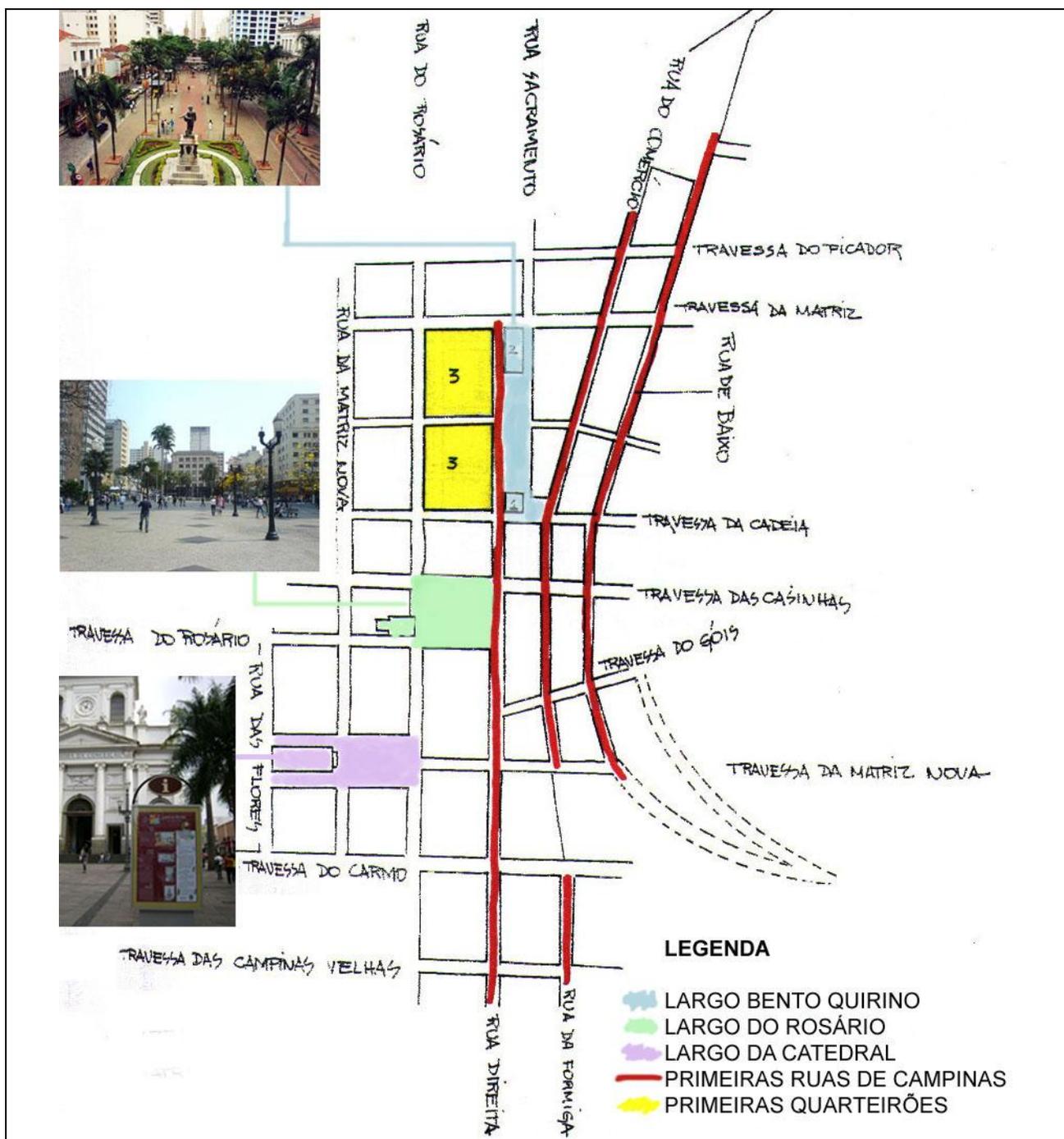


Figura 2-1 Largo Bento Quirino, Largo do Rosário e Largo da Catedral em 1840.

Fonte: VALDERRAMA, 2002.

No que foi considerada a segunda fase do café no Estado de São Paulo, a expansão cafeeira deu-se a partir da região de Campinas, baseada em técnicas agrícolas e de beneficiamento mais eficientes, na implantação da rede ferroviária paulista e no início das relações de produção capitalistas dentro das próprias fazendas. De Campinas, partiram as duas principais ferrovias, a

Companhia Paulista e a Companhia Mogiana, e nela se estabeleceram as primeiras indústrias de máquinas e equipamentos de beneficiamento.

A cultura do café e seu desenvolvimento impuseram a necessidade de consolidação de uma base urbana capaz de suportar toda a logística e infraestrutura voltada a tal cultura. Como expõe Cano (1988), a dinâmica de reprodução dessa economia, ou a acumulação nos marcos da economia cafeeira capitalista, assumiu uma dimensão urbana anteriormente não conhecida. O café foi responsável pela estruturação da rede urbana que reconfigurou os antigos aglomerados para o atendimento das novas necessidades tecnológicas, de infraestrutura, de circulação, entre outras. Deve-se observar que a rede urbana que suporta o processo de metropolização de Campinas e região teve origem no período cafeeiro.

A chegada da estrada de ferro em Campinas, em 1872, acarretou inúmeras transformações na vida urbana, na medida em que o trem era o grande vetor da modernidade. Era o trem que fazia a conexão com o porto e, conseqüentemente, com a Europa, trazendo ideias, informações, inovações tecnológicas, artísticas e culturais que influenciaram diretamente o comportamento da população local.

A transformação de Campinas em principal centro produtor de café trouxe à cidade diversas modificações que alteraram sua fisionomia. Segundo Badaró (1996), do ponto de vista urbano, as mudanças advindas do café resultaram em vários melhoramentos, dentre os quais, citam-se: a iluminação pública a gás (1875) e as linhas de bonde de tração animal instalados pela Companhia Carris de Ferro (1879). Na malha urbana, surgiram diversos edifícios voltados ao uso público, como hospitais, escolas e mercados, o que contextualizou na cidade uma vida mais pública, alicerçada em valores burgueses e urbanos. Na arquitetura, um novo estilo se fez presente, o neoclássico, que foi adotado em diversas residências e edifícios institucionais, vindo também alterar muitas construções coloniais.

A localização da estação configurou um novo eixo central da cidade, tendo, numa de suas extremidades, a Catedral; logo atrás da mesma, o Teatro São Carlos e, na outra extremidade, a própria estação. A estação atraiu para si o prolongamento da área comercial de Campinas, já estabelecida nas áreas lindeiras aos largos centrais da cidade que consolidavam a tendência de ocupação norte-sul, seguindo o eixo pré-urbano do caminho dos Guaiases.

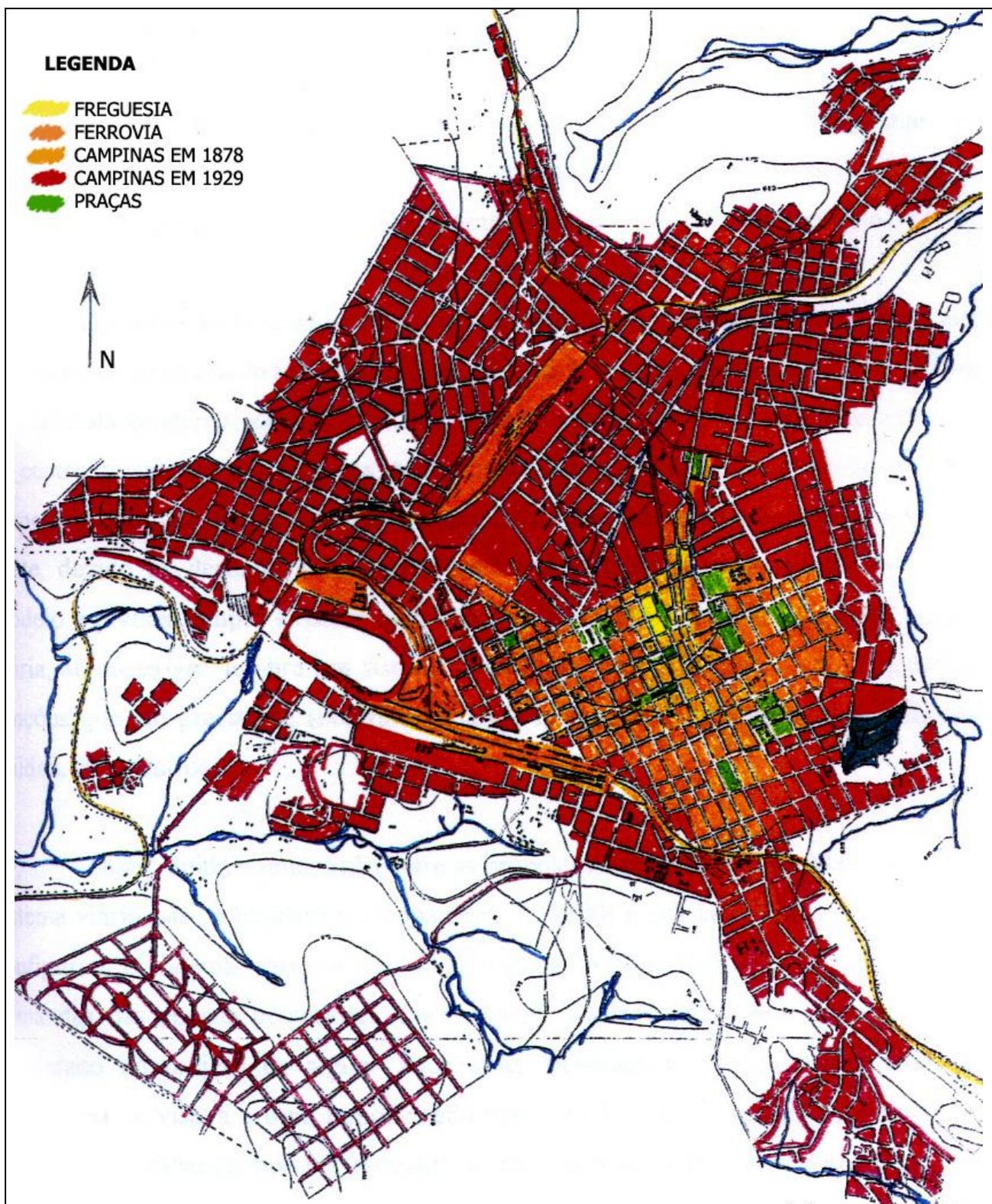


Figura 2-2 Mapa de Campinas em 1929.
Fonte: VALDERRAMA, 2002.

Badaró (1996) e Santos (2002) destacam que, na Rua São José, estabeleceu-se o comércio varejista, com pequenas lojas de tecidos e armarinhos. No largo da estação ferroviária e nas primeiras quadras das ruas adjacentes, instalou-se o comércio atacadista de secos e molhados e importantes hotéis. Posteriormente, abriram-se a Avenida Andrade Neves e o Boulevard Itapura, paralelo à Estação da Mogiana, cujas larguras contrastavam com as ruas estreitas da época.

Sendo o trem o vetor de chegada da modernidade, a Estação da Fepasa se tornou o elo de comunicação entre Campinas e o mundo. Como a referida era um eixo difusor de pessoas, ideias e mercadorias, o centro situado no entorno da linha férrea se tornou uma área moderna e dinâmica, que abrigou a função comercial juntamente com a habitacional. Como as pessoas queriam morar próximas das novidades, tornou-se uma área privilegiada e nobre, com a valorização do solo urbano e das atividades ali desenvolvidas. Esse fato repercutiu diretamente na sua arquitetura, principalmente nas fachadas que eram bastante ornamentadas e imponentes.

O trecho correspondente à Companhia Paulista inaugurou um novo corredor de expansão que serviu de espinha dorsal para o crescimento da cidade no sentido leste-oeste. Nos finais do século XIX, os dois eixos principais de expansão da cidade estavam configurados e legitimados no espaço da cidade. O eixo norte – sul, desde a configuração da vila, se impôs como um eixo de ocupação mais elitizado, enquanto que o eixo leste – oeste configurou-se como um eixo de ocupação mais popular, como se verifica na Figura 2.2.

Ademais, a implantação da ferrovia promoveu a valorização dos terrenos da área central, via melhoramentos urbanos e diversificação de atividades. Com isso, a população menos abastada, a indústria e o operariado nascente foram compelidos a ocupar as porções territoriais além da ferrovia, em especial, depois do leito férreo da Companhia Paulista.

A partir dessa situação, iniciou-se um processo que resultou, por um lado, na ocupação fora dos limites da malha urbana consolidada na época da vila e, conseqüentemente, no início da delimitação do que viria a constituir o centro principal de Campinas. No plano urbano, significou o estabelecimento dos limites do centro a partir da ocupação periférica que teve como marco físico a ferrovia. Por outro lado, esse processo se assentou em uma segregação espacial da sociedade, das funções e atividades que teve como substrato a qualificação do espaço como mercadoria e a divisão de classes.

No final do século XIX aconteceram epidemias de febre amarela que causaram várias modificações na vida social, cultural e econômica de Campinas. Verificou-se grande redução no número populacional tanto por mortes como por êxodo. Pessoas transferiram-se para novas áreas

agrícolas ou para a capital São Paulo. Como destaca Badaró (1996), a população urbana que, no período, possuía cerca de 20.000 habitantes, passou a ter não mais do que 5.000.

Trabalhos de saneamento básico e higiene foram realizados para combater as epidemias. Implantou-se uma legislação exigindo higiene nas construções, ruas foram pavimentadas, introduziu-se abastecimento de água tratada e coleta de esgotos, córregos foram canalizados e áreas pantanosas aterradas. O governo estadual participou desses investimentos, contando com a orientação do engenheiro sanitário Saturnino de Brito a partir de 1896. Além de embelezar a cidade com bulevares e saneá-la em função da febre amarela, o engenheiro Saturnino de Brito realizou uma construção perimetral no centro histórico de Campinas, o que facilitou posteriormente a criação de novos bairros ao redor do *rossio*¹⁵.

Após o desenvolvimento do saneamento e a reativação econômica no início do século XX, sua configuração urbana foi muito pouco alterada, atendo-se a ocupar as áreas existentes e abandonadas na época das epidemias. Seu crescimento físico somente voltou a ocorrer após a década de 1920.

Com o desenvolvimento industrial que se impulsionou em Campinas a partir da virada do século XX, outras necessidades urbanas passaram a existir. As ruas estreitas e o aspecto colonial das edificações não estavam de acordo com o espírito moderno de desenvolvimento e o progresso que pretendia a elite campineira.

O engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia foi contratado em 1934 para elaborar um plano de remodelação urbana para a cidade: o Plano de Melhoramentos Urbanos. Prestes Maia considerou o conceito de zoneamento e os ideais do urbanismo moderno escrito na Carta de Atenas de 1931 para elaborar o plano, na qual, ao longo da malha viária principal, estaria situada a função comercial. Segundo Badaró (2002), Prestes Maia preocupou-se também com as áreas de expansão e, nelas, além de planejar a circulação, propôs reserva de áreas para instalar grandes parques, novos conceitos de bairros residenciais, além de estabelecer áreas preferenciais destinadas à instalação de indústrias.

¹⁵ Marx (1991, p. 68) explica que “o *rossio* era uma parcela de terra, demarcada junto ao núcleo urbano, que servia para distintos propósitos, que poderiam resumir-se em: sua utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeiras ou lenha, para algum plantio, além de constituir-se como uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja por meio da abertura de caminhos e estradas, ruas ou praças”.

O centro histórico recebeu tratamento próprio, sendo redesenhado com grande preocupação estética e cívica. Em 1936, ocorreu a remodelação do Largo da Catedral. Em 1939, foi alargado o trecho inicial da Rua Conceição defronte à Catedral e foi desapropriado o quarteirão destinado ao Fórum. Em 1941, iniciou-se o alargamento integral do trecho da Avenida Francisco Glicério, entre a Rua Treze de Maio e a Avenida Campos Sales, onde foi instalado o hotel Términus, em 1943, recomendado no Plano de Melhoramentos (BADARÓ, 2002).

Para a questão de circulação, Prestes Maia sugeriu a construção de duas avenidas ortogonais entre si, que cruzassem o reticulado regular da área central. No sentido norte-sul da cidade, a alternativa escolhida foi o alargamento da Rua Francisco Glicério entre as ruas Luzitana e José Paulino. Na direção leste-oeste, optou-se pelo alargamento da Rua Campos Salles. Com a ampliação dessa rua, ela se transformou no novo elo entre a Praça da Estação Fepasa e o centro principal, que se articulava com uma avenida transversal no centro, a Rua Francisco Glicério (BADARÓ, 2002).

Uma questão importante é que, com o Plano de Melhoramentos, a dinâmica do centro mudou. As ruas Treze de Maio e Costa Aguiar deixaram de ser os eixos principais de circulação de veículos, tornando-se apenas vias coletoras, enquanto as vias Campos Salles e Francisco Glicério tornaram-se os principais eixos de circulação da área central.

Com essa legislação, foram executadas as reformulações da área central, alterando sua imagem para a cidade moderna e progressista imaginada na época. E o centro passa pelo processo que Carpinteiro (1996) denominou momento de ruptura. A morfologia urbana homogênea, marcada por casas térreas e assobradadas, nas quais se destacavam somente as torres das igrejas ou da Estação Fepasa, foi substituída por uma paisagem escalonada de edifícios quando o centro se verticalizou. Assim, o aspecto do centro se alterou com os edifícios de concreto, geometricamente desenhados e sem ornamentação, contrapondo-se com as edificações térreas praticamente sem ornamentação e de baixa composição plástica.

A verticalização foi um dos ícones da modernidade emergente na primeira metade do século XX, revelada por meio de evoluções tecnológicas e formais, novos programas e maneiras de morar e trabalhar, além de promover uma ruptura na paisagem da área central e produzir uma segregação sócio-espacial evidenciada pelos aspectos físico-estéticos dos edifícios com padrões de construção elevados e sofisticados, confortáveis e funcionais, com área de lazer ampla, grandes sacadas e preços altos.

Conforme afirma Dezan (2007), a valorização dos lotes urbanos em áreas centrais das cidades produziu outro fator que impulsionou a realização de edificações verticais, ou seja:

O solo urbano passando a ser tratado como mercadoria pelo investimento imobiliário busca formas de maiores ganhos com a reprodução máxima da utilização de áreas centrais. A infraestrutura existente nestas áreas garantiriam o sucesso nos empreendimentos. Os motivos econômicos impulsionaram sobremaneira a construção em altura, pois quanto mais utilizações dadas ao solo maiores seriam os lucros obtidos (DEZAN, 2007, p. 66).

Dezan (2007) destaca ainda que alguns edifícios públicos previstos no Plano foram implantados ao longo das décadas de 1940 e 1950, dentre os quais se citam: o Palácio da Justiça Municipal (Fórum) em 1939, o Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) em 1942, a agência de Correios e Telégrafos de Campinas em 1946, o Paço Municipal de Campinas em 1957.

Quanto aos três largos estruturadores do centro, Carpinteiro (1996) destacou:

O Largo do Rosário assumiu o papel de centro da cidade, marco simbólico, além de ter a função de centro cívico plenamente realizado. O Largo da Catedral perdera sua importância e seu papel central, a despeito da igreja ter ao mesmo ascendido na escala hierárquica dos templos católicos, uma vez que a diocese fora, em 1958, elevada a Arquidiocese e em decorrência, a Catedral havia se tornado uma Catedral Metropolitana. O Largo da Estação iniciara a perda de sua importância, ainda que àquele monumento, as agências das empresas de ônibus intermunicipais se localizassem à sua volta (CARPINTEIRO, 1996, p. 77).

A revisão do Plano de Melhoramentos foi aprovada em 1951, pela Lei nº 640 (CAMPINAS, 1951), na gestão do prefeito Miguel Vicente Cury. A revisão manteve praticamente a mesma configuração viária proposta por Prestes Maia, com alterações nas radiais externas e conservação das indicações de localização dos parques públicos, das indústrias e dos prédios públicos. A Lei nº 640 também dividiu a cidade em oito zonas (C1, C2, C3, R1, R2, R3, R4 e R5), com o estabelecimento de usos e regras de ocupação para o município (BADARÓ, 1996; BERNARDO, 1986).

A verticalização foi outro ponto importante dessa Lei, pois liberou o gabarito de altura para a região central, com ênfase para as quadras situadas defronte a estação Ferroviária e Largo do Rosário, além da região do Cambuí (BADARÓ, 1996; BERNARDO, 1986). Essa liberação foi muito mais intensa, se comparada ao Plano de Melhoramentos Urbanos de 1938, que evidenciou a consolidação da cidade industrial sobre a agrária, na qual os interesses do capital imobiliário estavam fortemente mobilizados para o parcelamento do solo.

A verticalização no centro urbano de Campinas foi um processo intenso que tendia a derrubar antigas estruturas e modificar o espaço rapidamente, dando ares de modernização com seus

altos edifícios, e trazendo, por outro lado, o congestionamento das vias e problemas relacionados à capacidade de suporte dos sistemas de abastecimento em geral. Ao se acompanhar o desenvolvimento urbano de Campinas, observa-se a coexistência de diferentes elementos arquitetônicos de diferentes épocas, testemunho das diversas fases de seu desenvolvimento.

Segundo Dezan (2007), foram construídos na área central de Campinas 09 edifícios, no período 1935/1944, 37 de 1945 a 1954, 54 de 1955 a 1964, 15 no período de 1965 a 1974 e somente 4 edifícios no intervalo de 1985 a 1994. A Figura 2.3 apresenta a distribuição da verticalização no centro de Campinas. Em cinza claro, destacam-se os edifícios construídos até 1955 e, em cinza escuro, os edifícios construídos entre 1956-1964.

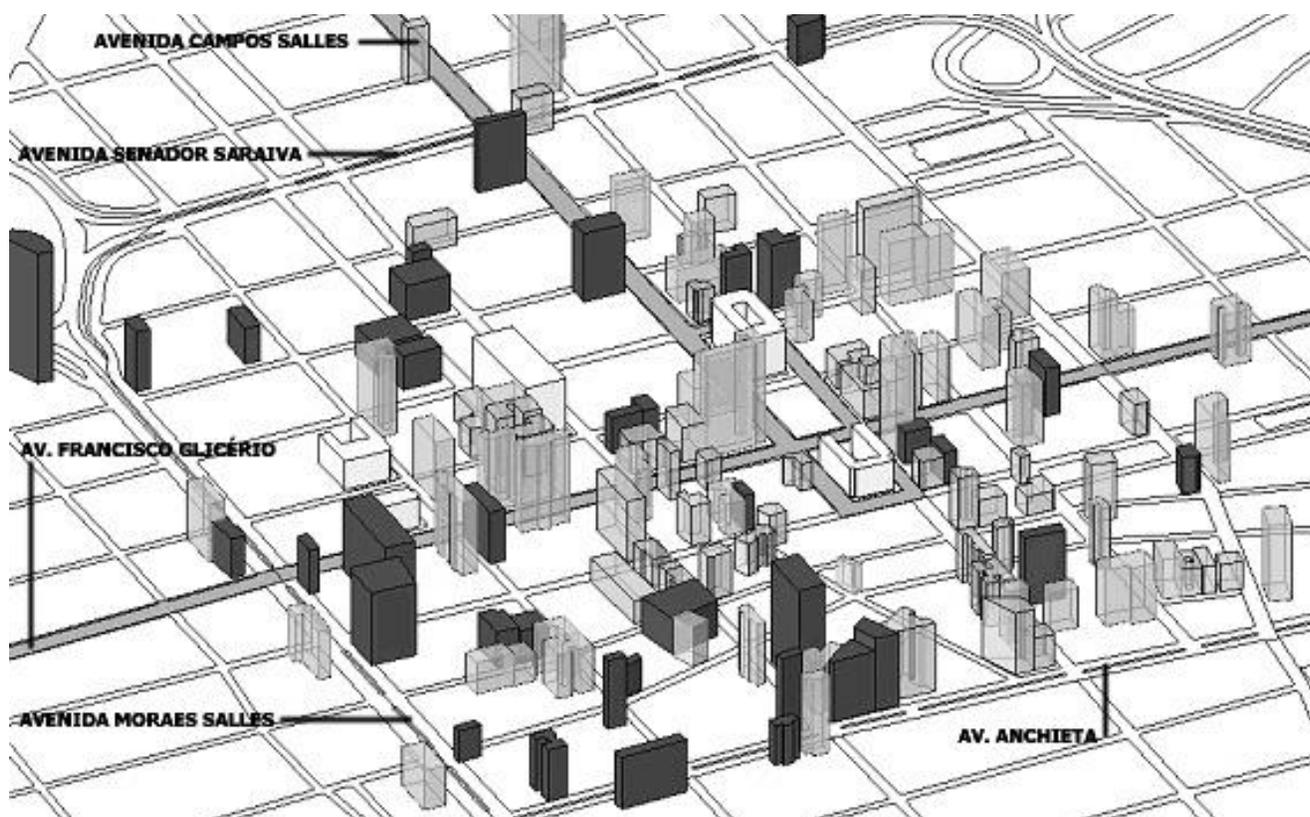


Figura 2-3 Desenho de Dezan: verticalização da região central de Campinas; construções até 1955 (cinza claro) e construções de 1956 a 1964 (cinza escuro).

Fonte: Dezan, 2007, p. 190.

Esses dados evidenciam que o auge da verticalização em Campinas foi nas décadas de 1940 e 1950. A queda significativa no número de edifícios construídos no período de 1955/1964 para 1965/1974 provavelmente resultou da recessão econômica em que o país mergulhou a partir de 1962. Segundo Badaró (1996), a crise também acabou com a experiência urbanística que Campinas vivia com Prestes Maia desde 1937.

A expansão de Campinas e de sua malha urbanizada em direção à zona sul e sudoeste ocorreu a partir da década de 1960, devido ao crescimento populacional. Essa expansão criou novos bairros, incorporou novas áreas à estrutura existente e marcou a formação de subcentros na periferia para atender à demanda local. Esses subcentros se caracterizaram como áreas que abrigam as mesmas atividades do centro principal, porém, com diversidade comercial e de serviços em escala menor (SPÓSITO, 1991; VILLAÇA, 1999). Tourinho (2006, p. 283) ressalta que “o que sai do centro não é a essência do central, mas a condição da concentração do consumo que determina o crescimento e a consolidação da cidade burguesa, que se expressa só como uma porção da cidade real”.

Esse processo de criação dos subcentros também foi influenciado pela chegada de ondas migratórias internas caracterizadas, sobretudo, por pessoas de classes de menor poder aquisitivo, que vieram para Campinas movidos pela esperança de novas oportunidades. Baeninger (1996) destaca que essa classe de menor poder aquisitivo ocupou a periferia da cidade e fundou bairros pobres e favelas. Baeninger (1996, p. 68) ressalta ainda que esse movimento migratório “foi fortemente incentivado pelas políticas de descentralização industrial e urbana, visando a aliviar a cidade de São Paulo e desenvolver as cidades médias do interior paulista”, na qual Campinas se inclui.

Bernardo (1986) afirma que, a partir da década de 1960, as residências de alto padrão se deslocaram do entorno da Estação Fepasa para a região da Avenida Júlio de Mesquita, enquanto, ao redor da ferrovia, instalaram-se algumas indústrias e habitações proletárias. No bairro da Ponte Preta, instalaram-se diversas indústrias, tecelagens, marcenarias, bem como outros núcleos operários. Verifica-se, assim, que as indústrias e habitações proletárias que antes se situavam na Vila Industrial, neste momento espalharam-se para outras áreas, inclusive o centro.

A consolidação de bairros de maior poder aquisitivo, como Cambuí, Taquaral e Guanabara, por exemplo, criou subcentros especializados e menos multifuncionais dentro de cada um desses bairros. Esses subcentros transformaram a centralidade de Campinas na medida em que a cidade deixou de ter um centro único e monopolizador. Consequentemente, o centro principal sofreu alterações funcionais por causa das transformações ocorridas nos padrões de uso e ocupação do solo, bem como do tipo de bens e serviços ofertados. Mas será que esse foi o início do processo de degradação e esvaziamento do centro?

Ressalte-se que é equivocado falar de esvaziamento da região, já que ela segue densamente ocupada e utilizada como ponto de passagem e de compras. Também, é equivocado denominar degradação a perda dos atributos outrora associados ao centro.

A alteração da composição social local, na qual muitas das atividades de padrão médio e alto deslocaram-se para outras áreas, resultou em uma ocupação do centro por atividades comerciais e de serviços voltados a uma clientela de menor poder aquisitivo.

Sombini (2008) destaca que o abandono da região central pelas classes de maior poder aquisitivo e pelo circuito superior da economia urbana possibilitou a popularização do centro. Badaró (1996) denomina popularização do centro a saída do comércio de luxo, o predomínio do pequeno comércio e de todo tipo de informalidade. Geralmente, esses atores sociais, tais como mendigos, prostitutas, pedintes e ambulantes, não se misturam com a classe mais abastada.

Apesar do processo de declínio e empobrecimento, o centro, de um modo geral, mantém um dinamismo do ponto de vista econômico, face à quantidade de empregos gerados na área central. Talvez seja mais interessante denominar esse processo desvalorização, em vez de degradação.

Villaça (1999) denomina esse processo deslocamento/cisão do centro antigo, quando ele é abandonado pelas camadas de alta renda, por seu comércio e seus serviços. O autor destaca ainda que as elites, de fato, estão produzindo um novo centro, que tende a ser o centro principal, já que tende a abrigar as instituições de comando da sociedade.

Na década de 1970, foi formulado o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado – PPDI que propôs um sistema de vias expressas radiais, acoplado a um grande anel rodoviário. Desse plano, executaram-se somente as vias expressas Aquidabã e Suleste. Ressalte-se que essas vias constituem atualmente duas entradas importantes da cidade. A Avenida Aquidabã conecta-se à Rodovia Santos Dumont, via de acesso ao aeroporto de Viracopos, além de cruzar com as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. A Avenida Suleste conecta-se com a rodovia Anhanguera e promove a entrada de ônibus intermunicipais à cidade. Portanto, essas duas vias promovem uma conexão da área central de Campinas com as rodovias que a circundam, além de se configurarem como um elo importante dos bairros situados ao seu redor.

Ainda, nessa década, a especulação imobiliária intensificou a verticalização para as classes de alta renda e a horizontalização para os mais pobres. Bernardo (1986) afirma que a Cohab – Companhia de Habitação atuou como poderoso agente indutor da expansão urbana e do crescimento da região sudeste do município. Os conjuntos habitacionais populares difundiram-se predominantemente em terrenos distantes da malha urbana consolidada, o que ampliou a oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda e potencializou a expansão periférica, o que trouxe uma valorização imobiliária das áreas vizinhas e que foram atravessadas pelas redes de infraestrutura e transportes.

A partir de meados da década de 1970, um novo contexto econômico, o acirramento da competição entre cidades e a adoção de práticas empresariais pelas administrações locais delinearam novas políticas urbanas, o que promoveu uma mudança de paradigma sobre o espaço urbano. Nesse contexto, a revalorização das áreas centrais se destacou pela localização otimizada dentro da rede interurbana. Os centros são áreas consolidadas, bem servidas pelo sistema de transporte, por possuírem uma rede de infraestrutura, de serviços e equipamentos já implantados, o que diminui o custo de qualquer intervenção.

Ademais, os centros possuem um rico e representativo patrimônio cultural, que, segundo Simões Júnior (1994), possibilita o resgate dos valores ligados à cultura local, ao imaginário da população e às raízes da própria cidade. Del Rio (1991, p. 7) destaca a importância dos centros pela sua imensa carga simbólica “por um lado representativa de toda uma sociedade urbana e de um modo de produção, por outro representativo da cristalização físico-espacial resultante da evolução das práticas políticas, sociais e culturais específicas de uma cidade”.

A preocupação com o patrimônio arquitetônico em Campinas também ganhou destaque com a criação do Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas - Condepacc e da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural – CSPC, em 1988, por Antônio A. Arantes, então Secretário da Cultura. Logo após a criação do Condepacc pela Câmara, foi definido o perímetro do Centro Histórico de Campinas.

Na década de 1980, foram implantados alguns empreendimentos que merecem destaque em Campinas, como o centro empresarial e o shopping Galleria, o hipermercado Leroy Merlin e o magazine Decatlon na rodovia D. Pedro, marcando essa área como um novo eixo de expansão e consumo, além do loteamento Alphaville na rodovia Campinas-Mogi Mirim, todos situados na região norte. Esse eixo se tornou um centro de atividades comerciais de Campinas e de sua região metropolitana por sua fácil localização. Na região sul, houve a implantação da Universidade Paulista - Unip e do Hipermercado Extra, ambos na Avenida Abolição.

A Prefeitura Municipal de Campinas (1993a), em uma análise da região central, ressalta que a ausência de uma ação articulada por parte do Poder Público fortaleceu uma estrutura mononucleada e radiocêntrica, que se desenvolveu em três movimentos espontâneos subsequentes:

O primeiro movimento caracterizou-se pela expansão das atividades localizadas na área central e pela ampliação da polaridade exercida pelo centro na cidade. A implantação de grande volume de atividades determinou a atração de um grande contingente de pessoas e iniciou o processo de saturação de uso da área central.

O segundo movimento foi de transbordamento de algumas atividades modernas para áreas mais nobres, contíguas à área central, notadamente o Cambuí. Esse movimento iniciou também um processo de descontração espacial com o surgimento embrionário de alguns subcentros.

O terceiro movimento, fruto da saturação de usos, da implantação dos *Shoppings Centers* e da saída das atividades mais modernas, é de deterioração e perda de vitalidade da área central (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993a, p.1).

Outro fato importante que contribuiu imensamente para a alteração funcional do centro, sobretudo do entorno da Estação Fepasa, foi a decadência do transporte ferroviário. Em meados da década de 1980, com o fortalecimento do transporte rodoviário, iniciou-se um processo de desmonte progressivo das ferrovias. A Estação deixou de ser uma porta de entrada importante da cidade e, na década de noventa, perdeu sua função inicial de central de transportes. Conseqüentemente, a falta de uso do Complexo Ferroviário e da Estação contribuiu para uma degradação física desse espaço e sua ocupação por usos informais. Assim, o entorno da Estação tornou-se um lugar violento, de tráfico de drogas e de passagem para grande parte da população campineira.

Enquanto a cidade expandiu fisicamente e cresceu para outros eixos ao longo dos anos 1970 e 1980, as intervenções urbanísticas no centro de Campinas se caracterizaram pela retomada dos espaços públicos centrais pelo pedestre, com a recuperação da escala humana e da qualidade de vida. Foi o início do processo de revalorização do centro.

2.2 VOLTA AO CENTRO

Em Campinas, a partir da década de 1970, emergiram diversos projetos com propostas de valorização da sua área central. Dentre eles, está o que criou o calçadão na Rua Treze de Maio, transformando-a em uma via exclusiva para pedestres. O calçadão efetivou definitivamente a Treze como um eixo de consumo de mercadorias, de comércio e serviços, sobretudo populares. Apesar de muitas pessoas considerarem essa popularização uma degradação, essas atividades aquecem o trabalho no local e constituem uma grande fonte geradora de empregos.

Em março de 1983, surgiu o primeiro projeto de revalorização da área central, denominado Novo Centro de Campinas - Revitalização da Rua Treze de Maio, na gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), divulgado pela Prefeitura Municipal por meio de um Caderno Técnico. O mesmo tinha como proposta conceber um novo centro para a cidade a partir de uma parceria entre

o poder público e a iniciativa privada. Caso aprovado, a prefeitura poderia outorgar a concessão administrativa de uso especial para implantação, operação e manutenção do Shopping de Rua, a uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, criada pelos lojistas e proprietários.

O projeto, elaborado pelo arquiteto Ruy Ohtake, propunha a construção de uma cobertura metálica para transformar a Rua Treze de Maio em um Shopping de Rua, com o intuito de agregar comodidade e segurança aos usuários, a fim de não perdê-los diante da concorrência dos shoppings centers. É importante ressaltar que, a partir da década de 1980, os mesmos tornaram-se referência de comércio de luxo, pela segurança e pelo funcionamento no período noturno, o que gerou um hábito de consumo com o qual o centro não tinha condições de competir. Segundo esse projeto, a cobertura metálica seria em material translúcido (policarbonato), para permitir a entrada da luz natural e a saída do ar aquecido e seria fixada de forma independente das edificações existentes, o que permitiria a sua construção sem que a atividade cotidiana fosse interrompida. Pelo projeto também haveria uma passarela superior que facesse as fachadas dos dois lados da rua.

Trata-se de um mezanino, que integrará, ao novo espaço, todos os pavimentos superiores das lojas. O acesso se dará por escadas, pequeno elevador panorâmico e até por escada rolante. Esse conjunto de acessos enriquecerá a movimentação desse espaço e duplicará o uso da rua (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993b, p. 4)

A Figura 2.4-1 mostra uma perspectiva de como ficaria a Rua Treze de Maio após a implantação da cobertura, da passarela superior e da remodelação das fachadas. A imagem do interior do projeto, com escada rolante, paisagismo, padronização dos letreiros das lojas e a cobertura metálica, assemelha-se ao interior de um shopping center pela pasteurização dos espaços, sempre tão iguais, ao contrário do espaço público de uma rua, marcado pela diversidade e heterogeneidade de formas, usos e apropriações. A Figura 2.4-2 mostra um corte esquemático do croqui do projeto, para evidenciar a conexão do mezanino com as construções existentes e a localização da grande cobertura.

Ao se tornar um espaço agradável e seguro, a expectativa era de que a Rua Treze de Maio também resgatasse a vida noturna nos finais de semana, além de abrigar atividades culturais e bares.

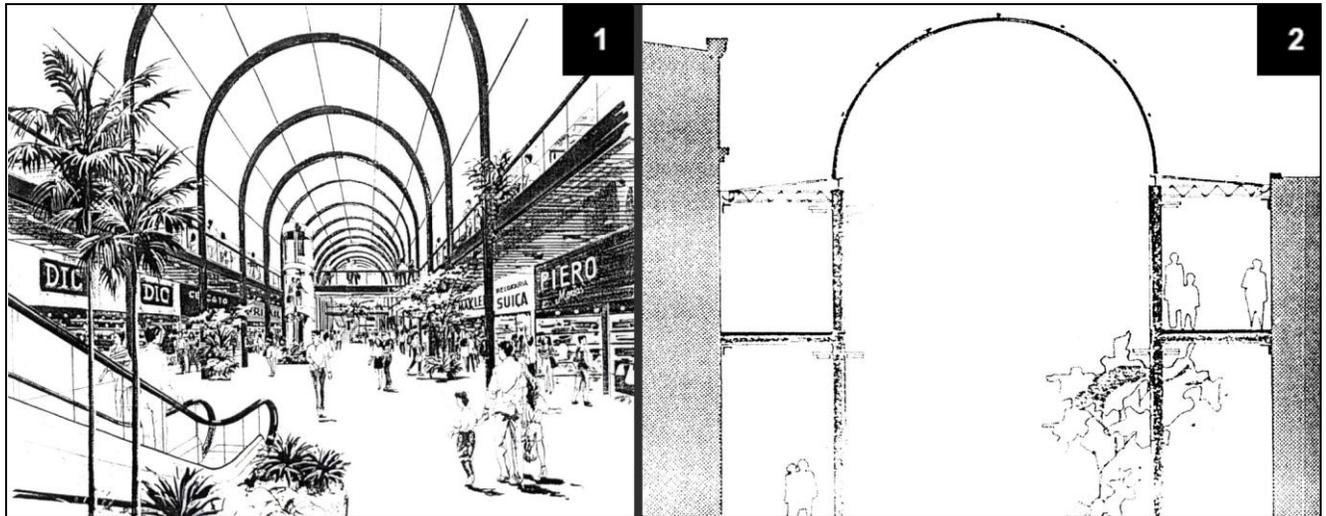


Figura 2-4 Croqui do projeto de Ruy Ohtake de como ficaria a Rua Treze de Maio após a implantação da cobertura, da passarela superior e da remodelação das fachadas. 1 – A rua transformada no cenário de um shopping; 2 – Corte esquemático que demonstra a colocação da cobertura em relação às edificações existentes.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993b, p. 7.

A noite e nos fins de semana eventos culturais poderão ser promovidos, independentes de qualquer imprevisto climático. Mesas de lanchonetes e choperias poderão ser colocadas nesse local, desfrutando-se de um agradável ambiente de confraternização. Além disso, estão previsto kits de sanitários públicos, bancos e jardins, telefones públicos, etc., permitindo que o velho centro se torne novamente um ponto de aglutinação urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993b, p. 4).

Todas as ruas que cortam a Treze de Maio não teriam interferência no seu tráfego de veículos. Ao longo de toda a Treze, preveu-se uma faixa de quatro metros de largura, sem obstáculos, para a passagem de veículos de coleta de lixo, carga e descarga, bombeiro e atendimento médico.

Enfim, o projeto buscava por meio da revalorização uma maneira de atrair usuários e consumidores, sobretudo da classe média, com o objetivo de diminuir a deterioração social da área, otimizar o seu potencial de consumo e preservar a sua vocação comercial, além de concorrer com os shoppings centers da cidade situados no eixo da rodovia D. Pedro I.

Na época, o custo de implantação do empreendimento básico foi estimado em US\$3.090.000, sendo US\$1.240.000 para estrutura metálica, US\$760.000 para cobertura e esquadrias, US\$150.000 piso do mezanino, US\$340.000 piso do calçadão, US\$200.000 para acabamentos e US\$400.000 com o projeto e gerenciamento da obra. Ficaram fora do orçamento quatorze itens, dentre os quais se citam o remanejamento da energia e telefonia, a instalação de água e esgoto, o projeto de corpo de bombeiros, o projeto de comunicação, sanitários e banheiros, além da reforma das fachadas e

adaptação do piso superior ao mezanino (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993b, p. 14).

O orçamento divulgado subestimou o custo de implantação conforme divulgou Barddal (1993), no Jornal Correio Popular de 21 de setembro de 1993. Segundo ele, a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL estimou que, somente o orçamento do remanejamento da energia elétrica, seria de US\$5 milhões. Barddal (1993) ainda ressaltou que o custo exagerado do projeto poderia inviabilizar a sua execução, o que realmente aconteceu. O projeto não foi aprovado e, conseqüentemente, não executado.

Em junho de 1993, dez anos depois do projeto elaborado por Ruy Ohtake, foi apresentada uma nova proposta de revalorização do centro, denominada Programa de Revitalização da Área Central de Campinas, elaborada pelo Departamento de Planejamento – DEPLAN, da Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN, da Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

O Programa de Revitalização tinha como proposta um programa global de renovação da área central capaz de deter seu processo de decadência, impulsionar a qualidade de vida urbana por meio da inserção de novos usos, sobretudo da moradia, além da sua recuperação estética, com os seguintes objetivos:

1. Recuperar e potencializar o potencial simbólico do centro como o “coração da cidade” e elemento definidor essencial da identidade da cidade, bem como de identificação de todos os cidadãos com Campinas;
2. Recuperar a qualidade de vida do centro da cidade, tornando-a uma zona esteticamente agradável pela recuperação da sua função de local de moradia, pela recuperação e/ou revalorização de suas edificações e dos seus sítios mais significativos do ponto de vista arquitetônico, histórico e cultural, pela recuperação dos seus logradouros públicos e dos seus monumentos mais importantes;
3. Proteger o uso residencial evitando a excessiva terceirização do centro e colocando freios ao processo de expulsão de sua função de local de moradia;
4. Tornar o centro da cidade preparado para exercer as múltiplas funções próprias de um polo metropolitano da importância de Campinas: centro financeiro, centro comercial e de prestação de serviços, centro administrativo e centro cultural de uma ampla região que engloba, além de Campinas, vários outros municípios do entorno, polarizados pela cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993b, p. 5).

Para atingi-los, diversas estratégias seriam utilizadas. De acordo com o Caderno Técnico, o Programa foi dividido em cinco subprojetos: Projeto de Recuperação de Espaços Públicos; Projeto

Patrimônio; Projeto Vamos ao Centro; Projeto Circulação, Projeto Cenário Urbano e Projeto de Uso e Ocupação do Solo.

O Projeto de Recuperação de Espaços Públicos visava à melhoria da segurança, limpeza e iluminação pública, além de reforma nas praças da área central. O conjunto de espaços públicos do centro seria reurbanizado e as seguintes ações contempladas: implantação de um espaço comercial e/ou cultural no Mercado Municipal e melhorias na área adjacente; construção de uma cobertura na Rua Treze de Maio para transformá-la em um shopping de rua, com a retomada da proposta do arquiteto Ruy Ohtake; construção de um calçadão para integrar a Rua Tomaz Alves com o Largo das Andorinhas, o edifício do Jôquei Clube e a Praça Bento Quirino; transformação da Rua Barão de Jaguará em calçadão, no trecho compreendido entre a Rua Conceição e a Rua General Osório; recuperação das fachadas dos casarões do Largo da Estação; renovação urbana dos quarteirões onde se situam os edifícios dos Correios e Telégrafos e do Palácio dos Azulejos e recuperação da fachada do edifício da PUC-Central.

Com a proposta de construção de dois calçadões, além da cobertura do já existente, observa-se nitidamente que a prática do planejamento urbano em Campinas ainda refletia os ideais dos anos 1970, de liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais e uma apropriação do espaço urbano para um consumo visual, no qual se enfatiza o seu caráter cenográfico.

O Projeto Patrimônio pressupunha medidas de tombamento e preservação de edificações e monumentos da área central. Previa, ainda, o desenvolvimento de ações como a despoluição visual de imóveis de valor cultural, recuperação de fachadas de imóveis que compõem o patrimônio cultural do centro da cidade, recuperação de monumentos históricos e normatização da publicidade nas edificações tombadas.

A animação cultural da área central estava prevista no Projeto Vamos ao Centro. Assim, as praças deveriam ser utilizadas para feiras de artesanato no período noturno ou para a realização de atividades culturais no período diurno e noturno.

O Projeto Circulação conjecturava medidas e normas relativas à circulação viária e de pedestres, bem como a questão de estacionamento na área central. Para tanto, tinha em consideração os seguintes parâmetros: hierarquização do sistema viário da área central, com prioridade ao transporte coletivo; implantação de novas áreas destinadas a calçadões; proposição de áreas destinadas a estacionamentos públicos de curta permanência na região central e de longa permanência em sua área envoltória; elaboração de normas para regulamentar a abertura e funcionamento de estacionamentos privados no perímetro da área central; estabelecimento de

critérios de circulação de veículos de carga e recolhimento de lixo e criação de áreas destinadas à carga e descarga.

Medidas destinadas à melhoria urbanística e estética da área central foram contempladas no Projeto Cenário Urbano. Esse projeto propunha um novo design para o mobiliário urbano da cidade, projeto de sinalização informativa do sistema viário e desenho para sinalização de piso. Previa a despoluição visual das fachadas, com revisão da legislação disciplinadora. Conjecturava a criação de uma nova imagem de Campinas, denominada marca-símbolo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993a, p.14), com o intuito de divulgar a cidade. Sob a perspectiva do empresariamento urbano (HARVEY, 1996) e do marketing urbano, essa marca-símbolo pretendia criar e vender uma nova imagem da cidade, tornando-a mais competitiva e atrativa no mercado global.

O Projeto de Uso e Ocupação do Solo previa ações e normas relativas ao disciplinamento e estruturação a partir das vocações de uso da área central, a sua capacidade de edificação e infraestrutura, bem como a manutenção dos usos e atividades de comércio, de prestação de serviços e habitacionais já consolidados. O Projeto propunha, também, locais específicos para estacionamento no entorno do perímetro da área central, incentivo a empreendimentos voltados a habitação, hotéis e hotéis-residência, além de parcerias de intervenção com a iniciativa privada, por meio de Operações Urbanas.

Ficou evidente que esses projetos tinham a intenção de impulsionar uma revalorização funcional do centro, com a recuperação das formas e estruturas já existentes, promovendo uma operação retorno (SIMÕES JÚNIOR, 1994) do mercado imobiliário. Dessa maneira, verifica-se que os projetos refletiam uma nova prática do planejamento urbano e visavam melhorias e uma otimização no uso da infraestrutura de serviços, equipamentos e acessibilidade já implantada, que operava com certa ociosidade.

Apesar de não ser enunciada uma política de gentrificação, alguns aspectos da sua ideologia se fazem presente no plano quando se promovem equipamentos culturais, se valoriza o patrimônio histórico, se revitaliza as praças, se incentiva a criação de cenários com políticas extremamente fachadistas, ou seja, ações que buscam revalorizar o local com a intenção de atrair a classe mais abastada.

Em 27 de dezembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 8722, que autorizou o Executivo Municipal a instituir o Programa de Revitalização da Área Central (CAMPINAS, 1995). Essa lei definiu o perímetro de sua abrangência e as principais ações, necessárias à sua implantação. Em seu artigo

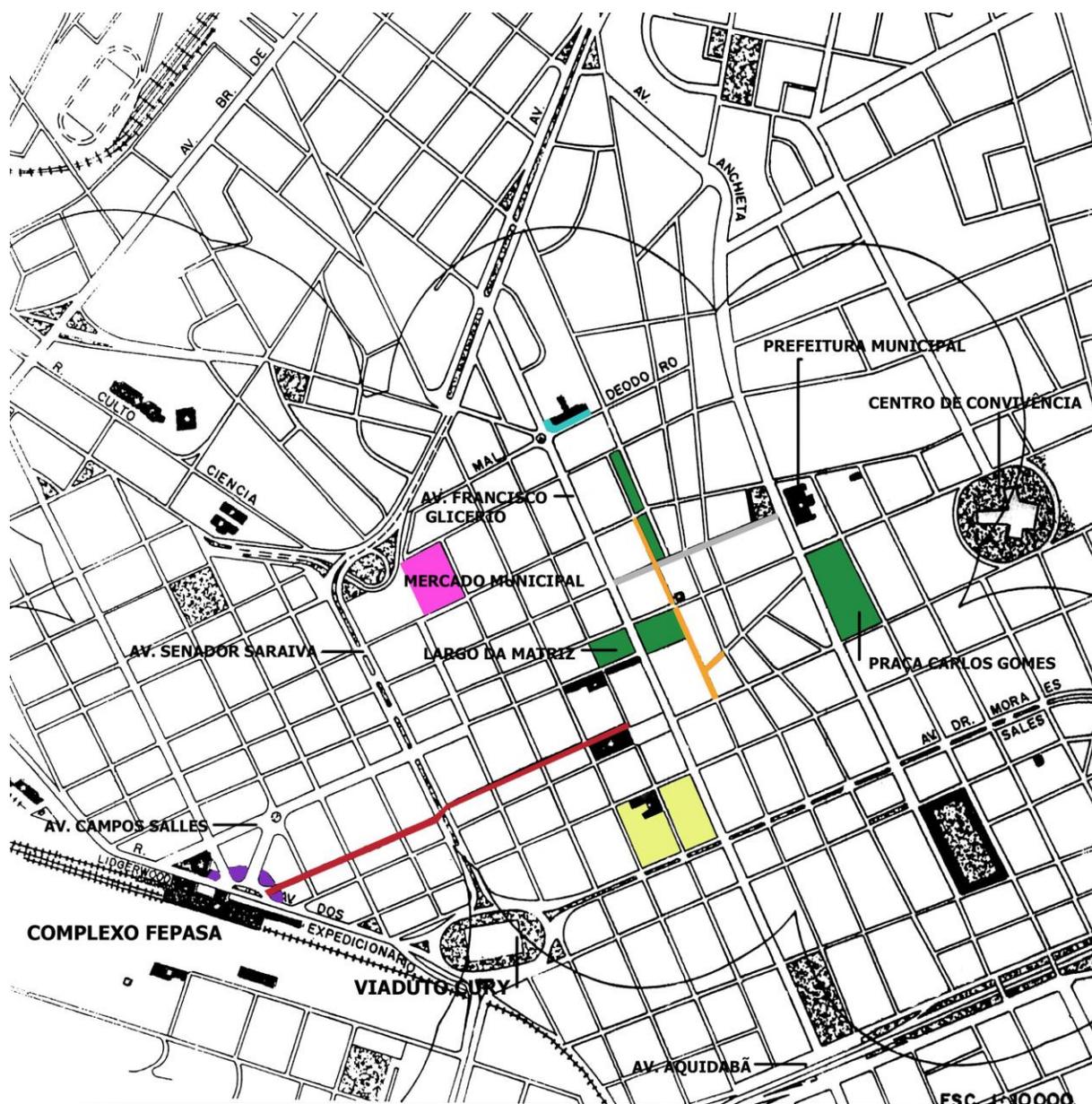
segundo, previa isenção total ou parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU aos proprietários de imóveis que aderissem ao Programa de Revitalização e que arcassem com todos os custos diretos e indiretos da sua realização.

Devido à complexidade, a implantação aconteceu por etapas. Conforme consta no Caderno Técnico, a primeira etapa previa implementação e execução de projetos de curto prazo e de baixo custo, tais como obras de recuperação de praças, recantos e calçadas, limpeza de monumentos e fachadas, recuperação do Largo da Estação e da Fepasa, despoluição visual e recuperação da fachada do Centro Cultural Vitória. A segunda etapa previa a implantação a médio e longo prazo das obras de maior custo que implicassem a readequação da infraestrutura, como sistema viário, rede de iluminação pública, cobertura da Rua Treze de Maio, entre outras. Ressalte-se que as obras de maior custo e tempo de execução, não foram realizadas. Aliás, o projeto não foi implantado em sua totalidade.

A Figura 2.5 mostra a localização das principais intervenções físicas propostas pelo Programa de Revitalização da Área Central de Campinas.

A Figura 2.5 permite identificar que as intervenções contemplavam diversas ações espalhadas ao longo da área central, desde a revitalização de fachadas e iluminação de praças até criação de calçadas e renovação urbana de quarteirões, em áreas que vão do entorno da Estação ao entorno dos três largos centrais. Esse projeto considerou o centro como um todo, diferentemente de muitos projetos de revitalização propostos na época, que contemplavam, basicamente, aspectos estéticos.

Em março de 2002, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - Seplama divulgou o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, na gestão Antônio da Costa Santos, com o objetivo de “promover, estimular e priorizar programas e projetos para requalificação urbana do centro” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2002, p.19). Para tanto, estabeleceram-se as seguintes diretrizes gerais: propor projetos e ações que busquem potencializar os aspectos positivos do centro a partir de investimentos privados e públicos; prevenir e inibir situações que resultem em degradação ambiental e social, promovendo conforto e segurança da população; estimular a vida noturna no centro; melhorar a acessibilidade ao centro, sobretudo para usuários de transportes coletivos; melhorar as condições de fluidez e segurança no trânsito; melhorar as condições ambientais e visuais da área central, a partir da regularização do comércio informal e valorizar as referências capazes de revelar a identidade, bem como criar outras para que o centro se torne atraente à visitação e ao turismo.



ÁREA CENTRAL

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES FÍSICAS

LEGENDA

- | | |
|---|--|
| PROJETOS DE ILUMINAÇÃO ESPECÍFICA
- JARDIM CARLOS GOMES
- PRAÇA BENTO QUIRINO
- LARGO DO FORUM | CALÇADÃO DA RUA TOMAZ ALVES |
| COBERTURA DA RUA 13 DE MAIO | FACHADA DA PUCC - CENTRAL |
| MERCADO MUNICIPAL | FACHADA DOS CASARÕES NO ENTORNO DA FEPASA |
| CALÇADÃO DA RUA BARÃO DE JAGUARA E ALARGAMENTO DA CALÇADA DA AV. CAMPOS SALES | RENOVAÇÃO URBANA DOS QUARTEIRÕES DO CORREIO E PALÁCIO DOS AZULEJOS |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS **SEPLAN** DEPLAN

Figura 2-5 Localização das principais intervenções físicas propostas pelo Programa de Revitalização da área central de Campinas.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1993a.

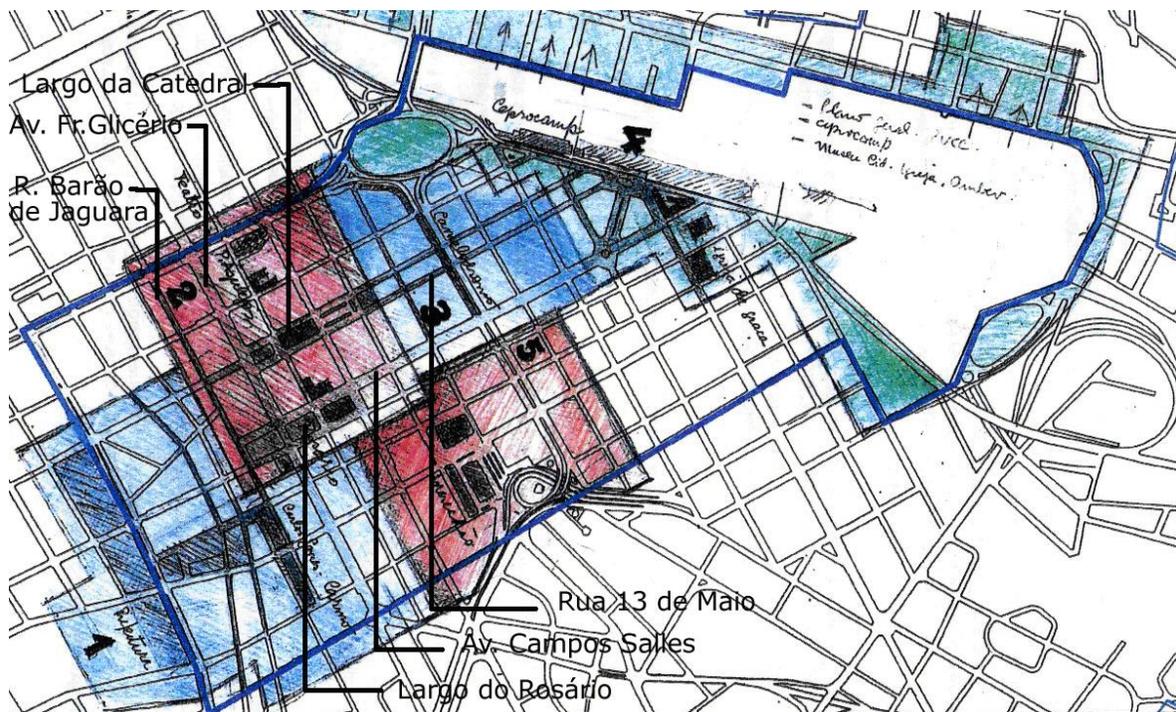


Figura 2-6 Cinco áreas de intervenção consideradas referências do centro: Largos do Carmo e do Rosário, Catedral, Rua Treze de Maio, Estação e Mercado.
 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2002.



Figura 2-7 Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas - Programa Passeio pelo Centro.
 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2002.

Foram definidas cinco áreas de intervenção consideradas referências do centro pelas suas características, significado, beleza, marcos históricos e atratividade: Área 1: Largo do Carmo; Área 2: Largo da Catedral; Área 3: Rua 13 de Maio; Área 4: Estação e Área 5: Mercado, como se observa na Figura 2.6.

A área 1 engloba as Praças Bento Quirino e Antônio de Pompeo, conhecidas como Largo do Carmo, um dos três largos estruturadores da cidade de Campinas. O Plano de Requalificação Urbana propôs a remodelação da Praça Antônio Pompeo, com a instalação de bares, restaurantes, quiosques de sucos e entretenimentos, além do fechamento da Rua Sacramento nos trechos entre as ruas Tomás Alves e Benjamin Constant. O projeto aliou preservação do patrimônio e valorização da história ao consumo cultural e de lazer, uma ação característica do planejamento urbano na década de 1970.

A área 2, que corresponde à Catedral Metropolitana, abrange outro largo estruturante da cidade de Campinas – o Largo da Catedral. Nessa área, o Plano propôs o projeto do Corredor Regente, no trecho da Rua Regente Feijó, situado entre as Avenidas Morais Sales e Campos Sales, e integrou o projeto Passeio no Centro (Figura 2.7). Sob ele, previu-se a criação de galerias subterrâneas para embutir a fiação elétrica e de telefonia, a remoção dos postes, a instalação de novas luminárias e a substituição do piso do calçamento.

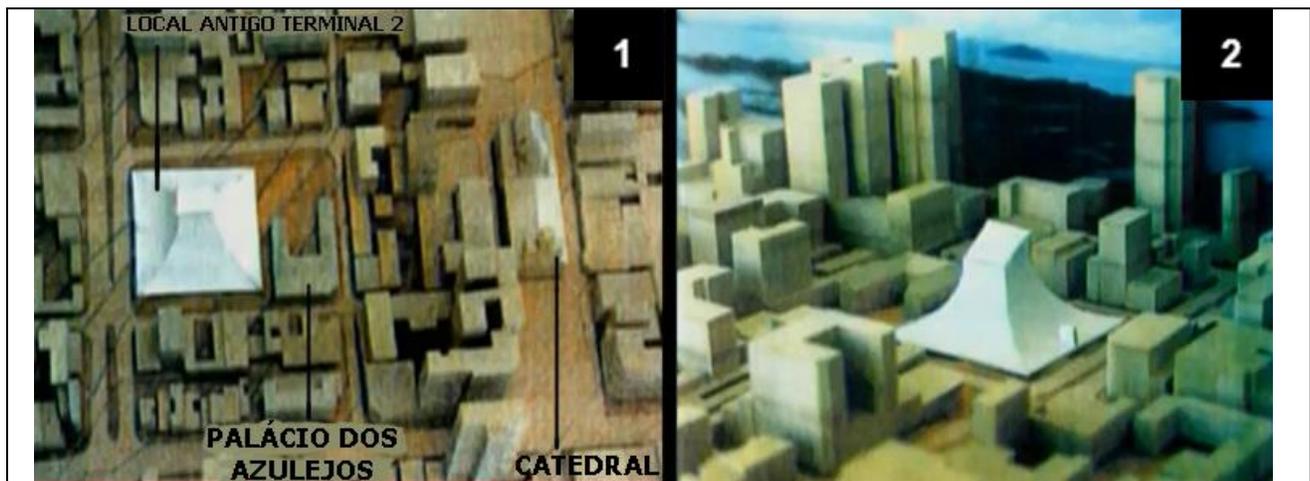


Figura 2-8 Projeto de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer: um teatro de ópera com 1200 lugares e com a forma de um vulcão. 1 – Foto da maquete da implantação do teatro no centro de Campinas; 2 – Volumetria do teatro.

Fonte 1 e 2: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. SEPLAMA, 2002, p. 31.

O Corredor Regente Feijó também contemplou os seguintes projetos específicos: restauro do Palácio dos Azulejos, restauro da Catedral e abertura do Museu de Arte Sacra, recuperação arquitetônica do Palácio da Justiça, recuperação da fachada do Centro Cultural Evolução, além da construção do Teatro Municipal na área anexa ao Palácio dos Azulejos, onde se situava o Terminal 2 e a sede do Corpo de Bombeiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2002). O projeto, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, previu um teatro de ópera com 1.200 lugares, com a forma de um vulcão, como se observa na Figura 2.8.

Assim como no Projeto de Revitalização da Rua Treze de Maio, proposto por Ruy Ohtake, em 1983, verifica-se, no Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, proposto em 2002, uma tendência em convidar arquitetos brasileiros de renome, para elaborarem projetos para a referida área, com o intuito de produzir uma imagem singular a ser posteriormente vendida e explorada pelo marketing urbano, de forma competitiva, de modo a atrair investimentos e criar oportunidades de desenvolvimento urbano. Essa estratégia de utilizar a construção de edificações emblemáticas, com arquitetos de renome, para promover o desenvolvimento local, são características da gentrificação generalizada (SMITH, 2006).

A área 3 corresponde ao vetor da Treze de Maio e seu entorno, com a criação de galerias subterrâneas para embutir fiação elétrica e de telefonia, substituição do piso, nova iluminação urbana, recuperação e valorização das fachadas e normatização da publicidade. Também, a ocupação e restauro do Palácio da Mogiana (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2002).

A área 4, denominada Estação, engloba o Complexo Ferroviário e seu entorno, tanto do lado do centro quanto da Vila Industrial. O Plano previa a negociação entre a Prefeitura Municipal e a Rede Ferroviária para decidir sobre a posse do complexo. O renomado arquiteto brasileiro, Giancarlo Gasperini, foi convidado para elaborar um projeto que deveria conter uma estação intermodal, rebaixamento do leito ferroviário para integrar o centro à Vila Industrial, rebaixamento do trânsito defronte à Praça Marechal Floriano Peixoto, estacionamentos públicos e privados, além de uma proposta de restauro para os edifícios históricos. O plano previa ainda a instalação do Centro Profissionalizante de Campinas – Ceprocamp em um dos galpões preservados da Fepasa.

O Mercado Municipal e sua área envoltória correspondem à área 5 do Plano de Requalificação, na qual se propôs a reorganização do comércio informal na Praça Correia de Melo e melhoria das condições visuais do entorno por meio da normatização de publicidade, recuperação de fachadas e iluminação urbana.

Em uma análise sucinta, é possível considerar que, dentre os planos apresentados à Prefeitura até aquela época, o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, popularmente conhecido como Plano do Toninho, teve a melhor elaboração, pois expunha um estudo técnico aprofundado, abrangente e articulado, que foi além das intervenções pontuais.

A ideia foi potencializar a preservação formal dos edifícios históricos para um consumo visual, uma apropriação estética enfatizando seu caráter cenográfico para sua inserção nas lógicas do mercado. Conforme destacou Toninho, em entrevista ao jornal Diário do Povo de 24 de novembro de 2000, "a revitalização do 'coração da cidade' deve estar na pauta de qualquer cidade que pretende fazer parte da economia globalizada" (SALEK, 2000).

Verifica-se, ainda, que os objetivos do Plano do Toninho foram praticamente os mesmos dos anteriores: combinar as áreas comerciais com áreas de lazer, oferecer segurança, comodidade e atrativos ao centro para atrair as camadas sociais mais abastadas. Enfim, priorizaram-se setores como o turismo, a cultura e o consumo, evidenciando uma ideologia gentrificadora da terceira onda (SMITH, 2006).

Após a morte do prefeito Antônio da Costa Santos, a vice-prefeita, Izalene Tiene (também do PT), assumiu o governo municipal em meio a uma enorme crise político-partidária. José Pedro Martins, em reportagem ao jornal Correio Popular do dia 14 de julho de 2002, ressalta:

A presença de Toninho na Prefeitura representava a esperança de que finalmente o poder público municipal estaria voltado concretamente para a recuperação do patrimônio histórico e ambiental de Campinas. Com a sua morte, a 10 de setembro de 2001, o rico debate que se prenunciava foi esvaziado, até ser retomado no governo de sua sucessora (MARTINS, 2002).

A crise prejudicou o andamento de diversos projetos da prefeitura, dentre eles o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, cujo nome foi alterado para Projeto Centro, e a responsabilidade da coordenação deixou a Secretaria de Planejamento Municipal – Seplama, transferindo-se para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas – SCET.

Várias estratégias foram elaboradas pelo poder público, a partir da parceria com a iniciativa privada. A intenção do governo municipal era transformar o centro de Campinas em um lugar de lazer e consumo cultural a partir da refuncionalização do patrimônio arquitetônico, melhoria das infraestruturas urbanas e embelezamento das formas. Pretendia-se refuncionalizar o centro da cidade, a fim de reincorporá-lo à economia da cidade. A valorização estética das fachadas e a requalificação dos espaços públicos eram uma forma de tornar o centro um lugar atrativo para a

instalação de novos investimentos, criar uma paisagem atrativa para os turistas e consumidores locais. Por isso, tornou-se uma das prioridades desse governo.

São decorrência desse projeto: a construção do Centro Popular de Compras, a instalação do Centro de Educação Profissional de Campinas (Ceprocamp), o restauro da Catedral Metropolitana e do Palácio dos Azulejos (atual Museu da Imagem e do Som), a refuncionalização dos prédios da Lidgerwood (atual Museu da Cidade), do Palácio da Mogiana e da Estação da Fepasa (atual Secretaria de Cultura e espaço cultural) e o Projeto de reurbanização da Rua Treze de Maio¹⁶.

Os objetivos do Projeto Centro foram combinar as áreas comerciais a áreas de lazer, oferecer segurança, comodidade e atrativos ao centro, buscando atrair as camadas sociais mais abastadas para o local. Enfim, buscava-se resgatar algumas funções e valores perdidos pelo centro ao longo de sua história, tentando incrementar a atividade funcional, utilizando a preservação do patrimônio como uma estratégia de revitalização da área, adotando um modelo de “patrimonialização” (JEUDY, 2005).

Nesse contexto, o Complexo Ferroviário contemplava diversas intervenções das propostas do Projeto Centro. Um dos primeiros objetivos desse projeto foi finalizar as negociações entre Prefeitura Municipal de Campinas e Rede Ferroviária Federal para a ocupação total do complexo da antiga Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1868). Tratava-se de adquirir terrenos e imóveis que a Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA possuía em Campinas, dando em pagamento os impostos que a rede devia para o governo municipal. Além disso, o projeto previu a ocupação de quatro edifícios tombados do Complexo: a Estação Ferroviária, o barracão do Lemos, além de dois barracões, sede das antigas oficinas. A estação da Fepasa passou por um projeto de intervenção que contemplava a conservação e adaptação do prédio principal para ocupação pela Secretária de Cultura, Esportes e Turismo, pelo CSPC (Conselho Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas), pela Zeladoria do Centro, pelo posto avançado da Guarda Municipal, pela Defesa Civil e pela casa Hip Hop. Ademais, a gare da estação se tornou um local constante de realização de shows, feiras de artesanato e festas da cidade, como a Festa das Nações ou Festa Junina.

¹⁶ O projeto de reurbanização da Rua Treze de Maio foi iniciado em 2004, na gestão Izalene Tiene, e terminado em 2005, na gestão Hélio de Oliveira Santos.

O barracão do Lemos deveria ser revitalizado para abrigar um grande teatro - a Casa de Orquestra, que seria a sede e o local oficial de apresentações da Orquestra Sinfônica de Campinas. No entanto, o projeto não saiu do papel.

Um outro barracão foi restaurado para abrigar o Centro Profissionalizante Antônio da Costa Santos – Ceprocamp, uma escola profissionalizante da prefeitura, que oferece cursos gratuitos para jovens carentes. E o outro barracão foi recuperado para a instalação da EMCEA – Escola Municipal de Cultura e Artes de Campinas/SP.

As intervenções realizadas na área central fazem parte das estratégias de fixação do capital e de incentivo à refuncionalização do patrimônio arquitetônico. Juntamente com o embelezamento urbano e a melhoria das infraestruturas centrais, o poder público, com ajuda da mídia, transformou o Palácio dos Azulejos e a Estação Cultura em símbolos do Projeto Centro.

Izalene Tiene declarou ao jornal Correio Popular sua pretensão em “resgatar o centro não apenas em sua dimensão histórica, mas também para atender o interesse do capital” (COSTA, 2002), que demonstra um interesse por práticas mercadológicas vinculadas ao marketing urbano e a “patrimonialização do centro” (JEUDY, 2005).

No último ano de sua gestão, foram estabelecidas ações prioritárias que deveriam ser concluídas até o final de 2004:

Praça Imprensa Fluminense

Com investimentos públicos superiores a R\$ 1 milhão, serão trocados os pisos, o mobiliário e a iluminação da praça onde está localizado o Centro de Convivência Cultural de Campinas. A partir de 2005, terá início a segunda etapa: a reforma da parte interna do Centro de Convivência.

Responsável: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

Situação dos trabalhos: ação em execução, com entrega da reforma da praça marcada para julho de 2004.

Nova Rodoviária de Campinas

Com o objetivo de construir uma nova rodoviária, adequada ao tamanho da cidade, a Prefeitura está adquirindo um terreno da Rede Ferroviária Federal S/A. No terreno, será construída - por uma empresa concessionária, escolhida por meio de licitação - a Nova Rodoviária, com base em projeto elaborado pela própria Prefeitura.

Responsável: comissão integrada por diversas secretarias, entre elas a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Transportes e Emdec.

Situação dos trabalhos: ação em execução.

Recuperação de espaços públicos

Trata-se de um programa de manutenção, iluminação, reforma e limpeza permanente das praças e equipamentos públicos situados na área central, tais como o Bosque dos Jequitibás, Mercado Municipal, Largo do Rosário, Praça Bento Quirino, Praça Carlos Gomes e o Largo das Andorinhas.

Responsável: Zeladoria do Centro e Setec (Mercado Municipal).

Situação dos trabalhos: ação em execução.

Reurbanização da Rua 13 de maio

Mais de R\$ 5 milhões estão sendo investidos na obra que modificará totalmente a face da principal artéria comercial da cidade, incluindo a troca dos pisos, o enterramento da fiação elétrica e telefônica, a mudança do mobiliário urbano e a limpeza das fachadas.

Responsável: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

Situação dos trabalhos: ação em execução, com entrega marcada para outubro de 2004 (GRANZOTTO, 2006).

Várias dessas ações não se efetivaram e foram retomadas em 2005, na gestão Hélio de Oliveira Santos, como se observa no próximo item, apesar da patrimonialização não ser o objetivo principal da sua gestão.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO

Diretrizes e estratégias de ações pressupõem que, futuramente, os Trens de Alta Velocidade (TAV), vindo do Rio de Janeiro e São Paulo, anunciarão a próxima parada: o complexo ferroviário de Campinas.

Na gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos¹⁷, foi estruturada, como parte do Campinas 2020, a proposta de Diretrizes da Política de Desenvolvimento do Município, que, segundo o Plano Diretor de 2006, tem o propósito de direcionar o desenvolvimento do município de forma a aproveitar todo o seu potencial e “promover um crescimento que permita a produção de riquezas e, simultaneamente, oferecer garantias de que os bens assim gerados serão distribuídos de forma justa” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2006a, p. 1).

¹⁷ Desde a saída do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos em 2011, quando foi cassado pela Câmara Municipal de Campinas sob suspeita de corrupção, a Prefeitura Municipal de Campinas vive um momento de instabilidade política. Quem assumiu o cargo no lugar de Hélio foi o vice-prefeito Demétrio e Vilagra.

Com isso, a Prefeitura Municipal buscou criar uma imagem empreendedora para a Região Metropolitana de Campinas (RMC), com a finalidade de solidificar investimentos e consolidar a cidade como um polo importante de desenvolvimento do País a partir da ampliação da conexão de Campinas com o mercado globalizado.

A proposta de Diretrizes de Desenvolvimento Estratégico de Campinas prevê diversas intervenções relevantes para a cidade, as quais alavancarão uma readaptação das relações socioeconômicas que deverão acontecer no espaço físico nos próximos anos. Essa proposta objetiva ações de grande impacto, tanto localmente quanto regionalmente e, ao mesmo tempo, se caracteriza como uma interface de amplos investimentos logísticos previstos para a RMC.

Acreditando nas potencialidades de crescimento econômico e urbano da cidade, resultante da ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e da implantação do Trem de Alta Velocidade, a Prefeitura de Campinas apresentou um estudo, realizado pelo escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, para identificar e estabelecer quais as regiões que serão beneficiadas no entorno dos dois terminais que serão instalados: um na área central, mais especificamente na Estação Cultura – no pátio ferroviário da antiga Fepasa – e outro no entorno do Aeroporto de Viracopos. O estudo ponderou a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento, além de um exame detalhado sobre a demanda, traçado, análise econômica e financeira/modelagem de concessão, operação e tecnologia e estudos ambientais.

De acordo com Jaime Lerner¹⁸, a prefeitura almeja assegurar, por meio de ações imobiliárias e do aproveitamento potencial do aeroporto, a criação de oportunidades de inúmeros empreendimentos. Ainda segundo Lerner, na mesma apresentação:

Na hora que você tem um aeroporto internacional como esse, na área você tem empresa de logística, que são das mais importantes do país, é óbvio que essa tecnologia vai ser repassada à população. Nós estamos apresentando um estudo, uma ideia de como isso pode ser viabilizado.

Com o estudo, pretendeu-se apresentar aos empresários e empreendedores o potencial de novos negócios, criando uma centralidade urbana que contemple moradias, áreas de lazer, teatro, centros

¹⁸ Informações obtidas durante a apresentação do estudo de “Potencial Imobiliário de Sustentação da Viabilidade do Trem de Alta Velocidade na Área de Campinas” em 08/08/2008.

de convenções, ensino e grandes empresas de logística em um amplo projeto de revitalização que esteja preparado para receber a implantação do TAV. Essa proposta vai ao encontro do que Lerner (2005) defende como “uma boa acupuntura urbana” para áreas antigas, pois propõe novos usos e atividades que tragam vida. Ademais, criam pontos de encontro que fazem com que cada função urbana catalise bem o encontro entre as pessoas. “Quanto mais se entender a cidade como integração de funções, de renda, de idade, mais encontro, mais vida ela terá” (LERNER, 2005, p. 48).

Com o intuito de atrair empreendedores, a prefeitura prometeu alguns benefícios, dentre os quais se incluem: incentivos fiscais e alterações no potencial construtivo do entorno. Levantamentos iniciais indicam a existência de 20,4 milhões de metros quadrados a serem disponibilizados para a construção de empreendimentos, a fim de gerar receita aos responsáveis pela implantação e operação do TAV. São 20 milhões de metros quadrados nas áreas adjuntas do aeroporto de Viracopos e 400 mil metros quadrados na área ferroviária central.

O projeto de implantação do Trem de Alta Velocidade está na fase de estudo das propostas e de estudos preliminares sobre a sua viabilidade econômica, coordenados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O estudo do trajeto do TAV inicia-se na Estação Leopoldina e Aeroporto do Galeão no Rio Janeiro, passa pelo Aeroporto de Cumbica – Guarulhos, em seguida, no Terminal Barra Funda - São Paulo, em direção ao Aeroporto Viracopos e seu ponto final seria na Estação Ferroviária em Campinas. A extensão do percurso seria de aproximadamente 511 quilômetros, com um tempo de viagem estimado em duas horas.

A implantação do trem de alta velocidade (TAV) se torna um marco fundamental para que Campinas esteja conectada diretamente a São Paulo e Rio de Janeiro, pois interligadas, essas três cidades formarão uma futura “megalópole de aproximadamente 30 milhões de habitantes” (EDITORIAL, 2009a).

É clara a expansão limítrofe das grandes cidades, o que torna indispensável a integração dos mais variados e distantes territórios que, por sua vez, torna necessária a criação de modalidades alternativas de transporte. No caso de Campinas, o TAV poderá cumprir esse papel, sobretudo com a diminuição de tempo e custos, além da redução de impactos ambientais com a diminuição do número de veículos circulando nas cidades, dos engarrafamentos em eixos rodoviários e aeroportuários, com a requalificação dos espaços livres e públicos para o seu verdadeiro uso e, ainda, com a aceleração no desenvolvimento da RMC, geração de empregos diretos e indiretos e menor uso do solo comparado à construção ou ampliação de rodovias.

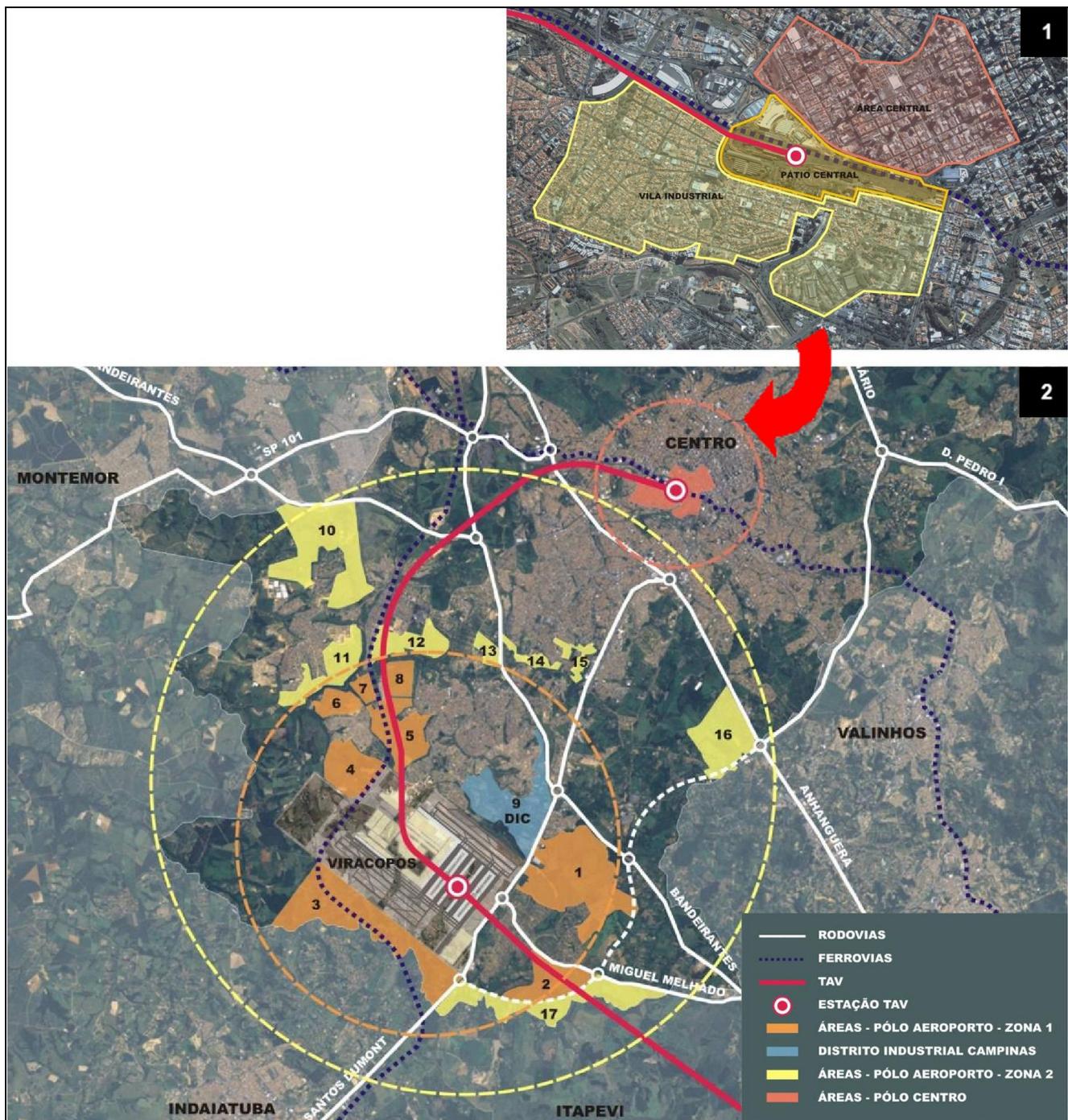


Figura 2-9 Localização das intervenções do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Campinas. 1 – Delimitação das três áreas de ação no centro: área central, pátio central e Vila industrial; 2 – Relação do polo aeroporto com o centro de Campinas.

Fonte: 1 e 2 EDITORIAL, 2009b.

O projeto do TAV estabelece dois polos, em que estarão alojados os dois terminais: o Polo Centro, no pátio ferroviário da antiga Fepasa, que já foi utilizado por atividade ferroviária, e o Polo

Aeroporto, nas proximidades do Aeroporto de Viracopos, como se vê na Figura 2.9-2 , em que a linha vermelha indica a conexão dessas duas estações.

No que concerne ao Polo Aeroporto, o poder público municipal pretendia estruturar um aeroporto com um sistema intermodal de transporte, que permitisse a implantação de empresas de alto valor agregado e viabilizasse o território para um uso corporativo. Observe-se que a responsabilidade de ampliação do Aeroporto de Viracopos ficaria a cargo da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, que orientaria as diversas fases das obras de expansão.

A região do entorno do aeroporto é uma das áreas com prioridade de tratamento, por parte da prefeitura, dentro do plano urbanístico da cidade. A estratégia é diminuir o desequilíbrio social entre a região periférica e a central. Antes, um espaço que abrigava população de baixa renda, desprovida de infraestrutura e de grande degradação ambiental, ele agora está na mira de vários investimentos estimulados pelo governo da cidade.

De acordo com a proposta de Diretrizes de Desenvolvimento Estratégico de Campinas, o Polo Aeroporto se divide em duas zonas. A zona de influência 1, mais próxima de Viracopos, em virtude de possuir uma excelente infraestrutura agregada aos meios de transporte, seria propícia ao desenvolvimento de atividades de logística e de indústria correlata. Dentre as áreas da zona 1, citam-se: gleba Singer (projeto em andamento) e DIC - Distrito Industrial de Campinas. A zona de influência 2 abrange uma região que não sofre influência direta do aeroporto, porém desfruta da sinergia por ele originada. A ocupação desse espaço prevê uso diferenciado, tal como: habitação, comércio, serviços, indústrias de alcance local e regional, onde se destaca a gleba Safra (pela sua facilidade de acesso) e o Polo Anhanguera (em fase de estudo).

O projeto para o Polo Aeroporto se caracteriza por uma concentração regional fabril relevante e com grande potencial de crescimento de atividades econômicas, notadamente industriais em virtude, sobretudo, da posição do Aeroporto de Viracopos e de sua articulação com diversas rodovias estaduais importantes. As transformações que ocorrerão com a implantação desse projeto deverão influenciar diretamente a vida de toda a região metropolitana de Campinas pelo fato de intensificar todos os fluxos, ocasionando aumento significativo da demanda de transporte coletivo dessa região.

No que segue, será tratado o Polo Centro, que contempla áreas de interseção com a região de estudo estabelecida nesta pesquisa.

2.3.1 POLO CENTRO

O Polo Centro é um projeto audacioso de concepção contemporânea acerca de intervenções territoriais nas cidades, em que se ajustam diversas potencialidades solicitadas pela implantação do TAV, uma modalidade alternativa de transporte.

O Polo Centro se divide em três áreas de intervenção (Figuras 2.9 e 2.10):

- **Área Central** – que possui hoje um coeficiente de aproveitamento do terreno 5 (é permitido construir cinco vezes a área do terreno).

Nessa região, a Prefeitura tem estudos para incentivar o potencial dos chamados miolos de quadras e vazios urbanos – preservar os prédios históricos existentes, abrindo espaço nos meios das quadras para empreendimentos imobiliários de grande porte (COSTA, 2008c).

- **Pátio Central** – Região alvo de um importante projeto de renovação urbana que dará ao centro de Campinas ares de modernidade, excelência tecnológica e qualidade de vida, fundamentadas em seu referencial histórico. Prevê atividades habitacionais, institucionais, comerciais e de serviços, como sedes corporativas, lazer, cultural e ensino (COSTA, 2008c).

- **Vila Industrial**¹⁹ - área contígua ao Pátio Central, também é indicada como região de investimento do TAV por ser dotada de grande potencial para renovação urbana e adensamento.

O ex-prefeito Hélio garantiu que a Prefeitura não irá desapropriar essas áreas para oferecê-las aos empreendedores porque não é política da administração municipal fazer doação para atrair investimentos. “Vamos agir como indutores, facilitadores, buscando adaptar a legislação, enfim, atuar para que os empreendimentos sejam possíveis”, afirmou. Deverá ser escolhido o consórcio que apresentar a menor tarifa de operação. “Isso leva as empresas a buscarem receitas extras, investindo nos entornos das estações, como ocorre em várias partes do mundo” (COSTA, 2008c).

O projeto para o Pátio Central buscou refuncionalizar e ampliar o centro de Campinas, em consonância com a implantação de um conjugado intermodal de transportes dentro do Complexo Ferroviário. Isso visou a eliminar as barreiras existentes entre o centro e a Vila Industrial, ocasionado pela ferrovia, e com isso promover uma expansão dessa área e um aumento da fluidez do território. Para Lerner (2005, p.78), a solução para a mobilidade urbana “é a integração de todos os

¹⁹ A Vila Industrial não pertence ao recorte espacial de estudo desta pesquisa. Por isso, não será objeto de discussão e análise como uma das áreas de intervenção do projeto Polo Centro.

meio de deslocamento”, para incentivar o uso do transporte coletivo nos itinerários de rotina como alternativa ao uso do automóvel.

Além de abrigar a nova rodoviária e o terminal rodoviário metropolitano, deverá ser instalado no espaço um terminal de trens de passageiros interestadual, estruturas para escritórios, espaço para o comércio, restaurantes, pontos específicos para atividades de lazer e cultura, um prédio multiuso com mais de dez andares que poderá servir de hotel ou de abrigo para eventos empresariais da região, edifícios residenciais e até uma universidade, como mostra a Figura 2.10.

Futuramente, quando a implantação do TAV for consolidada, o terminal multimodal se caracterizará como uma verdadeira porta de entrada da cidade, como acontecia com a estação do antigo complexo ferroviário. Nesse processo cíclico, o complexo tende a recuperar sua função original, aliado à função de patrimônio que ele adquiriu ao longo do processo de degradação-refuncionalização.

A implantação do Trem de Alta Velocidade irá proporcionar significativo aumento nas condições de acessibilidade e interconexão entre o município e as áreas adjacentes, potencializando a espacialização de oportunidades de negócio. Além disso, oferecerá alternativas de ligação direta com São Paulo e Rio de Janeiro, que, juntas, possuem mais de 30 milhões de habitantes e agregam grande parte das riquezas do país.

Algumas das estruturas tombadas por seu valor histórico permanecerão preservadas, conforme diretrizes da legislação, e serão utilizadas para compor o cenário do Pátio Central, mesclando construções antigas com novas. Serão usados mais de 45 mil metros quadrados, que irão valorizar o patrimônio histórico da região. Ressalte-se que a preservação do patrimônio nesse projeto irá priorizar o seu consumo visual e seu caráter cenográfico, não seu valor documental.

A Prefeitura antevê que o Pátio Central será o ponto de referência dessa renovação e se configurará como uma área de destaque pela modernidade e inovações, vinculando o lugar ao consumo e à acumulação de capitais em escala global. E, conseqüentemente, deverá promover uma nova imagem da cidade a partir dessa visão empreendedora.

Conseguir investimentos públicos e privados, atrair consumidores e turistas e visibilidade à cidade nos círculos globais de competição interurbana aproxima-se do que Harvey (1996) denominou empresariamento urbano.

A idéia é que o Pátio Central esteja conectado às redes globais pela verticalidade se revestem de uma lógica externa ao lugar. Essas redes estabelecidas fisicamente sobre edificações e residências são territorializadas em função dos fluxos de mobilidade das pessoas.

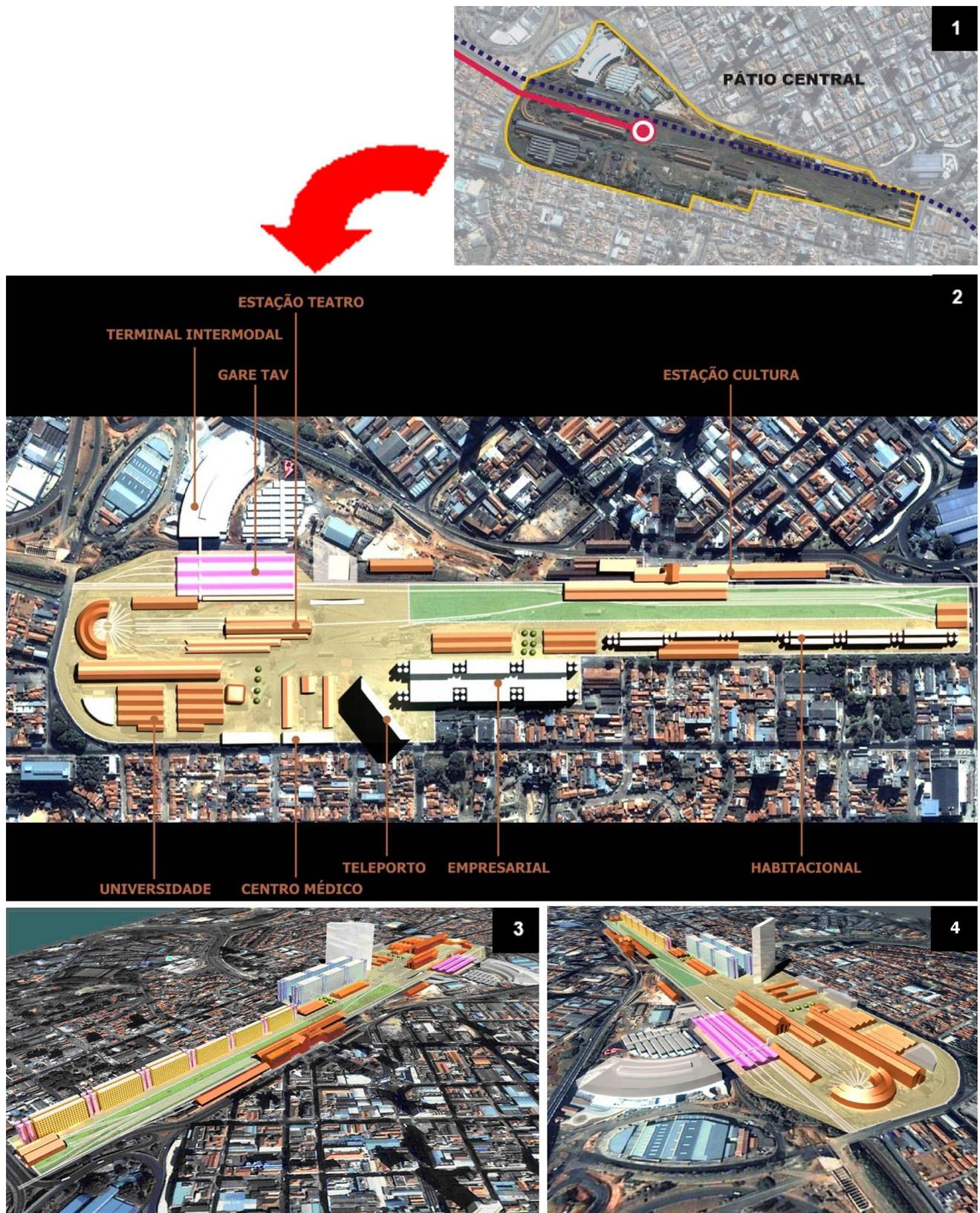


Figura 2-10 Projetos para o pátio central. 1 – Delimitação da área do pátio central; 2 – Implantação do projeto do pátio central; 3 e 4 – Perspectivas do projeto.

Fonte: EDITORIAL, 2009b.

A implantação desses novos usos dentro do Pátio Central, além de dinamizar a área e seu entorno, busca também elevar o seu potencial imobiliário. Como destacou o prefeito Hélio de Oliveira Santos para o jornal Correio Popular, “o potencial de investimento imobiliário de Campinas garante pelo menos 50% do custo de implantação e operação do TAV, orçado em R\$ 25 bilhões” (VIEIRA, 2008).

O projeto já evidencia uma forte especulação imobiliária em torno dessa região, que anseia por uma supervalorização do local. Evidencia-se a criação de uma “ilha de alta tecnologia”, consumo e cultura, que tende a resultar num processo de substituição de pessoas e atividades e na aparição de uma paisagem “aterritorial” (MUÑOZ, 2008), formada por um conjunto de edifícios caracterizados por lógicas específicas que não necessariamente a do próprio território onde se localizam.

Caso se concretize a elevação no preço da terra, provavelmente a população de baixa renda não terá como adquirir os imóveis propostos no projeto. A intenção de criar edifícios para empresas e hotel antecipa a característica do público alvo do projeto e a intenção de se consolidar uma área luminosa conectada por nexos verticais para atender o mercado global. Nesse processo, Sánchez (1999, p. 124) destaca que se estabelecem novas concepções de cidadania associadas à sociedade de consumo. “O cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade com o mercado”.

Dessa proposta geral, já foram executadas, até 2011, as obras da nova rodoviária e do novo terminal de ônibus metropolitano (Figura 2.11). Segundo publicou o jornal Correio Popular (ARAÚJO, 2007), a aquisição do terreno fez parte de um pacote de áreas ociosas, alvo de permuta entre a Prefeitura e a Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) em troca de dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) da extinta Ferrovia Paulista S. A. (Fepasa).

A nova rodoviária, denominada Terminal Rodoviário Ramos de Azevedo (Figuras 2.11-4 e 2.11-5), foi construída em uma área de 70 mil metros quadrados para promover conexão com os diversos modais de transporte (rodoviário, urbano, metropolitano e ferroviário). O Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira (Figuras 2.11-2 e 2.11-3) foi projetado para abrigar os ônibus intermunicipais e interligar os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Monte Mor e Paulínia. O novo terminal ocupa uma área construída de 35 mil metros quadrados, incluindo o prédio da rodoviária, estacionamentos e dois prédios históricos, ambos tombados pelo patrimônio histórico, que foram refuncionalizados para se tornarem centro de serviços (Figura 2.11-5).



Figura 2-11 Estação intermodal. 1 – Projeto da estação contendo a rodoviária (construída), o terminal metropolitano de ônibus (construída) e a estação do TAV (a ser construída). 2 – Vista externa do terminal metropolitano de ônibus. 3 – Vista interna do terminal Metropolitano de ônibus. 4 – Vista noturna da nova Rodoviária. 5- Área externa da nova rodoviária, com a edificação preservada e o viaduto ao fundo.

Fonte: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2006b.

A proposta de Diretrizes da Política de Desenvolvimento do Município, em consonância com o Plano Diretor da cidade de Campinas, pressupõe ainda a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Para isso, o governo municipal propôs ainda um Programa de Revitalização e Adoção de Praças, que será discutido no próximo item.

2.3.2 REVITALIZAÇÃO E ADOÇÃO DE PRAÇAS

A revitalização de praças e a implantação de parques enfocou não apenas a preservação do patrimônio histórico de modo a resgatar os elementos que preservam sua memória e lhe conferem identidade, mas também a valorização dos espaços públicos e do lugar.

O marketing urbano, para promover essa revitalização, se pautou no discurso da preservação do meio ambiente e resgate das áreas verdes. Como ressaltou o prefeito Hélio de Oliveira Santos, por ocasião da assinatura do Programa de Adoção de Praças²⁰, “nosso objetivo é tirar Campinas do crime e resgatar o respeito pelo meio ambiente, cultura e educação” (DINI, 2005).

Conforme a legislação acerca do Programa, o projeto urbanístico da praça poderia ser elaborado pelo interessado ou pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio do Departamento de Parques e Jardins - DPJ. Os técnicos do órgão prestariam orientação e fariam o acompanhamento dos serviços de urbanização. Para se inscreverem, as empresas, associações, sindicatos e outras entidades precisariam formalizar o pedido. Quando se tratasse de área nova, o pedido envolveria urbanização e manutenção, mas, se fosse praça já estabelecida, o interessado optaria pela manutenção do local.

Segundo o Programa, a empresa ou entidade que adotasse uma praça teria direito de fazer publicidade no local. O tamanho das placas de propaganda dependeria da dimensão do trecho cuidado. Para uma área de quatro mil metros quadrados, por exemplo, seria autorizada a colocação de uma placa de um metro de comprimento por 60 centímetros de altura (VIEIRA, 2006).

O sucesso do empreendimento dependeria de um comprometimento prévio, uma vez que, passada a euforia da reforma, do momento político e da divulgação pelos meios de comunicação, os

²⁰ O Programa de Adoção de Praças foi instituído pela Lei Municipal nº 10.704 e regulamentado por meio do decreto nº 13.819 e alterações (CAMPINAS, 2001). Os termos de adoção foram assinados no dia 25 de setembro de 2006, embora o Programa já existisse desde 2005.

ânimos arrefecem e a praça fica abandonada. Ao mesmo tempo em que promoveriam uma ação de marketing politicamente correta, as empresas cumpririam um papel que o poder público deixou de lado. Salienta-se aqui, a importância de um trabalho intensivo de conscientização.

Nos dois primeiros anos de implantação do Programa, entre 2005 e 2006, foram apresentadas para adoção 250 praças em toda cidade de Campinas, sendo que dessas o Governo Municipal assumiu 170. Conforme destacou o prefeito Helio, “quem ganha com esse esforço conjunto da administração municipal e segmentos da sociedade é a própria cidade de Campinas, que passa a contar com mais áreas verdes revitalizadas e cuidadas” (VIEIRA e VIANA 2006).

Na área central de Campinas, praticamente todas as praças foram adotadas e revitalizadas a partir desse Programa, dentre as quais se incluem: Praça Guilherme de Almeida (Figura 2.12-1), Praça Carlos Gomes (Figura 2.12-2), Centro de Convivência Cultural (Figura 2.13-1), Largo do Pará (Figura 2.13-2), Largo do Rosário (Figura 2.14-1) e Praça XV de Novembro (Figura 2.14-2).



Figura 2-12 Praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças. 1 – Praça Guilherme de Almeida com a presença dos engraxates. 2 – Praça Carlos Gomes e o playground.

A Praça Carlos Gomes (Figura 2.12-2) é considerada um dos mais tradicionais espaços públicos da cidade de Campinas. Foi tombada pelo Condepacc em 1998, pela importância “da sua composição vegetal, paisagística e urbanística”, conforme consta no artigo primeiro da resolução nº 29 de 03/12/1998. O prefeito Hélio de Oliveira Santos destacou, por ocasião da entrega da obra, que a “revitalização desta praça é o símbolo do engajamento e exemplo de participação da iniciativa privada” (LOPES, 2005a), já que as obras de revitalização, orçadas em R\$ 100 mil, contaram com recursos do poder público e do hotel The Royal Palm Plaza, que possui uma filial defronte a praça. Como destacou Dini (2005), o projeto contemplou a troca das lâmpadas de iluminação, pintura do

coreto, troca de bancos, projeto de irrigação, limpeza do calçamento, melhoria no playground, além da reforma e cercamento do monumento Ruy Barbosa.

O entorno da praça possui um uso diferenciado em vista da presença da Escola Carlos Gomes, do hotel The Royal Palm Plaza, do Clube Cultura, de atividades de comércio e serviços, além de vários prédios residenciais. Nela se situa um ponto de taxi (defronte a Escola Carlos Gomes), uma banca de jornal e uma banca de comida. Apesar de um local muito agradável e com boa arborização, não é usufruída como ponto de convívio, mas sim para cortar caminhos, o que torna a circulação, sua principal função.

Em 2006, foi proposto o projeto de revitalização da Praça Guilherme de Almeida (Figura 2.12-1), em seguimento aos critérios previstos na resolução 001 de 19/12/1988, que acompanha o tombamento do local, ao considerar a praça como área envoltória da Catedral Metropolitana de Campinas. A obra foi custeada pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (Sanasa), que adotou a praça e ficou responsável pela manutenção por um período de 70 meses.

Segundo Dini e Viana (2006), o projeto englobou um novo paisagismo, limpeza especial no piso e restauração do busto do poeta Guilherme de Almeida. A reformulação abrangeu também a instalação de um novo sistema de iluminação e bancos de madeira, além da restauração da fachada do prédio do antigo Fórum (incluindo a instalação de iluminação para valorizar a sua fachada principal) e preservação das 20 espécies de árvores existentes no local. Os 18 engraxates que exercem suas atividades defronte ao Palácio da Justiça receberam novas cadeiras de trabalho. Além de proporcionar maior conforto e segurança aos profissionais e clientes, os novos equipamentos visaram a padronizar a atividade e melhorar o visual da praça. As cadeiras foram adquiridas por meio de parceria entre a Prefeitura de Campinas e a iniciativa privada. Os engraxates não tiveram nenhuma despesa com o equipamento e tiveram a promessa de receber gratuitamente dois aventais a cada seis meses.

Os engraxates marcam a identidade dessa praça. Ajudam a consolidá-la como um lugar de encontro no período diurno, ao atraírem pessoas de classes distintas que vão até lá para conversar, discutir política, futebol ou outro assunto qualquer. Contribuem, ainda, para essa consolidação, o ponto de táxi e a banca de jornal do Alemão. Por isso, o projeto de revitalização preservou esses usos pontuais (engraxates, banca de jornal e os taxistas), pois são eles que caracterizam a ambiência da Praça no período diurno. Durante a noite, a praça permanece praticamente vazia, sendo utilizada basicamente pelos taxistas.

O entorno da Praça Guilherme de Almeida é predominantemente comercial e inclui ainda lojas, bancos, drogarias e escritórios. O comércio é popular, sobretudo pela proximidade com a Rua Treze de Maio. No entanto, também contempla usos mais nobres como o tradicional Restaurante do Rosário.



2-13 Outras praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças. 1 – Praça Imprensa Fluminense. 2 – Largo do Pará.

Devido a sua importância histórica, a Praça Imprensa Fluminense (Figura 2.13-1), também conhecida como Centro de Convivência Cultural, foi uma das primeiras a ser revitalizada e a sofrer uma intervenção global em toda a área, por meio do Programa de Adoção de Praças, em 2005. Como destaca Brizzi (2005), foram executadas melhorias no paisagismo, iluminação, segurança e sistema viário no entorno da praça, bem como reformas nas instalações internas do Centro de Convivência Cultural, com a reativação da antiga Sala de Concertos Carlos Gomes. Na área externa, houve uma pintura geral para cobrir as pichações.

A praça é bastante frequentada nos finais de semana pelas pessoas que vão ao teatro ou à feira de artesanato aos sábados e domingos pela manhã. Diariamente, a praça é bastante utilizada para práticas esportivas, sobretudo a caminhada pela população que vive ao seu redor. O seu entorno possui um uso bem variado devido à presença de prédios residenciais de alto padrão, comércio e serviços especializados, muitos bares e restaurantes como o tradicional Citybar, o Franscafé que funciona 24 horas, a Pizzaria Rittorno, o restaurante japonês Shogun House, farmácias, o supermercado Pão de Açúcar e o posto policial. Esses usos promovem um grande e contínuo

movimento ao redor da praça, com a presença de pessoas de outras regiões da cidade, o que torna o tráfego da região muito intenso.

O Largo do Pará (Figura 2.13-2) foi contemplado pelo Programa de Adoção de Praças em 2007 e passou pela reforma mais conturbada e questionada de todo o programa. O projeto propunha a troca do piso, replantio dos canteiros e restauração dos monumentos históricos e do coreto. O projeto foi realizado pela Prefeitura em parceria com a Sociedade de Abastecimento de Água e Esgoto S.A. (Sanasa), empresa que se tornou a responsável pela manutenção da praça após a obra.

As pessoas que residem na região da praça reclamaram da retirada de árvores pelo DPJ - Departamento de Parques e Jardins. Os moradores alegavam que árvores frutíferas, pés de café e árvores sadias foram arrancadas sem nenhum critério. O setor justificou a retirada das árvores pela necessidade de organizar o espaço, sem a necessidade de consultar os moradores. Estes, por sua vez, alegaram que deveriam ter participado da elaboração do projeto e, ainda, demonstraram publicamente sua indignação pelo fato de não terem sido consultados.

Na época, também gerou muita polêmica o fato de a obra não possuir o aval do Condepacc, visto que a praça estava em processo de tombamento desde 1991. Por isso, qualquer intervenção no espaço teria necessariamente que passar por aprovação do órgão municipal de conservação do patrimônio histórico e cultural. Devido a esses problemas, a entrega se deu quase três meses após o prazo inicialmente estipulado (início de outubro de 2005) e o custo da obra se tornou uma incógnita.

O entorno da Praça é bem diversificado, com uma predominância de edifícios residenciais altos situados, sobretudo, defronte a Rua Barão de Jaguará. Os andares térreos desses edifícios são utilizados com atividades comerciais e de prestação de serviço. Em frente à Praça, situa-se um hotel de alto padrão e, no lado oposto, após o viaduto, encontra-se um dos setores hoteleiros da cidade, em que estão estabelecidos os hotéis IBIS e Mercure. Devido à vizinhança com hotéis e proximidade com uma das saídas de Campinas (a Avenida Prestes Maia), a Caprioli Turismo mantém na Avenida Francisco Glicério, defronte à Praça, um terminal de ônibus com ligação direta para os aeroportos de Viracopos, em Campinas, e Guarulhos e Congonhas, em São Paulo. Na praça, situa-se um ponto de táxi para atender aos usuários do entorno.

Devido a essa facilidade de acesso, a Praça também é utilizada como ponto de parada de diversos ônibus fretados que levam viajantes para as cidades da região e para a capital. Dessa forma, em horários de pico, a praça recebe uma grande quantidade de pessoas à espera dos ônibus fretados.

Diariamente, pela manhã, a Praça é usada para caminhadas e atividades físicas promovidas pelo Posto de Saúde do Centro, situado a um quarteirão do local. À tarde, a área é muito utilizada por idosos que moram no entorno ou frequentam o Posto de Saúde, como um lugar de encontro.



2-14 Outras praças revitalizadas pelo Programa de Adoção de Praças. 1 – Largo do Rosário. 2 – Praça XV de Novembro.

O Largo do Rosário (Figura 2.14-1) é um dos principais pontos de festividades, reuniões públicas e manifestações políticas da cidade de Campinas. Durante toda a sua existência, o referido foi alvo de muitas modificações, mas sempre foi e continua sendo um dos principais locais de encontros do centro da cidade.

Em 2005, foi apreciado pelo Programa de Adoção de Praças e passou por outra reforma que, segundo Dini (2005), contemplou a pintura dos 12 postes, troca de lâmpadas, lavagem das luminárias e do piso, reforma do obelisco, além de implantação de novo projeto paisagístico nos dois canteiros existentes na praça. Após o término das obras, o Largo do Rosário também serviu como espaço para o projeto "Jazz no Rosário", que programou shows de jazz gratuitos, todas as quintas-feiras, com grupos locais e da região, com financiamento da Petrobrás. Buscou-se assim, resgatar o uso coletivo desse espaço por meio de atividades culturais na procura de incentivo para o uso noturno da praça.

O entorno da praça é bem diversificado. Possui muitos bancos e espaços voltados para a atividade de comércio e/ou serviço que funcionam durante o horário comercial. Há um edifício habitacional defronte a ela. Também há usos voltados para o lazer, como o bar Giovanetti e o Éden Bar, que funcionam também durante o período noturno e garantem uma grande movimentação no local. Durante o dia, a praça é bastante utilizada como local de passagem pelas pessoas que circulam

pelo centro. Algumas utilizam seus bancos como lugar de descanso, apesar da falta de sombra e da aridez do local.

Wagner Bastos, campineiro e professor da PUC Campinas, afirma em uma reportagem do jornal *Correio Popular* que sua referência do “Centrão” é o Largo do Rosário:

Impossível passar pela Barão e não dar uma piscada para o Regina, com seu café que inebriava o Brasa e os muitos jornalistas, torcedores e dirigentes, que em suas paredes deixavam a marca de seus sapatos cansados, discutindo o futuro de nosso futebol, depois de uma boa canja no Éden. Regina, ali em frente à Orly, dos maravilhosos confeitos, do lado do Jockey, que se mantém firme, brigando contra o tempo que insiste em tentar em vão nos desfazer de tantas lembranças e que até hoje reúne em sua calçada, bem abaixo da batuta do maestro, outros tantos saudosistas (BASTOS, 2008).

Em determinados períodos, o espaço interno da praça é utilizado para eventos específicos tais como comícios, shows, feiras, ponto de vacinação, entre outros, ocasiões nos quais se montam barracas/tendas que criam uma nova dinâmica temporária à Praça.

A Praça XV de Novembro (Figura 2.14-2), também conhecida como Largo de Santa Cruz, é uma das praças mais antigas da cidade e, provavelmente, foi a segunda a se formar. O Largo de Santa Cruz situava-se em uma das principais entradas da cidade, denominada "caminho dos pousos", pois ali os tropeiros e viajantes se refaziam de suas longas viagens em direção a Goiás.

Na atualidade, pouquíssimos resquícios desse período permanecem ao redor da área, que foi totalmente remodelado quanto as suas formas e funções. O entorno do Largo de Santa Cruz é uma região onde se mescla o uso residencial, comercial e de serviços, todos de alto padrão, onde se encontram desde edifícios altos residenciais até lojas de antiquário, roupas, academia, restaurantes e um pensionato de freiras onde se situa uma Capela tombada pelo Condepacc. Em 2009, com a implantação de um supermercado da rede Carrefour Bairro, a dinâmica de uso do local sofreu bastante modificação.

Em 2008, a Praça foi contemplada pelo Programa de Adoção de Praças e recebeu intervenções e mudanças no paisagismo, para valorizar seus espaços. Segundo Xavier (2008), a revitalização da praça foi viabilizada por meio de uma parceria com a Sanasa, que se responsabilizou pela manutenção do local após o término das obras. As intervenções no Largo de Santa Cruz incluíram instalação de novos bancos de madeira e de playground 100% ecológico. Como destacou Xavier (2008), para valorizar as árvores, realizou-se uma poda com levantamento das copas, para facilitar a propagação da luz tanto diurna como noturna. Tanto a nova vegetação quanto as árvores mais antigas e de grande porte receberam iluminação diferenciada, com o intuito de promover um

embelezamento da praça. Ocorreu ainda a substituição do piso de cimento por mosaico português e a instalação de gradil e lixeiras, além da reforma do banheiro dos taxistas.

Ressalte-se que o Programa de Adoção de Praças direcionou sua proposta de intervenção para os espaços públicos de Campinas, locais onde se desenvolve a prática cotidiana ou, como diria Gomes (2011, p.13), a cena pública - “sequência ininterrupta de eventos, com garantida comunicabilidade relacionada à morfologia e ao estatuto desses espaços e através dos quais são construídos e transmitidos significados públicos”.

É interessante observar que esse Programa resulta de uma parceria com a iniciativa privada, que foi quem financiou os projetos. No entanto, vai na contramão dos outros projetos propostos pela gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, que contemplava grandes projetos de intervenção, que almejavam atrair grandes investidores, gerar lucro e dar visibilidade à cidade nos círculos globais de competição intraurbana.

2.3.3 POLOS: POTENCIALIDADE E CONFLITOS

Com base nos projetos estratégicos de desenvolvimento propostos na gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, identifica-se que o seu governo priorizou a fluidez como estratégia de desenvolvimento, o que alterou significativamente o enfoque da gestão municipal em Campinas.

Santos e Silveira (2001, p. 261) destacam que uma das características do presente período histórico é a “necessidade de criar condições para a maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens, etc.”. Ao considerar a fluidez material e imaterial uma das principais características do período atual, o poder público cumpre o papel de reestruturar o meio urbano para que a circulação de produtos e mercadorias seja mais veloz e eficiente para o mercado, permitindo que o território municipal seja usado de forma corporativa.

Isso se torna bastante evidente, principalmente nas propostas de projetos urbanos de refuncionalização do centro para uma nova lógica de consumo, nas quais se destacam a promoção de empreendimentos imobiliários e empresariais privados e não somente na preservação do patrimônio cultural. Ainda, a construção da nova rodoviária de Campinas e de um terminal de ônibus urbano dentro do pátio ferroviário manifesta essa preocupação futura com a interligação dos meios de transporte, reativando o complexo ferroviário como uma das portas de entrada da cidade.

Os projetos estratégicos de desenvolvimento para Campinas priorizam a construção de uma nova infraestrutura que atende às necessidades de expansão do eixo empresarial da metrópole,

caracterizada pela construção de edifícios novos voltados às atividades econômicas, sobretudo o setor de serviços altamente especializados, a preservação dos bens de interesse histórico, as atividades ligadas ao lazer e à cultura, a revitalização das praças e a cenarização dos espaços, objetivando transformar antigas áreas degradadas e opacas em pontos luminosos voltados ao consumo e acumulação de capital.

Um aspecto importante de se observar é que o projeto preconiza uma verdadeira “limpeza urbana” e a retirada dos problemas sociais para um espaço mais adiante, no que se refere aos usuários indesejados (prostitutas, ambulantes, moradores de rua), com a expectativa de criar atrativos às classes de maior poder aquisitivo, para que elas voltem a frequentar e investir no centro. E não às classes mais pobres que habitam e frequentam o centro na atualidade.

É importante ressaltar que o marketing urbano do Projeto Centro vende uma imagem do que ainda não foi construído ou transformado. Isso converte a imagem em uma condição necessária ao processo de transformação urbana. Como ressaltava Muñoz (2008), a imagem tornou-se “o primeiro elemento necessário para produzir a cidade”. E é por meio da venda dessa imagem que a cidade pretende catalisar os empreendedores e os investimentos necessários para viabilizar essas propostas. Na concepção dessa nova lógica, ocorre um conflito evidente entre as demandas da escala local e as da escala global, ou das horizontalidades e das verticalidades (SANTOS, 2002).

PARTE 2 – O CENTRO DE CAMPINAS E A ORDEM PRÓXIMA

**Espaço cotidiano e o tempo do lugar como
perspectiva para o planejamento urbano**

Como discutido na primeira parte desta pesquisa, verificou-se que alguns projetos urbanos para o centro de Campinas na contemporaneidade têm se estruturado a partir de fluxos verticais que visam a dinamizar e conectar os centros urbanos ao mercado de consumo global, influenciados pela lógica do capital, priorizando a construção da cidade enquanto valor de troca e não enquanto valor de uso e espaço da realização da vida cotidiana. Esses projetos urbanos e arquitetônicos promovem a estetização das formas com a finalidade de moldar os cenários a um consumo global. Apesar dessa homogeneização, Muñoz (2008) destaca que as diferenças não desaparecem e há um nível intermediário em que opera a gestão das diferenças, em um processo de “urbanização”.

Lefebvre (1974, 1991b) explica que a análise do processo de reprodução do espaço urbano envolve a justaposição de vários níveis da realidade, tais como o da dominação política, o da acumulação do capital e o da realização da vida humana. O espaço corresponde tanto a uma realidade global que se manifesta no plano abstrato e no do conhecimento, quanto a sua produção social, a prática sócio espacial que corresponde ao plano concreto. A materialização do processo é dada pela concretização das realizações sociais produtoras dos lugares, a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vivida, percebida e concebida. É dessa forma que as relações sociais que constroem o mundo concreto se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, porque o plano da reprodução engloba desde a produção de mercadorias até a produção da vida e suas possibilidades.

No entanto, quando se prioriza somente alguns níveis da realidade, pode haver inversão nesse processo. A subordinação do uso do espaço à reprodução do valor de troca consolida espaços homogêneos, fragmentados e hierarquizados, marcados por uma relação de exterioridade em relação ao cidadão e uma perda de identidade em função da destruição dos referenciais urbanos que sustentam a vida cotidiana e as relações de pertencimento.

Ao mesmo tempo em que a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares, estes podem se fortalecer horizontalmente a partir das ações localmente construídas (SANTOS, 2002, p. 287). Lefebvre (1974, 1991b) evidencia a possibilidade de análise do espaço geográfico focada na reprodução das relações sociais, no contexto da vida cotidiana.

O homem, ao ocupar e agir sobre o meio natural, organiza o espaço onde desenrola a sua história. E esse espaço moldado pela intervenção do homem no decorrer do tempo constitui-se no espaço geográfico. Nessa perspectiva, o espaço geográfico aparece como um movimento historicamente determinado da produção social, onde cada transformação ocorrida ao longo do tempo implica formas diferenciadas, com conteúdos diversos.

Lefebvre (1991b, p. 55) ratifica que, para decifrar a cidade não basta entender o texto urbano (as instituições e as ideologias), sem recorrer ao seu contexto, ou seja, a vida cotidiana e suas relações imediatas. A análise das relações sociais e sua materialização espacial, com suas rupturas e permanências, permite entender o espaço geográfico como um produto histórico social. Para Lefebvre (1974), o espaço urbano, enquanto condição, meio e produto da ação humana, expressa duas dimensões: uma materialização das práticas espaciais, que se acumulam ao longo de uma série de gerações a partir da relação da sociedade com a natureza, e um espaço para a realização da vida humana.

O plano da vida cotidiana é o plano do lugar, espaço da constituição da identidade criada na relação entre usos. É o uso que dá sentido a vida, pois é por meio dele que o cidadão se relaciona com o lugar e tece uma rede de relações que lhe confere sentido. Como destaca Leite (2004), os usos qualificam e atribuem sentido de pertencimento ao lugar, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente. No entanto, o uso não ocorre sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital, do Estado e da sociedade como um todo.

O cotidiano reordena os usos, a partir das diferentes apropriações dos lugares pelas práticas sociais e pelas políticas de uso do espaço. Santos (2002) destaca que o cotidiano ocorre por meio de três ordens: a da forma técnica, a da forma jurídica e a ordem do simbólico.

O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe a obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos de significação e de representação. (...) Se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força da transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação (SANTOS M., 2002, p. 82).

O desenrolar da vida cotidiana de nossas cidades não correspondem a um roteiro pré-estabelecido. Apesar da imposição das normas e da regulação do Estado para controlar, organizar e planejar o espaço, são os usuários do espaço no seu cotidiano que transformam e reordenam o espaço, se apropriam e estabelecem novas relações e valores, instaurando uma nova lógica interna ao lugar. Em perspectiva semelhante, Arantes (2000, p. 106) aponta:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações.

Essas duas afirmações enunciam que o uso do espaço delinea fronteiras simbólicas diferenciadas no cotidiano e atribuem significações distintas que constituem uma identidade habitante-lugar não contemplada nos projetos urbanos. Para Lefebvre (1991b), o sistema de significações separa o urbano de sua base morfológica, da prática social, ao reduzi-lo a uma relação “significante-significado” e ao fazer extrapolações a partir das significações realmente percebidas, o que evidencia que é possível o entendimento da cidade como uma realidade concreta e abstrata. Em um sentido semelhante, Leite (2004) sugere que se entenda o lugar como uma demarcação física e simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente.

Nessa perspectiva, esta pesquisa sustentou-se teoricamente em dois eixos de análise que buscam entender o processo de reprodução do espaço do centro da cidade de Campinas na atualidade. Um eixo que trata do Estado e sua aliança com os setores privados, que age de maneira estratégica com o intuito da reprodução do capital e da produção de um espaço dominado, homogêneo, fragmentado e hierarquizado. E outro eixo baseado na apropriação e uso dos lugares, articulado ao modo de apropriação do espaço da vida.

Assim, a segunda parte deste trabalho apresenta o centro da cidade de Campinas a partir das experiências de usos e apropriação do espaço cotidiano. Para o conhecimento das práticas cotidianas do espaço vivido, se levou em consideração não apenas a cidade como uma coisa em si, mas o modo como seus habitantes e usuários a percebem e a utilizam, atribuindo sentido a ela. Essa representação do espaço foi coletada em questionários aplicados aos usuários e moradores do centro de Campinas, que contemplavam respostas dissertativas, além de desenhos que demonstram uma lógica perceptiva e cognitiva capaz de produzir uma informação sobre a cidade.

3 AS REPRESENTAÇÕES DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINAS: O OLHAR DOS USUÁRIOS

Uma cidade não se constitui somente de sua parte material, ou seja, suas ruas, construções, monumentos, rios, montanhas e outras materialidades presentes no espaço. Os indivíduos que nela habitam são elementos constituintes que determinam em grande medida as características da cidade, pois atuam tanto na produção do espaço quanto na sua representação. A representação de uma cidade se constrói tanto da subjetividade quanto da objetividade estabelecida pelos homens.

Descrivê-la não é tarefa fácil, visto existir infinitas coisas que podem ser observadas, ouvidas ou tocadas. São tantas as representações e sensações possíveis, que é complicado entender quais são as atribuições de sentido nessa imensa arena de concreto em que estamos inseridos, pois não se lê uma cidade somente pela sua materialidade. A compreensão do material somente ocorre com a atribuição de sentido, que, por si só, corresponde a uma imaterialidade, um processo subjetivo.

Para desvendar o centro de Campinas, buscou-se cruzar o “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) com “o olhar de longe e de fora”, com o intuito de observar os usos que a população faz do centro de Campinas, como ela se apropria dele, quais são os referenciais de centro identificados e os seus principais problemas presentes no plano vivido do cotidiano.

Neste trabalho, optou-se por utilizar imagens como uma ferramenta de avaliação e interpretação da representação do espaço, com o intuito de coletar dados subjacentes sobre dimensões do espaço que frequentemente ficam fora do alcance de outros métodos de pesquisa.

O uso de imagens como forma de expressão possibilitou um outro jeito de olhar que não ficou somente na narrativa. O intuito não foi ilustrar o que já se conhecia, mas sim ver a cidade a partir dos desenhos e utilizá-las como um convite à discussão. E ressaltou-se que não se tinha pré delimitado os temas. Foram os desenhos que abriram as possibilidades para discussão e trouxeram indicativos das categorias. Concordando com Gomes (2011), “as imagens são formidáveis veículos

de comunicação e de conhecimento”, pois podem nos conduzir a “compreender coisas novas, isto é, podemos aprender com elas”.

Também é importante destacar que as discussões apresentadas nesta tese não esgotam as possibilidades de análise e interpretação dessas imagens. Muitas outras leituras e interpretações podem ser realizadas a partir desse material.

Os desenhos não devem ser classificados como rascunhos, traduzindo a ideia de esboços. Eles correspondem à expressão de um ponto de vista específico do mundo. Evidenciam marcos visuais subjetivos e objetivos, símbolos compartilhados pelos usuários da área, que “nos remetem às relações entre sensibilidade e racionalidade” (NIEMEYER, 1994, p. 21). Para Arantes (2000, p. 122), as representações do centro realizadas por seus usuários não são indiferentes aos marcos e monumentos da paisagem oficial. “Ao contrário, elas articulam experiências sociais a um espaço, dando-lhes um contexto e significações particulares”.

Nesta pesquisa, os desenhos contribuem para evidenciar a organização social e simbólica do centro de Campinas, relatam a forma como o espaço foi sendo organizado, as edificações que existiram e foram demolidas no tempo, as funções que se transformaram, as centralidades que se deslocaram, os símbolos e os significados consagrados por cada momento histórico, político e social, os marcos simbólicos e visuais do centro traçados no cotidiano.

Kozel (2005) afirma que as chaves da interpretação somente podem ser explicitadas por meio do recorte sociocultural e ideológico que perpassa as representações elaboradas pelos seres humanos quando representam o espaço geográfico.

Incorporar essas reflexões ao geográfico torna-se imprescindível, pois vivemos num mundo onde imagens e linguagens adquirem cada vez mais importância, portanto o desafio é decodificar essas leituras visando a compreensão dos processos de construções sócio-culturais e consequentemente apontar novas diretrizes para se desvendar a organização espacial (KOZEL, 2005, p. 7295).

Enfim, os desenhos simbolizam um apoio gráfico a um processo de interpretação da representação do espaço urbano. Sem a solicitação no questionário, provavelmente os entrevistados prescindiriam desse tipo de recurso.

Na pesquisa, os desenhos elaborados pelos entrevistados mostraram muitos aspectos comuns com os das respostas dos questionários. Por isso, decidiu-se discutir e analisar de forma igual os seus conteúdos, não de uma forma livre, mas estruturada a partir de categorias identificadas, que,

por ordem de frequência, foram: consumo, circulação, lazer, problemas urbanos, patrimônio, praças e verticalização.

A análise e a discussão se deram com base numa pesquisa realizada com moradores e usuários do centro de Campinas. Utilizou-se como metodologia a aplicação de 266 questionários ao longo da área de estudo proposta neste trabalho, no período de abril a junho de 2009. A pesquisa teve como universo pessoas de classe social, idade, profissão, renda, procedência e raças, escolhidas aleatoriamente dentro do recorte espacial adotado neste trabalho.

Em uma breve caracterização dos entrevistados²¹, identificou-se que a maioria são mulheres (52,3%). Quanto à idade, a maior parte possui entre 20 e 40 anos (34,6% acima de 20 e até 30 anos e 28,2% acima de 30 e até 40 anos), o que evidencia pessoas em idade economicamente ativas. A maior parte recebe até 5 salários mínimos (33,2% acima de 1 e até 3 salários e 26,6% acima de 3 e até 5) e trabalha no comércio (30,1%) ou na prestação de serviços (36,4%), o que vem a enfatizar o perfil do público que utiliza o centro como um lugar de consumo, sobretudo popular.

3.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CENTRO DE CAMPINAS

Os resultados da pesquisa foram tabulados e concentrados em 35 tabelas que estão disponibilizadas no Apêndice C. Diante de tantas variáveis envolvidas, os resultados foram agrupados por temáticas semelhantes e, dessa maneira, considerados categorias, de modo a permitir um melhor entendimento dos aspectos que compõem as representações dos entrevistados. Magnani (2009, p. 109) destaca que as as categorias correspondem a planos intermediários em que se pode distinguir a presença de planos e regularidades. Surgem a partir do reconhecimento empírico, na forma de arranjos concretos e efetivos. “Constituem uma espécie de modelos, capazes de serem aplicados a contextos distintos daquele em que foram inicialmente identificados”.

As discussões e análises se deram por meio de comparações entre os resultados da pesquisa e a realidade presente nas áreas do recorte espacial estabelecidas para o desenvolvimento do presente estudo, além de referenciais teóricos como subsídios para a concretização da proposta.

²¹ No Apêndice B – Caracterização dos entrevistados, apresenta-se os dados e os gráficos tabulados referente ao perfil dos entrevistados dessa pesquisa.

Ressalte-se que o perímetro de delimitação considerado tem extensa dimensão territorial e é bastante heterogêneo, como se verifica na Figura 3.5, que apresenta os usos no centro de Campinas. Todavia, é possível identificar algumas especificidades, conforme se pode verificar na Tabela 3.1.

Verifica-se, na Figura 3.5, que as Avenidas Campos Salles, Francisco Glicério, Moraes Salles, Viaduto Cury e o ramal férreo delimitam um perímetro caracterizado preferencialmente por um comércio popular e diversificado (área II da Tabela 3.1). Nesse perímetro, situa-se a Rua Treze de Maio, um importante eixo comercial, voltado para pedestres, por onde passam diariamente um alto fluxo de pessoas, mercadorias e informações no período diurno. A região próxima à Estação Fepasa, conhecida como “Boca do Lixo”, caracteriza-se pelo elevado índice de violência e concentração de diversos pontos de prostituição, moradores de rua e tráfico de drogas, além de inúmeros imóveis vazios²². Entre as áreas comerciais, observa-se a existência de inúmeras áreas de estacionamento, para atender aos usuários do centro, sobretudo no período diurno, quando o uso é intenso. Essa área abriga o Centro Popular de Compras, também conhecido por camelódromo, enfatizando o caráter popular do local. É uma área com pouco uso habitacional, por isso a baixa utilização no período noturno, contribuindo para o aumento da violência no local²².

Entre as Avenidas Moraes Salles e Aquidabã (área I da Tabela 3.1), configura-se uma área de uso predominantemente residencial, sobretudo no entorno da Praça Silvia Simões Magro, onde existem inúmeros condomínios verticais. No entorno dessa Praça, encontra-se a Casa de Saúde e diversos consultórios, clínicas e laboratórios médicos. A Praça também é um ponto de prostituição e elevado índice de assaltos²². Próximo ao Largo do Pará, verifica-se uma diversidade de usos: muitos estacionamentos e hotéis, entre eles o IBIS e o Mercure. A localização desses hotéis ocorreu por motivos estratégicos: proximidade das Avenidas Aquidabã/Prestes Maia, consideradas uma das saídas mais importantes de Campinas, pela conexão com as rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Santos Dumont, que dá acesso ao aeroporto de Viracopos.

Tabela 3-1 Especificidades do recorte espacial adotado a partir do Mapa de Uso do Solo.

²² Ver Figura 3.21 – Mapa de Conflitos, no capítulo 3.

Áreas	Delimitação da area	Principais características
Área I	Avenidas Aquidabã, Irmã Serafina, Moraes Salles.	Densidade residencial elevada devido aos inúmeros condomínios verticais. Avenida Aquidabã, importante eixo de entrada/saída de Campinas. Concentração hoteleira, Casa de Saúde, consultórios, clínicas e laboratórios. Fluxo intenso de pessoas no período diurno. Praça Silvia Simões: local de prostituição e índice elevado de assaltos.
Área II	Ramal férreo Av. Senador Saraiva, Av. Moraes Salles, Viaduto Cury, Av. Andrade Neves, Av. Campos Salles, Rua Treze de Maio	Comércio popular diversificado. Próximo à estação: hotéis, lojas de produtos agrícolas e lojas de peças. Abriga também o Centro Popular de Compras. No entorno da estação, área degradada com incidência de prostituição, tráfico de drogas, moradores de rua e alto índice de violência. Abriga a conhecida Boca do Lixo. No período noturno: baixa afluência de veículos e pessoas em virtude do fechamento do comércio. Muitos cortiços e pensões pela existência de imóveis residenciais antigos. Abriga a Estação da FEPASA e o CEPROCAMP.
Área III	Avenida Francisco Glicério, Av. Moraes Salles, Av. Irmã Serafina, Av. Anchieta; Av. Júlio de Mesquita, Rua Benjamin Constant	Grande concentração comercial: com lojas de padrão médio nas proximidades do Largo das Andorinhas e Prefeitura e lojas populares próximo à Avenida Glicério. Setores de prestação de serviço: bancos, cabeleireiros, escolas de informática e idiomas, cartórios, gráficas e outros. Muitos bares e restaurantes no entorno do Largo do Carmo. Edifícios residenciais de padrão médio e alto padrão próximo a Av. Júlio de Mesquita, promovendo uma transição centro – Bairro do Cambuí. Imensa circulação de pessoas e veículos durante o dia, persistindo ainda à noite, embora com menor intensidade, devido os bares e habitações existentes. Abriga os prédios da Prefeitura Municipal, do Hospital Irmãos Penteado e Escola Carlos Gomes, Centro de Convivência.
Área IV	Av. Campos Salles, Av. Senador Saraiva, Rua Dr. Ricardo, Rua Dr. Mascarenhas	Diversificação de usos: comércio, serviços, habitação. Abriga três importantes hospitais: Beneficência Portuguesa, Vera Cruz e Penido Burnier. Abriga a antiga e a atual rodoviária.
Área V	Av. Anchieta, Av. Francisco Glicério, Av. Orozimbo Maia, Rua Benjamin Constant	Usos diversificados: comércio, serviços, habitacional médio e alto padrão. Grande circulação de pessoas e veículos no período noturno pelo fato do território acumular: escolas (ensino fundamental e médio), escolas de idiomas, informática, cursinhos, faculdades (PUC – Campinas, SENAC) e alguns bares.

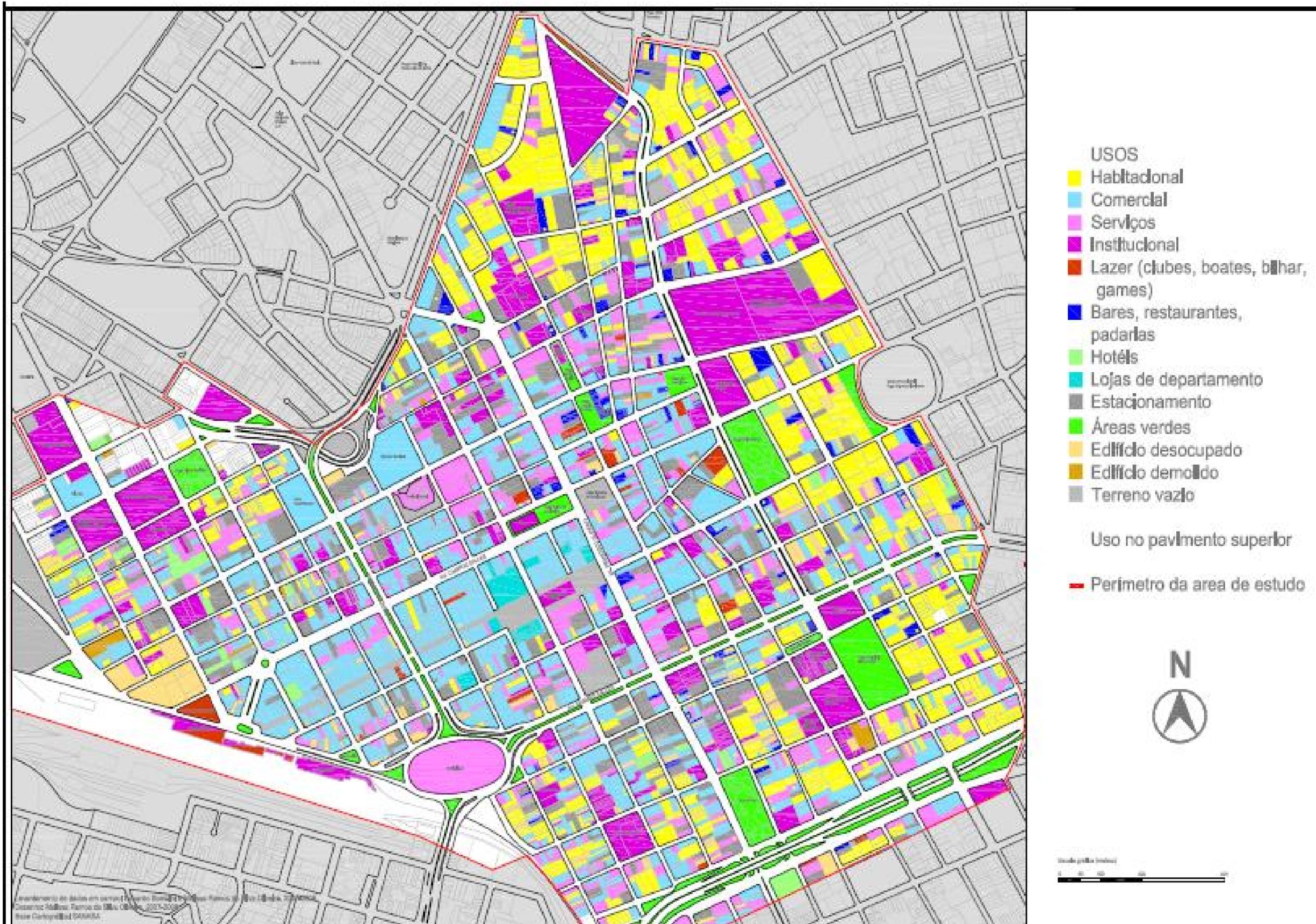
Organizado pela autora

A Figura 3.5 mostra ainda que a área localizada entre as Avenidas Moraes Salles, Irmã Serafina/Anchieta, Av. Francisco Glicério e Orozimbo Maia (área III e IV da Tabela 3.1) é predominantemente comercial, com lojas de padrão médio nas proximidades do Largo das Andorinhas e lojas mais populares próximo à Avenida Francisco Glicério. Possui elevada circulação de pessoas e veículos durante o dia. À noite, apresenta uma movimentação intensa pelos diversos bares, escolas e residências situados nessa região. Dentre eles, destaca-se o Largo do Carmo, que abriga muitos bares e restaurantes ao seu redor, caracterizando-se como um ponto de encontro significativo do centro.

Entre as Avenidas Anchieta e Júlio de Mesquita (área III da Tabela 3.1), predomina uma área de uso residencial, de densidade elevada, devido à presença de diversos condomínios verticais, muitos deles de médio e alto padrão. Essa área é uma transição do centro para o Cambuí, um bairro de classe média alta. Abriga o edifício sede da Prefeitura Municipal de Campinas, o Hospital Irmãos Penteados e o Centro de Convivência Cultural.

As Avenidas Campos Salles e Senador Saraiva, as Ruas Dr. Ricardo e Dr. Mascarenhas delimitam um perímetro de uso diversificado: comercial, serviços, e residencial, como se observa na Figura 3.5. Abriga o terreno da antiga rodoviária, que hoje se encontra abandonado após a demolição da mesma. Nela também se situam três importantes hospitais de Campinas: Beneficência Portuguesa, Vera Cruz e Penido Burnier, além de muitos consultórios, clínicas e laboratórios médicos.

USO E OCUPAÇÃO DO CENTRO DE CAMPINAS



3.2 AS CATEGORIAS NORTEADORAS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Além de oferecer atrativos culturais e praças, o centro de Campinas atrai público para uma diversidade de funções: conjuntos comerciais, bares, lanchonetes, serviços gerais e especializados, trabalho, lazer e conveniências. Por isso, sofre uma ocupação coletiva e heterogênea, estimulada por um aglomerado de pessoas as quais determinam fluxos dinâmicos que cruzam o centro a todo o momento.

Levando-se em conta essa diversificação, foram analisados e discutidos os resultados da pesquisa realizada, no sentido de caracterizar o centro de Campinas a partir das representações dos diferentes tipos de frequentadores. As apreciações foram feitas a partir de sete categorias, tomando-se por base as respostas dos questionários respondidos pelos entrevistados, o qual se encontra na íntegra no Apêndice A.

Vale lembrar que as categorias não foram delimitadas anteriormente à pesquisa. Foram as análises e interpretações das respostas dos questionários (perguntas e desenhos) que abriram as possibilidades para discussão e trouxeram indicativos das categorias. Essas categorias são um instrumento de grande valia para orientar as ações de planejamento urbano, pois apontam questões identificadas pelos usuários no seu cotidiano e que, muitas vezes, não são captadas pelos agentes promotores dos projetos urbanos.

A tabulação de suas frequências, com base nas respostas, se encontra descrita na Tabela 3.2. Os valores apresentados nessa tabela correspondem a soma dos dados apresentados na coluna “Quantidade Total”, dentro de cada tabela do Apêndice C. O que corresponde ao número de vezes que cada categoria aparece citada em cada resposta. Vale ressaltar que uma categoria citada não exclui a outra, ou seja, em uma mesma resposta podem ser citadas mais de uma categoria.

Ao analisar a Tabela 3.2, verifica-se que, nas questões “Ao se falar sobre o centro de Campinas qual a primeira coisa que te vem a cabeça?”, “O que você mais gosta no centro?” e “Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?”, o consumo foi o item mais lembrado pelos entrevistados. Isso evidencia uma primeira característica do centro de Campinas: o consumo é sobejamente o que mais a população, de todas as idades, procura e valoriza no centro.

Ao se considerar a categoria consumo, bem como as outras, deparou-se com uma diversidade de respostas atinentes a ela, o que exigiu uma reclassificação em subcategorias de modo a permitir um melhor entendimento dos aspectos que caracterizam esse espaço na opinião dos inquiridos. Como essas subcategorias ainda apresentaram uma grande variedade de informações, elas foram, por sua vez, reagrupadas em novas subcategorias. Todos esses dados foram então revertidos em trinta e cinco tabelas²³ que deram origem a outras mais simplificadas, descartando informações como sexo, faixa etária e renda, que serviram como subsídios relevantes nas análises e discussões realizadas ao longo do texto.

Tabela 3-2 Tabulação relativa às categorias

Perguntas feitas aos entrevistados	Consumo	Circulação	Lazer	Problemas Urbanos	Patrimônio	Praças
1 – Ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?	192	86	16	54	36	12
3 – O que você mais gosta no centro?	149	6	58	0	31	23
4 – O que você mais gostava no centro e se perdeu?	27	32	52	235	24	19
5 – Qual o centro que você imagina/gostaria?	33	51	44	17	12	22
6 – Quais os espaços / lugares do centro que você mais utiliza?	230	94	54	0	18	38

Quanto a aspectos relacionados aos problemas urbanos, a Tabela 3.2 revela, ainda, 235 menções, referindo-se à violência que, na atualidade, possui índices altíssimos e, no passado, era um dado não preocupante. Muitos entrevistados demonstraram sentir falta da tranquilidade e da segurança que existia no centro e na atualidade se perdeu. Quando se pensa no centro, os problemas urbanos, sobretudo a violência, foi o terceiro dado mais lembrado, com 54 menções.

Os inquiridos relataram que gostam das atividades relacionadas ao lazer que acontecem no centro - bares, eventos e shows (58 citações). E sentem falta de mais oportunidades de lazer no centro (52 menções). Os entrevistados comentaram que o centro perdeu os cinemas para os

²³ Essas tabelas estão disponibilizadas no Apêndice C.

shoppings, muitos bares fecharam suas portas devido à falta de segurança. Além disso, no passado, havia mais shows, eventos, exposições na área central, sobretudo nas praças.

3.2.1 CONSUMO

“Uma nova modernidade nasceu: ela coincide com a ‘civilização do desejo’ que foi construída ao longo da segunda metade do século XX”. Essa frase abre o livro de Lipovetsky (2007, p. 11) e evidencia o período em que o capitalismo de consumo tomou o lugar das economias de produção e provocou mudanças no funcionamento global da economia.

Essas mudanças desenvolvidas desde o século XVIII na Europa Ocidental, sobretudo com a Revolução Industrial, aceleraram-se a partir da segunda metade do século XX, quando o universo do consumo ganhou centralidade, tanto como motor do desenvolvimento econômico, quanto por meio da expansão do consumismo como elemento de mediação de novas relações e processos que se estabelecem no plano cultural das sociedades modernas.

As décadas de 1970 e 1980 foram bastante conturbadas, marcando um importante período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Essas mudanças marcaram o início de um novo regime de acumulação, o qual, posteriormente, recebeu o nome de acumulação flexível.

Deve-se observar que, em condições recessivas e de aumento de competição, o sistema de produção flexível permitiu um grande crescimento do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala.

Na questão de "tempo de giro", que sempre foi sinônimo de lucratividade capitalista, houve uma drástica redução, isso pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robô) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoque "just-in-time", que diminui drasticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). É muito importante observar que a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro do consumo, ou seja, a acumulação flexível em alguns casos chegou a diminuir pela metade a "meia vida" de um produto fordista típico, que era de cinco a sete anos.

Para Harvey (1989, 148), a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto:

Por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Harvey (1989, p. 1740) acredita que este processo de acumulação flexível envolve o movimento chamado "compressão do espaço- tempo" no mundo capitalista. Assim, enfatizando o surgimento de horizontes temporais no mundo capitalista que estreitaram as tomadas de decisões privada e pública, enquanto a comunicação via satélite possibilitou mais facilidade para a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e diversificado.

Abordar a questão do consumo significa também tratar da sociedade de consumo, que se caracteriza pelo desejo socialmente expandido da aquisição do supérfluo, do excedente, do luxo, em um contexto no qual geralmente a oferta excede a procura e os padrões de consumo estão massificados. Do mesmo modo, se estrutura pela marca da insaciabilidade, da constante insatisfação, em que uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota.

Como destaca Baudrillard (2010, p. 46), “a sociedade de consumo precisa dos seus objetos para existir e sente sobretudo a necessidade de os destruir”. Nesse sentido, a destruição “permanece como alternativa fundamental da produção: o consumo não passa de termo intermediário entre as duas”.

Essa sociedade de consumo, movida por desejos, criou também o que Lipovetsky (2007) denominou “hiperconsumidor”, um consumidor que busca experiências emocionais e de maior bem estar, de qualidade de vida e de saúde, de marcas e de autenticidade, de imediatismo e de comunicação.

Nessa pesquisa, entre os principais motivos elencados como impulsionadores de visitas ao centro, conforme já salientado acima, o consumo sobressai, porque é movido por essa sociedade de consumo que busca imediatismo dos prazeres, por meio de um consumo que também é emocional.

Na análise, a categoria consumo foi dividida em duas subcategorias - comércio e serviço - que serviram de base para agrupar as respostas das perguntas do questionário. Esse procedimento resultou na Tabela 3.3, em que se nota o comércio como a subcategoria mais frequente (561

indicações, consideradas todas as perguntas). Isso se explica, por um lado, devido à grande concentração de lojas, em sua maioria popular, sobretudo nas áreas II e III (Tabela 3.1) do recorte espacial adotado, que atrai um grande número de pessoas e se caracteriza como um importante centro de compras e de fluxos que, indiretamente, produzem mercadoria no local e incrementam a economia do município. Por outro lado, em função das transformações sociais ocorridas nos últimos tempos, que deram ao consumo um papel protagonista no dia-a-dia das pessoas e das cidades.

Com menor frequência (83), os serviços também foram indicados. Uma justificativa para esse fato é a presença de diversos setores prestadores de serviços, sobretudo nas áreas III, IV e V (Tabela 3.1) do recorte adotado. É importante destacar que os bancos possuem agência central/principal nesse espaço, fazendo do local um importante território financeiro.

Tabela 3-3 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à categoria consumo

Questões	Subcategorias/ Indicações	Elementos das subcategorias/ Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Comércio (184)	Lojas (92), Variedade (lojas e produtos) (37), Compras (24), Camelôs (10), Preço baixo (8), Shopping (5), Proximidade do comércio (4), Rua Treze de Maio (3), Livrarias (1).
	Serviços (8)	Concentração de bancos (3), Emprego (2), Consultas médicas (1), Hospital Beneficência Portuguesa (1), Centralidade (1).
3ª. O que você mais gosta no centro?	Comércio (137)	Compras (108), Treze de Maio (14), Camelôs (13), Produtos baratos (2).
	Serviços (12)	Bancos/pagar conta (7), Variedade/diversidade (5).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Comércio (27)	Grandes lojas e lojas de qualidades (6), Lojas (6), Lanchonetes e bares (5), Lojas Muricy (3), Sears (3), Restaurantes de qualidade (2), Eldorado (1), Mappin (1).
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Comércio (33)	Mais lojas (10), Com shopping (7), Variedade (4), Lojas baratas (3), Proximidade das lojas (6), Aberto 24 horas (2), Diversidade (1).
6ª. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?	Comércio (176)	Compras (125), Camelôs (25), Lojas da Rua Treze de Maio (12), Mercados (6), Shopping Jaraguá (4), Lojas Americanas (3), Feiras (1).
	Serviços (54)	Bancos (29), Farmácia (5), Prefeitura (3), Poupa tempo (4), Lotérica (4), Outros (9).
8ª. Na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?	Comércio (4)	Lojas lotadas (4).
	Serviço (9)	Filas imensas (4), demora no atendimento (5).

O elemento compras da subcategoria comércio aparece com grande intensidade nas respostas da primeira, terceira e sexta questões, com 24, 108 e 125 repetições, respectivamente.

Outras manifestações com expressivas representações são: lojas, e variedade (lojas e produtos), que aparecem indicadas num total de 129 vezes, somente na primeira questão. Referente a primeira questão – “ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?”, alguns entrevistados responderam:

Local onde se encontra com facilidade diversos produtos e serviços (Anderson, 27 anos, 5-10 salários, engenheiro elétrico);

A diversidade de lojas, você encontra qualquer coisa que estiver procurando (Cassiana, 26 anos, 1-3 salários, recepcionista);

Comprar roupas, calçados, pagar contas e fazer curso (Ingrid, 14 anos, estudante);

As lojas e o movimento, porque devido a grande quantidade de lojas, muitas pessoas fazem compras e assim o movimento é grande (Alan, 13 anos, estudante);

Os camelôs, os produtos do Paraguai e muita gente gastando (David, 16 anos, 1-3 salários, vendedor)

Compras e saldar compromissos (Maria, 79 anos, 1-3 salários, do lar).

Nas demais respostas, o comércio ainda aparece simbolizado por nomes de lojas tradicionais do centro, camelôs, mais lojas, Lojas da Rua Treze de Maio ou simplesmente Treze de Maio (numa alusão à sua característica como um grande centro de compras) ou de outras formas. Além dessas, uma série de citações é feita com frequência moderada, como lanchonetes, bares e restaurantes, em sua maioria com apelação ao consumo.

Nas respostas, foi predominante a quantidade de pessoas com renda de 1 até 5 salários mínimos. Isso vem ao encontro do que acontece atualmente no Brasil, onde o número de pessoas que passou a pertencer à classe média entre 2004 e 2010 chega a 30 milhões, segundo dados do site da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE²⁴. Com isso, já são 95 milhões os cidadãos com renda mensal entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00, o correspondente a 50,5% da população brasileira, segundo o SAE. Essa parcela de consumidores está demandando serviços e comprando produtos que antes não estavam ao alcance e são movidos não apenas pelo concretizar de determinadas compras, mas também por todo imaginário

²⁴ <http://www.sae.gov.br/site/>.

que gira à sua volta. No que concerne à idade, a maioria tem menos de 40 anos, o que mostra que os mais jovens constituem a grande massa de consumidores.

No setor de serviços, o setor bancário foi o mais destacado. Por exemplo, quando se perguntou “quais os espaço/lugares do centro que você mais utiliza?”, ele foi citado 29 vezes. Ainda com relação a essa pergunta, outros, sem ocorrer nenhuma identificação, foi referido 9 vezes. Além desses, Poupatempo (4), farmácia (5), Prefeitura (3) e outros, sem frequência relevante, sofreram menções.

Os lugares de consumo coincidem com os lugares históricos de acumulação do capital, com o espaço da produção e o espaço produzido. O consumo do lugar é um consumo improdutivo e corresponde ao aglomerado de lojas, vitrines, mostras, pretexto para reunião de pessoas e coisas num lugar, o lugar do encontro. Os espaços tornam-se valor de troca, mas continuam a ser valor de uso, apesar do valor de troca prevalecer sobre o de uso. Nesses lugares, o consumidor também vem consumir o espaço. Torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas: elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado de coisas. Percebe-se, portanto, que o centro é um “lugar de encontros, de convergência das comunicações e das informações, da roda de amigos, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 131).

O centro de Campinas, por ser um local de grandes atrativos, atrai consumidores que fazem do local um espaço que dinamiza a paisagem da cidade. Porém, nem todas as pessoas lá se dirigem com o propósito de adquirir mercadorias, mas associam essa prática com a opção do “consumo do espaço” (LEFEBVRE, 1974), buscando nas áreas de comércio outras alternativas, configurando a dualidade do centro como um “espaço de consumo” (LEFEBVRE, 1974) e, ao mesmo tempo, proporcionando um “consumo do lugar” (LEFEBVRE, 1974).

Os desenhos realizados pelos entrevistados também ratificam o consumo como uma forte característica do centro. Ele é lembrado com imagens representativas de lojas, vitrines, pessoas segurando sacolas, bancas de camelôs e placas de promoção, multidão e indicação de serviços, dentre outros elementos simbólicos.

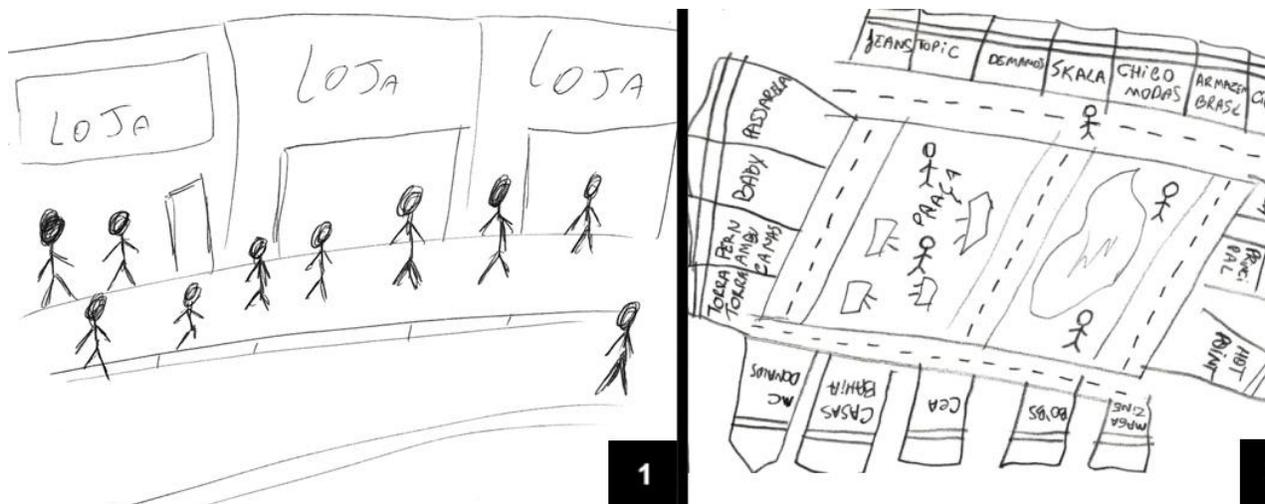


Figura 3-1 Desenhos do Rafael e da Aline: forte alusão ao consumo. 1. Rafael, 25 anos, mais de 10 salários, publicitário; 2. Aline, 20 anos, 2 salários, atendente.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Figura 3.2 apresenta dois desenhos com fachadas de lojas e elevada afluência de pessoas num forte apelo ao consumo, atividade característica da maioria das áreas estabelecidas no recorte deste trabalho e que cotidianamente abrigam um grande número de frequentadores. O primeiro desenho, do publicitário Rafael, expõe fachadas de lojas com letreiros genéricos e o segundo, da atendente Aline, fachadas com nomes de lojas populares tradicionais do centro: Torra Torra, Topic, Skala, Passarela, Hot Point, Armazém Brasil, Magazine Luiz, C&A, Bob's, Pernambucanas e outras. Essas lojas se situam em ruas que delimitam uma praça com diversas pessoas. A imagem parece fazer referência ao Largo da Catedral, que possui traços bastante similares àquelas apresentadas no desenho.

A Figura 3.3 expõe os desenhos de três cidadãos segurando sacolas e um deles radiante por ter ganhado dinheiro da mãe, com claros indicativos de felicidade e satisfação pela realização das compras. Para Baudrillard (2010), a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, porque o consumidor não busca somente bem-estar material. Como destaca Lipovetsky (2007, p. 15), “a questão da felicidade interior volta a tona, tornando-se um segmento comercial, um objeto de marketing que o hiperconsumidor quer poder ter em mãos”. No entanto, é uma “felicidade paradoxal”, que busca satisfazer suas aspirações no mercado, em uma cadeia infinita de desejos sempre renovados.



Figura 3-2 Alusão ao centro como espaço de consumo. 1. Romário, 25 anos, 1-3 salários, vendedor; 2. Agatha, 23 anos, 3-5 salários, secretária; 3. Homem, 17 anos, 5-10 salários, pedreiro.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Isso vem ao encontro da opinião de grande parte dos entrevistados que entendem o centro como um espaço de consumo, o qual ocupa atualmente um papel de protagonista no cotidiano das pessoas que buscam no consumo a “felicidade”. Isso se deve, em grande parte, ao avanço atual da tecnologia informacional, que propicia um grande fluxo de informações e cria novos desejos e hábitos de consumo e motivam a população a conhecer novos espaços e novos produtos, na busca por bem-estar, conforto psíquico e harmonia interior.

A Figura 3.4 faz alusão ao Centro Popular de Compras situado próximo ao terminal da Avenida Senador Saraiva. O desenho de Ruan mostra uma sequência de boxes cobertos, de camelôs, que delimitam um corredor com inúmeras pessoas em circulação. Os boxes são representados com uma vista de topo, na qual aparece um telhado vermelho e anúncios de produtos negociáveis – bonés, CDs, DVDs, bolsas e outros. O de Luiza mostra algumas bancas e os produtos nelas comercializados, como roupas, sapatos, bonés e aparelhos eletrônicos.

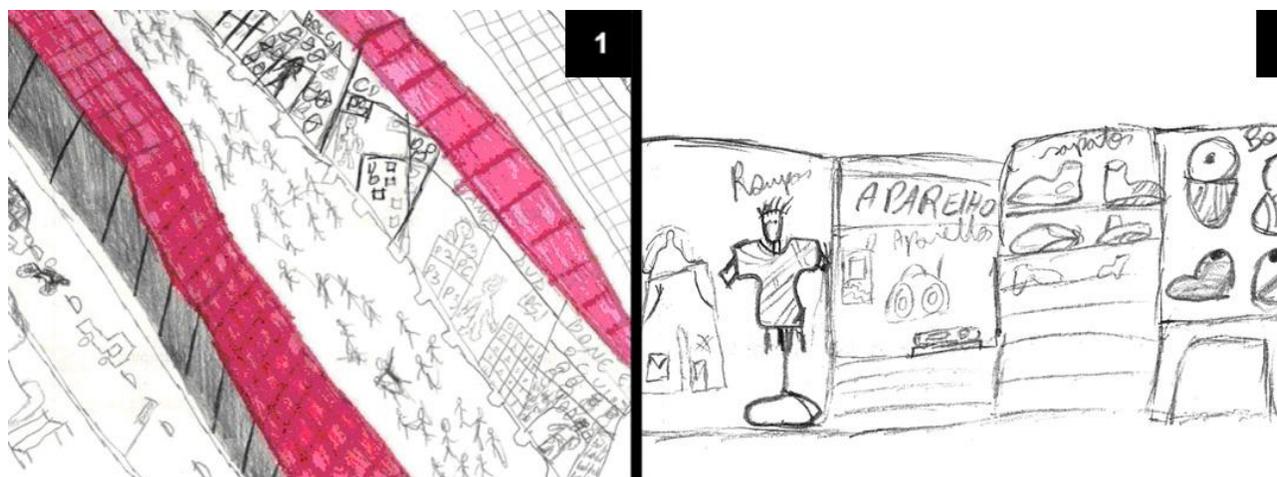


Figura 3-3 Desenhos simbolizando o camelódromo. 1. Ruan, 18 anos, 1-3 salários, estudante; 2. Luiza, 25 anos, 3-5 salários, bancária.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A população, de maneira geral, não se opõe ao comércio informal, argumentando que ela oferece preços mais baratos e fácil acesso às mercadorias. Porém, alguns criticam essa atividade pela sujeira e danos estéticos causados à cidade, pelos prejuízos ao comércio estabelecido e por facilitar a ação de marginais.

Pamplona (2004) classifica a comércio informal em pelo menos dois grupos distintos: grupo de situação precária (sem recursos), grupo de situação sustentável (com recursos), grupo com atividades socialmente condenável. O primeiro grupo engloba uma parte expressiva dos ambulantes, corresponde aos trabalhadores que procuram o comércio de rua para fugir da pobreza crônica ou das adversidades da conjuntura econômica. Muitas vezes são jovens com baixa escolaridade e sem experiência profissional ou trabalhadores mais velhos, deslocados do mercado de trabalho, que buscam uma reinserção no mercado de trabalho. O segundo grupo possui renda elevada em virtude de atividades ilegais, tais como contrabando, pirataria, venda de produtos roubados, entre outros.

O autor ainda aponta a necessidade de estratégias diferenciadas para lidar com esses grupos distintos. A inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal praticamente resolve o problema do primeiro grupo. No entanto, a questão do terceiro grupo é mais delicada, pois, para sair da atividade de ambulante, é necessária ação policial.

A Figura 3.5 traz indicativos de atividades e lugares que marcam a diversidade do centro. A imagem de Viviane mostra uma rua bem no centro do desenho, cortando-o praticamente de cima até embaixo. O lado direito contém edificações térreas, apontando lojas, mercado, bancos e

lanchonetes, com referências às diversas atividades de comércio e serviços presentes no centro, contrapondo-se a um edifício de muitos andares.

Bruhns (2002) ressalta que, recentemente, houve transformações significativas na arena do consumo, quando a aquisição de serviços prevalece sobre a de bens e se torna comum em um mercado de massa. Nesse processo, se consomem bens materiais, como roupas, objetos de decoração a serviços médicos, educacionais, eventos, espetáculos, estilos de vida e atividades de recreação, entre outros.



Figura 3-4 Referências à diversidade do centro. 1. Viviane, 18 anos, 1-3 salários, estudante; 2. Ariane, 26 anos, 4 salários, professora.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

O desenho da Ariane faz referência ao camelódromo, com algumas bancas e a loucura que é caminhar por aquele espaço, em que diversos vendedores abordam pessoas na tentativa de atraírem compradores para os seus produtos: “DVDs, três por dez, confira!” (palavras de Ariane). A parte inferior do desenho mostra uma pessoa deitada no chão, numa referência aos mendigos que vivem no centro e utilizam o espaço da rua como sua moradia. Do lado direito, observa-se uma banda ou grupo musical, simbolizando a região central muito além de um espaço de consumo, mas também um território de entretenimento e manifestações culturais, o que evidencia o centro tanto um local de muita diversidade física quanto de múltiplas atividades.

A heterogeneidade de usos do centro quando se menciona igrejas, museus, praças e lojas, mostra que muitas pessoas, ao buscarem esse espaço com a intenção de consumir mercadorias e serviços, associam essa prática com a opção do consumo do espaço, ao utilizarem essa região como um local de manifestações religiosas, circulação, recreação, diversão e entretenimento.

Esses elementos se encontram simbolizados na Figura 3.6. A frase "o centro imgloba (sic!) tudo" (da dona de casa Maria) passa a ideia de variedade, concentração e fácil acesso, permitindo e fomentando o uso comercial e social do espaço. Seu desenho menciona ainda a Rua Treze de Maio, em que se situa o calçadão, com a presença de inúmeras lojas, além de mostrar uma igreja, provavelmente a Catedral de Campinas, situada no início da referida rua.

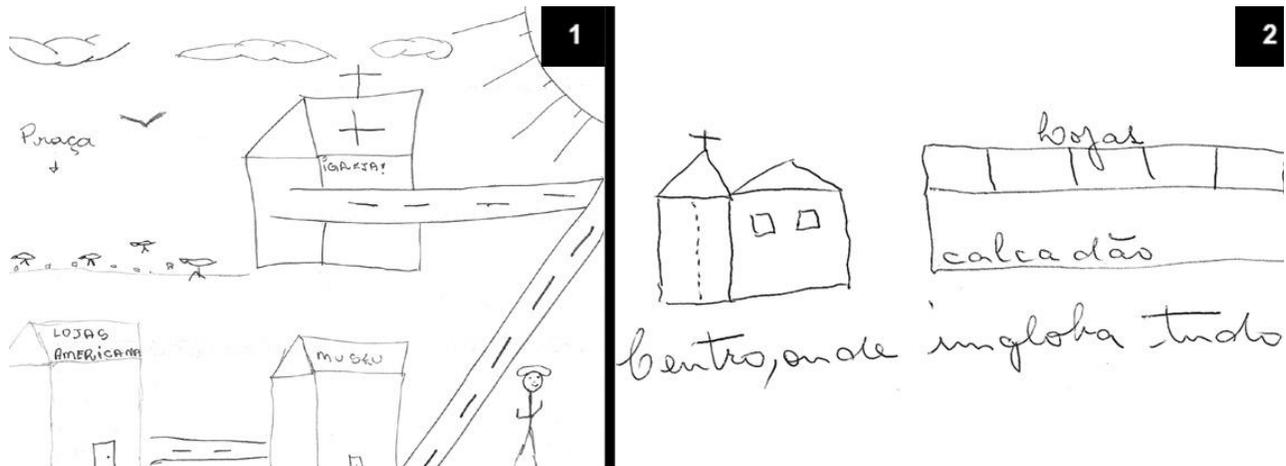


Figura 3-5 Heterogeneidade de uso do centro. 1. Tainá, 20 anos, 1-3 salários, estudante; 2. Maria, 79 anos, 1-3 salários, do lar.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

O centro da cidade de Campinas caracteriza-se atualmente como um lugar de consumo, especialmente popular. Ele atrai inúmeras pessoas pela diversidade de serviços, produtos, lojas, bares e restaurantes, tornando evidente que o centro é um local bastante utilizado, sobretudo pela classe mais baixa.

A refuncionalização da região central está estreitamente vinculada às atividades que ali se desenvolvem. Dessa maneira, é importante que os órgãos de planejamento não trabalhem somente com propostas que almejem a elitização do espaço e a expulsão dessa camada mais pobre. É importante a elaboração de propostas que visem à organização e melhoria da qualidade dos espaços públicos e da circulação, aumento da segurança, contribuindo para atrair atividades que assegurem a presença de pessoas durante 24 horas do dia. Para que isso seja possível, é fundamental mesclar atividades de comércio e serviços com moradia.

No que tange ao comércio informal, é necessário que os órgãos de planejamento proponham ações para disciplinar e regular suas atividades, de forma a preservar o comércio legalizado existente (garantindo emprego) e evitar que as atividades informais estimulem a violência e a

contravenção. Acredita-se que não é a expulsão dos vendedores ambulantes do centro que resolverá o problema do desemprego, subemprego, pauperização e vulnerabilidade social. A informalidade constitui um grande desafio para o Poder Público e precisa ser tratada por políticas públicas mais abrangentes.

3.2.2 CIRCULAÇÃO

De acordo com o Ministério das Cidades, a mobilidade urbana é a capacidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano para a realização de suas atividades cotidianas (trabalho, abastecimento, educação, cultura, recreação, lazer) num espaço considerado ideal, de modo confortável e seguro. Logo, o conceito de mobilidade urbana vai além do deslocamento de veículos ou do conjunto de serviços implantados para esses deslocamentos. Dessa forma, “pensar em mobilidade urbana é mais que tratar apenas transporte e trânsito” (BRASIL, 2006).

Observe-se que circulação é um fato natural e espontâneo inerente ao ser humano e indispensável sob a ótica econômica e social. É um meio de acesso aos empregos, habitação, serviços, consumo e opções de diversão e entretenimento.

Os deslocamentos antes pendulares bairro-centro, em que residiam e trabalhavam as pessoas, hoje acontecem em variadas direções. O aumento do poder aquisitivo proporcionou a motorização de uma parcela significativa da população mediante a aquisição de autos e motos. Esse aumento na frota de veículos tem provocado grandes problemas urbanos, ocasionando o caos no trânsito, o que resulta em perda de tempo, combustível, poluição atmosférica e sonora, conflitos entre diferentes modos de transporte, eliminação de parte de áreas verdes na busca de ampliar espaços para circulação e estacionamentos e aumento no número de acidentes de trânsito. Tais impactos comprometem significativamente a sustentabilidade urbana, a mobilidade, as acessibilidades, agravam os problemas estruturais e sociais e pioram a qualidade de vida da população.

A circulação se evidenciou também como uma categoria de grande frequência nas respostas dos entrevistados e, portanto, significativa na discussão e análise do centro de Campinas. Isso se justifica pelo fato de o centro ser cortado por vias de trânsito rápido, de anéis de circulação, corredores viários e fácil conexão a todas as regiões da cidade e vice-versa.

Os problemas de circulação e a necessidade de movimentos pendulares também resultam do aumento da distância entre as áreas de localização de empregos e as áreas de concentração da população trabalhadora, bem como entre as áreas de consumo. A dona de casa Kelle (31 anos, 1-3 salários) aponta a necessidade de se utilizar o transporte coletivo para acessar o centro e realizar suas atividades: *“A gente tem que usar ônibus para ir a supermercado, para ter lazer, estudar. Chegar ao Centro leva mais de uma hora”*.

Na discussão e análise, a categoria circulação foi dividida em duas subcategorias - trânsito e pessoas/transporte – sobre as quais se agruparam as respostas dos participantes da pesquisa. Esse procedimento resultou na Tabela 3.4, em que se verifica as duas subcategorias com frequências bastante parecidas: trânsito (188) e pessoas/transporte (192). Isso se explica em vista de algumas áreas recorte espacial adotado, tais como: III, IV e V (Tabela 3.1) por possuírem grande concentração e movimentação de veículos e pessoas.

A região central de Campinas acumula um grande leque de oportunidades e, por isso, a mobilidade assume grande importância no sentido de ampliar para um maior número de pessoas o acesso a essas oportunidades. Dentre elas, conforme salientado anteriormente, está o consumo e a procura por diversos setores prestadores de serviços. Esses fatos se explicam melhor quando se olha, na Tabela 3.4, para os elementos selecionados nessas subcategorias.

Tráfego intenso, 19 vezes nas respostas da primeira questão e 63 vezes nas respostas da sétima questão, mostra o tráfego como um elemento relevante na opinião dos inquiridos. Ronildo (38 anos, 5-10 salários, encarregado de departamento pessoal) declarou que “como toda metrópole, não houve uma prévia sobre o aumento populacional, sendo assim, a consequência foi imediata no aumento do número de carros, ônibus e etc.”.

Tabela 3-4 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à circulação

Questões	Subcategorias/ Indicações	Elementos das subcategorias/ Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Trânsito (31)	Tráfego intenso (19), Av. Francisco Glicério (8), Ruas (3), falta de estacionamento (1).
	Pessoas/Transporte (55)	Multidão (36), Terminal de ônibus (6), tumulto (5), Transportes (3), movimentação (2), Centralidade (2), Politizador (1).
3ª. O que você mais gosta no centro?	Trânsito (5)	Movimento (5).
	Pessoas/Transporte (1)	Fácil acesso para todos os lugares (1).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Trânsito (7)	Pouco trânsito (5), área de estacionamento (1), ruas sem projeto (Rótula) (1).
	Pessoas/Transporte (25)	Terminal 2 (atual sede da polícia) (16), ferrovia (7), rodoviária velha (2).
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Trânsito (31)	Menos tráfego (13), mais estacionamentos (5), ruas e avenidas mais largas (5), calçadas mais largas (3), sem carros (5).
	Pessoas/Transporte (20)	Menos pessoas (4), mais ônibus (3), facilidade de acesso (3), transporte público de melhor qualidade (3), educação das pessoas (2), com metrô (2), com trem (2), com mais bicicletas (1).
6ª. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?	Trânsito (39)	Ruas (16), Av. Francisco Glicério (10), Rua Barão de Jaguará (4), Rua Campos Salles (3), Av. Moraes Salles (2), Rua Conceição (2), estacionamentos (1), Rua Irmã Serafina (1).
	Pessoas/Transporte (55)	Rua Treze de Maio (23), terminais (15), pontos de ônibus (13), percurso do ônibus (2), rodoviária (2).
8ª. Na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?	Trânsito (75)	Tráfego intenso (63), falta de estacionamento (7), acidentes (2), conflito pedestres/veículos (1), nova rota organizada pela EMDEC (1), zona azul cara (1).
	Pessoas/Transporte (36)	Muitas pessoas/muvuca (23), ônibus lotados (8), falta de transporte público (3), localização da nova rodoviária (1), pontos ônibus lotados (1).

Organizado pela autora

Se compararmos essa representação com os dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN)²⁵, verifica-se que a frota de veículos em Campinas cresceu 47% em dez anos. Saltou de 378.909 veículos, em 1996, para 557.231 em 2006. Para este ano, a projeção da

²⁵ <http://www.detran.sp.gov.br/>.

Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec)²⁶ é de uma frota de 559.001 veículos. Segundo a Emdec, 80 mil veículos por dia é o fluxo estimado na região central e passam pelo projeto Rótula 3.400 veículos por hora durante os horários de pico.

No que concerne ao que se gosta ou o que se gostaria no centro, as pessoas apontaram: pouco trânsito (5), menos tráfego (13), sem carros (5). Nas respostas acerca dos lugares de maior utilização, indicaram: ruas (16), genericamente, ou ainda citando nomes de algumas vias importantes do território central. Eduardo (38 anos, 3-5 salários, professor) gostaria que não houvesse circulação de ônibus no centro, Wesley (15 anos, 3-5 salários, estudante) que o centro tivesse um transporte público melhor e Flávio (30 anos, 3-5 salários, modista) sonha com um “centro sem carros, onde pudesse voltar a usar os bondes, bicicletas (estilo Amsterdã), com grandes calçadas”.

Saliente-se que a área I (Tabela 3.1) abriga a Avenida Aquidabã, importante eixo de entrada/saída da cidade. Além disso, diversas outras áreas do recorte de estudo abrigam importantes corredores de carros e ônibus e artérias de deslocamentos no centro, dentre os quais se citam: Avenida Glicério, Avenida Anchieta, Avenida Campos Salles, Avenida Moraes Salles, entre outras. Quanto aos problemas, os mais destacados são falta de estacionamento (7) e acidentes (2).

Muitos dos edifícios da região central foram construídos durante uma época na qual o uso do automóvel não estava disseminado como meio de transporte individual. Muitas garagens localizam-se fora dos próprios edifícios, não existem muitas subterrâneas, o que resulta em um número insuficiente de garagens e estacionamentos. Por esse motivo, a falta de vagas de estacionamento foi apontada pelos inquiridos como um dos problemas do centro. Para Juliana (32 anos, 3-5 salários, professora), “faltam lugares adequados para parar o carro. A zona azul está muito cara em relação aos estacionamentos”.

Ao se indagar sobre aspectos que se perderam no centro, o extinto Terminal 2 (Figura 3.7), que se situava na Avenida Moraes Salles e foi desativado para a construção da sede da Guarda Municipal de Campinas, foi lembrado por 4 entrevistados. Alguns se mostraram saudosistas ao citarem que o centro possuía pouco trânsito (5 respostas) e outros, ao se recordarem do tempo em

²⁶ <http://www.emdec.com.br/>.

que não existia o Projeto Rótula²⁷ (2 respostas). Diversos entrevistados mencionaram a ferrovia (7 pessoas) e apenas duas citaram a antiga rodoviária.



Figura 3-6 Antigo Terminal 2 e atual sede da Guarda Municipal de Campinas. 1 - Foto do extinto Terminal 2 situado na Avenida Moraes Salles; 2 - Foto da atual sede da Guarda Municipal construído no antigo Terminal 2.

O grande número de pessoas que transitam pela região central e o transporte se apresentaram como pontos relevantes na opinião de muitos cidadãos. Observe-se que multidão e muitas pessoas/muvuca foram citadas 36 e 23 vezes nas respostas da primeira e sétima questões, respectivamente.

As questões sobre o que se gosta ou imagina para o centro tiveram respostas com pouca representatividade, tanto com relação a pessoas quanto com relação ao transporte. No que concerne à utilização do lugar, a Rua Treze de Maio teve 23 menções, numa alusão ao grande fluxo de pessoas que para lá convergem cotidianamente; os terminais (15) e pontos de ônibus (13) também foram citados. Com relação aos problemas do centro, os mais destacados foram ônibus lotados (8) e falta de transporte (3).

²⁷ O Projeto Rótula foi um sistema que colocou cinco avenidas do Centro de Campinas com as pistas no mesmo sentido para direcionar o tráfego e diminuir os congestionamentos, que se tornavam cada vez piores com as avenidas seguindo em sentido duplo. Ele funcionou de 1996 a 2010 (www.campinas.sp.gov.br/).

Também houve manifestação do sentimento: por que não sonhar com um metrô na cidade de Campinas para tentar diminuir o problema do congestionamento e melhorar a oferta do transporte público? (Rômulo, 38 anos, comerciante).

A grande maioria das referências acerca da circulação foram de pessoas com idade até 40 anos e faixa salarial de 1 até 5 salários. Isso indica que pessoas mais jovens e de poder aquisitivo limitado são os maiores frequentadores do centro.

Os desenhos apontaram para o alto fluxo de pessoas e veículos que circulam pela área central e, ainda, problemas com o transporte. Evidenciaram um centro cujo contato se faz tanto por pessoas fechadas em automóveis ou nos transportes coletivos, quanto pelo contato físico das pessoas que caminham pelas calçadas, pela Rua Treze de Maio e pelas praças, numa demonstração de que os usuários identificam o centro e se apropriam dele de forma distinta. Ferrara (2000, p.134) ressalta que:

A rua, a avenida, a praça, o jardim, o passeio são espaços do coletivo, da mescla de pessoas, de hábitos, de opiniões, da apropriação conjunta [...] são espaços de estar, ver, sentir e estão muito distantes da funcional artéria destinada ao deslocamento.

A Avenida Francisco Glicério, além de mencionada diversas vezes nas respostas do questionário, apareceu também com grande destaque nos desenhos, numa prova de que a Glicério não é somente uma artéria importante de deslocamento do centro, mas também um marco referencial significativo da cidade.



Figura 3-7 Avenida Glicério: congestionamento. a) Homem, 51-60 anos, mais de 10 salários, prestador de serviço; b) Rafael, 17 anos, 5-10 salários, auxiliar de escritório.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Figura 3.8 revela diversos aspectos dessa avenida. O desenho da esquerda mostra a Avenida Francisco Glicério repleta de carros e, abaixo dela, a frase “muito congestionamento”, elucidando como é o dia-a-dia desse espaço. O mesmo ainda destaca uma faixa de pedestre defronte a Catedral e a Rua Treze de Maio, como uma sinalização para a “entrada dos pedestres” no calçadão. Na parte superior do desenho, representa-se o *skyline* da avenida, delineado por uma sequência de edifícios altos que fazem com que a torre da Catedral, um marco da paisagem do centro, se perca nesse emaranhado de prédios. O desenho da direita evidencia o quarteirão em que se situa a Catedral, delimitado pelas ruas Treze de Maio, Costa Aguiar e pela Avenida Francisco Glicério. A Rua Treze é representada por um aglomerado de pessoas e lojas, enquanto a Glicério remete à ideia de congestionamento, em vista da grande quantidade de carros desenhados. A Catedral é delineada com suas torres frontais e o Largo da Catedral, denominado de “praça” no desenho, ressalta um espaço público de grande concentração de pessoas diariamente.

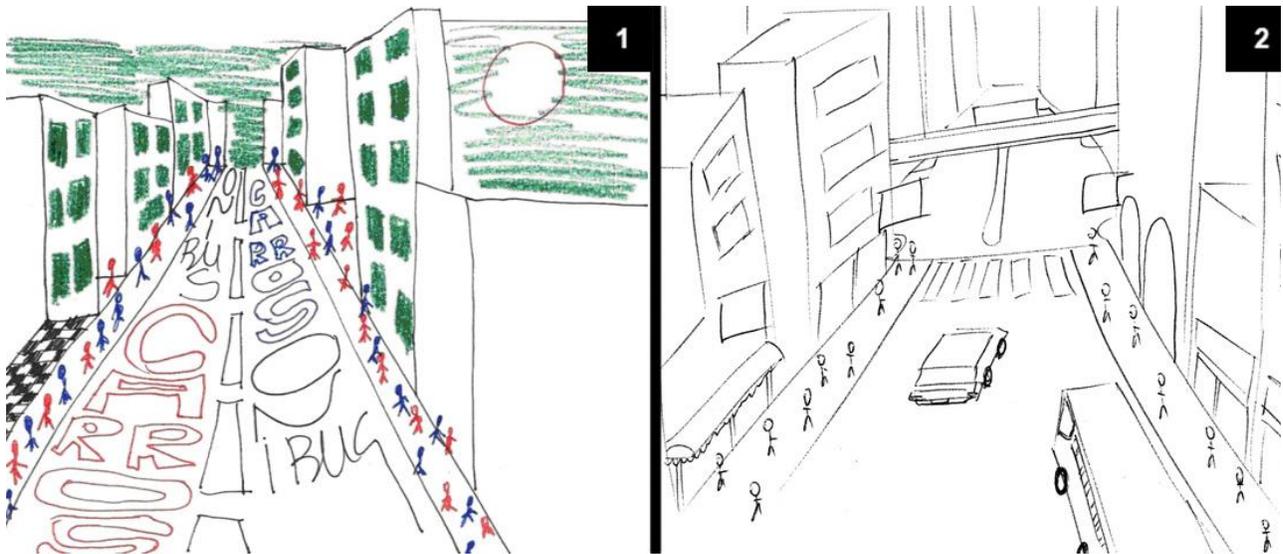


Figura 3-8 Avenida Glicério: linearidade, congestionamento e verticalização. a) Cristiane, 38 anos, mais de 10 salários, arte educadora; b) Homem, 46 anos, 5-10 salários professor..

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Na Figura 3.9, o desenho da Cristiane revela a Avenida Francisco Glicério, em perspectiva e torna patente os dois lados da mesma, cercada por prédios altos ao longo de quase toda a sua extensão. A imagem expõe o eixo de perspectiva dessa via, marcado pela sua linearidade e racionalidade ao longo da avenida, sem barreiras físicas ou visuais, fruto de um ideal modernista. O trânsito intenso que nela circula é representado pelas palavras “carros” e “ônibus”. O

movimento de pessoas é expresso por vários bonequinhos que se movimentam nas calçadas. O colorido dessas pessoas transmite a ideia de diversidade racial, de classes, idades, sexos, ou seja, da mescla de pessoas, tão característica do centro. O desenho da direita mostra, em perspectiva, o final da Glicério, no viaduto, em que ela é sobreposta pela Avenida Aquidabã. A imagem demonstra a presença de carros e ônibus no leito carroçável das vias e pessoas andando nas calçadas. A verticalização é marcada pela sequência de edifícios altos que definem a via.

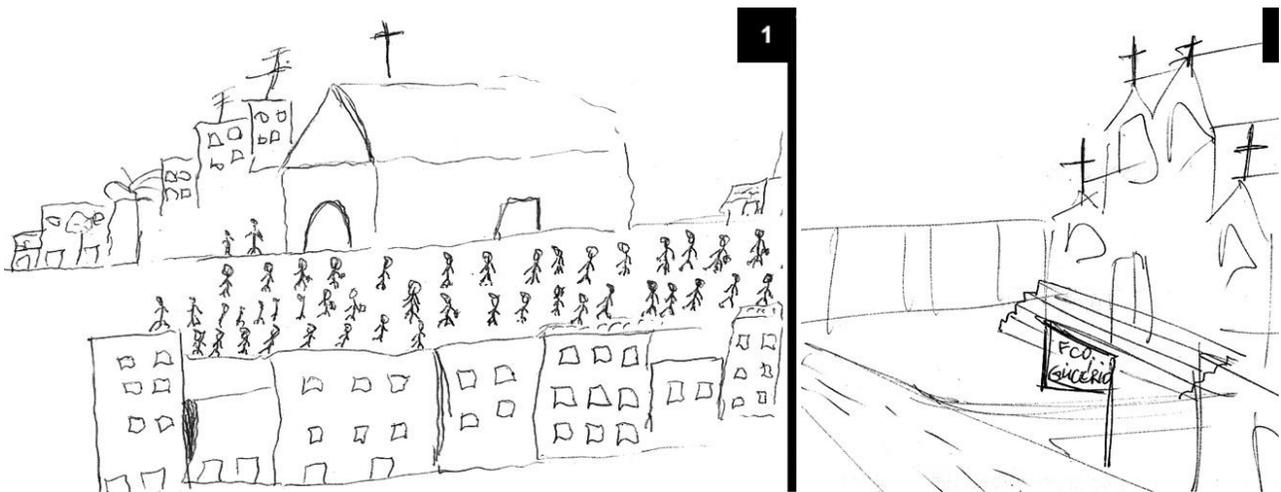


Figura 3-9 Avenida Glicério: skyline de edifícios altos e a torre da catedral. a) Fernando, 29 anos, 3-5 salários, publicitário; b) José, 46 anos, 1-3 salários zelador.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

O desenho do Fernando, na Figura 3.10, revela uma simbiose entre elementos verticais marcados pelo *skyline* de edifícios altos e a torre de uma igreja e a horizontalidade de uma rua que corta o desenho. O grande número de pessoas registradas na imagem leva a crer que se trata da Rua Treze de Maio e a igreja nela representada, a Catedral de Campinas. Conseqüentemente, a via com grande número de veículos que aparece no final da Treze seria a Avenida Glicério. Ressalte-se que os edifícios altos desenhados com a mesma altura da torre da igreja evidenciam que esse marco simbólico da paisagem perdeu seu destaque em meio aos edifícios altos que a circundam. O trabalho de José mostra a Avenida Francisco Glicério, também em perspectiva, com a indicação do Largo da Catedral e da Igreja Matriz, com suas torres, no lado direito.

A Rua Treze de Maio ainda foi bastante citada nas respostas dos entrevistados. Igualmente, nos desenhos, ela tem bastante destaque. Ela representa um espaço de forte comércio e é conhecida como “o calçadão”. Está inserida na área II (Tabela 3.1) do recorte espacial desta

pesquisa e, pelo que representa para Campinas, será destacada numa seção especial, mais à frente.

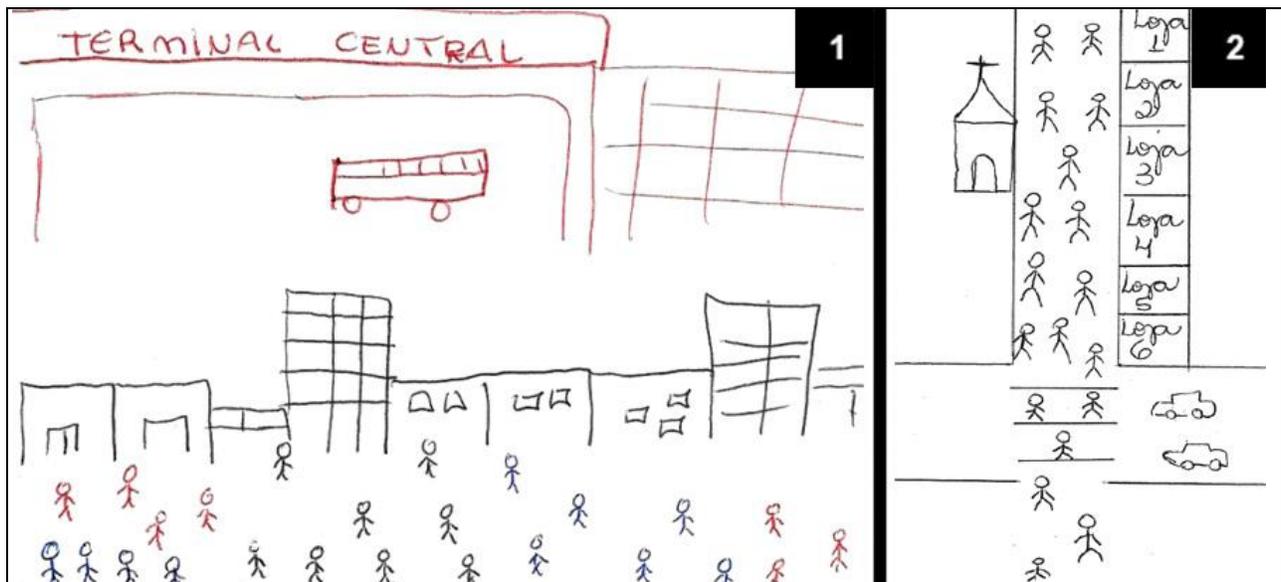


Figura 3-10 Avenida Treze de Maio: comércio e multidão. 1. Mércia, 18 anos, 1-3 salários, auxiliar de produção; 2. Rita, 34 anos, mais de 10 salários, atendente.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

O desenho de Mércia, na Figura 3.11, ao que parece, simboliza a Rua Treze de Maio, pela presença de grande quantidade de bonequinhos, cuja coloração transmite a ideia de diversidade racial e social dos frequentadores do espaço. Expõe um caminho delimitado por uma sequência de edifícios adjacentes e com alturas diferenciadas, o que define um *skyline* escalonado. Na parte superior da imagem, identifica-se o Terminal Central de ônibus urbano, diariamente utilizado por muitas pessoas. O desenho de Rita supõe tratar-se do quarteirão em que se situa a Catedral Metropolitana de Campinas, no cruzamento das vias Treze de Maio e Francisco Glicério. A faixa de pedestres da imagem estabelece a ligação da Avenida Francisco Glicério com o ponto inicial da Treze de Maio.

O grande número de carros e pessoas em circulação pelo centro é traduzido no desenho de Telma, Figura 3.12, pela frase: “o trânsito e a multidão de pessoas”, ao passo que o desenho de Gabriel faz referência ao trânsito caótico do local.



Figura 3-11 Alusão ao congestionamento de carros e pessoas. 1. Telma, 22 anos, 1-3 salários, recepcionista; 2. Gabriel, 16 anos, 3-5 salários, mecânico de usinagem.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

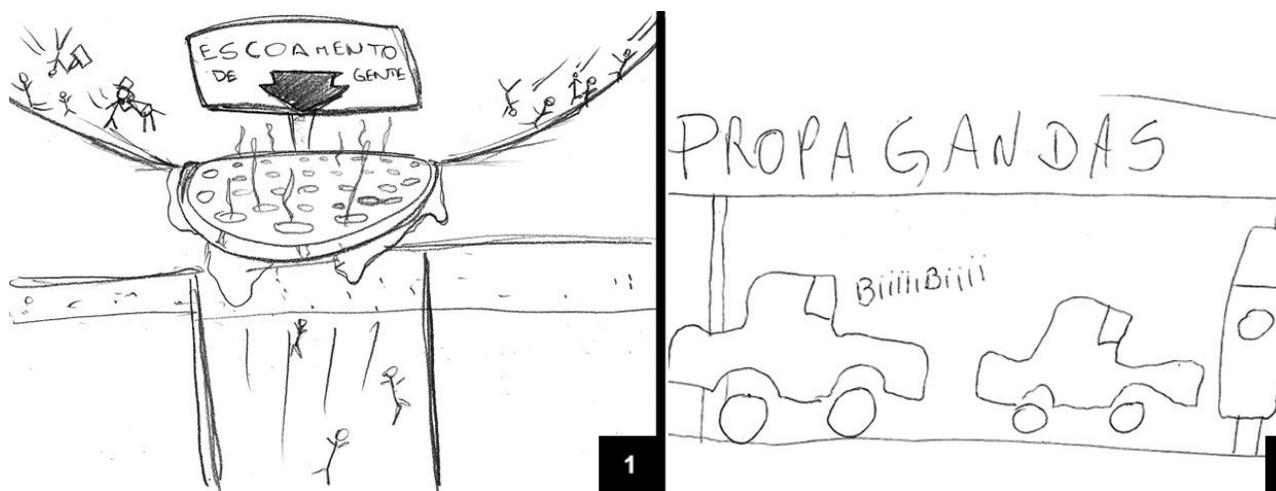


Figura 3-12 Humorismo ao congestionamento de carros e pessoas. 1. Murilo, 19 anos, 5-10 salários, publicitário; 2. Thais 21 anos, 1 salário, professora.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Desenhos humorísticos também foram elaborados pelos inquiridos. Murilo brinca com a grande quantidade de pessoas que circulam pelo centro e da maneira como alguns dos frequentadores enxergam a “muvuca” que caracteriza esse espaço. Nessa charge, pessoas são engolidas por um bueiro onde há uma placa dizendo “escoamento de gente”. Thais aponta para a questão desordenada do trânsito e da poluição visual e sonora, por meio da palavra “biiiiiiii...” inserida na Figura 3.13, para imitar buzinas de carros e painéis gigantescos.

Na Figura 3.14, Cláudia mostra um dos cruzamentos da Avenida Glicério, na qual aparece um semáforo e uma faixa de pedestre pela qual atravessam várias pessoas. Antes da faixa, diversos veículos estão parados: carros, caminhões e motos. As palavras “bibibi” e “fooooo” fazem menção ao barulho emitido pelas buzinas dos veículos, o que indica a falta de paciência dos motoristas, pela lentidão do trânsito, reforçada na parte superior, mediante a palavra “congestionamento”. Sandra simboliza o conflito decorrente de dois fluxos distintos: veículos e pedestres. Mostra congestionamento de carros e “muvuca” de pessoas, o que provoca impaciência nos motoristas, que desrespeitam os pedestres e vice-versa. O estresse proveniente dessa situação gera violência e xingamentos descritos na imagem através de frases como: “Esse motorista é desatento!”, “O sinal está aberto e esse pedestre ainda está atravessando!”, “Vai logo seu burro”.

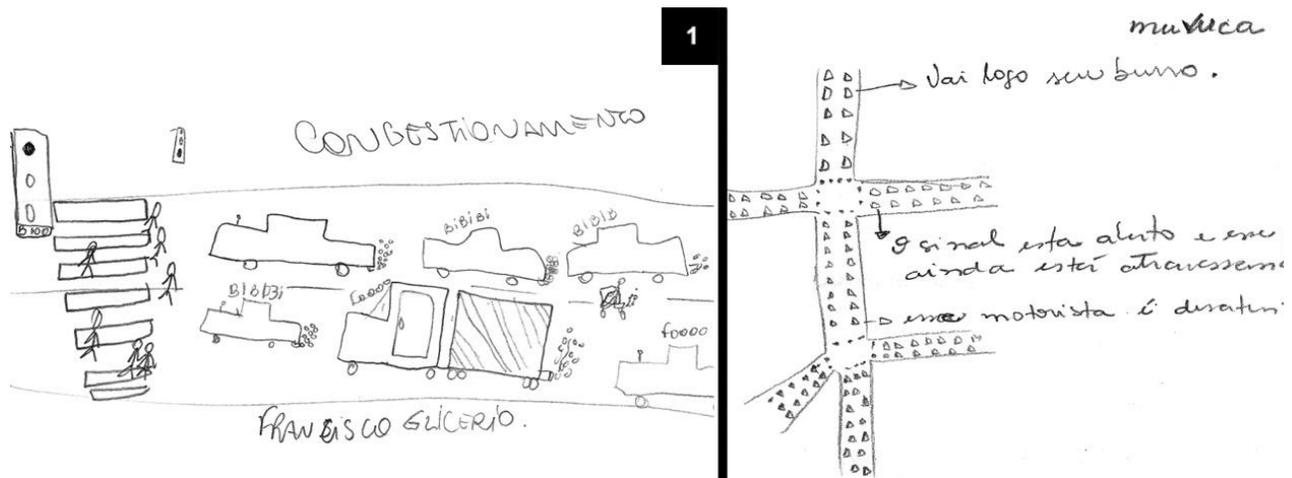


Figura 3-13 Impaciência dos motoristas com os pedestres e vice-versa. 1. Cláudia, 19 anos, 3-5 salários; 2. Sandra, 36 anos, 5-10 salários, massagista.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Essas representações vêm confirmar que a condição de circulação no centro de Campinas não é exemplar. No que tange ao tráfego, há no centro um grande número de veículos de passagem. Dessa forma, não somente veículos passam pela região central, mas também uma expressiva quantidade de cidadãos que dependem de transporte coletivo e lá encontram opções de se locomover para os seus destinos finais. Essa circulação de veículos ocasiona congestionamentos e dificulta o estacionamento e a movimentação de pedestres, em parte, pelas ruas estreitas do local, que não comportam o fluxo que por elas transitam, fatos típicos dos problemas urbanos de trânsito das grandes cidades.

Assim, a pesquisa mostra que a condição de mobilidade urbana no centro de Campinas é um problema que necessita ser resolvido pelos órgãos de planejamento urbano. Apesar de ser cortado por vias de trânsito rápido, corredores viários e possuir conexão com todas as regiões da cidade e vice-versa, apresenta muito congestionamento e um trânsito caótico, tornando-se um obstáculo para a refuncionalização do centro.

3.2.3 LAZER

Lazer é uma palavra de muitos significados, que tem tido uma utilização crescente por diversos setores da população, em uma variedade de situações do cotidiano das pessoas que a utilizam, por exemplo, para associá-la a recreação comunitária ou eventos de massa. Seu sentido varia de acordo com a situação sócio econômica, a faixa etária e mesmo sexo das pessoas (MARCELLINO, 1998, p. 22).

Livres associações estabelecidas por parte de diferentes pessoas ligam a palavra lazer à atividades de recreação comunitária ou a eventos de massa como “Manhãs de Lazer”, “Ruas de Lazer”, “Passeios a Pé”, etc. Os meios de comunicação divulgam essas atividades sob verbetes de teatro, cinema, esportes, exposições, etc. e, mais recentemente, lazer tem sido ligado a manifestações de massa, ao ar livre e de conteúdo marcadamente recreativo. No que concerne aos valores atribuídos ao lazer, na linguagem comum, os mais frequentes são “divertimento” e “descanso” (MARCELLINO, 1998, p.22).

Conforme cita Marcellino: “a tendência dominante entre os especialistas é no sentido de considerar duas variáveis – tempo e atitude – na conceituação do lazer, quase sempre enfatizando a qualidade das atividades desenvolvidas”. Assim, para Dumazedier, apud Marcellino (1998, p. 25), lazer é:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Muito próxima desta, está a definição dada por Requixa (1977, p. 28), que diz: o lazer é “uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

Na contemporaneidade, as atividades desenvolvidas no lazer tornaram-se também práticas de consumo. Lipovetsky (2007, p. 210) enfatiza que se “a cidade industrial era concebida para a produção, a cidade pós-industrial o é para o consumo e o lazer”.

Nessa direção, o lazer também representa um novo tipo de mercadoria, estreitamente vinculado ao consumo do espaço, de tal forma que as centralidades comerciais tornam-se espaços de lazer, prontos para serem abstratamente consumidos. Lefebvre (2001) ressalta que a sociedade de consumo esboça o espaço lúdico (centros de lazeres, lugares de férias) que coexiste com espaços de troca e de circulação, com espaços político e cultural. Esses espaços podem ser articulados, acentuando-se suas diferenças e contrastes.

Nesse processo, os centros são estetizados e convertidos em palco de espetáculos. Por toda parte, ruas para pedestres, cafés, restaurantes, butiques de moda, lojas de artesanato, galerias de exposição, cinemas multiplex, centros culturais, museus, hotéis transformam o espaço urbano em cidade recreativa pronta para o consumo mercantil e cultural. Como ressalta Lipovetsky (2007), eis o tempo da cidade dedicada ao convívio ocioso, ao divertimento, ao shopping lazer.

Promove-se o consumo num ato de puro prazer e lazer, de comportamentos descontraídos sempre na busca da maior satisfação possível. Tem-se verificado uma mudança de postura das pessoas no sentido do consumo de produtos para um consumo de sensações e convivência. Isso faz com que o ato de comprar se misture com o ato de sentir e conviver, sendo por isso que a maioria se desloca aos centros comerciais acompanhadas, seja com namorado(a), amigos ou família.

Embora grande parte associe a visita à região central a um lazer que realiza, somada ao consumo, muitas pessoas procuram o centro com o intuito de outras formas de lazer não necessariamente vinculadas a mercadorias, nas suas mais variadas manifestações, além de serviços. Isso se dá fundamentalmente pelas várias maneiras de mercantilização da distração divulgada pela publicidade.

No centro, se vive um mundo de consumo, com profusão imensa de produtos, imagens e serviços que acumulam um leque enorme de possibilidades e opções que privilegiam a

diversidade, permitindo que cada pessoa possa compor, à sua preferência, o tipo de atividade que pretende desenvolver.

Isso se justifica pelo crescimento das cidades, o que provoca o isolamento de seus habitantes e os obriga a buscar alternativas de lazer distante de seu local de moradia e, com isso, a procurar o centro e estar no mesmo lugar onde muitas pessoas frequentam, fazendo desse espaço, de acordo com o pensamento de Lefebvre, um “lugar de encontros, de convergência das comunicações e das informações, da roda de amigos, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001).

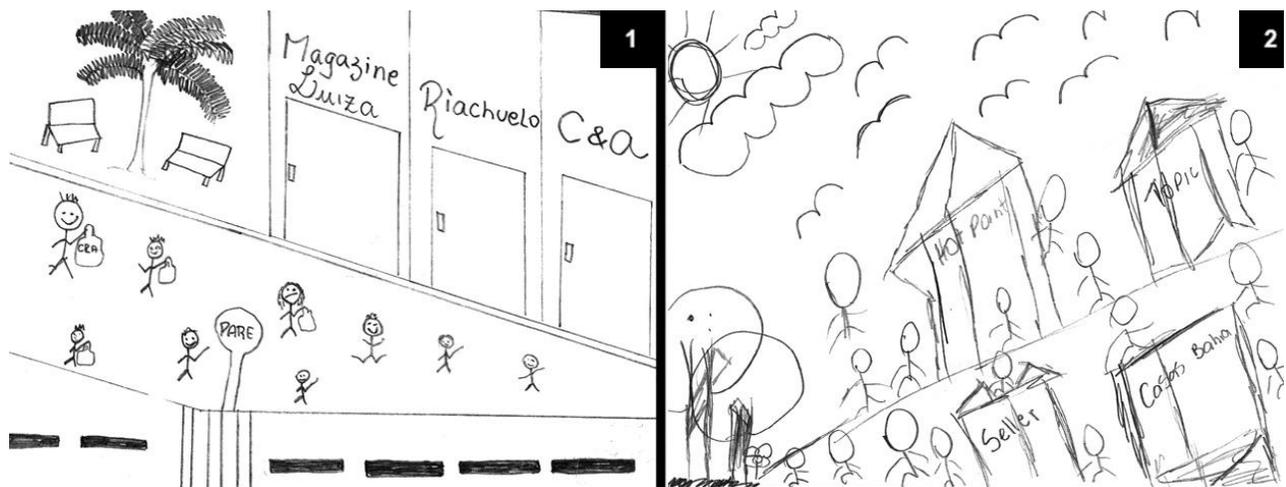


Figura 3-14 Prática do lazer com o consumo do espaço. 1. Ingrid, 21 anos, atendente; 2. Daniela, 24 anos, 1-3 salários, caixa de loja.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Figura 3.15 registra duas imagens que simbolizam o consumo do espaço e a visão do centro como um local de diversos atrativos, além de um espaço de compras. O desenho de Ingrid apresenta a frente dos edifícios de três lojas de departamento voltadas para uma praça em que se encontram várias pessoas, algumas segurando sacolas. O desenho de Daniela mostra quatro lojas típicas do centro, também com muitas pessoas em suas proximidades, ambas com referências ao centro como um lugar de consumo. No desenho de Ingrid, observa-se, ainda, no canto superior esquerdo, uma árvore com bancos, associando essa prática com a opção do consumo do espaço – reunião de amigos, lugar de encontros, brincadeiras, etc. À esquerda, no trabalho de Daniela, aparecem algumas árvores e, na parte superior, o céu, com sol e nuvens. Reforça o fato de que as pessoas procuram o centro tanto com o intuito de consumir como o enxergam como um espaço

prazeroso, de diversão e cheio de atrativos. Uma centralidade urbana em que a multidão se reúne e com a prática do lazer acaba por realizar o consumo do espaço.

Os resultados das tabelas, do Apêndice C, relativas à categoria lazer, apontam que as opções mais procuradas pela população no centro são: bares, restaurantes, passear, andar, diversão/recreação, entre outros.

Para a discussão e análise da classe lazer, foram estabelecidas duas subcategorias - bares/restaurantes e diversão/entretenimento, sobre as quais se agruparam as respostas dos inquiridos. Esse procedimento resultou na Tabela 3.5, em que se verifica diversão/entretenimento com 151 indicações, e bares/restaurantes com 83. Um exame da mesma, no que tange aos elementos das subcategorias consideradas, permitiu o apontamento de algumas evidências.

Bares, lanchonetes e restaurantes são os elementos de maior frequência na subcategoria bares/restaurantes (76 indicações). Quando se observa as respostas da questão acerca do que se gosta no centro, ele é apontado 30 vezes e sobre os lugares mais utilizados, bares e restaurantes aparece 47 vezes. Ressalte-se que as respostas foram dadas, em sua maioria, por pessoas até 40 anos. Quanto à renda, somente os que recebem menos de um salário tiveram pouca representatividade. O Faca, Édén Bar e o Giovanetti foram destacados por homens que ganham mais de 10 salários, o que confirma as suas posições como bares tradicionais da elite campineira.

Tabela 3-5 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne à categoria lazer.

Questões	Subcategorias/ Indicações	Elementos das subcategorias/ Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Bares/Restaurantes (2)	Giovanetti (2).
	Diversão/entretenimento (14)	Diversão/recreação (14).
3ª. O que você mais gosta no centro?	Bares/Restaurantes (30)	Bares e lanchonetes (17); restaurantes (13).
	Diversão/entretenimento (28)	Passear/andar (12); lugares aprazíveis (8); Bosque Jequitibás (4); Centro de Convivência (feirinha) (2), Giovanetti (1), Museus (1).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Bares/Restaurantes (1)	Bares tradicionais (1).
	Diversão/entretenimento (51)	Cinemas (20); Teatro São Carlos (demolido) (12); espaço de recreação/shows (7); brincadeiras (6); Centro cultural mais eficaz (3); áreas de práticas esportivas (2); bingo (1).
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Diversão/entretenimento (44)	Mais locais de recreação (12); mais locais de cultura (10); mais opções de divertimento (10); mais opções de esporte (4); com cinemas (3); mais vida noturna (3); mais locais de convivência (2).
6ª. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?	Bares/Restaurantes (47)	Restaurante/bares (45), Giovanetti (2).
	Diversão/entretenimento (7)	Cinemas (3), Estação Cultura (2), Éden Bar (2).
8ª. Na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?	Bares/Restaurantes (1)	Bares mais qualificados (1).
	Diversão/entretenimento (7)	Centro cultural que funcione (3), praças mais seguras (2), falta de cinemas (2).

Organizado pela autora

A população anseia, ainda, por outros tipos de espaços de lazer. Ao ser indagada sobre o que mais gosta no centro ou gostaria, diversas opções de recreação e divertimento foram mencionadas: passear/andar (12), lugares aprazíveis (8), Bosque Jequitibá (4), mais locais de recreação (12), de cultura (10), de divertimento (10), para a prática do esporte (4), entre outros. Os indicativos dos problemas do centro relativos ao lazer não tiveram representações significativas.

No que concerne ao que se gostava e se perdeu, foram feitas 12 referências ao Teatro São Carlos, já demolido, espaços de recreação/shows (7), brincadeiras (6). O elemento mais citado foram cinemas, com 20 apontamentos.

Nas respostas das perguntas, diversas pessoas escreveram frases expondo o seu imaginário com relação ao centro de Campinas. Transcrevem-se, a seguir, algumas delas.

Centro limpo, seguro, com flores e canteiros bem cuidados, prédios restaurados e bem pintados, onde moradores pudessem passear a pé com segurança e prazer – seria mais uma opção de lazer, ou seja, um centro em que ele próprio fosse a atração (Maria, 41-50 anos, 3-5 salários, empregada doméstica);

Que não fosse apenas de passagem, mas um espaço arborizado, seguro e onde houvesse manifestações culturais (Ane , 38 anos, 3-5 salários, professora);

Tivesse mais espaço para o pedestre, mais atividades culturais e fosse mais seguro (Eloísa , 40-50 anos, mais de 10 salários, arquiteta);

Um centro mais cuidado, no qual se valorizem as atividades de lazer (restaurantes, cinemas, praças, etc...) (Berna, 43 anos, mais de 10 salários, professora);

Segurança, lazer, muito verde, menos congestionamentos, Teatro Municipal, cinemas tipo Kinoplex, parques e mais casas de cultura (Rosane, 55 anos, 3-5 salários, aposentada);

Um centro com mais segurança, volta dos cinemas, mais vida noturna (bares e restaurantes) (Eduardo, 38 anos, 3-5 salários, pedreiro);

Um centro com mais segurança, mais casas para você e nós se divertir e mais lazer para nós (Lucas ,14 anos, 1- 3 salários, estudante);

Os depoimentos permitem concluir que a falta de segurança no centro consiste num dos fatores de estagnação de manifestações culturais no local e o impedimento na instalação de mais bares, restaurantes e espaços de cultura. Esse é um ponto importante para os órgãos de planejamento urbano, que elaboram propostas de refuncionalização para o centro da cidade: pensar políticas de segurança associadas aos novos usos e atividades.

Deve-se observar que, atualmente, existe apenas um cinema na região central de Campinas – o Cine Paradiso, dentro da área de estudo considerada neste trabalho. O antigo Cinema Voga, na esquina da Avenida Anchieta com a General Osório, transformou-se em Igreja Evangélica. Teve sua fachada modificada com a preservação de sua estrutura anterior e das antigas poltronas. O cinema Ouro Verde, na Rua Conceição, foi demolido e, em seu lugar, construído um grande arranha céu, o edifício Ouro Verde, onde funciona um importante centro comercial e empresarial.

O prédio do antigo Cine Windsor (Figura 3.16-1) na Rua General Osório, defronte ao Largo do Rosário, última grande sala de cinema a funcionar no Centro, está abandonado e lacrado pela Prefeitura desde o ano de 2006. Segundo Costa (2009b), o prédio do Cine Windsor é de

propriedade da Irmandade de Misericórdia de Campinas e foi construído na década de 1950. Costa (2009b) destaca:

Ali aconteciam os grandes lançamentos cinematográficos. Era um dos mais concorridos *points* da cidade, onde as pessoas iam para ver e serem vistas. O Cine Windsor chamava a atenção pela sua imponência, com um saguão que reproduzia o mármore e carpetes vermelhos em seu interior. Além disso, suas dimensões, já que chegou a ter 1,8 mil poltronas, faziam com que abrigasse verdadeiros eventos cinematográficos na época.



Figura 3-15 Edifícios que no passado abrigaram usos culturais importantes na cidade de Campinas. 1 - Antigo Cine Windsor: última grande sala de cinema a funcionar no centro lacrado pela Prefeitura em 2006; 2 - Antigo Centro Cultural Evolução, símbolo de relevância cultural para Campinas fechado em 2007.

Gallacci (2006) destaca a importância do Cine Windsor, afirmando que ele “foi construído em uma época de efervescência na região central, que passava por uma fase de renovação. Na mesma época, surgiram os prédios do Fórum Municipal e a agência central dos Correios e Telégrafo, por exemplo”. Lerner (2005, p. 13-14) aponta que os cinemas influenciaram gerações inteiras, não só no aspecto cultural. E nada supera o cinema na possibilidade de registrar épocas importantes de cada nação. “Eram locais onde as pessoas se encontravam, discutiam, se divertiam e, frequentemente, levavam essas discussões para outros pontos da cidade. O cinema difundiu moda, a literatura, a dança, a música e a história”.

A Prefeitura tem interesse em transformá-lo em um centro de cultura. Como destacou Costa (2009b), as negociações com a provedoria da Irmandade de Misericórdia, proprietária do imóvel,

tiveram início quando o prédio foi interditado, mas ainda não foram concluídas. Por outro lado, a Santa Casa declarou que não está à espera de uma decisão por parte da Prefeitura Municipal. Segundo o provedor interino Cirilo Muraro, “existem algumas propostas de locação, inclusive para centro de convenções, que estão sendo analisadas pela provedoria para ver a quem será melhor financeiramente para a entidade” (COSTA, 2009b). Porém, nada disso saiu do papel até o presente momento.

O Centro Cultural Evolução (Figura 3.16-2), na esquina das avenidas Campos Salles e Regente Feijó, fechado em 2007, foi relevante para a história e a cultura da cidade. Costa (2009b) relatou que o prédio, um projeto de Ramos de Azevedo, foi construído para ser a residência do Barão de Ataliba Nogueira. Anos mais tarde, transformou-se no Hotel Victoria e, depois, nos centros culturais Victoria e Evolução.

Como estudado, a Prefeitura Municipal de Campinas propôs algumas experiências de revitalização do centro, em que se previa a valorização da cultura e a inserção de alguns equipamentos culturais para incentivar as atividades de lazer na área central. Apesar dessas diversas propostas, a pesquisa de campo mostrou que a maioria desses equipamentos não vingou. O Centro Cultural Evolução faliu, os cinemas do centro fecharam, com exceção do Cine Paradiso – um cinema alternativo que ainda funciona com muitas dificuldades, a Estação Cultura, que deveria funcionar como um aglutinador cultural, promove apenas alguns eventos esporádicos. A grande maioria dos bares da área central fecha cedo devido à insegurança e o medo resultante desse processo. Enfim, a associação do centro como um lugar de lazer está mais vinculada ao consumo de mercadorias e ao consumo do espaço no período diurno.

Fica evidente que o incremento da atividade cultural no centro vai além de investimentos específicos na área de cultura, sejam eles municipais, estaduais, federais ou privados. Os problemas estão na falta de investimentos integrados na região. Ter um centro funcionando 24 horas não depende exclusivamente dos equipamentos culturais ali existentes, mas sim de uma conjunção de ações do planejamento urbano que integrem usos e públicos, de maneira segura e eficiente.

3.2.4 PROBLEMAS URBANOS

As populações das grandes cidades, como Campinas, enfrentam problemas de várias ordens devido à urbanização acelerada, sem um devido planejamento urbano. Os problemas são diversos, dentre os quais se destacam as questões ambientais, de desigualdade social, desemprego, saúde, educação, segurança e infraestrutura. Esses problemas formam um sistema em que todas as suas partes dependem umas das outras, havendo necessidade de políticas para solucioná-las e, assim, proporcionar uma qualidade de vida melhor à população.

Na opinião dos inquiridos, problemas como esses são observados no cotidiano do centro de Campinas. Para analisar e discutir os resultados da pesquisa acerca da categoria problemas urbanos, estabeleceram-se as seguintes subcategorias: violência, poluição/degrado, político/social e infraestrutura, a partir das quais os elementos indicados nas respostas foram alocados. Disso redundou a Tabela 3.6, em que se vê as quatro subcategorias com expressivas frequências: violência (237), infraestrutura (189), político/social (137) e poluição/degrado (102).

Foi o grupo de pessoas mais jovens (até 40 anos), independentemente da classe social e sexo, os que mais responderam as perguntas relativas à referida categoria. A faixa de renda predominante desse grupo é de 3 a 5 salários.

Um exame mais detalhado permite apontar alguns elementos relevantes sobre os problemas urbanos da área central de Campinas. A violência constitui um ponto de bastante inquietação por parte dos frequentadores do centro.

Quando perguntados sobre os problemas desse espaço, medo/insegurança é apontado 122 vezes. Para Vinícius (13 anos, estudante), “são os mendigos e ladrões” os piores problemas do centro. Para ele, é necessário “tirar os mendigos da rua e ter mais polícia para não ter muito assalto”. Para Ruan (14 anos, estudante), os problemas do centro são “os ladrões e as pessoas que pedem dinheiro nas ruas”. Para Aline (19 anos, estudante), os problemas são “a falta de segurança, os mendigos, os assaltos, a poluição visual, sonora, as calçadas e ruas sujas”. Segundo Carlos (16 anos, estudante), os problemas são “muito mendigos, crianças de rua e poluição”.

Quando indagados sobre o que se perdeu no centro, a falta de violência foi apontada 69 vezes e tranquilidade 29 vezes. Rafael (37 anos, 5-10 salários, auxiliar de escritório) relata que sente falta da “tranquilidade de andar no centro de Campinas sem medo”, Cassiana (26 anos, 1-3 salários, recepcionista), da “tranquilidade para poder caminhar pelo centro, sem ter que se

preocupar com assaltos” e João (68 anos, +10 salários, aposentado), da “tranquilidade de caminhar com segurança”.

Tabela 3-6 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne aos problemas urbanos.

Questões	Subcategorias/ Indicações	Subcategorias Específicas / Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Violência (11)	Medo /violência (11).
	Poluição/degrado (12)	Poluição (visual, atmosférica, sonora) (12).
	Político/Social (17)	Mendigos/meninos de rua (9), desorganização (5), verticalidade (2), descaso público (1).
	Infraestrutura (14)	Sujeira (6), Calçadas/ruas estreitas (3), melhorias (3), estado de conservação ruim (2).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Violência (98)	Ausência de violência (69), tranquilidade (29).
	Poluição/degrado (19)	Sem vandalismo/pichação (7), sem poluição visual (5), sem poluição sonora (5), sem poluição atmosférica (2).
	Político/Social (56)	Organizado (29), sem mendigos (16), sem camelôs/ambulantes (8), sem prostituição (2), reurbanizado (1).
	Infraestrutura (62)	Limpeza (38), mais agradável/cuidado/bonito (11), mais amplo (4), iluminação (3), calçadas mais conservadas (2), com banheiros públicos (2), ruas menos esburacadas (2).
	Nenhum ou não Respondeu (28)	
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Violência (6)	Ausência de violência/medo (6).
	Político/Social (6)	Sem pedintes (3), sem prostituição (3).
	Infraestrutura (5)	Limpo (2), melhor estado de conservação (2), mais arborizada (1).
8ª. Na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?	Violência (122)	Medo/insegurança (122).
	Poluição/degrado (59)	Vandalismo/pichação (22), poluição atmosférica (15), poluição visual (10), poluição sonora (6), destruição do patrimônio (6).
	Político/Social (71)	Mendigos (33), ambulantes (14), falta de organização (11), falta de educação das pessoas (9), pessoas de baixa renda (2), prostituição (2).
	Infraestrutura (106)	Sujeira (42), calçadas/ruas esburacadas (19), calçadas/ruas estreitas (9), enchentes (7), falta de espaço (5), falta de banheiros públicos/cheiro de urina (5), falta de arborização (4), falta de infraestrutura (4), falta de sinalização (3), fiação aparente/ feiura (3), falta de conservação (3), falta de iluminação (2).

Embora seja um aspecto frequente nesta região, a violência acontece de forma mais acentuada em determinados territórios, principalmente nas áreas I (Praça Silvia Simões) e II (que abriga a Boca do Lixo), no perímetro de estudo pré-estabelecido²⁸ (Tabela 3.1). Destarte, manifestaram preocupação com a poluição visual, sonora e atmosférica e com o degrado físico quando, ao serem arguidos especificamente sobre problemas atinentes, fazem 22 indicações no elemento vandalismo/pichação.

Revelam ainda preocupação no que tange aos aspectos sociais, principalmente com os mendigos, que são indicados 58 vezes nas várias perguntas do questionário; com os ambulantes (22) e com a prostituição (7). O centro de Campinas apresenta vários pontos marcantes de prostituição: proximidades da Praça Silvia Simões e do Viaduto Cury, áreas I e II, respectivamente, do recorte espacial adotado (Tabela 3.1). Quanto aos problemas políticos, a organização do espaço apresenta-se como um elemento relevante ao ser apontado por 45 cidadãos.

No que concerne à infraestrutura, uma variedade de elementos foi mencionada. Ao serem questionados sobre o que se gostava no centro, limpeza foi referida 38 vezes e um centro mais agradável/bonito, 11. Acerca dos problemas da região, sujeira mereceu 42 registros, calçadas/ruas esburacadas 19, calçadas/ruas estreitas 9, enchentes 7. Para Ingrid (19 anos, estudante), no centro há “falta de organização, muitas pichações e sujeira”. João Carolino (58 anos, 1-3 salários, porteiro) relatou que o escoamento da água de chuva é um problema do centro, pois “quando chove as ruas inundam facilmente”.

Esses foram os aspectos mais destacados. No entanto, diversos outros problemas, com menor frequência, sofreram menções: calçadas estreitas, falta de iluminação, estado de conservação, falta de espaço, de sinalização, de banheiros públicos, entre outros.

Na análise dos desenhos elaborados pelos participantes da pesquisa, vários dos problemas urbanos, anteriormente referenciados, ainda se destacam.

Patrícia, na Figura 3.17-1, ao desenhar três latas de lixo, simbolizou a importância desse mobiliário urbano nos espaços públicos da cidade, para organizar e facilitar a coleta do lixo. Atrás dessas latas, encontra-se uma árvore, o que remete à ideia de verde e ar puro, contrapondo-

²⁸ Ver Figura 3.21 – Mapa de Conflitos, no capítulo 3.

se com a chaminé do shopping, que lança uma fumaça poluente, numa demonstração aparente de agressão ao meio ambiente. Na imagem de Camila (3.17-2), se apresentam várias pessoas de tamanhos diferentes, remetendo à diversidade do público que circula pela área central. E, também, três latões de lixo com figuras desenhadas nos seus lados, numa alusão à sujeira; na parte superior, se destaca a poluição atmosférica por meio de linhas contínuas e da frase “ar poluído”.

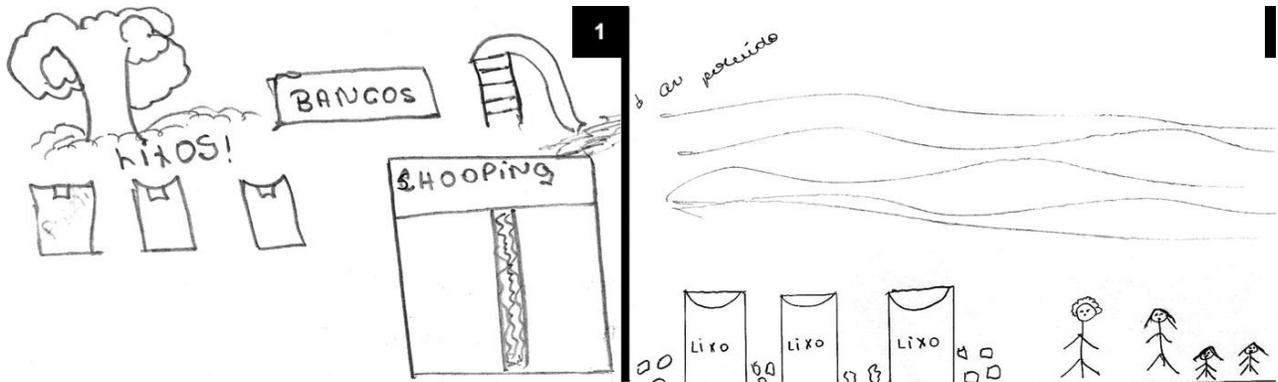


Figura 3-16 Alusão a lixos e poluição do meio ambiente em contraposição com árvores que remetem à ideia da preservação do verde e do ar puro. 1. Patrícia, 14 anos, até 1 salário, estudante; 2. Camila, 21 anos, 1-3 salários, auxiliar contábil.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

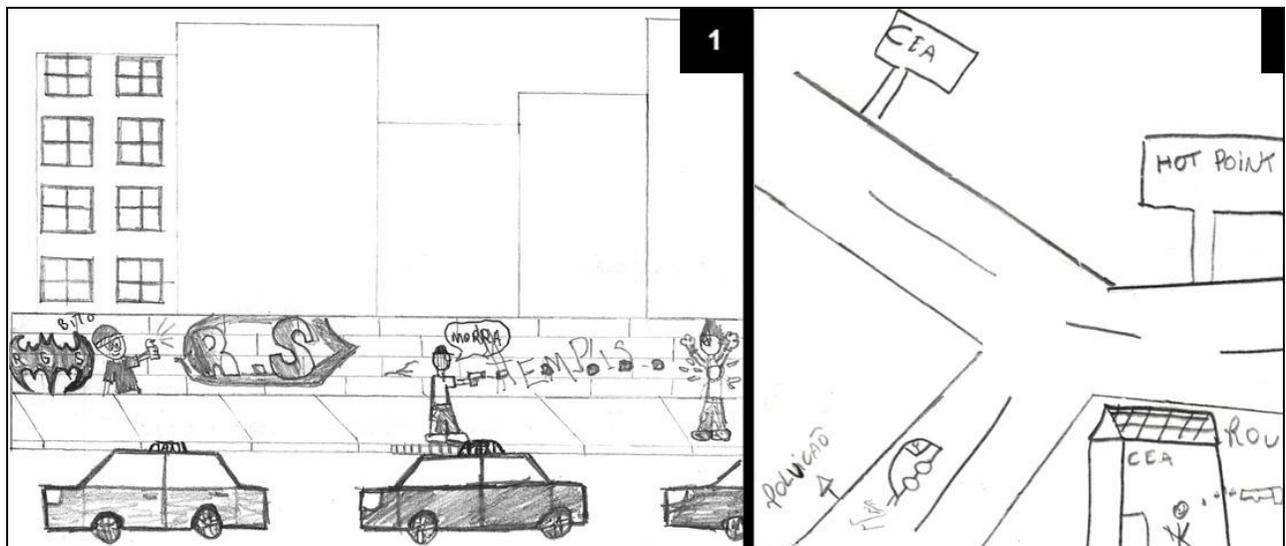


Figura 3-17 Cenas de sangue em meio ao trânsito tendo com fundo um muro pichado com frases sobre violência e destaque à poluição e cenas de roubo. 1. Richard, 14 anos, 3-5 salários, estudante; 2. Rafael, 14 anos, até 1 salário, estudante.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Figura 3.18 retrata cenas de assalto e violência. Em seu desenho, Richard mostra uma calçada, delimitada por um muro grafitado. Atrás desse muro, evidencia-se uma série de edifícios altos, sem recuo lateral. Em primeiro plano, destaca-se uma rua com diversos carros em circulação, dois deles táxis. Na calçada, cena de sangue é exposta quando um bandido ao gritar a palavra “morra” atira em uma pessoa com os braços erguidos. A imagem de Rafael retrata, na parte central, o cruzamento de três ruas. Em uma delas, um carro solta fumaça, numa alusão à poluição atmosférica. Na parte superior, aparecem dois letreiros publicitários que evidenciam o nome das lojas Hot Point e C&A. Na parte inferior da imagem, é exposta a cena de um roubo, defronte a loja C&A, em que uma pessoa atira em outra, numa típica demonstração de violência.

Melgaço (2008, p. 451) define violência como “todos os atos lesivos aos interesses individuais e sociais, quer sejam eles reconhecidos pelo direito ou não”. Yázigi (2000, p. 253) defende que a violência está organizada em múltiplas inter-relações: “com o comércio estabelecido e o informal; com a rede de drogas; com o esquema de prostituição masculina e feminina”.

A questão é que a violência tem alterado a rotina de diversos usuários, sobretudo das áreas II e IV (Tabela 3.1). Comerciantes são obrigados a fechar seus estabelecimentos mais cedo e estudantes a voltar da escola em grupo, para não serem assaltados. Conforme artigo do jornal Correio Popular de 23 de maio de 2010, a violência impõe um “toque de recolher no centro”. Antônio Cardoso Júnior, comerciante do centro, relatou:

Um começa a fechar e os outros vão atrás. É uma espécie de toque de recolher mesmo (...) a gente costumava fechar mais tarde. Mas passamos a encerrar as 18hs por medo da violência. Estou fechando no horário em que eu mais poderia faturar, quando as pessoas saem do trabalho e passam por aqui para voltar para casa” (GALLACCI, 2010, pg. A4).

Para Melgaço (2008, p. 450), é a “cultura do medo, fruto da violência da informação promovida pela mídia, o principal incentivo para o surgimento de formas urbanas segregadoras e violentas”, tais como esse toque de recolher na área central, em especial no perímetro situado entre a Avenida Francisco Glicério e a antiga Estação da Fepasa (no sentido leste-oeste) e entre o Terminal Central até as imediações da antiga rodoviária (sentido norte-sul). Dentro desse perímetro, no entorno do Complexo Ferroviário, ao perpassar as ruas Saldanha Marinho, Visconde do Rio Branco, Ferreira Penteadado, Costa Aguiar e a região da Praça Marechal Floriano

Peixoto, situa-se a “Boca do Lixo” (Figura 3.21), local de contrabandistas, falsificadores e prostituição.

O toque de recolher restringe o uso do espaço e impede que os usuários “vivam a cidade” e, por consequência, deem vida a seus equipamentos. Como ressalta Jacobs (2001), são os donos de padaria, lanchonetes, lojas, mercearias e outros pequenos estabelecimentos que conformam os “olhos atentos” e os “proprietários naturais da rua”, os quais usam e vigiam o espaço durante todo o tempo.

Consequentemente, essa região continua como um entrave para a revitalização do centro. Em entrevista ao jornal Correio Popular de 2 de maio de 2010, a arquiteta Débora Frazatto destacou que:

As pessoas não querem morar em uma região sem atrativos. Os bancos e lojas fecham no final da tarde. E ruas desertas viram campo fértil para a marginalidade. A comunidade precisa ter atrações culturais, estabelecimentos comerciais funcionando em qualquer hora. O Centro precisa ter vida (FÉLIX e VERZIGNASSE, 2010, p. A6).

Yázi (2000, p.241) diz que “há todo um circuito de relações que ligam os meninos de rua, ladrões, policiais, travestis, traficantes e o pequeno comércio informal em torno de alguns princípios de convivência – donde uma confiança mútua nas relações de rua”. Em matéria do jornal Correio Popular de 02 de maio de 2010, na “Cracolândia” :

As quadras são tomadas por jovens consumidores de crack e pontos de venda de drogas no varejo no chamado quadrilátero da pedra, formado pela velha rodoviária, o entorno da antiga estação ferroviária, as ruas Marques de Três Rios, Barão de Parnaíba e Dr. Ricardo, e a Avenida Barão de Itapura (FÉLIX e VERZIGNASSE, 2010, p. A6).

O Viaduto Miguel Vicente Cury, o Terminal Central de ônibus municipal e o Centro Popular de Compras 2 definem outras territorialidades caracterizadas pelo consumo de drogas, moradores de rua e comércio informal. Os usuários de drogas se escondem em becos, sob o viaduto (Figura 3.19), enquanto moradores de rua utilizam o espaço para dormir e guardar seus pertences. Os informais reclamam da falta de policiamento e alegam que a área se transformou em um grande banheiro a céu aberto.



Figura 3-18 Sob o Viaduto Cury: comércio informal e esconderijo de usuários de drogas.



Figura 3-19 Centro Popular de Compras, conhecido como camelódromo. 1. Faixa reivindicando paz. 2. Rua defronte ao Centro Popular de Compras.

Na Figura 3.20-1 se observa, numa das entradas do Centro Popular de Compras (camelódromo), uma faixa com os seguintes dizeres: “Queremos paz!”, o que retrata a insegurança no local. No seu entorno, Figura 3.20-2, esses problemas igualmente se verificam. Nesse sentido, o Jornal Correio Popular de 15 de março de 2007 destaca:

O mau cheiro e o lixo predominam no espaço que hoje abriga as bancas dos trabalhadores da economia informal. O local serve de banheiro, ponto de encontro de usuários de drogas e ainda cenário para a prostituição, segundo pessoas que trabalham na região. Pela manhã, é comum encontrar preservativos jogados pelo chão (LEITE, 2007).

No que concerne aos moradores de ruas, segundo o jornal Correio Popular de 02 de maio de 2010:

A maior concentração está no Terminal do Mercado, nas escadarias da sede dos Correios e Telégrafos (na Avenida Francisco Glicério), na lateral da Catedral Metropolitana de Campinas, embaixo do viaduto que liga as avenidas Aquidabã e Francisco Glicério e nas imediações do Viaduto Miguel Vicente Cury (FÉLIX e VERZIGNASSE, 2010, p. A6).

Apesar dos inúmeros programas de acolhimento realizados pela Prefeitura ou pelas ONGs, muitos jovens ainda não são atendidos, enquanto outros preferem continuar na rua. O grande problema é que muitos desses jovens se tornam consumidores de drogas e, para sustentar seu vício, acabam se tornando traficantes ou praticando roubo para conseguir dinheiro.

Quanto à prostituição, ela é uma prática que ocorre tanto no período diurno quanto no noturno. Apesar da prostituição não ser crime, ela não é bem vista pela população. Conforme destaca Yázigi (2000, p. 412):

Sua territorialidade pode ou não apresentar conflitos, dependendo do lugar e do tipo de prostituição. A feminina e a de travestis são objeto de maior reclamação junto a autoridades - que legalmente não podem impedir sua permanência nas ruas, senão por repressão arbitrária ou por prática de atos obscenos.

No período diurno, encontra-se a prostituição feminina ao redor da Catedral e no entorno da Estação Fepasa, onde existem muitos hotéis baratos e pensões utilizados para essa prática. No período noturno, a prostituição se espalha por diversos pontos do centro, tais como as ruas Barão de Jaguará, Conceição, Dr. Quirino e Cônego Cipião, divididas por mulheres e travestis. Na Avenida Aquidabã e no entorno da Santa Casa, prevalecem os travestis, como mostra a Figura 3.21.

Em outubro de 2006, a Prefeitura Municipal de Campinas lacrou seis hotéis na região da “Boca do Lixo” pela falta de alvará de funcionamento e desvirtuamento de uso. Na época, o secretário municipal de Urbanismo, Hélio Jarretta, declarou ao jornal Correio Popular de 11 de outubro de 2006:

Ações como essa representam uma mudança na auto-estima da cidade. Estamos revitalizando o Centro para que ele seja utilizado de fato, que as pessoas possam

freqüentá-lo sem problemas à noite e passear com a família ou tomar o seu chopinho, por exemplo (GALLACCI, 2006).

No entanto, apesar da lacração, no ano de 2006, os donos dos hotéis fechados retomaram as atividades no antigo local. Conforme informou Inselsperger e Oliveira (2007), em matéria publicada no jornal Correio Popular, os hotéis retomaram o funcionamento, sem respeitar as regras de utilização do estabelecimento e sem colaborar com a proposta de revitalização da área.

A prostituição continua escancarada nesse trecho até hoje. Por trás dela se camuflam outros problemas, como o tráfico de drogas e armas, além do contrabando. Segundo o jornal Correio Popular de 23 de maio de 2010:

A busca por qualquer quantia ou objeto de valor, além do consumo de drogas, como o crack resultam em roubos, agressões, facadas e tiros. A população local sente falta de um policiamento mais eficaz e, quando escurece, se nega a andar por ali (GALLACCI, 2010, pg. A4).

De acordo com o secretário de assuntos jurídicos da Prefeitura Municipal de Campinas da época do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, Antônio Caria Neto, a mesma pretende minimizar a grande quantidade de pontos de prostituição na área central, por meio de um trabalho conjunto com as secretarias de Saúde e Promoção Social. Conforme destacou o secretário, “ter a ilusão de que isso irá acabar é errada. Atividade desse tipo sempre vai existir. Nossa obrigação é diminuir e manter assim” (FÉLIX e VERZIGNASSE, 2010, p. A7).

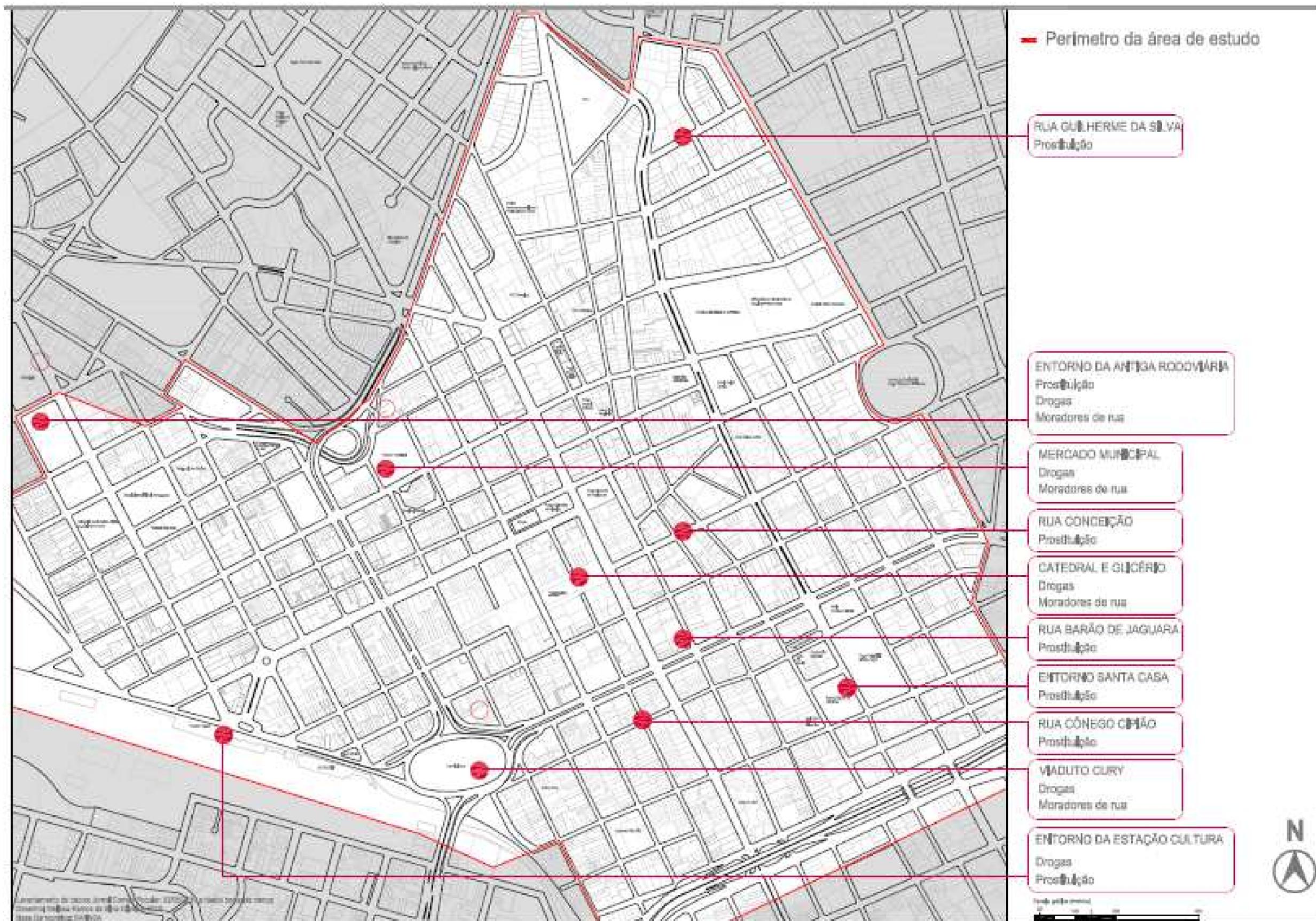
Essas diversas territorialidades pontuam áreas de conflitos formalizadas na dimensão do cotidiano. Para Santos (2002), “cooperação e conflito são as bases da vida em comum”, pois no lugar se instalam e convivem as mais diversas pessoas, firmas e instituições, que se apropriam de maneiras distintas do lugar.

Yázigi (2000, p. 390) salienta que “os conflitos no espaço público dizem respeito a várias esferas e é nessas esferas que se deve pautar uma política local, com a necessária ponte do local com o estrutural”. Neste sentido, conclui-se que não se deve considerar o conflito como um evento indicativo de uma dinâmica sócio espacial específica. Torna-se, pois, indispensável a identificação dos processos sócio espaciais que o constituem e que são constituídos na proposição de políticas públicas e ações efetivas para essas áreas. E, sobretudo, que não se veja essas áreas como um espaço dos excluídos, contribuindo para sua degradação física e social, como ocorre com a área da “Boca do Lixo” em Campinas.

Essas territorialidades remetem à dinâmica do espaço dos excluídos dos processos (econômico, político, social) hegemônicos que, diga-se de passagem, é a grande maioria da população dos países periféricos. É importante que se recoloca a pobreza em uma nova centralidade no social. Santos (2002, p. 326) ressalta que nos tempos de hoje, a cidade é o grande espaço onde os pobres podem existir. “A presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade [...] quanto pelas formas de trabalho e de vida” (SANTOS, 2002, p. 323).

Acerca disso Santos (2002) afirma que os pobres encontram novos usos e finalidades para objetos e técnicas, além de novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Dessa maneira, contrapõem-se e justapõem-se no espaço da cidade as zonas opacas e as zonas luminosas. Nas zonas opacas vivem os pobres, em “espaços do aproximativo e da criatividade, opostas às zonas luminosas, espaços de exatidão” (SANTOS, 2002, p. 326).

MAPA DOS CONFLITOS NO CENTRO DE CAMPINAS



Outro tipo de problema urbano encontrado em Campinas são os casos referentes a pichação de imóveis. O Palácio dos Azulejos, menos de um ano após o término do restauro, teve os azulejos da fachada pichados. A sede da Banda Carlos Gomes teve sua fachada pichada na semana seguinte após a sua reinauguração. O mesmo ocorreu com a fachada neoclássica do Edifício Roque de Marco, em frente à Estação Cultura (Figura 3.22).

O ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), em depoimento ao jornal Correio Popular de 04 de outubro de 2006, sugeriu duas soluções para coibir a ação dos pichadores: educação e cidadania. Para o prefeito, “é preciso que o Conselho Tutelar, a Guarda Municipal, a polícia e a Vara da Infância e da Juventude ajam com mais rigor e que a fiscalização no comércio que vende tintas seja intensificada” (COSTA, 2006b).



Figura 3-20 Fotos de pichações nas fachadas de bens tombados. 1. Fachada da Banda Carlos Gomes. 2. Fachada do Edifício Roque de Marco.

Fonte: 1. Costa, 2006a. 2. Costa, 2006c.

A Prefeitura Municipal colocou em prática, no dia 05 de fevereiro de 2007, um plano anti-pichação que incluía um conjunto de medidas na área da educação, cultura, segurança e comunicação. O programa iniciou com uma intensa faxina na cidade para tirar dos muros, viadutos e fachadas as marcas do vandalismo. Foi criado o Disque-Denúncia para quem quisesse delatar os infratores e também o Disque-Arte para divulgar cursos culturais, como o de grafiteagem. Mesmo com a implementação desse plano, os edifícios continuaram a serem danificados, deixando a cidade com aspecto sujo e uma imagem de descaso com o patrimônio.

A pichação foi um elemento bastante destacado pelos entrevistados no que tange aos problemas urbanos. Na Figura 3.23, Lucas e Gabriel exibem edifícios pichados, com referências à poluição visual. Lucas ainda revela uma crítica a essa prática, escrevendo a frase: “o centro de Campinas pra mim tem muita pichação (sic!)”.

Na Figura 3.24, propagandas e letreiros dos estabelecimentos comerciais se confundem e a pichação é novamente retratada, numa evidente demonstração que excesso de informações causa poluição visual e compromete a beleza da cidade. Gabriella, em seu desenho, também manifesta críticas por meio da frase “nois é vândalo (sic!)”.

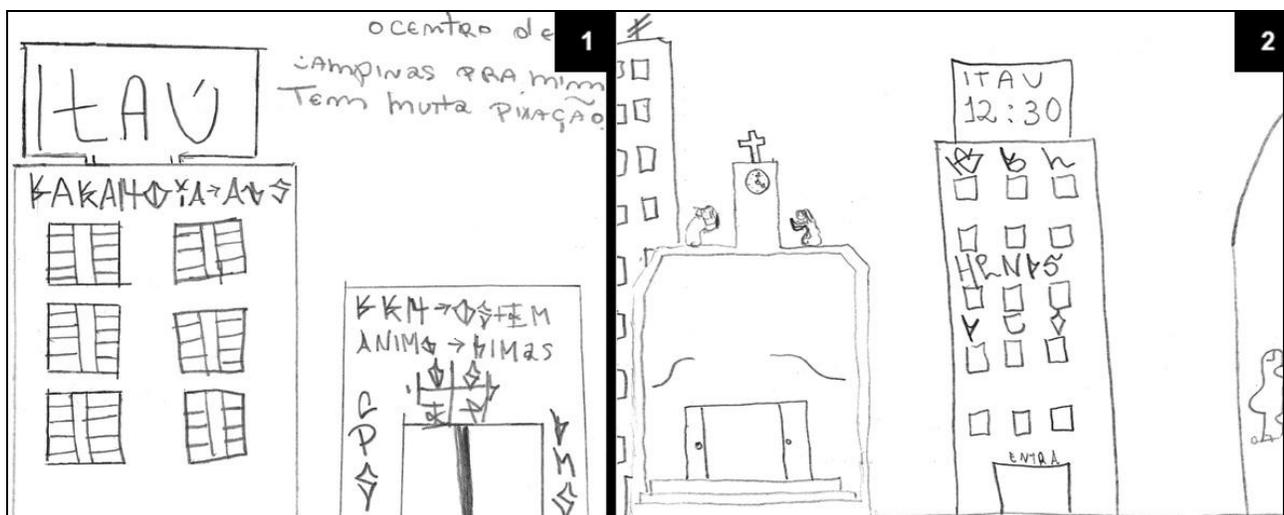


Figura 3-21 Imagens críticas relativas à pichação. 1. Lucas, 20 anos, 1-3 salários, servente de pedreiro; 2. Gabriel, 29 anos, 1- 3 salários, segurança.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

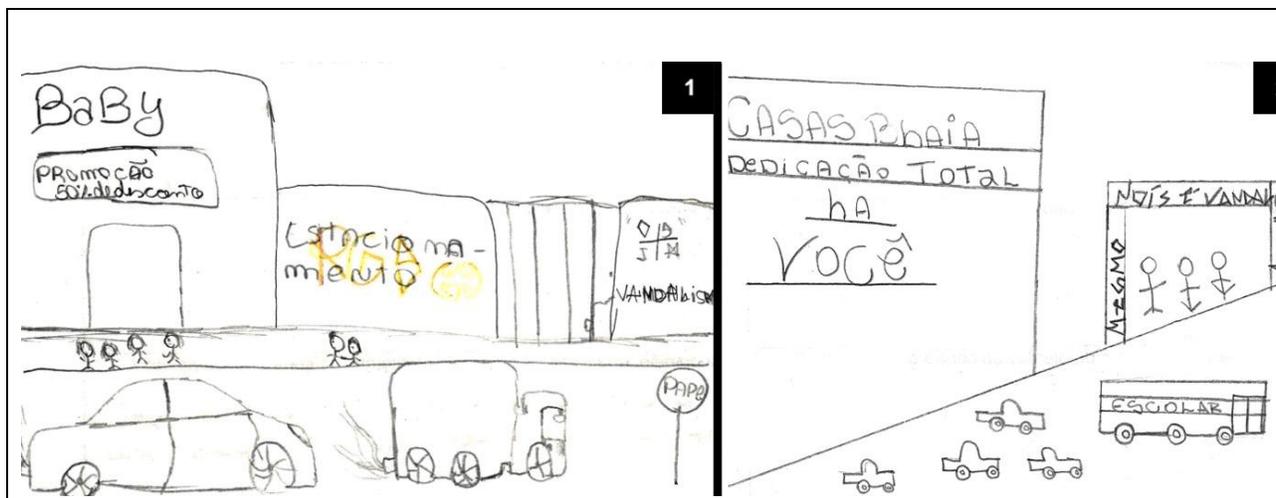


Figura 3-22 Poluição visual em que painéis publicitários se confundem com pichações associadas a vandalismo. 1. Gabriella, 28 anos, até 5 salários, estilista; 2. Mateus, 20 anos, até 1 salários, fiscal de loja.
 Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Essas representações vêm confirmar a preocupação das pessoas com o embelezamento da cidade, sobretudo no que concerne à conservação dos edifícios e à pichação, que, além de produzirem poluição visual, comprometem a estética, o paisagismo e o ambiente urbano. Isso pode ser resumido nas palavras de uma das entrevistadas quando afirma que o centro de Campinas: “está feio e por isso perde seus atrativos. Por que não podemos ter um centro bonito e atrativo como temos ou vemos em outras cidades?” (Ana, 41-50, 3-5 salários, empregada doméstica).

A pesquisa tornou evidente que o centro campineiro, basicamente reconhecido como local de consumo de mercadorias e atividades de lazer, também foi lembrado por seus problemas urbanos, sobretudo a violência, poluição, engarrafamentos, desempregos, desigualdade social, infraestrutura, embelezamento urbano, entre outros. E apontou diversos problemas que necessitam ser resolvidos pelo planejamento urbano na elaboração das políticas públicas.

A pesquisa constatou ainda que a falta de segurança na área central consiste em um dos fatores de entrave da refuncionalização do centro, pois as pessoas, com medo da violência, optam por não morar e não frequentar bares e atividades culturais no centro.

3.2.5 PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo patrimônio se forma a partir da composição de dois vocábulos: *pater* e *nomos*. *Pater* designa tanto pai, o chefe da família ou os avós na esfera restrita, quanto o fundador, o criador ou os antepassados, no sentido mais amplo. No passado, era o legado do pai ao filho, aquilo que deveria servir para a geração seguinte, ou seja, os bens, haveres ou heranças, tanto materiais quanto espirituais. *Nomos* significa lei.

Pater+nomos refere-se justamente à herança legada pelos antepassados enquanto fundadores e criadores do nosso presente. Da etimologia, desprendemos o sentido que o patrimônio toma para nós: refazer nosso contato com as origens que fundaram o corpo social e a comunidade à qual pertencemos. Nesse sentido, Choay (2011, p. 15) aponta que, na sua acepção original, patrimônio é definido como “bem de herança que descende seguindo as leis, de pais para os seus filhos”.

Choay (2011) ainda destaca que a expressão patrimônio passou a ser utilizada a partir da década de 1960, substituindo os termos monumento e monumento histórico consagrados desde o século XIX. Assim, a partir da década de 1960, o conceito de patrimônio foi associado a diversos adjetivos tais como histórico, arquitetônico, arqueológico, natural, entre outros, com o intuito de qualificá-lo ou melhor descrevê-lo. Na atualidade, predomina o uso do termo patrimônio cultural porque ele engloba todas essas dimensões anteriores. No entanto, apesar de todas essas adjetivações terem feito dele um conceito “nômade”, ele continua a nos remeter à ideia de uma construção social e de herança, ou seja, algo do passado que permanece até a atualidade, revelando algumas facetas de nossa sociedade e determinadas questões que nos cercam.

Ao contrário da visão que algumas pessoas possuem acerca do patrimônio, ele não se restringe somente à questão de antiguidade. Dentro dos conceitos atuais, engloba tudo o que se relacione a testemunhos culturais, ou seja, tudo o que expresse, de alguma maneira, um modo de vida passado, que, ao longo do processo histórico, perpetuou até o momento presente, seja na forma material ou não.

O centro de Campinas apresenta inúmeras remanescentes que retratam as marcas do processo de sua construção, transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo. Apesar de configuraram-se como objetos culturais históricos e socialmente construídos, um dado chama a atenção: o patrimônio cultural, bem como os marcos simbólicos

presentes no centro, não foi mencionado pela maioria dos entrevistados, em vista das poucas referências feitas nas respostas dos questionários. O centro é basicamente reconhecido como local de consumo ou lembrado por seus problemas, sobretudo a violência e o trânsito. As pessoas, sobretudo os mais jovens, demonstraram pouco conhecimento em relação ao patrimônio cultural presente no centro de Campinas. Na análise dos desenhos, esse desconhecimento também se comprovou, pois os mesmos apresentaram pouca exposição acerca da categoria.

Foram estabelecidas as seguintes subcategorias para a análise e discussão acerca de patrimônio: templos religiosos, edifícios/monumentos, ruas/praças e outros. Esta última foi considerada para abrigar diversos elementos sem relação com a categoria e que não se enquadravam em nenhuma das demais subcategorias. Disso resultou a Tabela 3.7, na qual se notam edifícios/monumentos (215) e templos religiosos (163) como os mais destacados. Com menor frequência: ruas/praças (67) e outros (44).

Foi o grupo dos mais jovens (até 40 anos), independentemente da classe social e sexo, os que menos indicaram elementos referentes à categoria patrimônio. A faixa de renda com salários superiores a dez teve a maior representatividade. Averigua-se com mais detalhes a Tabela 3.7, no sentido de apontar alguns elementos relevantes ao patrimônio existente na área central de Campinas.

Tabela 3-7 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne a patrimônio.

Questões	Subcategorias	Subcategorias Específicas / Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Templos Religiosos (18)	Catedral (14), igrejas (4).
	Edifícios/Monumentos (8)	Prédios antigos (4), teatro demolido (2), mercadão (2).
	Outros (10)	Tradição/história/patrimônio (7), Infância (2), bondes (1).
3ª. O que você mais gosta no centro?	Templos Religiosos (11)	Catedral (11).
	Edifícios/Monumentos (12)	Prédios históricos (6), Estação (FEPASA) (4), monumentos (2).
	Outros (8)	Arquitetura (7), Ferrovia (1).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Templos Religiosos (1)	Igreja do Rosário (1).
	Edifícios/Monumentos (10)	Estação (FEPASA) /trem de passageiros (3), Teatro Carlos Gomes (3), Biblioteca Municipal (1), prédios históricos (1), Hotel Terminus (1), monumentos (1).
	Ruas/praças (3)	Treze de Maio (2), ruas de paralelepípedo (1).
	Outros (10)	Romantismo (3), tradição (2), história (1), bondes (1), Chafariz da Treze de Maio (1), Bonequinhos da Ezequiel (1), ombrelones da Treze de Maio (1).
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Edifícios/Monumentos (12)	Prédios/história preservada (9), como era no passado (3).
6ª. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?	Templos Religiosos (11)	Igrejas (11).
	Edifícios/Monumentos (4)	Centros de cultura (4).
	Ruas/praças (3)	Regiões arborizadas (3).
7ª. Qual o patrimônio cultural presente no centro?	Templos religiosos (122)	Catedral (90), Igrejas (20), Igreja do Carmo (9), Igreja do Rosário (2), Universal (1).
	Edifícios/Monumentos (169)	Estação Cultural/FEPASA (30), Palácio dos Azulejos (22), Palácio dos Jequitibás/Prefeitura (19), Jôquei Clube (12), Estátua Carlos Gomes (12), monumentos (11) Prédios (10), Mercado Municipal (8), Colégio Carlos Gomes (7), Fórum (5), Museus (5), PUCG Central (5), CCLA (4) Teatro Castro Mendes (4), Correio (3), Prédio do MACC/ Biblioteca Pública (3), Palácio da Casa de Saúde (3), Mogiana (2), Sede da Banda Carlos Gomes (1), Monumento Campos Salles (1), Giovanetti (1), Prédio do Niemeyer (1).
	Ruas/praças (64)	Praça Carlos Gomes (24), Centro de Convivência (17), Praças (10), Praça do Carmo/Praça Bento Quirino (5), Largo do Rosário (3), Bosque dos Jequitibás (2), Largo do Pará (2), Parques (1).
	Outros (16)	Ferrovia (10), Bares (2), Hotéis (2); Túnel de Pedestre (1), Coreto (1).

Com relação ao que pensam, mais gostam, se perdeu ou imaginam no centro de Campinas (perguntas 1, 3, 4 e 5 do questionário), a Catedral foi mencionada 25 vezes e igrejas 5 vezes. No que tange a edifícios/monumentos, os prédios antigos e históricos, genericamente, tiveram 20 indicações. Com baixa frequência, num máximo de quatro, foram indicados: teatro demolido (Teatro São Carlos), Estação (Fepasa), Teatro Carlos Gomes, monumentos, entre outros. Elementos da subcategoria ruas/prças sofreram pouquíssimos destaques. No que se refere a outros, sete entrevistados se mostraram preocupados com a perda de tradição do centro, um com a perda de sua história e sete com a arquitetura; os demais elementos dessa subcategoria não tiveram frequência superior a três. Quanto aos lugares de maior utilização, destacaram igrejas (11), centros de cultura (4) e regiões arborizadas (3).

Na questão específica sobre a presença de patrimônios culturais no espaço central, igrejas tiveram a menção de 122 inquiridos. A Catedral Metropolitana de Campinas foi lembrada por 90 entrevistados, a Igreja do Carmo por 9, a Igreja do Rosário por dois, a Igreja Universal por um e igrejas, de maneira geral, por vinte. Diante dos resultados, é suscitada a questão: as igrejas foram lembradas pelo seu valor histórico, artístico ou prevaleceu a religiosidade?

No que concerne aos desenhos elaborados pelos entrevistados, o patrimônio presente na região central de Campinas também foi muito pouco distinguido. Somente em alguns é feita alusão aos bens culturais que possuem valor para a cidade.

Seis bens de grande importância estão evidenciados na Figura 3.25, na imagem de Aline: Centro de Convivência, Catedral Metropolitana, Mercado Municipal, Prefeitura Municipal, Colégio Bento Quirino e Colégio Progresso. Apesar de representado simbolicamente, o desenho da Catedral destaca a torre de Igreja, um importante marco da paisagem local. Leonardo, na imagem central, exhibe a escadaria de acesso e a praça defronte ao Palácio dos Jequitibás, sede da Prefeitura Municipal, usado como palco de constantes manifestações e protestos. Um mobiliário urbano - o poste de iluminação de ferro fundido - em frente ao prédio do Jôquei Clube, na Praça Bento Quirino, é destacado por Rosana.

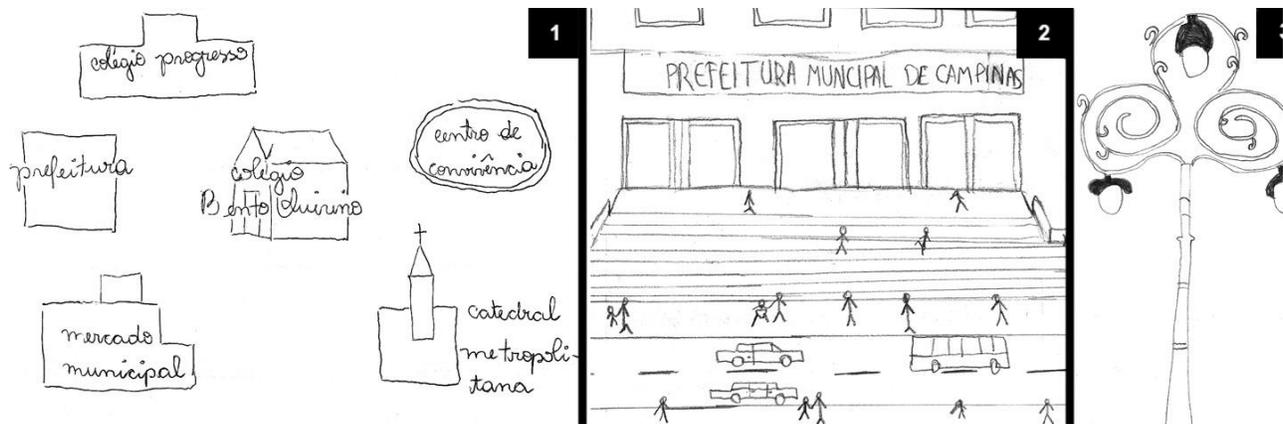


Figura 3-23 Bens de valor cultural significativo para a cidade de Campinas: edifícios, templos, escadaria da Prefeitura Municipal e o Poste de iluminação situado defronte ao Jôquei Clube. 1. Aline, 23 anos, 3-5 salários, secretária; 2. Leonardo, 14 anos, 3-5 salários, estudante; 3. Rosana, 41-50 anos, 5-10 salários, professora.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Na Figura 3.26-1, o Largo da Catedral, delimitado pelas construções altas do entorno, é registrado em primeiro plano no desenho de Sandra. A torre da catedral estabelece o início de um eixo com término na estação Fepasa, paralelo ao traçado das Ruas Treze de Maio e Costa Aguiar, como se observa na foto estampada à direita.

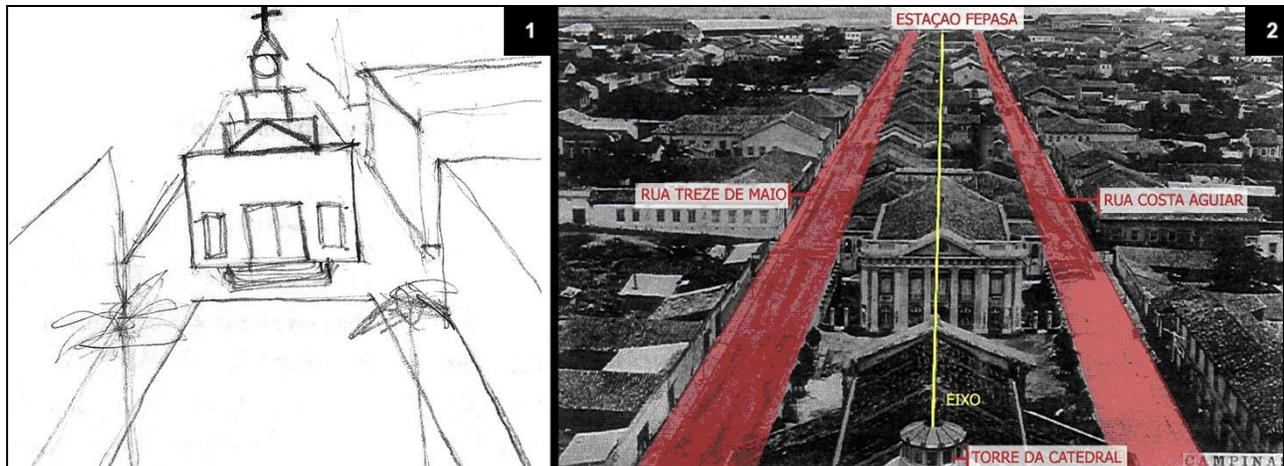


Figura 3-24 Largo da Catedral e Eixo Catedral-Estação Fepasa. 1. Sandra, 39 anos, 5-10 salários, arquiteta; 2. Foto instituída pela autora com base no desenho de Sandra.

Fontes: 1. Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Antes da verticalização do centro, as torres da Catedral e da Estação marcavam visualmente esse eixo e configuravam-se como marcos visuais da área central. Atualmente, as duas torres se ocultam no emaranhado de edifícios que delineiam a paisagem do centro. No entanto, o eixo de circulação permanece nas Ruas Treze de Maio e Costa Aguiar.

O relógio, mostrado na Figura 3.27-1, leva a crer que o prédio da imagem se trata da Estação Fepasa, atual Estação Cultura, um importante exemplar remanescente do patrimônio ferroviário. O desenho de Julio destaca a Praça Carlos Gomes, com o seu coreto e uma série de palmeiras imperiais no canteiro central da Avenida Anchieta, limítrofe da praça.

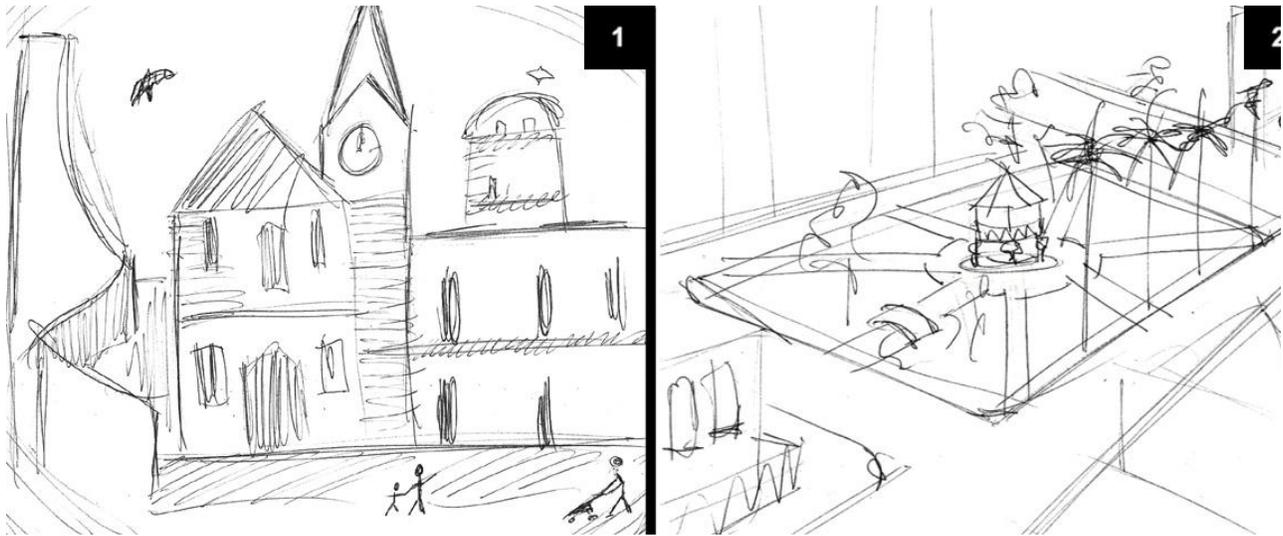


Figura 3-25 Edifício da Estação Fepasa e sua torre com relógio e a Praça Carlos Gomes com seu coreto e palmeiras imperiais. 1. Homem, 31-41 anos; 2. Julio, 46 anos, 5-10 salários, designer gráfico.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Essas representações suscitam questionamentos sobre a maneira pela qual o patrimônio e a memória vêm sendo preservados no tempo presente. Como destaca Nora:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

Mudanças, transformações e destruição, aos poucos, afetam a memória das pessoas e as afastam de sua origem, seu passado, suas lembranças. Nesse sentido, a pesquisa evidencia que não tem ocorrido “ressonância” (GONÇALVES, 2005) entre a população e os bens tombados ou os bens culturais que contam a história campineira. Isso nos suscita alguns questionamentos. Primeiro, que a “memória vivida” da população talvez não seja a reconhecida pelo Estado. Como ordinariamente a escolha dos bens que sofrem o estudo de tombamento advém dos próprios técnicos do governo e o parecer final também é muito influenciado por eles, verifica-se que, geralmente, pronuncia-se aquela memória mais vinculada aos poderes hegemônicos e não a

memória praticada nos discursos pelos que frequentam e vivem aquele lugar. Nesse sentido, o poder público filtra, seleciona os bens e estabelece critérios próprios de preservação, nem sempre contemplando a “memória vivida”. Assim, o Estado deveria dar maior atenção para a memória praticada pelos habitantes do lugar, na busca de uma maior ressonância entre a população e os bens preservados legalmente pelo tombamento.

Segundo, se essa falta de ressonância não resultaria de uma ausência de educação patrimonial, evidenciando a necessidade de se trabalhar, na escala do planejamento urbano, a escala do pertencimento e dos enlaces afetivos com a população para uma maior legitimação do patrimônio cultural com vistas a reverter esse processo.

Outra hipótese seria a atribuição de um valor negativo ao lugar. Alguns bens situam-se na área da “Boca do Lixo”, uma área perigosa e violenta. A falta de uso do local, contribui para sua degradação física dos imóveis. Conseqüentemente, a população atribui um valor negativo ao lugar, pois os valores históricos e sociais são esquecidos ou colocados em segundo plano.

A imagem do centro como o lugar mais importante e seguro se deteriorou. Verificou-se que a área central, de maneira geral, sobretudo a região da “Boca do Lixo”, adquiriu um referencial negativo no imaginário da maioria dos habitantes, que passaram a se acostumar com a beleza, a riqueza, a segurança e a limpeza dos shoppings centers localizados em outras centralidades.

Dessa maneira, a preservação do patrimônio cultural também deveria estar vinculada às outras esferas do planejamento urbano, para não se restringir somente à salvaguarda das formas, mas sim estar articulada às políticas sociais, habitacionais, de segurança, infraestrutura, circulação, embelezamento urbano, uso do solo, entre outras que buscam a valorização do espaço como um todo.

3.2.6 PRAÇAS

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às praças ao longo do tempo. Apesar dessas transformações, possuem um ponto em comum: a praça é e sempre foi o local de reuniões e encontros. Traduz a necessidade passada - perpetuada até hoje - de se ter um espaço no qual fosse possível reunir-se, comercializar, debater ideias, assistir a jogos ou simplesmente ocupar a ociosidade do tempo.

Lamas (1993) define a praça como o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Para Llorca (1997, p.3), as praças são um lugar de encontro ou promessa de encontrar. “Esta palavra - que provém do latim *platea*, e esta do grego *platýs* - resume o sentido da ágora e do fórum romano: o espaço do público, da reunião”.

Como destaca Queiroga (2003, p. 139): “a praça é, ainda hoje, um lugar próprio para manifestações políticas, comemorações e protestos. Espaço carregado de simbologias, de memórias do lugar, tanto pode afirmar o poder de instituições como pode ser lugar por excelência da crítica e do ato público, do contrapoder”, apesar de todo processo de degradação que as praças sofreram ao longo do tempo no Brasil.

A praça, como parte do espaço geográfico, pode ser entendida enquanto um “sistema de objetos e um sistema de ações” (SANTOS, 2002) que se interagem. Ainda segundo o autor: “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, do outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2002, p. 63).

O sistema de ações se torna determinante para o entendimento do espaço da praça enquanto praça, ou seja, local de encontro com forte conotação pública. Conforme destaca Queiroga: “vários logradouros oficialmente denominados praças não o são se não estiverem comportando um sistema de ações voltado para o encontro e o convívio no âmbito da esfera de pública” (QUEIROGA, 2003, p. 140-141). O autor cria a categoria “pracialidade” para o entendimento da praça enquanto lugar e a define como “as concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e das metamorfoses da esfera da vida pública”.

Em Campinas, dois projetos voltados para a música buscam resgatar situações de pracialidade com apropriações eventuais que transcendem a funcionalidade específica dos sistemas de objetos. Os projetos intitulados “Noite da Seresta” e “Jazz no Rosário” visam a resgatar as tradições, pela música apresentada gratuitamente em duas praças públicas. Além de valorizar a cultura local, esses projetos também incentivam a valorização do patrimônio edificado por meio do uso, unindo preservação, cultura e lazer.

O projeto “Noite da Seresta”, lançado em 2005 pela Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer – SMCEL, contemplou, em toda última sexta-feira do mês, apresentações na Praça Carlos

Gomes. Na abertura do projeto, em 29 de julho de 2005, o ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos destacou: “elaboramos esse projeto com o objetivo de revitalizar o centro da cidade e dar aos campineiros a oportunidade de reviver suas tradições” (BRIZZI, 2005).

A retomada de shows musicais no coreto resgata a praça como um espaço de uso do cotidiano das pessoas. Antigamente, elas eram utilizadas como ponto de encontro, durante a noite, para *footing*, passeios e paqueras, prática que se perdeu com a degradação do espaço público.

No ano de 2005, foram realizadas cinco edições da Noite da Seresta na Praça Carlos Gomes: a primeira no dia 29 de julho e a última no dia 25 de novembro, como parte da cerimônia de entrega da reforma de revitalização da mesma (LOPES, 2005a). Segundo Lopes (2005f), o público médio em cada apresentação foi de 2,5 mil pessoas.

O projeto “Jazz no Rosário” foi lançado no dia 27 de outubro de 2005, pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer - SMCEL, com o mesmo discurso de revitalizar a área central de Campinas, sobretudo o Largo do Rosário. Contemplou apresentações gratuitas semanais no local, sempre às quintas-feiras. Segundo a Prefeitura, a ideia do projeto era valorizar o trabalho de grupos campineiros (LOPES, 2005d). Segundo Lopes (2005e), ocorreram 15 apresentações.

Esses dois projetos tinham como propósito reforçar a esfera da vida pública, a despeito de conjunturas recentes que apontam para uma valorização da esfera privada, sobretudo para as camadas de renda média e alta. A esfera da vida pública é de fundamental importância na busca de alternativas à globalização.

Paes-Luchiari (2006a, p. 57) ressalta que o centro sempre foi rico em espaços públicos, passíveis de serem apropriados por diferentes manifestações culturais, políticas e lúdicas. É importante não perder de vista essa característica ao transformar os seus atrativos em bens acessíveis apenas por meio da comercialização, como ocorre com a maior parte dos bens culturais.

As respostas obtidas no questionário, exceto a que diz respeito aos problemas do centro, foram endereçadas a praças, de um modo geral, ou a citações de nomes de largos e praças. O mais destacado foi o Largo do Rosário, com 13 indicações.

O Largo do Carmo e o Centro de Convivência foram apontados como locais utilizados pela população. Vale ressaltar que esses espaços são lugares onde ocorrem feiras de artesanato

semanais, que costumam atrair um público cativo. A feira do Centro de Convivência ocorre aos sábados e domingos pela manhã e a feira do Largo do Carmo acontece de quarta a sábado no período diurno (Figura 3.28). Lerner (2005, p. 122) ressalta que as feiras sempre foram pontos de referência de uma cidade e constituem uma “acupuntura de identidade”, numa época em que muitas cidades se descaracterizam, diferentemente dos shoppings centers, com suas lojas todas iguais a ponto de as pessoas não saberem em que cidades elas estão.



Figura 3-26 Feiras de artesanato tradicionais do centro de Campinas. 1. Feira do Centro de Convivência. 2. Feira do Largo do Carmo.

Os resultados da pesquisa se encontram dispostos na Tabela 3.8, em que foram consideradas duas subcategorias de análise: largos/áreas verdes e degrado físico.

Tabela 3-8 Subcategorias e seus elementos, relativas às perguntas do questionário, no que concerne a praças.

Questões	Subcategorias	Subcategorias Específicas / Indicações
1ª. Ao se falar em centro, qual a primeira coisa que te vem à mente?	Largos/áreas verdes (12)	Praças (7), Largo do Rosário (3), Praças Carlos Gomes (2).
3ª. O que você mais gosta no centro?	Largos/áreas verdes (23)	Praças (16), Largo do Carmo (2), Largo do Rosário (2), Apresentações culturais nas praças (1), Praça Bento Quirino (1), Praça Carlos Gomes (1).
4ª. O que você gostava no centro e se perdeu?	Largos/áreas verdes (19)	Praças (6), Bosque (4), Praça do atual Viaduto Cury (4), Convívio/footing nas praças e jardins (3), Área verde (1), Jardins das praças (1).
5ª. Qual o centro que você imagina/gostaria?	Largos/áreas verdes (22)	Mais praças (10), mais arborizadas (6), mais áreas verdes (6).
6ª. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?	Largos/áreas verdes (38)	Praças (19), Largo do Rosário (8), Centro de Convivência (4), Largo do Carmo (2), Praça Carlos Gomes (2), Bosque dos Jequitibás (1), Largo da Catedral (1), Largo do Pará (1).
8ª. Na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?	Degrado físico (12)	Falta de conservação (6), Desrespeito ao patrimônio (3), Sujeira (3).

No que tange ao que se imagina/gostaria, seis entrevistados apontaram praças mais arborizadas, dez disseram almejar um número maior delas e seis mais áreas verdes. Norton (33 anos, mais de 10 salários, professor) anseia “praças mais bem cuidadas, com áreas verdes, locais de convivência e um lugar seguro para passear a noite”. Marina (58 anos, 5-10 salários, contadora) deseja “mais praças, crianças brincando, lugar para passear, ponto de encontro e lazer”.

Quanto aos problemas do centro, diversos se manifestaram preocupados com a falta de conservação (6), desrespeito ao patrimônio (3) e sujeira (3).

Algumas pessoas manifestaram saudade da utilização segura da praças e jardins, como, por exemplo, do convívio e *footing*. Quatro pessoas, entre 31 e 50 anos, com renda superior a três salários mínimos, lembraram-se da antiga praça onde hoje está edificado o Viaduto Cury (Figura 3.29).



Figura 3-27 Viaduto Cury ontem e hoje. 1. Antiga Praça onde hoje situa-se o Viaduto Cury e Terminal em vista noturna. 2. A mesma praça em vista diurna. 3. Atual Viaduto Cury e Terminal.

Fontes: 1 e 2 - Cartão Postal.

Nas palavras de Gallacci (2010, p.A4): “Quem lembra como era aquele lugar onde hoje está o terminal sente saudade. Era um jardim lindo! Hoje, a droga e a violência tomaram conta”. Isso se evidencia, também, no relato de alguns entrevistados:

O jardim do centro do Viaduto Cury, onde havia o relógio do sol e com áreas de lazer, infelizmente foi transformado em terminal de ônibus e num desorganizado e sujo mercado popular na entrada da cidade (Tânia, 58 anos, 5-10 salários, secretária);

Sinto falta do lago que existia no Viaduto Cury (Júlio, 46 anos, 5-10 salários, designer);

Que saudade do jardim que tinha no lugar do Terminal Central (Juliana, 31 anos, 5-10 salários, publicitária).

Apresenta-se, a seguir, uma análise dos desenhos elaborados pelos entrevistados no que concerne à categoria praças. As praças, antes dedicadas quase que exclusivamente para reunião de pessoas, hoje desempenham outro tipo de papel. Acolhem a população e comportam inúmeras atividades do núcleo urbano, tanto na questão religiosa, como popular, comércio, festas, especulação e outros. Isso se evidencia na Figura 3.30. A imagem de Letícia estampa uma decoração entre postes, o que corrobora a ideia do espaço como um local de encontro, eventos e comemorações. A imagem de Saulo expõe uma igreja, um bar e um coreto, em que um grupo musical se apresenta, remetendo a atividades culturais que eventualmente ocorrem no espaço de uma praça. Atrás da mesma, identifica-se uma rua com alguns carros em circulação, bem como uma loja e pessoas ao seu redor, num indicativo de consumo.

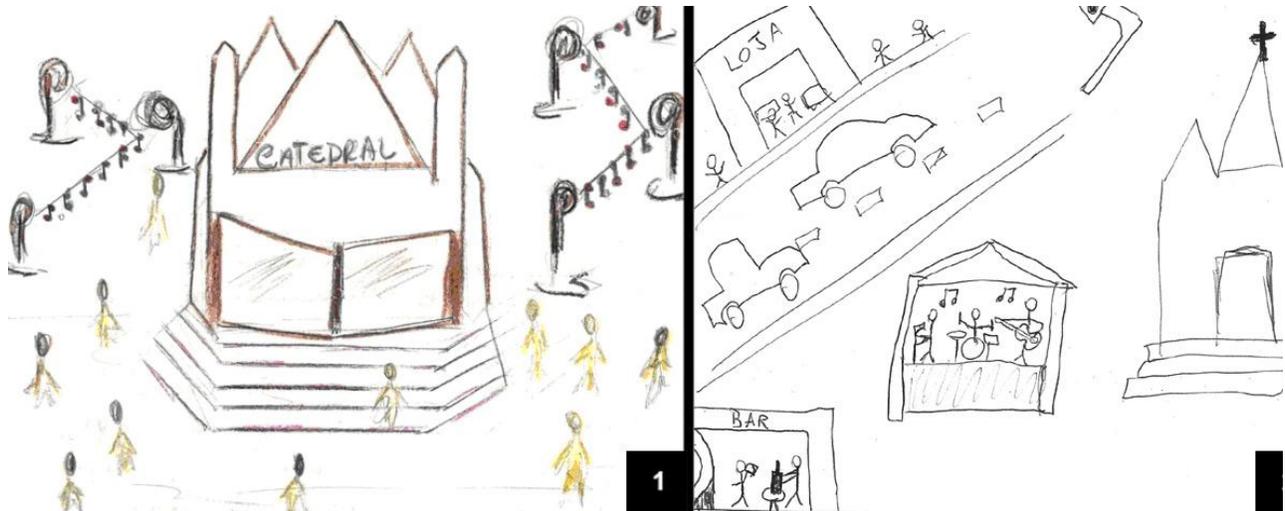


Figura 3-28 Largo da Catedral associado à ideia de festa e utilização por diversas pessoas e praça com coreto, música, igreja e bar. 1. Letícia, 24 anos, 3-5 salários, designer; 2. Saulo, 26 anos, 3-5 salários, publicitário.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

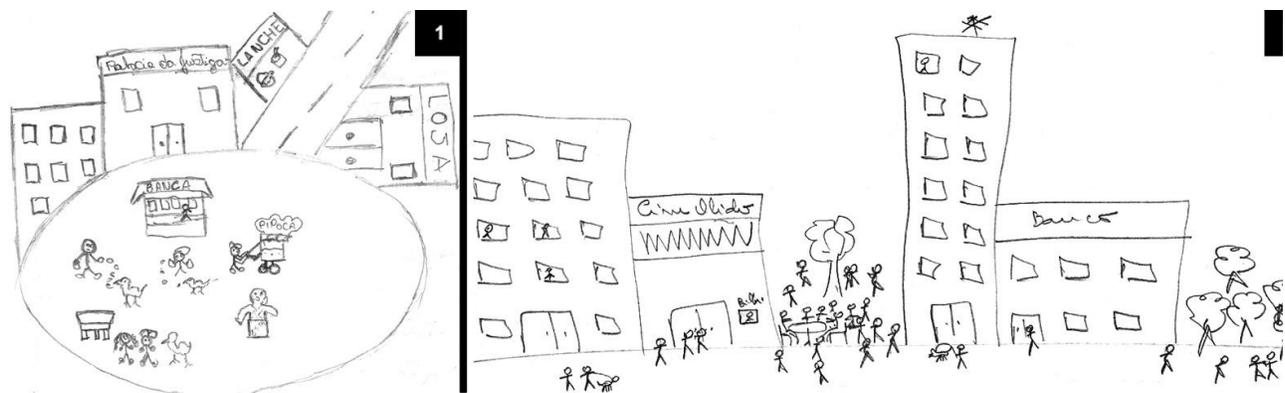


Figura 3-29 Praça do Palácio da Justiça (Largo do Rosário) e sua diversidade de uso: pipoqueiro, pombos, crianças, banca de jornal e uma praça amplamente ocupada e delimitada pela verticalização. 1. Willian, 27 anos, 3-5 salários, mecânico de usinagem; 2. Marcos, 30 anos, 5-10 salários, professor.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Ratificando as diferentes formas de uso público das praças, na Figura 3.31-1, William descreve uma praça que, pela presença do Palácio da Justiça, provavelmente se trata do Largo do Rosário. Na mesma, verifica-se ainda uma banca de jornal, um carrinho de pipoca e crianças jogando milho para pombos, características marcantes desse espaço. Ao seu redor, identificam-se edifícios com diferentes funções. O desenho de Marcos (Figura 3.31-2) traz dois conjuntos de edifícios que delimitam o espaço público representado: à esquerda, um prédio de moradia e um cinema e, do lado direito, outro edifício residencial e uma agência bancária. Na área não edificada, pessoas caminham, brincam, passeiam com seus cachorros e se reúnem ao redor de

uma mesa ao ar livre, o que evidencia a praça como um local de encontros, com forte conotação pública.

A praça é signo do lugar, síntese do espaço intraurbano em que está inserida, carregada de simbologias e memória. Por isso torna-se um referencial de civilidade e de qualidade de vida urbana. A praça, assim como outros espaços da cidade, é formada por rugosidades que mantêm a importância de um lugar frente às transformações sofridas ao longo do tempo. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Assim:

Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade (SANTOS, 2002, p. 314).

No conjunto da cidade, a praça não é um elemento aleatório, mas algo que compõe e interage com todos os outros espaços públicos e as demais edificações, formando uma continuidade. E, na prática do planejamento urbano, a praça deve ser pensada no conjunto da cidade.

3.2.7 VERTICALIZAÇÃO

A difusão da verticalização urbana, fenômeno cada vez mais presente e acelerado na maioria das metrópoles, arrola mutações na cidade e causa interferência em diversos aspectos geográficos, a saber: mudança na paisagem, metamorfoses no território, materialidade na cidade, crescimento urbano, interferência do espaço privado no espaço público, segregação sócio-espacial, dentre outros.

Isso acontece também na região central de Campinas. Conforme as palavras de Hélio Jarreta, ex-secretário Municipal de Urbanismo Campinas, divulgadas no artigo de Costa (2010): “Campinas entrou no patamar das grandes cidades brasileiras e no futuro, quando ocorrer uma inflexão imobiliária de São Paulo para o Interior, com a chegada do trem de alta velocidade (TAV), vai ter um patamar de verticalização ainda maior”.

A verticalização tem feito com que a região central se adense cada vez mais, mesclando edifícios de alto e médio padrão, e ocasione diversos problemas urbanos, como os apontados pelos inquiridos na pesquisa de campo realizada.

Nas repostas dos questionários, quase não houve referências à verticalização. Porém, quando se olha para os desenhos elaborados por diversos entrevistados, constata-se a sua presença no mapa mental de determinadas inquiridos que a percebem como elemento responsável pelas modificações abruptas da paisagem da cidade. Para muitos, a verticalização é sinônimo de *status* e de modernidade.

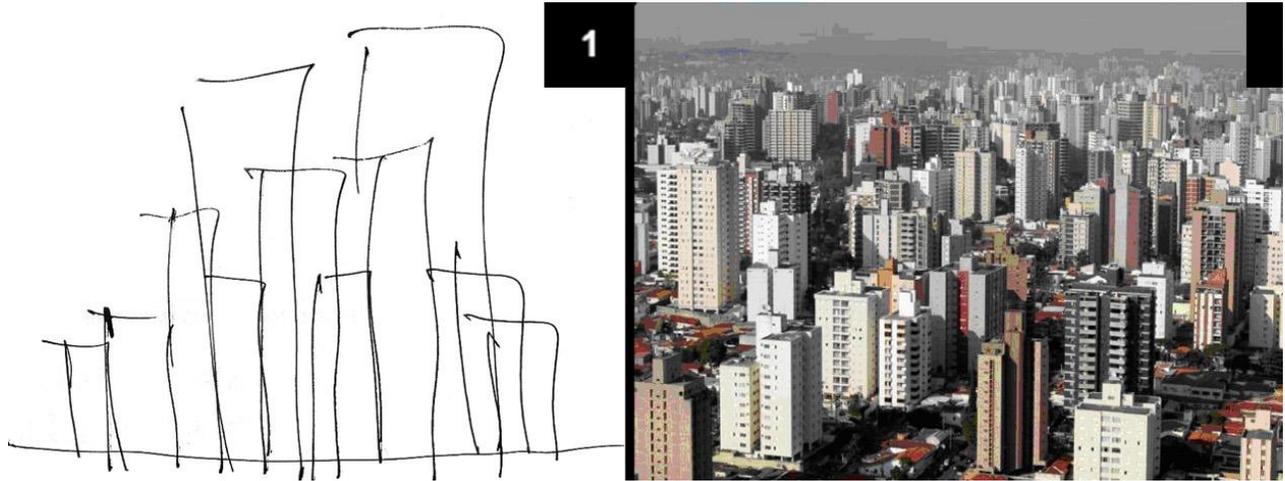


Figura 3-30 Escalonamento diferenciado nas alturas das construções. 1. Desenho de Eloísa, 40-50 anos, + 10 salários, arquiteta, com alusão a verticalização; Vista recente da verticalização de Campinas.

Fonte: 1. Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Expõe-se, a seguir, alguns desses desenhos que definem o contorno de um centro dominado pela verticalização urbana. Na Figura 3.32-1, o desenho de Eloísa simboliza o skyline da cidade, representado por uma série de prédios de diferentes alturas, evidenciando o escalonamento das construções, uma característica da área central, comparada com uma vista recente de verticalização da cidade (Figura 3.32-2).

A Figura 3.33 também faz destaque aos vários edifícios altos que delineiam um skyline escalonado, esquematizado por um emaranhado de formas e alturas diferentes e uma sequência de fachadas com gabaritos diferenciados. A imagem de Daniel, estruturada a partir de três planos, apresenta na parte inferior uma praça e um coreto, no meio uma rua extremamente movimentada com uma grande quantidade de pessoas circulando nas calçadas, cercadas de postes com fiação aparente e ao fundo prédios, simbolizando a grande verticalização do local. A imagem da direita expõe o contraste que a verticalização impõe à paisagem, com a representação de várias casas térreas ao lado de edifícios elevados, de diferentes alturas e de diversos períodos de desenvolvimento da cidade, rugosidades que na atualidade coexistem no tecido urbano, em

conformidade com a paisagem da região central. De acordo com Souza (1994), “a verticalização simboliza a própria identidade da metrópole, dentro do atual processo de globalização”. Ainda, no canto inferior esquerdo de 3.33-2, o desenho revela uma praça que remete às áreas verdes da área central.

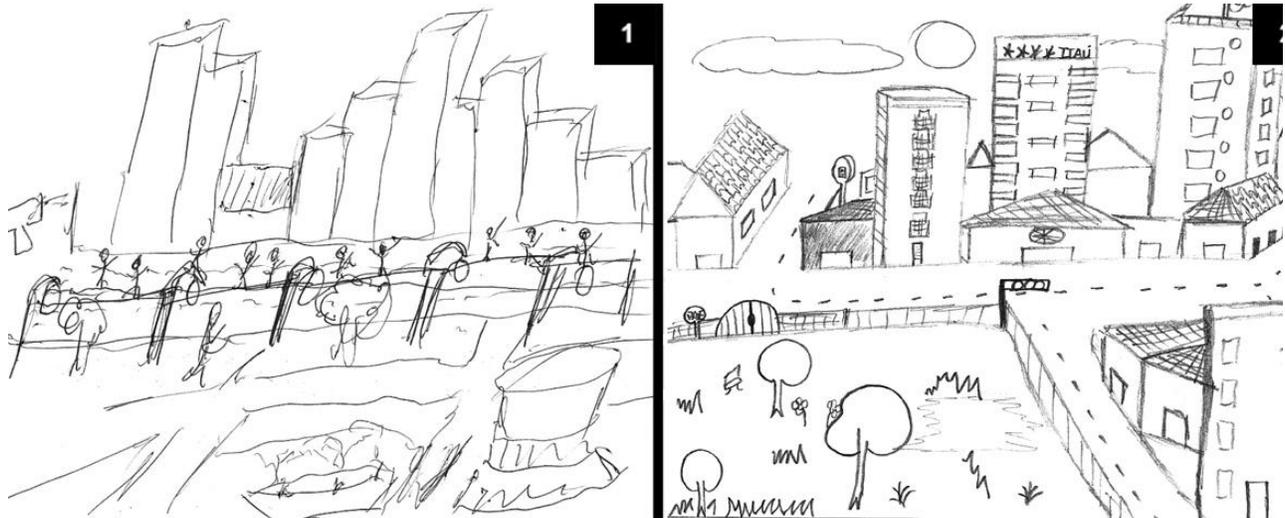


Figura 3-31 Desenhos com referência à verticalização, circulação de pessoas, praça com coreto e diversos postes, num indicativo de fiação aparente. 1. Desenho de Daniel, 42 anos, + 10 salários, engenheiro; 2. Mulher, até 20 anos, 3-5 salários, estudante.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.



Figura 3-32 Fotos do prédio com letreiro patrocinado pelo Itaú, um marco referencial do centro. 1. Foto do prédio tirada do Viaduto Cury; 2. Foto do prédio tirada do camelódromo.

Dentre os edifícios mais altos existentes na região central, destaca-se aquele que possui em seu topo um letreiro patrocinado pelo Itaú, que informa a hora e a temperatura do local. Esse prédio situa-se ao lado do Viaduto Cury e constitui um marco referencial do centro (Figura 3.34).

A imagem de Natália, na Figura 3.35-1, mostra a Avenida Francisco Glicério e, acima dela, a Avenida Moraes Salles, o Terminal Central, o Terminal 2 e o camelódromo, com inúmeros prédios altos ao seu redor, evidenciando a grande verticalização do local. O mesmo acontece com o desenho de Márcia (Figura 3.35-2) no cruzamento da Francisco Glicério com as duas importantes avenidas dos centro, Aquidabã e Moraes Salles.



Figura 3-33 Centro de Campinas: área de grande circulação de veículos e arquitetura marcada por edifícios de alturas variadas. 1. Desenho de Natália, 19 anos, 3-5 salários, recepcionista; 2. Desenho de Márcia, 53 anos, 3 - 5 salários, professora

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A intensa verticalização do centro de Campinas ainda pode ser observada na Figura 3.36. A imagem à esquerda apresenta uma grande quantidade de edifícios com evidências do alto índice de ocupação do solo no centro da cidade e faz referências ao uso diversificado desses prédios, ao mostrar placas que indicam lojas e hotel. A imagem da direita registra os edifícios ocultados por um enorme muro de tijolos, em que está pichada a palavra “city”. Simbolicamente, a imagem faz alusão à impermeabilização das cidades, repletas de construções, muros e vias sem pontos de escoamento.

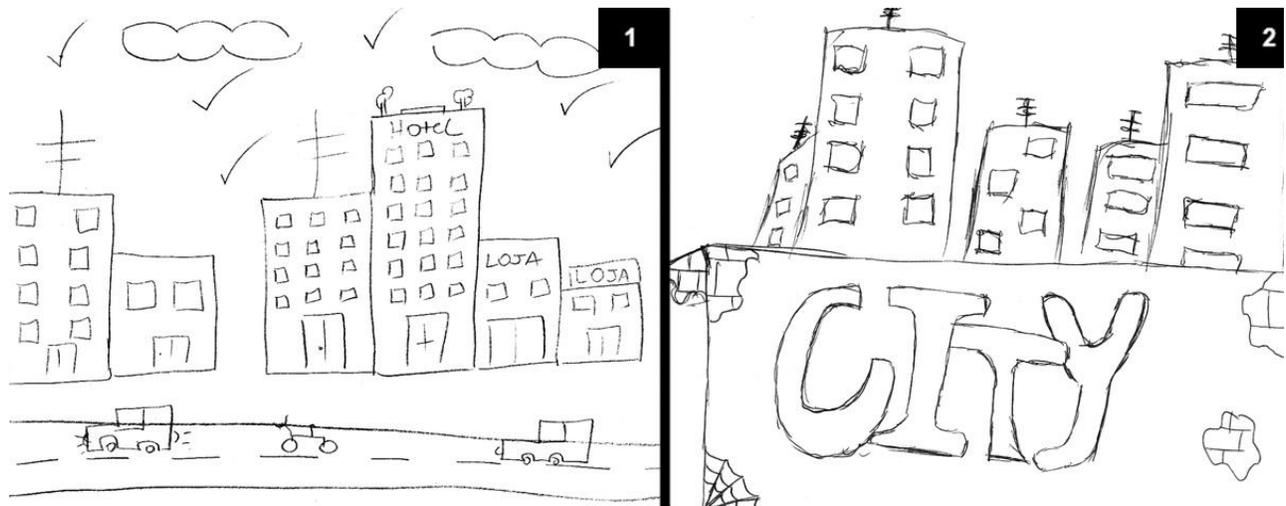


Figura 3-34 Prédios do centro parcialmente ocultados por um muro pichado com a palavra “city”, numa alusão aos diversos pontos do centro sem escoamento 1. Desenho de Anna, 31 anos, + 10 salários, professora. 2. Desenho de Pedro, 18 anos, 1-3 salários, promotor de eventos.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A análise dos desenhos define o contorno de um centro dominado pela verticalização que, além de representar a expansão em altura da área edificada, simboliza também a multiplicação do solo urbano. Souza (1994, p.27) relata que a verticalização é resultante de “uma estratégia entre múltiplas formas do capital – fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano”. Rivière D’Arc e Memoli (2006) ressaltam que a densidade urbana residencial, aquela que foi a arquitetura dominante segundo a história das cidades, foi substituída pela verticalização.

Nesse processo, em todas as análises e discussões, a Rua Treze de Maio foi muito lembrada pelos entrevistados e citada com grande ênfase. Como constitui um eixo simbólico de extrema relevância, do centro de Campinas, mereceu um tratamento especial no capítulo a seguir.

4 RUA TREZE DE MAIO: EIXO SIMBÓLICO E DE CONSUMO - ÍCONE DA CENTRALIDADE DE CAMPINAS

Pessoas, movimento... Gente branca, negra, amarela, pobre. Engravatados, artistas, pedintes, ambulantes, donas de casa, crianças chorando, crianças tomando sorvete, homem-estátua... Gente pregando a bíblia, pessoas cantando, tocando sanfona, pedindo esmola, pechinchando, conversando, olhando vitrines ou simplesmente passeando... Enfim, a Rua Treze de Maio é um local democrático onde se reúnem, cruzam e transitam pessoas de diversas classes, raças e culturas. Barulho, cores, informações, letreiros, pichações e muitas caras... e falando em cara, qual é a da Rua Treze de Maio?

Difícil descrever em uma só palavra um local tão heterogêneo e dinâmico, um local de realidades tão distintas, porém concretas e reais. Um lugar onde dualidades se contrastam - novo versus velho, preservação versus modernização, pobreza versus riqueza, legal versus ilegal, verticalização versus horizontalidade, público versus privado, coletivo versus particular, entre outros. São esses inúmeros contrastes que definem a Treze de Maio e a sua identidade.

A Treze engloba todas as categorias discutidas e analisadas anteriormente. A centralidade obtida por ela somente vem enfatizar a sua significância dentro do contexto urbano: ela é um remanescente histórico de grande valor, que acumula vestígios de diferentes épocas, testemunhando tanto fases de seu desenvolvimento quanto do da cidade de Campinas. Desde a chegada da ferrovia, em 1872, a Rua Treze de Maio caracteriza-se como um importante eixo articulador da área central e um vetor de comunicação da cidade. No passado, era o eixo que ligava o centro à Estação, concentrando o fluxo de passageiros e cargas. Na atualidade, é um eixo comercial de grande destaque, abrigando o calçadão, reunindo um alto fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

Até 1888, a rua chamava-se São José. Sob essa denominação, trafegaram por ela os primeiros bondes puxados por muare. Com a promulgação da Lei Áurea, o vereador Camargo Penteadado propôs a mudança de nome, de Rua São José para Treze de Maio. Após intensos debates, a proposta

foi aprovada e, em 28 de maio de 1888, passou a ser denominada Rua Treze de Maio (BADARÓ, 1996).

4.1 CENTRO DE CONSUMO

As respostas dos questionários confirmaram esses contrastes, seus problemas e reafirmaram a Treze de Maio como um forte centro comercial, além de um importante referencial histórico da cidade de Campinas, o que a caracteriza tanto no que LEFEBVRE (1976) denomina de “centro de consumo” quanto um “centro simbólico”.

De acordo com dados divulgados pela Associação Comercial e Industrial de Campinas – ACIC²⁹, a Rua Treze de Maio possui 110 estabelecimentos comerciais, que respondem por 10% de todo o faturamento do comércio da cidade, o que equivale à movimentação de 35% da atividade comercial de Campinas.

Fernanda (14 anos, estudante) relatou que “compras não tem como não pensar na 13 de Maio”. Os desenhos também evidenciaram esses fatos. Na Figura 4.1, a imagem de Rita supõe tratar-se do quarteirão em que situa a Catedral Metropolitana de Campinas, delimitado pela Rua Treze de Maio e Avenida Glicério. A Treze, representada por uma multidão de pessoas e uma sequência de lojas do lado direito, destaca a importância desse calçadão como um lugar de consumo. A faixa de pedestres que promove o cruzamento da Avenida Francisco Glicério, apenas para pedestres, no ponto inicial da Treze de Maio, também é exposta no desenho. A imagem de Juliana simboliza um acúmulo de pessoas circulando pelo calçadão, cercadas por lojas de ambos os lados e com a indicação dos nomes de algumas lojas populares e tradicionais da região: Casas Bahia, Lojas Renner, C&A, Riachuelo, Terra Terra, Principal, Bob’s, Vale a Pena.

²⁹ <http://www.acic.bz/>.

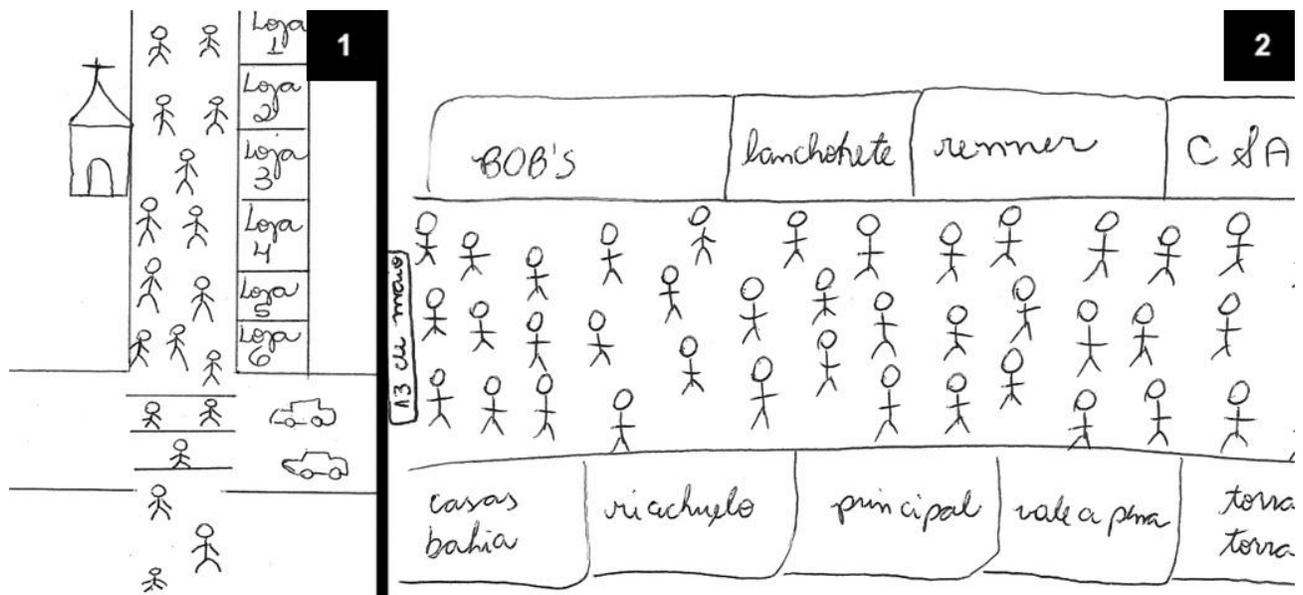


Figura 4-1 – Imagens que espelham a Treze de Maio como uma região do centro de forte comércio e de grande concentração de pessoas . 1. Rita, 34 anos, + 10 salários, atendente; 2. Juliana, 32 anos, 3-5 salários, professora.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.



Figura 4-2 Multidão na Rua Treze de Maio. 1 – Multidão. 2 – Multidão e camelôs na Treze de Maio

O imenso contingente de pessoas que para ela se dirige diariamente e a circulação intensa são outras características marcantes da Rua Treze de Maio, como se verifica na Figura 4.2. A análise evidenciou a rua como espaço de apropriação coletiva, em referência ao calçadão como um espaço do pedestre e um local de encontro, demonstrando que os usuários identificam e se apropriam do

mesmo nas mais variadas formas, o que caracteriza o consumo do espaço. Lá as pessoas compram, caminham, se reúnem, se divertem; encontram uma variedade enorme de produtos, imagens e serviços, além de utilizar o local para manifestações políticas, culturais e religiosas. Deve-se citar que, nas respostas do questionário, um entrevistado se referiu à figura emblemática do politizador, um cidadão que vagueia pelas ruas do centro de Campinas e, com o uso de um megafone, faz críticas sobre política ou problemas urbanos e sociais.

A Figura 4.3 registra imagens que simbolizam a grande massa humana que transita pela rua cotidianamente e a grande movimentação de veículos nas ruas de seu entorno, como, por exemplo, na Rua José Paulino.

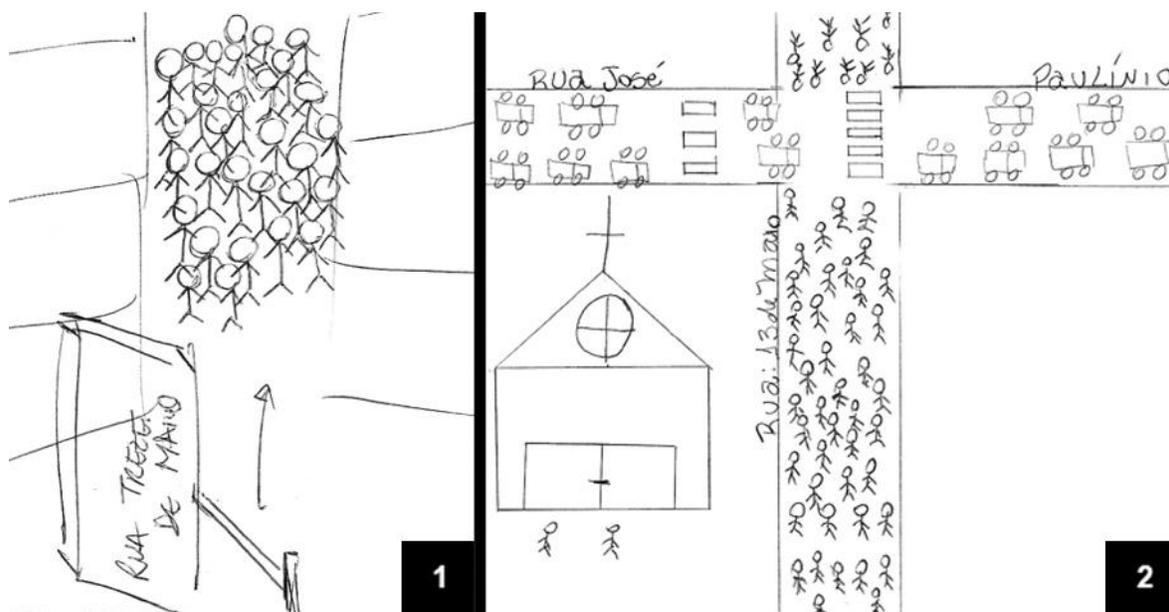


Figura 4-3 Igreja, lojas tradicionais e multidão na Rua Treze de Maio; grande movimentação de carros na Rua José Paulino. 1. Aline, 20 anos, 3-5 salários, estudante; 2. Suelen, 25 anos, 5-10 salários, técnica contábil.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Conforme Guglielminetti (2007), uma média de 80 mil pessoas circulam pela via diariamente. Todavia, de acordo com a ACIC³⁰, esse público pode chegar a 150 mil em datas comemorativas, incluindo o Natal, Dia das Mães e Dia das Crianças.

Alguns entrevistados também registraram, nas inquirições, comentários acerca desse fato:

³⁰ <http://www.acic.bz/>.

A multidão de pessoas que quase não se consegue andar, sem contar as lojas que também tem que enfrentar filas nos caixas (Erik ,17 anos, 1-3 salários, vendedor);

Tem que enfrentar fila, passar no meio do povão (Luciana ,18 anos, 1-3 salários, estudante);

A rua sempre está cheia de pessoas indo e vindo, cada qual com uma finalidade (José Carolino , 58 anos, 1-3 salários, porteiro);

Saudade do tempo que se caminhava com toda tranquilidade (João, 68 anos, mais de 10 salários, aposentado);

De um modo geral, quando se indagou sobre os principais problemas do centro, diversas pessoas os associaram à ideia de “muvuca”, o que indica uma certa aversão ao aglomerado de pessoas. Multidão significa a expressão do coletivo. Segundo Ferrara (2000, p. 82):

Na multidão, o espaço é dominado por sensações, sentimentos e comportamentos que pertencem ao conjunto, ao padrão coletivo. Assim sendo, ainda não temos uma oposição entre o privado e o público, simplesmente porque coletivo e público não se confundem e, sobretudo, porque o indivíduo não colide com o coletivo, mas nele se dilui e dispersa, sentindo-se na própria casa, como se a rua fosse o lugar capaz de reunir, sem tensões, o geral e o particular.

Solà-Morales (2005, p. 104) aponta que o “rótulo de público, que acompanha os espaços, não comporta imediatamente o desejável atributo de apropriação coletiva”. Os espaços coletivos são todos os lugares onde a prática cotidiana se desenvolve, representa e recorda. Lefebvre (2004, p. 29) faz uma síntese desse atributo das relações dos indivíduos com a rua nas cidades modernas, ao associá-la um “teatro espontâneo, no qual eu me torno espetáculo e espectador, às vezes menor”.

O fechamento da Treze para a circulação de veículos contribui para que a rua, além de um eixo comercial e de circulação de pessoas, também se torne um espaço público de apropriação coletiva, como demonstra a Figura 4.4. Como a relação dos seres humanos com o espaço é mediada simbolicamente (LEFEBVRE, 2004, p. 49), há como denominar as ruas das cidades de lugares públicos, pois são socialmente significados como virtualmente de “todos”.

É comum andar pela Treze e encontrar diversos tipos de manifestações informais: de uma simples pessoa com uma sanfona ou violão a grupos musicais (Figura 4.4-1), fiéis pregando, homem-estátua e suas performances em um dia de trabalho (Figura 4.4-2), homem-placa fazendo propaganda de lojas, crianças brincando e correndo em meio a grande quantidade de pessoas (Figura

4.4-3). É válido ressaltar que todas essas manifestações não se excluem. Convivem no mesmo espaço e atribuem o caráter plural e heterogêneo que caracteriza a Treze e Maio.



Figura 4-4 Treze de Maio: espaço público de uso coletivo 1. Manifestação musical; 2. Homem estátua. 3. Brincadeiras com palhaços e crianças.

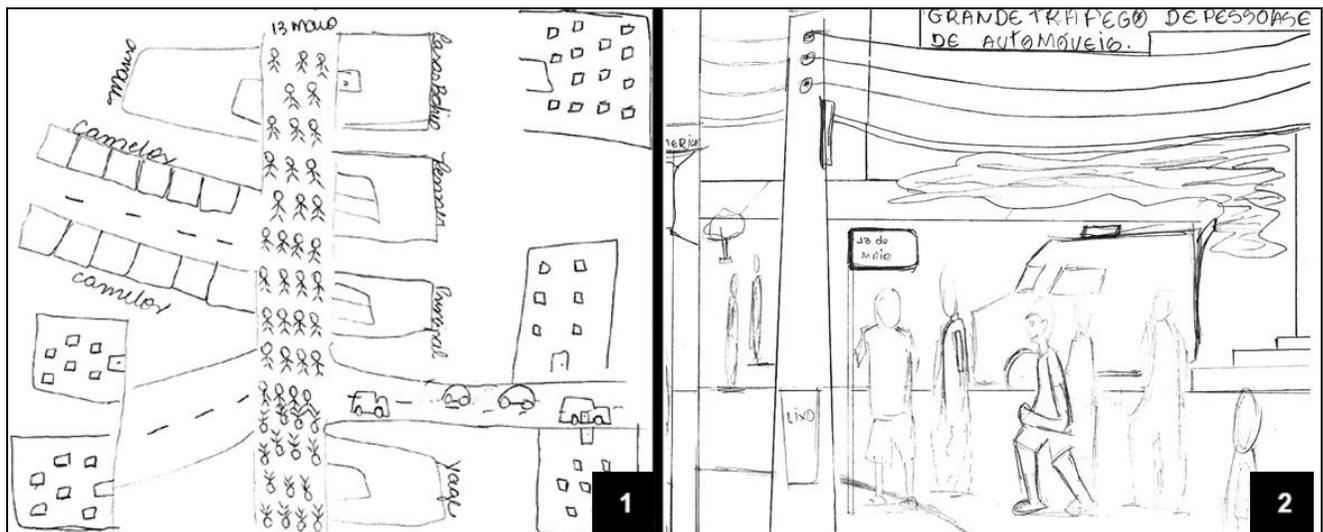


Figura 4-5 – Treze de Maio e entorno, região de grandes contrastes: multidão, camelôs, lojas tradicionais, pessoas, carros, poluição atmosférica e visual. 1. Idilene, 25 anos, 1-3 salários, auxiliar administrativo; 2. Julio, 17 anos, 3-5 salários, auxiliar de escritório.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Figura 4.5 espelha essa situação. Além da grande quantidade de pessoas e lojas da Treze, a imagem de Idilene retrata o espaço ao seu redor, com trânsito intenso, diversos edifícios – numa alusão à verticalidade - além das barracas do camelódromo. A imagem de Julio mostra a Rua Treze de Maio a partir da escala do pedestre. Em sua imagem, são representadas diversas pessoas, os

postes e a fiação elétrica e uma lixeira. Ao fundo, aparece um veículo que elimina fumaça, remetendo à questão da poluição atmosférica. Na parte superior, há uma frase que diz “grande tráfego de pessoas e automóveis” (Júlio, 17 anos, 3-5 salários, auxiliar de escritório).

O entorno da Treze de Maio também oferece uma quantidade considerável de oportunidades e por isso atrai multidões que buscam acesso a elas. Isso causa uma série de transtornos como, por exemplo, desorganização, congestionamentos, poluição, sujeira, presença de ambulantes, mendigos e diversos outros problemas urbanos e sociais.

De qualquer modo, “centro de consumo” é a principal característica da rua Treze de Maio, apesar das diversas manifestações, eventos e atividades que ocorrem nesse espaço.

4.2 ÍCONE DA CENTRALIDADE

A questão da centralidade urbana não é das mais fáceis, pois ela atravessa toda a problemática do espaço. Para Lefebvre (1974, p. 387), cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular produziu sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, entre outros, que se caracteriza por um agrupamento e reencontro do que coexiste dentro de um espaço. O autor destaca ainda que a centralidade, mental e social, é uma forma que chama um conteúdo: “objetos, seres humanos, coisas, produtos, obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, produção de práticas”.

Nesse sentido, a centralidade representa uma síntese, na qual se encontram e se refundem os elementos urbanos próprios de uma sociedade, representando a dimensão política, cívica e econômica.

A centralidade sempre foi um atributo primordial do centro das cidades. Porém, a partir da década de 1980, outras centralidades surgiram fora dos centros como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas ou de projetos de refuncionalização urbana. Como destaca Tourinho (2006, p. 279), assiste-se, ultimamente, “a uma indefinição sobre as características que identificam o centro e a centralidade, uma vez que, nas últimas décadas, a centralidade deixou de ser um atributo exclusivo do centro”.

O desenvolvimento de uma área central se relaciona ao atendimento das demandas espaciais do capital, mediante proficuidades comparativas que tal espaço consegue na competição capitalista. O processo de centralização opera seduzindo atividades e fluxos para o interior do mesmo, que constitui o foco da cidade, visto que nela se reúnem as principais atividades econômicas, de

serviços, administrativos e os terminais de transporte inter-regionais e intraurbanos. Assim sendo, a área central como decorrente forma espacial do processo de centralização, surge como produto do capitalismo (CORRÊA, 1993).

As pessoas, alavancadas por condições específicas do sistema capitalista, têm se mostrado atraídas a frequentar certos espaços com o propósito de consumir. Com isso, as transformações das metrópoles “geram novas centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, visto porque, os momentos de produção geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer” (CARLOS, 2002, p. 71). É bem conhecido duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar.

O conceito de centralidade foi definido por Souza (2003) como a quantidade de bens e serviços que uma área oferta, o que faz com que ela atraia compradores e usuários de outras áreas. Conforme Spósito (1996, p.120), a centralidade “diz respeito aos fluxos, fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade” em conformidade com a realidade da Rua Treze de Maio, um espaço densamente ocupado, tanto econômica quanto comercialmente, além de ser um importante ponto de passagem, compras e lazer de milhares de pessoas cotidianamente.

Nas repostas dos questionários, os entrevistados fizeram referências à centralidade. Citam-se duas delas:

É um local de suma importância para a cidade, pois é nele que se concentra a maioria dos estabelecimentos comerciais (Aline L. , 20 anos, estudante);

O centro de Campinas é o lugar mais importante da cidade, pois é o local de nascimento das ruas, avenidas e prédios históricos mais importantes (Valeska, 25 anos, secretária);

Ela teve algum destaque nos desenhos elaborados pelos participantes da pesquisa que reconheceram a área central de Campinas pela sua diversidade, centralidade e dinamismo.

A diversidade é uma característica de suma importância no centro. Tourinho (2006, p. 280) apregoa que o centro é o espaço da diversidade em vários sentidos, “não só por envolver lugares onde diversos setores da sociedade (econômicos, políticos e sociais) atuam, mas também onde diversos agentes sociais interagem (no sentido da diversidade social e racial dos usuários e moradores)”.

Nos dois desenhos da Figura 4.7, novamente a Avenida Francisco Glicério é destacada como um dos principais espaços geradores de um processo de centralização no centro de Campinas. O desenho de Natália expõe ainda a diversidade de uso da região indicada nas palavras “livraria” e “lanchonete”, escritas nas fachadas dos edifícios. A representação tortuosa das ruas passa a sensação de labirinto, a mesma que se sente com relação a cidade, essa grande arena de concreto, em vista da excessiva quantidade de informações e formas. Na imagem de Márcia, aparecem carros e ônibus, o que ressalta a intensa circulação de veículos nessas vias.



Figura 4-7 Diversidade de uso da região que circunda a Francisco Glicério marcada por uma intensa movimentação veículos. 1. Natália, 19 anos, 3-5 salários, recepcionista; 2. Márcia, 53 anos, 3 - 5 salários, professor.

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

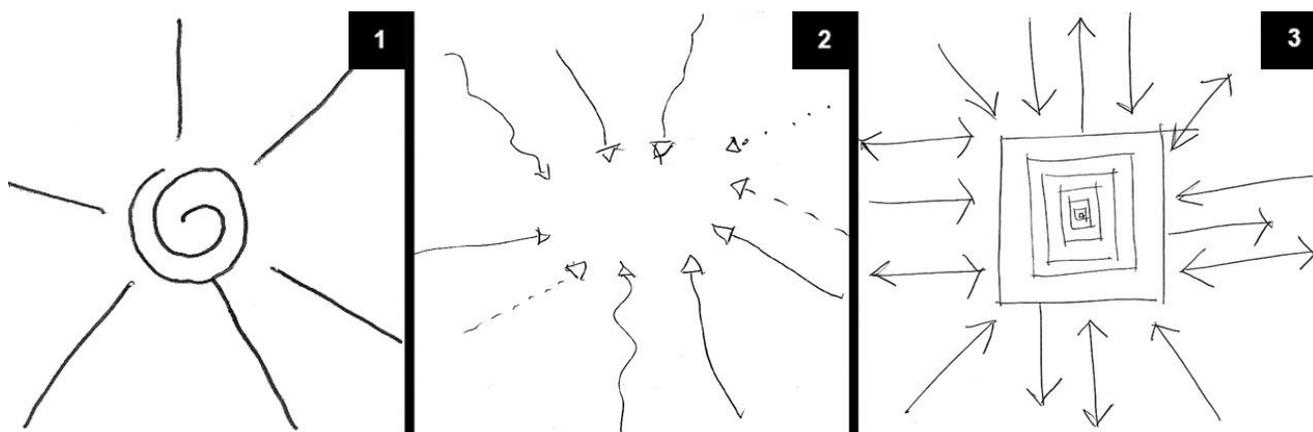


Figura 4-8 Desenhos referentes à centralidade a partir de espirais, retângulos e linhas convergente. 1. Flávio, 30 anos, 3-5 salários, professor; 2. C. T., 67 anos, 3-5 salários, aposentada; 3. Eduardo, 38 anos, 3-5 salários, arquiteto

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

Diversos participantes da pesquisa de campo se utilizaram de abstração em seus desenhos para representar o centro como um ponto de convergência e espaço de concentração, o que lhe confere a noção de núcleo, que, por sua vez, designa metaforicamente seu conteúdo essencial de centralidade. Em seus desenhos, a Figura 4.8 simboliza o centro da cidade como ponto de convergência radial de diversos setores, como comerciais e financeiros, ou seja, retrata o centro como um ponto de atração utilizado para vários usos, funções, conexão direta para diversos bairros, além de abraçar parte significativa da história da cidade.

A imagem de Flávio estampa uma espiral que remete à ideia de rotatividade e continuidade. Flechas representadas por linhas retas ou tortuosas, contínuas ou tracejadas mostram na imagem de C.T., na posição central, que a diferença nesses traçados são alusivos à diversidade de cores, cheiros, sons, ritmos, texturas, pessoas, formas, tempos, usos, velocidades e muitas outras, que predominam no centro da cidade. Eduardo estampa retângulos sucessivamente inscritos e inúmeras flechas, algumas convergindo para o centro dos retângulos, outras divergindo, enquanto diversas delas apresentam duplo sentido, que transmitem uma sensação de sequencialidade e continuidade, de algo que vai e volta para um ponto central com muita fluidez, o que destaca o centro como ponto de atração.

Os três desenhos vêm ao encontro do que afirmam Vargas e Castilho (2006, p.2): que o centro se caracteriza “como o ponto onde convergem os trajetos ou as ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento”.

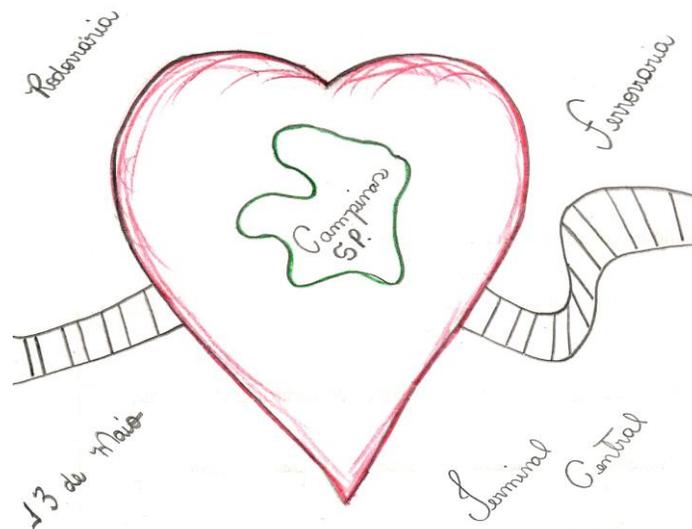


Figura 4-9 Imagem que representa o centro como o coração da cidade. Vinícius, 13 anos, 3-5 salários, estudante

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

O coração da Figura 4.9, contornado por linhas vermelhas, tem escrito, em seu centro, “Campinas/SP”. Fora dele, as palavras Rodoviária, 13 de Maio, Terminal Central e Ferroviária evidenciam referenciais históricos, culturais e urbanos significativos do centro da cidade.

O coração traduz a ideia de algo que pulsa forte e que simboliza a vida. Por meio dessa analogia, percebe-se que o centro como coração da cidade simboliza a sua própria essência. Particularmente:

O Centro da nossa cidade é o coração de Campinas. Não só no sentido geográfico óbvio, mas no que esse pedaço de chão representa na vida de cada campinense. É lá que tudo acontece e onde respiramos o cheiro verdadeiro da metrópole, da mescla social de seus trabalhadores honrosos e de sua história carregada de personagens inesquecíveis. Por isso aqui ele é tratado com “C” maiúsculo (BASTOS, 2008).

Nivaldo Dóro, ex-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, manifestou, na abertura do encontro “Reurbanização e Requalificação da Área Central de Campinas”, em novembro de 2008, a visão oficial da Prefeitura: “centro é o coração da cidade” (MONTEIRO, 2008).

Vale ressaltar que o termo “coração da cidade” já havia sido utilizado por um grupo de arquitetos, que, em 1951, organizou o VIII CIAM, com o intuito de debater a recentralização da cidade dispersa pelo processo de crescimento e suburbanização. Também foi discutida a necessidade de restituir o espaço público nos centros urbanos, mediante a reestruturação do “coração da cidade”, que constituiria o centro vital da cidade, local onde seria possível desenvolver-se o “sentido de comunidade” (FRAMPTON, 1997; MONTANER, 2001). O Congresso destaca que cada cidade deveria possuir seu coração ou centro cívico moderno, onde a comunidade urbana pudesse desenvolver atividades e intercâmbios culturais e comerciais (MONTANER, 2001).

As propostas apresentadas pelo VIII CIAM tiveram dificuldades para ser implantadas nos centros das “cidades reais”, pois foram consideradas visões idealizadas que buscavam recriar o centro como um lugar público. No entanto, apesar dessas dificuldades, é possível considerar que a concepção que envolve o coração da cidade foi precursora das visões recentes de retorno aos centros e de revitalização de áreas centrais degradadas.

Os centros urbanos sempre ocuparam uma posição de destaque nas cidades, seja geográfica ou simbolicamente. Desde o processo de formação das cidades, a região central sempre teve uma localização e uma infraestrutura otimizada dentro da rede intraurbana. Mesmo com as alterações funcionais a que seu espaço foi submetido pelas mudanças nos modos de produção, ele sempre é

visto como o “coração da cidade”. Por causa dessa visibilidade, os centros têm sido alvo de inúmeros projetos urbanos e investimentos que visam a transformar tanto sua estrutura sócio-espacial quanto sua imagem para adequá-la a dinâmica vigente de cada período.

Na atualidade, os centros possuem grande visibilidade porque se constituem como importantes representantes da história dos municípios, na medida em que apresentam edificações pretéritas decorrentes do seu processo de evolução, rugosidades ainda presentes no espaço, além de serem um referencial do lugar de formação das cidades. Ademais, também são vistos pelos agentes produtores do espaço como um local de fartas oportunidades para a geração de lucro e novas oportunidades de consumo.

Verifica-se que os inquiridos dessa pesquisa, sobretudo os dos desenhos mencionados acima, reproduziram essa ideia do centro vital da cidade, o core que estrutura a cidade. Esperam do poder público iniciativa para recuperar e potencializar o potencial simbólico do centro como o “coração da cidade” e elemento definidor essencial da identidade da cidade e dos cidadãos com Campinas.

Na Figura 4.10, a estilista Elga simboliza o centro por uma circunferência em torno da qual dois anéis se distinguem: o primeiro somente com pessoas e o segundo apenas com veículos. Essa composição remete à ideia de fluxo a que se agrega uma diversidade de sons e ruídos, que emanam: “blá, blá, blá, blá” das conversas, “kkkkk” das risadas, “algh” das reclamações, “fon fon” das buzinas e “vrun, vrun” dos motores dos carros. É como se essa variedade de sons nos transportasse para dentro do próprio centro.

O desenho também indica o centro da cidade como ponto de convergência de fluxos e funções, que culmina nessa mistura de sons e movimento, às vezes prejudicial, pois gera congestionamentos, poluição sonora. Acredita-se que Elga sonha com uma melhoria do trânsito no centro da cidade, com o aumento da velocidade e da fluidez, identificação de setores, tendências e pontos de estrangulamento e, quem sabe, com uma revisão da geometria das vias - traçado, largura, curvatura, etc.

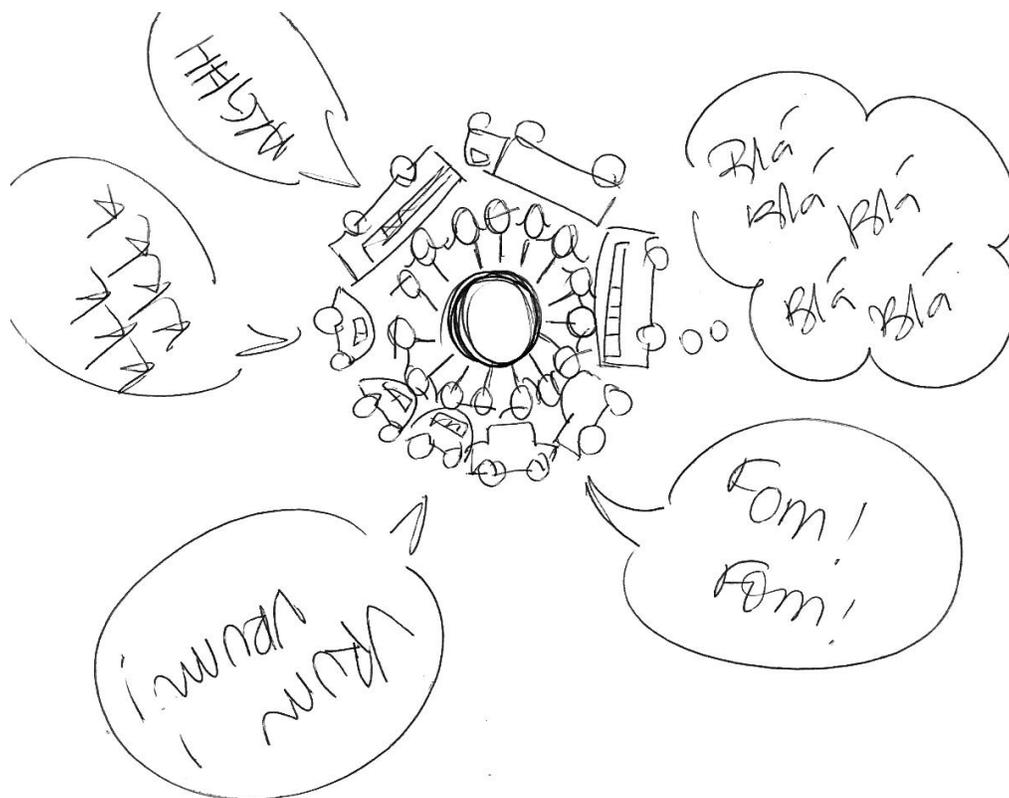


Figura 4-10 O centro visto por uma estilista com um local de muito congestionamento e grande poluição sonora. Elga, 28 anos, 5-10 salários, estilista de moda

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A imagem de Anderson, Figura 4.11, também faz alusão ao centro como ponto de convergência de várias funções, como: casa, a função morar, ou sob outro aspecto, o consumo humano; livro, o estudar, relacionado a cultura e ao lazer; alimentos, representando a necessidade do sustento e a chave de fenda, o trabalhar. Todos esses desenhos (chave de fenda, roupas, alimentos e livro) se ligam ao desenho da casa por meio de duas flechas, com sentidos contrários, simbolizando a fluidez contínua dessas funções no cotidiano da população. Talvez uma crítica no sentido de que muitas pessoas que moram e trabalham no centro não são beneficiadas pelo acesso à infraestrutura, comércio e serviços, equipamentos e transporte públicos.

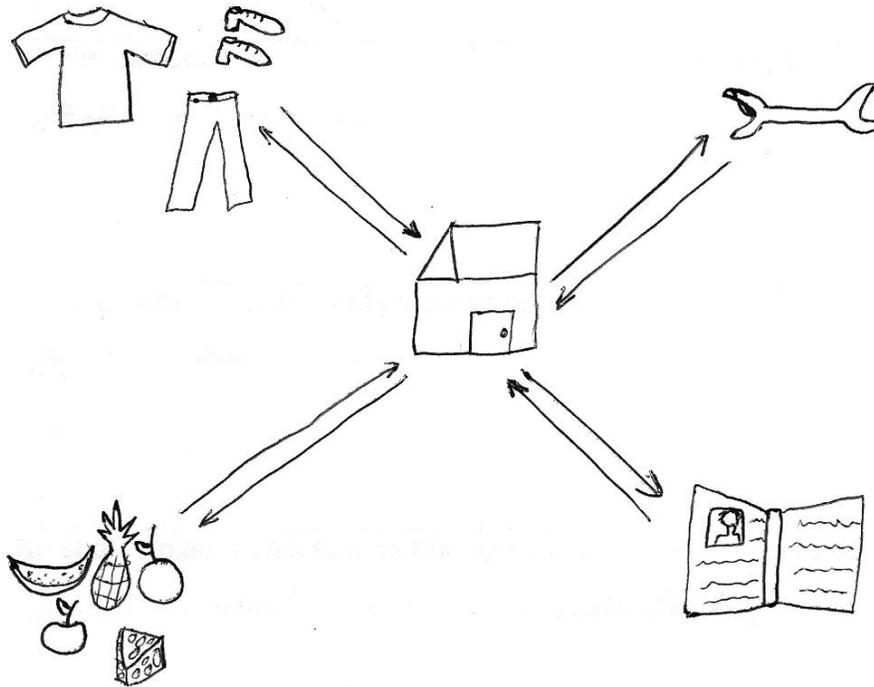


Figura 4-11 Visão do centro por um engenheiro: trabalhar, consumir, estudar, morar, lazer e cultura. Centralidade e diversidade. Anderson, 27 anos, 5-10 salários, engenheiro elétrico.
 Fonte: Dados coletados em trabalho de campo em 2009.

A Rua Treze de Maio, conhecida como “o calçadão”, se mostrou referida pelos entrevistados, assim como é tratada pela população residente em bairros mais afastados, como o centro de Campinas. É muito comum alguém usar a expressão “vou ao centro”, para referir-se ao deslocamento a essa rua. Essa grande centralidade que a rua representa se caracteriza pelo uso intensivo do solo e pela presença dos inúmeros estabelecimentos que são encontrados em seu entorno, gerando muitos empregos, como é o exemplo dos bancos, consultórios médicos e odontológicos, grande parte dos estabelecimentos comerciais e os serviços públicos, além da existência de um inerente fluxo de pessoas e de veículos que acontece de forma intensa durante o dia, além das atividades informais, como os vendedores ambulantes e os camelôs, que, assim reunidos, caracterizam o centro urbano da cidade. Segundo a ACIC³¹, somente na Treze de Maio, trabalham 6,5 mil pessoas.

Suas adjacências servem também como corredor de tráfego dos ônibus intraurbanos que trazem e devolvem um grande número de passageiros, aos inúmeros bairros da cidade. Afora isso, a Rua

³¹ <http://www.acic.bz/>.

Treze é vista pela população não só como um local de compras, mas ainda como um local de diversos atrativos, configurando a dualidade do espaço como um espaço de consumo e, ao mesmo tempo, proporcionando um consumo do lugar.

4.3 LUGARES DE MEMÓRIA

“Lugares de memória” é uma expressão criada pelo historiador francês Pierre Nora para designar lugares em todos os sentidos da palavra, do objeto material e concreto ao mais abstrato, simbólico e funcional, que apresentam resquícios lembrados e transformados pela história de uma sociedade. Concomitantemente e em níveis diversos, esses aspectos devem conviver sempre.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p.21-22).

O lugar de memória acontece quando o simples registro acaba. Ele é o registro e tudo que o excede, é o significado simbólico inscrito no próprio registro. Esses territórios são os lugares onde a lembrança se estabeleceu e afiguram-se como uma nova maneira, não natural, de apresar a memória, visto que não vivemos mais o que eles significam e que a história, como fonte, deles se apodera. São, pois, paragens materiais e imateriais onde se solidificam a memória de uma coletividade, de um país, lugares em que grupos ou povos se identificam ou se perfilham, o que permite o aparecimento de um sentimento de identidade e de concernimento.

As cidades são formadas de espaços que, constituídos de significados, as tornam uma região qualificada e as levam a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, denominada imaginário. São, acima de tudo, territórios dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. Podem tratar-se de um monumento, um museu, um personagem, um arquivo, ou ainda, de um símbolo, de um evento ou de uma instituição. Porém, nem tudo se caracteriza como lugar de memória.

Para isso, esses territórios devem possuir uma “vontade de memória” e demonstrar na sua origem um propósito memorialista que garanta sua identidade, o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Sem essa vontade, os lugares de memória são lugares de história. Lembrando que memória e história não são sinônimas e que as mesmas se opõem em tudo, sendo que:

A memória é a vida, sempre alcançada pelos grupos viventes (...), ela está em evolução permanente (...), inconsciente das suas deformações sucessivas (...). A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais (...). A memória é um absoluto e a história não conhece outra coisa que não o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Os lugares de memória de uma cidade se configuram também como lugares de história. História e memória são, ao mesmo tempo, narrativas do passado que reconfiguram episódios ocorridos, não sujeito a repetições. Todas as cidades são, portanto, possuidoras de história e memória e, igualmente, da comunidade de sentido a qual se intitula identidade. Enfim, a memória é aquilo vivido e sua reconstrução intelectual é a história.

Nessa direção, cognominar a Rua Treze de Maio como um “lugar de memória” é inteiramente condizente, visto ela ter adquirido um lugar de destaque na formação do centro e da própria cidade de Campinas e suas transformações ao longo da história. Ela é um lugar onde as pessoas se identificam, se lembram e sentem-se saudosos das experiências que nela viveram. Por conseguinte, o que deve ser lembrado constitui tanto memórias conhecidas – como a dos bens tombados ou das intervenções por ela sofrida quanto desconhecidas – quanto infinitas histórias anônimas de usuários que por ali transitaram. Mesmo que tais espaços tenham sofrido transformações radicais e degradação, deixaram marcas e lembranças, que funcionam como padrões de referência identitária para a cidade.

A Treze de Maio, desde a chegada da ferrovia, em 1872, caracteriza-se como um importante eixo articulador da área central e um vetor de comunicação da cidade. No passado, era o eixo que ligava o centro da cidade à Estação, concentrando o fluxo de passageiros e cargas. Na atualidade, é um eixo comercial de grande destaque, abrigando o calçadão, reunindo um alto fluxo de pessoas, mercadorias e informações. Dessa maneira, afirmou-se como um lugar e manteve-se viva no imaginário urbano da população campineira.

Recordando o processo de ocupação da cidade, cabe dizer que, no final do século XIX, a Treze de Maio já era o ponto central do comércio, com os armazéns de secos e molhados, os pontos de

vendas dos produtos de alimentação, vestuários e calçados. Também foi passagem de carros puxados por animais, que circulavam lateralmente ao Teatro São Carlos, demolido em 1922. Ali também trafegaram os primeiros bondes de Campinas, puxados por muares. Esses veículos foram substituídos por outros elétricos, que circularam pela cidade entre os anos de 1912 a 1968.

A chegada da estrada de ferro em 1875, acarretou inúmeras transformações na vida urbana de Campinas, inclusive no seu traçado. A construção da Estação da Companhia de Estradas de Ferro provocou o prolongamento de diversas ruas até o local, dentre elas a Treze de Maio, porque nesse período a cidade não chegava até a ferrovia (BADARÓ, 1996; LAPA, 1996).

Destas ruas, a Treze de Maio e a Costa Aguiar foram escolhidas para concentrar o fluxo de cargas e passageiros, tornando-se um grande eixo de ligação entre o centro e a Estação. Conforme Lapa (1996), a Câmara, em 19 de maio de 1873, propôs o Código de Posturas para disciplinar o trânsito:

Art. 1º – Todas as séges [sic], carros omnibus [sic], gôndolas, carroças e outros veículos de condução que tiveram de subir com direção à Estação de Estrada de Ferro da Companhia Paulista, demandarão a rua de São José [atual Rua Treze de Maio]³², a partir do Largo da Matriz Nova, bem como descirão pela Rua da Constituição [atual Rua Costa Aguiar], até o mesmo largo (LAPA, 1996, p. 25).

Dessa maneira, a Rua Treze de Maio tornou-se um vetor de comunicação entre o local e o global, ou seja, entre Campinas e o mundo, na medida em que, nesse momento, ela era entendida como a entrada da cidade pela via férrea. Por ser um grande eixo de circulação de pessoas e mercadorias, principalmente de novidades vindas da Europa, desde esse período, a Rua Treze de Maio desenvolveu também a função comercial juntamente com a função habitacional.

Em 1938, com a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas de Prestes Maia, a Rua Treze de Maio adquire outra dimensão. Ela deixa de ser o eixo de circulação de veículos, mas não perde a sua função comercial e habitacional.

No Plano, Prestes Maia sugeriu a construção de duas avenidas ortogonais entre si, que cruzassem o reticulado regular da área central tanto no sentido norte-sul quanto no sentido leste-

³² A Rua Treze de Maio, antiga Rua São José, adquiriu esse nome na Câmara Municipal, no dia 14 de maio de 1888, o dia seguinte da extinção da escravatura, visando a homenagear esse relevante fato histórico e aclamar em todo o município de Campinas a proclamação da liberdade.

oeste. No sentido norte-sul da cidade, a alternativa escolhida foi a de alargamento da rua Francisco Glicério entre as ruas Luzitana e José Paulino. Na direção leste-oeste, fazendo a ligação centro-estação, para cruzar a rua Francisco Glicério, foram feitas várias propostas de alargamento entre as ruas Ferreira Penteado e General Osório. Entretanto, Prestes Maia ressaltou apenas três delas para a comissão de urbanismo.

A primeira proposta, considerada a mais ousada, sugeriu derrubar os quarteirões entre as ruas Treze de Maio e Costa Aguiar. Essa proposta possuía um custo elevado, no entanto, o grande problema era como construir essa avenida na proximidade da Catedral e do Teatro São Carlos sem derrubá-los. A segunda proposta, a mais tímida e barata, optava pelo alargamento da rua Costa Aguiar, uma rua menos valorizada, mas que apresentava o mesmo inconveniente dos prédios da Catedral e do Teatro presentes na proposta anterior. A terceira, uma alternativa intermediária, propôs a escolha do alargamento da rua Campos Salles. Contudo, a maior dificuldade dessa sugestão era como fazer a ligação direta com a Estação, sem a necessidade de dar a volta pela rua Andrade Neves.

Das três propostas apresentadas, foi escolhida a terceira, que sugeria o alargamento da rua Campos Salles. Com a ampliação dessa rua, ela transformou-se no novo elo entre a Praça da Estação e o centro principal, onde se articulava com uma avenida transversal no centro, tornando a Rua Treze de Maio uma simples via coletora. Prestes Maia, no Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1935, destacou que:

A solução pela rua Campos Salles parece levar alguma vantagem às outras. Acha-se bem na faixa central sem coincidir entretanto com as ruas mais valorizadas (ruas Treze e General Osório). Afecta [sic] prédios em geral insignificantes, conduz directamente [sic] ao coração da cidade (BADARÓ, 1996, p. 69).

Prestes Maia faz uma menção a prédios insignificantes porque estava fazendo uma comparação com as ruas Treze de Maio e Costa Aguiar, onde se situavam o Teatro e a Catedral.

Pelo Plano de Melhoramentos, a avenida Campos Salles (a avenida estação-centro) teria uma largura entre 19 e 22 metros para comportar de duas a três faixas de rolamento, amplos passeios e faixas de estacionamento em ambos os lados. A Avenida Francisco Glicério (a avenida transversal) teria entre 24 e 26,20 metros para conter três ou quatro faixas de rolamento, além dos estacionamentos e dos passeios.

Prestes Maia, ao discorrer sobre a questão da circulação viária na cidade de Campinas, afirmou que ela não era um problema efetivo porque a baixa densidade de veículos não ocasionava problemas de congestionamento ou da falta de estacionamento na época.

A Rua Treze de Maio, a principal rua de comércio, registrava raramente um movimento de três veículos por minuto e podia-se ir do centro a qualquer parte, de automóvel, em cerca de três minutos, não se verificando verdadeiro congestionamento sequer nas passagens em nível das estradas de ferro onde, às vezes, ficava-se retido por algum tempo (BADARÓ, 1996, p. 66).

Nos anos 50, abrigou tradicionais estabelecimentos comerciais, como: Casa Lunardi, Timoteo Barreiro, Loja Nova América, Casa das Ferragens, Casa Paratodos, Lojas Americanas, Cecato (rei dos alumínio), Centro dos Alumínios Bittar e outros, algumas delas lembradas pelos inquiridos de forma saudosa.

Em 1975, a Treze de Maio sofreu uma grande intervenção, com a criação do calçadão. A área ganhou bancos, floreiras e uma nova iluminação. Com essa alteração, deixou de ser um eixo de circulação de veículos e tornou-se um grande espaço de convívio, como mostra a Figura 4.12.

A Rua teve seu momento de apogeu na década de 1980, mas encarou a concorrência com os grandes shoppings e, hoje, convive em harmonia com eles, cada qual competindo nas suas especialidades e consolidando sua classe de clientes. Entretanto, se efetivou definitivamente com um eixo de consumo de mercadorias, abrigando o comércio e serviços populares.



Figura 4-12 Rua Treze de Maio vista do alto. 1. Antes da construção do calçadão na década de 1970. 2. Durante a reforma na década de 2000.

Fonte: 1. Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Desde o início da sua administração, o ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos assumiu o compromisso de retomar a obra de revitalização da Rua Treze com o objetivo de acabar com um projeto previsto desde a gestão Antônio da Costa Santos. Com a sua morte, Izalene Tiene retomou a proposta e a inseriu no Projeto Centro.

As obras de remodelação da Rua 13 de Maio (Figura 4.12), no centro de Campinas, começaram na gestão da ex-prefeita Izalene Tiene (PT) e foram finalizadas no mandato de Hélio de Oliveira Santos (PDT), após ficarem paralisadas durante sete meses.

Do século XIX até os dias atuais, alternaram-se períodos de valorização e desvalorização da Rua Treze de Maio. Em suma, essa área assumiu valores sócio-espaciais distintos, passando de lugar de moradia a um lugar de consumo.

Após sua expansão até a ferrovia, adquiriu uma extensão de 800 metros: da Praça Floriano Peixoto até a Avenida Francisco Glicério e o Largo da Catedral, como mostra a Figura 4.13. Vale ressaltar que as duas extremidades da Rua Treze Maio são na atualidade bens tombados pelo Condepacc: a Praça Floriano Peixoto e o antigo hotel Roque de Marco de um lado e a Catedral Metropolitana de Campinas de outro.



Figura 4-13 Extensão da Rua Treze de Maio.

Muito além do comércio, a Treze acolheu e acolhe verdadeiros marcos da cidade, tais como o antigo Teatro São Carlos e a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida como Catedral Metropolitana de Campinas, inaugurada em 1883. O Teatro (Figura 4.14) foi inaugurado em 1930, com capacidade para 1.300 lugares. Foi demolido em 1965, na gestão do ex-prefeito Ruy Novaes, sob alegação de problemas estruturais, o que até hoje é muito questionado. A questão é que sua demolição gerou uma lacuna na paisagem da Rua Treze de Maio. A demolição também foi lembrada por alguns entrevistados durante a pesquisa de campo.

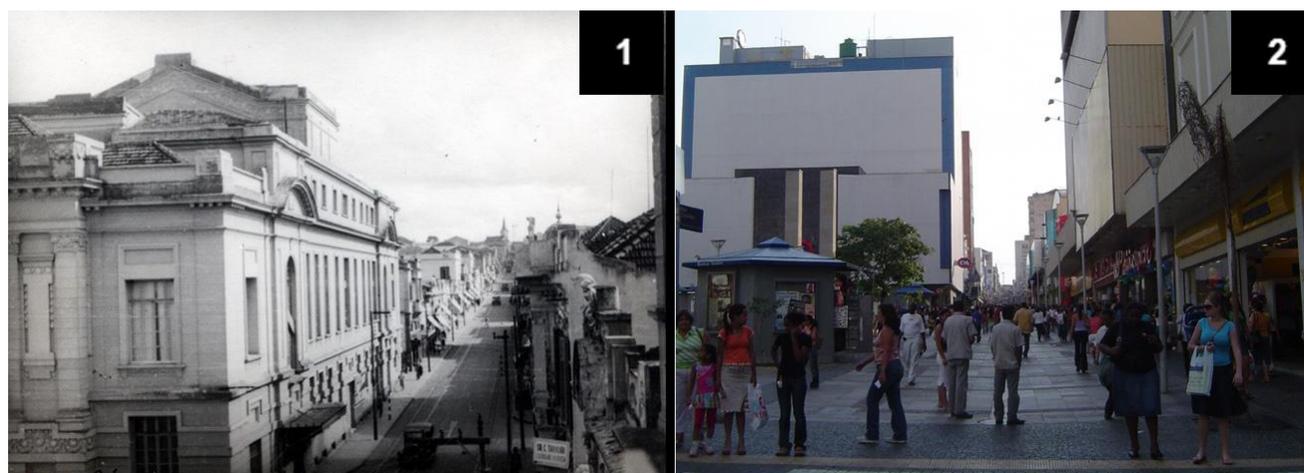


Figura 4-14 Rua Treze de Maio em dois momentos. 1. Antes da demolição do Teatro São Carlos. 2. Depois da demolição

Fonte: 1. Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Na pesquisa realizada, a Catedral Metropolitana de Campinas e a Rua Treze de Maio se destacaram como importantes referenciais simbólicos que, na maioria das vezes, traduzem a própria noção de centro ou de sua delimitação.

Um dado que chamou a atenção foi o fato de a área situada ao redor da Estação da Fepasa praticamente não aparecer no referencial de centro. Essa área é muito pouco citada e aparece somente como referência de problemas urbanos, sobretudo a violência e a prostituição. Apesar do riquíssimo patrimônio edificado remanescente e presente nessa região, ele não é mencionado. Tem-se a sensação de que a mesma caiu no esquecimento. Provavelmente devido à falta de conservação dos imóveis, da pauperização do local, da prostituição, do tráfico de drogas e da violência que a leva ser reconhecida como a “Boca do Lixo”.

No entanto, o que deve ser rememorado não constitui somente memórias conhecidas – como a dos bens tombados ou das intervenções por ela sofrida, frutos de intervenções do governo. Ela envolve também histórias desconhecidas – infinitas histórias anônimas de usuários que por ali passaram. Citam-se algumas lembranças dos inquiridos mencionadas nos questionários:

Gostava de tomar sorvete na Muricy, fazer compras na Sears, antiga lojas Americanas, ir no Cine Windsor e Jequitibá (Valéria, 44 anos, mais de 10 salários, bióloga);

Sinto falta dos chafarizes da Treze de Maio em frente as Lojas Americanas e a Igreja Matriz (Flávio, 30 anos, 3-5 salários, estilista);

Tenho saudade dos ombrelones feitos de fibras de vidro que vendiam sorvetes em frente da Lojas Americanas (Cláudio, 32 anos, 5-10 salários, professor);

A Treze de Maio perdeu a tranquilidade para caminhar, sem ter que se preocupar com assaltos (Cassiana, 26 anos, 1-3 salários, recepcionista);

Me lembro de quando íamos a Treze de Maio a noite passear, olhar vitrines, paquerar... A Treze era uma rua linda, de lojas chiques - como os shoppings são para nós hoje (Antônio, 70 anos, mais de 10 salários, médico);

Me lembro da loja Sears, da praça que existia atrás da Catedral, que possui uma circulação melhor. A rua era mais limpa, a iluminação era muito melhor, a Treze era mais bacana (Paulo, 38 anos, 5-10 salários, designer).

Os lugares de memória se fazem presente no espírito e vêm à tona a partir de discursos e imagens. Nesta pesquisa, identificaram-se esses lugares por meio da pesquisa de campo, ao longo da tabulação das respostas dos questionários e na análise dos desenhos.

Verificou-se, ainda, que a Rua Treze de Maio configura-se como um dos ícones da história, da memória e da identidade do centro e da própria cidade de Campinas, seja pela história oficial da cidade, pela própria história da Rua ou pelas milhares de pessoas que por ali vivenciaram experiências únicas ao longo de seu percurso. Enfim, as memórias, as vivências, a diversidade e a vitalidade identificada ao longo de sua extensão, transformam a Treze de Maio em um lugar único na cidade.

Apesar de algumas áreas do centro terem sofrido um esvaziamento, a Treze apresenta uma vitalidade continuada e permanece como um dos locais mais movimentados da área central. A popularização do centro e seu elenco de atividades formais e informais contribuem para aquecer essa vitalidade e sua diversidade, apesar entrarem em choque com a centralidade dominante e tornarem-se um ponto polêmico no processo de degradação da área central.

Sua importância é inquestionável, quando se verifica que todos os grande projetos urbanos para o centro da cidade a contemplaram com grandes intervenções. A rua Treze de Maio também foi objeto de projetos importantes de preservação do patrimônio cultural, na gestão Toninho (com o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas) e na Izalene Tiene (com o Projeto Centro), enfatizando a relevância do papel do patrimônio cultural na prática do planejamento urbano, como se verá no próximo capítulo.

**PARTE 3 – O PAPEL DO PATRIMÔNIO
CULTURAL NA PRÁTICA DO
PLANEJAMENTO URBANO**

Na discussão sobre a cidade contemporânea, a preservação do patrimônio adquiriu um papel de destaque, sobretudo quando os processos de refuncionalização unem políticas urbanas e de salvaguarda do patrimônio com o intuito de propor novas práticas e usos sociais e econômicos, em áreas consideradas degradadas, com o intuito de atrair novos moradores e usuários. Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural deixou de ocupar um lugar marginal nos planos dos governos, para se tornar um instrumento de suma importância nas estratégias de desenvolvimento urbano.

Se, por um lado, essa prática coloca o patrimônio na pauta das práticas de planejamento urbano e na criação de imagens para sua promoção, por outro, cria um grande paradoxo de preservação: conciliar as tensões entre o antigo e o contemporâneo, sem descaracterizar o valor que os qualifica como bens culturais.

O patrimônio cultural pode ser resumido como um bem que apresenta algum valor, para um determinado grupo, num dado momento. A atribuição de valor expressa a capacidade de alguma coisa (bem material ou imaterial, atitude ou ideia) responder a uma necessidade humana, passando obrigatoriamente por escolhas mediadas pelos sentidos e significados. Vicente (2009) ressalta que o valor do patrimônio “é um fenômeno multidimensional que, além do mais, vai depender do contexto e dos agentes implicados, pelo que evolui no tempo”. Nesse sentido, falar de valor não é fazer alusão somente ao valor físico, mas também de valores culturais e sociais, tanto intrínsecos quanto extrínsecos aos bens.

Segundo Menezes (1999), o valor não é imanente aos bens e as coisas. É resultado das relações dos homens entre si e não das relações diretas dos homens com os objetos. Enfim, o valor atribuído aos bens preservados resulta de um conjunto de variáveis atuantes ao longo do processo, o que, consecutivamente, refaz o próprio conceito de patrimônio em cada momento.

A atribuição de valor ao patrimônio vai além do seu valor físico. Envolve ainda uma série de valores culturais e sociais, intrínsecos e extrínsecos atribuídos aos bens. Choay (2001) classifica os valores como: valor nacional (que pode evocar o poder afetivo), valor cognitivo (igualmente educativo, que se subdivide em ramos relativos aos conhecimentos abstratos e às múltiplas competências), valor econômico e valor artístico. Menezes (1999) destaca que o valor cultural pode oscilar nas seguintes variantes: valor cognitivo (associado à possibilidade de conhecimento), valor formal (que permite a construção do universo do sentido), valor afetivo (que diz respeito as cargas simbólicas elevadas) e valor pragmático (os valores de uso).

A discussão sobre valor não pode deixar de fora a análise das expressões valor de uso e valor de troca que foram utilizadas, dentre outros, por David Harvey (1980) e Henri Lefebvre (1991).

Harvey (1980) destaca a importância de se compreender o método marxista (ao colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética) para se entender e construir novas abordagens espaciais e econômicas sobre os problemas do uso do solo. Para ele, é o valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica de utilização do solo. Lefebvre (1991, 1974) utiliza o valor de uso e o valor de troca para abordar a questão urbana e afirma que a “cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso”. A cidade, como produto do processo, é mercadoria, como condição para produção é capital fixo. O uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo.

Essa discussão é importante porque a preservação do patrimônio na atualidade, tem adquirido novos valores na medida em que o seu valor de uso é substituído pelo valor de troca, ou seja, na lógica capitalista ele é transformado em mercadoria, de caráter especulativo, e precisa gerar lucro, independentemente de seu conteúdo ou significado, servindo às necessidades da acumulação por meio das mudanças e (re)adaptações de usos e funções.

A contradição entre a cidade como obra (valor de uso) e a cidade como mercadoria (valor de troca), presente nas concepções dos projetos de refuncionalização urbana, ressaltam a necessidade de encontrar maneiras de se conciliar os interesses capitalistas com a preservação da memória da cidade para que seja possível recuperar não apenas os espaços físicos com suas atividades, mas principalmente a construção da “cidade obra”, com seus símbolos e seus espaços memoráveis.

5 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO DA CIDADE DE CAMPINAS

Este capítulo visa a analisar a prática da preservação do patrimônio cultural instituída pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural ao longo da gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, com o objetivo de identificar quais aspectos foram priorizados na preservação do patrimônio cultural dentro da gestão patrimonial e em que medida elas dialogam com as políticas urbanas de refuncionalização do centro.

5.1 GESTÃO PATRIMONIAL EM CAMPINAS E OS DESAFIOS DO TOMBAMENTO

A preservação do patrimônio cultural não é realizada somente pela política urbana, por meio de seus projetos. Existem outras políticas públicas, como as culturais, que promovem a valorização e a preservação do patrimônio, mas sem desvinculá-las do contexto mais amplo de atuação do Estado e suas atribuições de regulação. Oliveira (2005) aponta que, no Brasil, a preservação do patrimônio cultural é uma atribuição da área de cultura e não de planejamento. Por isso, os conselhos de preservação sempre estão inseridos dentro das secretarias de cultura, nos âmbitos estadual e municipal, e no Ministério da Cultura, no caso federal.

Dentro da gestão patrimonial, um instrumento que permite a preservação legal dos bens culturais é o tombamento³³, ato executivo deliberado por um Conselho de representantes da

³³ No Brasil, o tombamento foi instituído pelo decreto-lei nº 25/37 (BRASIL, 1937), que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e estabeleceu todas as suas diretrizes, que, de uma maneira geral, permanecem até a atualidade.

sociedade civil e de órgãos públicos, com poderes estabelecidos pelo Legislativo, para avaliar quais bens merecem proteção.

Tombamento é o meio posto à disposição do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (MELLO FILHO apud RABELLO, 2009, p. 19).

Antes da deliberação pelo Conselho, é aberto um estudo técnico no qual um conjunto de funcionários do órgão de preservação realiza pesquisas sobre o bem, para identificar e justificar a importância do tombamento, bem como os valores culturais que se destacam. Segundo Rabello (2009, p. 54), “estes estudos não constituem atos administrativos, mas sim procedimentos preparatórios que, encaminhados ao Conselho, facilitarão sua manifestação sobre a matéria proposta”. É pautado nesse estudo que o Conselho delibera coletivamente sobre o tombamento do bem. Rabello destaca que “comumente a decisão do Conselho Consultivo é baseada nos estudos técnicos. O Conselho, de modo geral, não reestuda o apresentado, mas faz uma avaliação e conferência do que lhe é exposto” (RABELLO, 2009, p. 55).

Mesmo após a deliberação do Conselho, segundo o artigo primeiro, parágrafo 1, do Decreto-Lei 25/37, no âmbito federal, (BRASIL, 1937), o bem somente será considerado “parte do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros Tombo”, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e/ou o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Essa prática valoriza o papel dos técnicos e do Conselho, que, conforme aponta Santos (1986), possuem o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e de pronunciar veredictos. Isso evidencia que, às vezes, pode resultar em um claro predomínio do Estado na escolha dos bens a serem tombados, visto que muitas vezes são os técnicos que também indicam quais bens devem entrar em estudo.

Também é o Conselho que delibera sobre o grau de preservação do bem, estabelecendo quais são os elementos que devem ser resguardados. No caso da cidade de Campinas, a Lei nº 9149, de 17 de dezembro de 1996, estabelece três graus possíveis de preservação do bem:

Grau de Proteção 1 (GP1) – aplicável aos bens de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental. Determina que a preservação das edificações seja integral. O imóvel deve ser utilizado para funções compatíveis com as de sua construção.

Grau de Proteção 2 (GP2) – aplicável aos bens de valor histórico, arquitetônico e ambiental cuja importância não abrange todo o bem. Determina que a preservação se refira apenas a partes delimitadas do imóvel. A utilização do imóvel não pode degradar a parte protegida.

Grau de Proteção 3 (GP3) – aplicável aos bens de valor histórico, arquitetônico e ambiental cujo principal valor reside em suas características externas, ou em que a proteção da fachada seja suficiente para assegurar a preservação dos valores, ou cujo tombamento integral ou parcial não seja adequado, por retirar desnecessariamente a vocação e utilização natural do bem. Determina que a preservação se refira à conservação das fachadas, componentes arquitetônicos externos e cobertura. As edificações poderão sofrer alterações internas desde que respeitadas as restrições anteriores (CAMPINAS, 1996).

A partir do tombamento, o patrimônio torna-se uma coisa pública de valor significativo para a sociedade, porém resguardado por uma lei que impede sua destruição. É importante ressaltar que o patrimônio enquanto uma coisa pública não altera o direito de propriedade do bem, pois ele não pressupõe desapropriação. O bem tombado continua de posse e usufruto total de seu proprietário, que é o grande responsável por sua integridade.

Em Campinas, a prática do tombamento foi instituída em 1988, quando Antônio A. Arantes, então Secretário da Cultura, criou o Condepacc e a CSPC. Nesse momento, instituiu-se um procedimento para aprovação de projetos, no qual caberia à CSPC realizar uma avaliação preliminar dos bens (tombados, em estudo de tombamento ou dos bens situados em áreas envoltórias). E, baseado nessa avaliação, as outras secretarias poderiam aprovar os projetos solicitados.

Uma das primeiras ações da gestão Hélio, referente à questão da preservação, foi destituir esse procedimento prevacente há mais de vinte anos na CSPC, com a finalidade de agilizar tanto os estudos quanto a aprovação de projetos de intervenções preservados ou tombados junto à CSPC.

Com o objetivo de dinamizar a tramitação dos processos de tombamento que são encaminhados ao Condepacc, aprovou-se o decreto nº 15471/06 (CAMPINAS, 2006), que estabelece, no artigo 02, um conjunto de medidas com o intuito de criar uma rotina de procedimentos na CSPC. A partir desse decreto, o interessado protocola o processo que deve ser encaminhado para três secretarias: Urbanismo, Assuntos Jurídicos e Planejamento e Meio Ambiente, as quais terão de 30 a 60 dias para emitir pareceres que darão subsídios para a análise do processo e deliberação do Condepacc.

É importante ressaltar que essa ação vem ao encontro das propostas de criação do novo projeto centro, pois a gestão Hélio entendia que o trâmite de aprovação de projetos de intervenções em bens

preservados ou tombados no setor de patrimônio não poderia demorar nem atrasar as ações de renovação urbana propostas pelo setor de planejamento.

A gestão Hélio instituiu, ainda, uma nova forma de aprovação de projetos de imóveis situados em área envoltória. Pela nova rotina de trabalho instituída pelo ex-prefeito Hélio, intervenções em imóveis situados em área envoltória deveriam ser aprovados somente na Secretaria de Urbanismo, não necessitando mais do aval do Condepacc. Essa nova diretriz tirou da CSPC uma de suas principais funções - a aprovação de projetos - para transformá-la meramente em um órgão de pesquisa e consultoria que executa estudos de tombamento e do inventário da cidade.

Ressalta-se que o inventário é um trabalho de catalogação de dados dos bens tombados ou preservados, que envolve desde o seu estado de conservação até o tipo de uso que o edifício possui. Ele pode auxiliar tanto um adequado planejamento das atividades no setor de patrimônio histórico, quanto as de planejamento urbano. Segundo o INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA, p. 15), o inventário caracteriza-se como “uma operação permanente, dinâmica e sistemática, visando o cadastro de manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formas e de potencialidades naturais”.

Se, por um lado, a tramitação do processo em uma única secretaria pode acelerar o tempo de aprovação, por outro, pode ser prejudicial à preservação do patrimônio, pois a análise dos bens tombados não será feita por profissionais especializados da área do patrimônio, que possuem uma visão mais preservacionista, o que pode acarretar a ação da especulação imobiliária ou a descaracterização desses bens. Novamente, verifica-se que essa ação visa a se adequar às propostas do novo Projeto Centro e dinamizar as ações do setor de planejamento.

Outra medida anunciada pelo ex-prefeito Hélio foi a revisão das áreas envoltórias estabelecendo como área preservada apenas o lote onde o bem está inserido. O conceito de área envoltória foi criado para preservar a visibilidade do bem tombado e sua ambiência. Para delimitar uma área envoltória, imagina-se uma região circular da qual o bem tombado é o centro. O raio é estabelecido em cada processo de tombamento. O Condepacc trabalha com um raio variável de até 300 metros. Em alguns casos, os raios envoltórios podem nem existir, ou seja, pode-se limitar ao próprio lote do bem ou, quando se trata de sítios históricos, a própria área tombada.

A delimitação da área envoltória torna possível estabelecer restrições ao gabarito de altura do entorno, com o propósito de não prejudicar a visibilidade do bem tombado. Pode, ainda, listar alguns bens, situados dentro desse perímetro, para preservação. E nesse ponto, encontra-se uma questão contraditória: os bens listados para preservação por área envoltória sofrem as mesmas restrições do

bem tombado. No entanto, não possuem isenção de IPTU e não podem ser demolidos ou reformados sem autorização prévia do órgão de patrimônio ao qual eles estão vinculados.

Verifica-se que o instrumento da área envoltória foi utilizada pela CSPC para preservar diversos bens em um único processo. Foi uma solução que funcionou no início da sua atuação, quando era necessário criar mecanismos de preservação que pudessem barrar a especulação imobiliária e a possível destruição dos bens. É um paradoxo, porém verifica-se que houve um desvirtuamento do conceito de área envoltória pela CSPC. É algo legal, no sentido que a legislação permite, feito em prol da salvaguarda dos bens. No entanto, alterou o real significado do instrumento – a garantia da visibilidade, pois o objetivo principal foi preservar vários bens com um único tombamento e não preservar sua ambiência.

Ressalte-se, que considera-se de suma importância a revisão de áreas envoltória realizadas pela CSPC, pois é uma possibilidade de adequar os raios envoltórios para tamanhos adequados e justos para garantir a visibilidade do bem. Todavia, é importante que essa revisão seja acompanhada do tombamento dos bens que possuem valor cultural para a cidade e, que com a revisão/diminuição dos tamanho dos raios, ficaram sem proteção. O tombamento específico de cada bem é importante para que ele possa usufruir dos benefícios de um bem tombado. Ademais, para que ele não seja destruído ou descaracterizado ao longo das transformações sofridas pela cidade.

Sobre a revisão de áreas envoltórias, Daisy Serra Ribeiro, coordenadora da CSPC, declarou para o jornal Correio Popular, em 25 de fevereiro de 2009, que a revisão buscava “salvaguardar a visibilidade e segurança do patrimônio histórico e ao mesmo tempo abrir possibilidade para que o entorno possa ser utilizado com empreendimentos que ajudem a conservar o bem tombado” (COSTA, 2009a).

Um ponto importante de discussão, na atualidade, é como pensar esses raios envoltórios e a preservação da visibilidade em meios urbanos consolidados e heterogêneos, onde se mesclam gabaritos e edificações de diferentes épocas.

Antes da revisão das áreas envoltórias, a preservação no centro de Campinas era feita considerando áreas abrangentes do entorno, onde poucos imóveis tombados, mas com grandes áreas envoltórias, praticamente preservavam grande parte do centro em vista do alcance dessas áreas, como se observa na Figura 5.1.

A diminuição do raio das áreas envoltórias fez com que muitos bens que estavam preservados por estarem situados nesse perímetro ficassem sem nenhuma diretriz de salvaguarda. Assim, essa revisão liberou mais áreas livres para as intervenções do Projeto Centro, o que contribuiu para

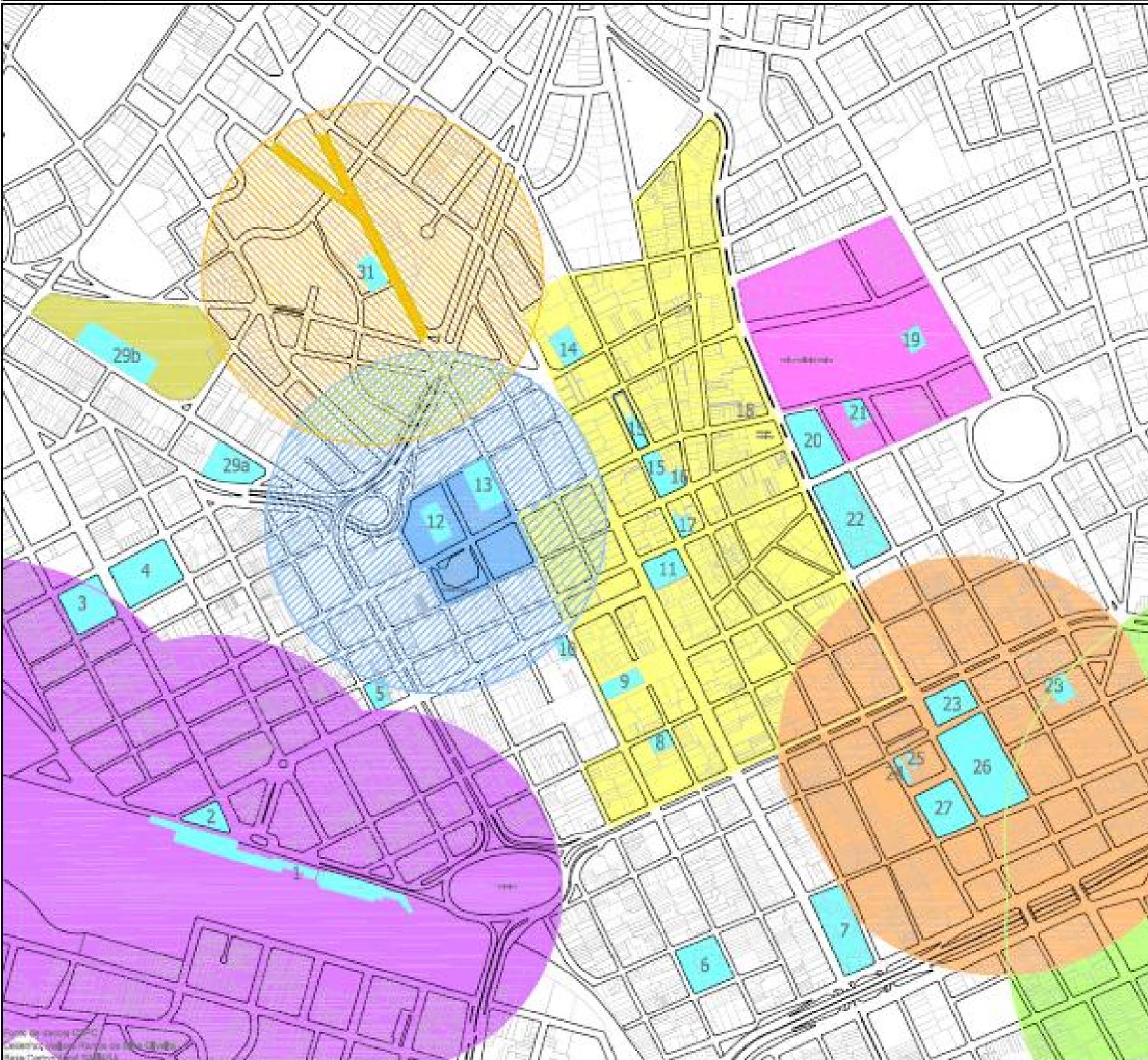
aumentar a especulação imobiliária. A grande lógica foi preservar alguns bens emblemáticos para serem utilizados na composição do grande cenário urbano do centro e liberar o restante da área para os projetos de modernização do centro.

Esse conflito torna evidente um impasse da cidade contemporânea: como conciliar o ritmo de mudança? Como articular o novo com o existente? Gallo (2009, p. 43) destaca que a preservação caracteriza-se por dinâmicas muito mais lentas e estáticas, contrapondo-se à rapidez e ao dinamismo da própria cidade. Segundo o autor, não há mais sincronia entre esses ritmos, “na qual as mudanças começam a prevalecer sobre o conteúdo e a imagem sobre os conceitos”.

Com o intuito de agilizar tombamentos, a CSPC também instituiu outra postura na gestão Hélio: realizar estudos de diversos bens em um único processo, agilizando o trabalho do Condepacc. A demora na elaboração dos estudos de tombamento sempre foi um problema da CSPC no passado. Conseqüentemente, também sempre foi alvo de críticas da população. Em 21 de junho de 2008, o advogado Amílcar Lahoz Romero manifestou sua indignação com essa demora, por meio de uma carta endereçada ao jornal Correio Popular, na seção Carta ao Leitor:

Uma entidade que tem a responsabilidade de tomar decisões urgentes para preservar um bem de nossa cidade, demorar 8 anos (vejam bem, 8 anos!) para aprovar o tombamento de algumas matas de nossa região, onde a Mata Atlântica foi quase que totalmente dizimada, está fazendo o jogo dos inimigos da natureza. Razão porque o Condepacc precisa ser mais ágil em suas decisões. A demora que está ocorrendo é inadmissível! (ROMERO, 2008).

USO E OCUPAÇÃO DO CENTRO DE CAMPINAS



BENS TOMBADOS

- 1 Complexo Ferroviário Central da FEPASA
- 2 Litterwood Manufacturing Ltda
- 3 Palácio da Mogiana
- 4 Hospital Beneditina Portuguesa
- 5 Palácio da Mogiana
- 6 Externato São João
- 7 Largo do Pará
- 8 Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos)
- 9 Catedral Metropolitana de Campinas
- 10 Solar do Barão Ataliba Moguelira
- 11 Praça Visconde de Indaluba (Largo do Rosário)
- 12 Mercado Municipal de Campinas
- 13 Antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus
- 14 Solar do Barão de Itapura (atual PUCCAMP)
- 15 Praça Bento Quirino, Antônio Pompeu e Basílica N. S. do Carmo
- 16 Jôquei Clube Campineiro
- 17 Solar Visconde de Indaluba
- 18 Casa da Banda Carlos Gomes
- 19 Capela N. S. Boa Morte
- 20 EEPSC Carlos Gomes
- 21 Imóvel situado à Rua Padre Vieira n. 1277 (atual Giovanetti)
- 22 Praça Carlos Gomes
- 23 EEPG Francisco Carlos Gomes
- 24 Igreja de São Benedito
- 25 Grêche Bento Quirino
- 26 Praça Prof. Silva Simões Magro
- 27 Casa de Saúde de Campinas
- 28 Imóvel situado à Rua Cônego Cipião
- 29a Colégio Culto a Ciência
- 29b Colégio Técnico Bento Quirino
- 30 Imóvel situado à Rua Culto a Ciência n. 238
- 31 Antiga Fábrica de Tecidos elásticos Godoy & Valbert S/A

ÁREA ENVOLTÓRIA

- FEPASA
- Santa Casa
- Bosque Jequitibás
- Centro histórico
- Capela Boa Morte
- Colégio
- Mercado Municipal
- Antiga fábrica de tecidos elásticos Godoy & Valbert S/A



Em 2008, o Condepacc adotou uma política de mutirão para votar os estudos e agilizar esses processos, que, em alguns casos, chegaram a ultrapassar dez anos de estudo. Conforme Daisy, em entrevista ao jornal Correio Popular de 14 de setembro de 2008, naquele período existiam “84 estudos de tombamentos em andamento e só não serão votados este ano (...) a preservação de sedes de fazendas e remanescentes de matas nativas, que precisam de estudos mais aprofundados” (COSTA, 2008b).

Um exemplo dessa nova política de dinamização dos estudos foi quando, em um único processo, foram tombadas oito casas da Avenida Júlio de Mesquita³⁴, com estilo eclético, construídas para a elite campineira que, a partir da metade da década de 1930, mudou-se para o bairro do Cambuí. O tombamento restringiu-se somente à área do terreno para não interferir na vizinhança, já que os conselheiros decidiram estabelecer que a área envoltória fosse igual a zero. Todos esses casarões foram preservados com grau dois, ou seja, somente a fachada e a volumetria.

Ressalte-se que o tombamento de conjuntos pode ser um exemplo de uma boa prática para os conselhos de preservação e poderia ser utilizada mais vezes no cotidiano, pois agiliza tempo e já abrange o contexto dos bens.

As tabelas do Apêndice D (bens em estudo de tombamento na gestão Hélio) mostram outros exemplos de estudos de tombamentos que contemplaram diversos bens em único processo de maneira a agilizar o estudo e diminuir o tempo gasto com a burocracia. Dentre eles, cita-se o tombamento do traçado urbano da Praça Luís de Camões e bens de seu entorno que incluiu nove bens em um único estudo: a antiga cervejaria Colúmbia, os prédios assobradados do antigo hotel Grigoletti e do Roque de Marco (Figura 5.2-1), os prédios geminados da rua Saldanha Marinho 66, 70 e 115, a Praça Marechal Floriano Peixoto e monumento da Cia Mogiana situada ao seu redor, bem como a própria Praça Luís de Camões (Figura 5.2-2).

Nesse sentido, um outro exemplo de mudança na prática das ações de preservação foi a abertura simultânea do processo de tombamento de 197 bens culturais, em 2008, conforme mostram as Tabela D2, D3, D4 e D5 (Apêndice D). Ao longo dos 20 anos de existência do órgão de preservação, esse foi o maior número de bens analisados simultaneamente. O conselho

³⁴ Essas casas situam-se no limite da área de estudo estabelecida para esse trabalho.

contemplou 197 imóveis, todos eles no centro da cidade, construídos entre 1872 - quando a ferrovia chegou a Campinas - e 1929 - data do levantamento cadastral do perímetro urbano da cidade - realizado no governo do prefeito Orosimbo Maia.



Figura 5-1 Edifícios tombados no entorno da Estação Fepasa. 1 – Antigo hotel Roque de Marco e hotel Grigoletti; 2 – Praça Marechal Floriano Peixoto e monumento da Cia Mogiana

Essa decisão, no entanto, não modificou a situação desses bens, pois todos eles estavam dentro da área envoltória de prédios históricos, o que já garantia uma imposição de preservação. De acordo com Ottoni (2009)³⁵, o tombamento pode ser positivo, pois “alivia tensões porque quando o imóvel passa para o estágio de tombado a pessoa pode usufruir dos benefícios. E quando ele não está tombado, ela tem todos os deveres, tem que preservar o imóvel, mas não tem nenhum direito”. Os benefícios de um bem tombado, a que Ottoni se refere, é a isenção do IPTU que os proprietários podem solicitar.

A escolha desses 197 bens selecionados advém do Inventário da Região Central de Campinas. O inventário do Centro, coordenado por Silvana Rubino e Daisy Serra Ribeiro, foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, que visou a levantar os bens de interesse da cidade, auxiliando na sua preservação. É formado por um levantamento histórico com mapas, protocolos e plantas que possibilitaram o cadastro de aproximadamente 6,7 mil registros de pedidos de reforma, ampliações, construções de imóveis entre 1892 e 1945. A intenção do inventário era criar um banco de dados digitalizados sobre os bens pesquisados, com

³⁵ Augusto Ottoni é engenheiro da CSPC – Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas. E concedeu uma entrevista à essa pesquisa em 30/01/2009.

o intuito de auxiliar o cotidiano dos técnicos do CSPC. Em entrevista ao jornal Correio Popular em 13 de dezembro de 2007, Daisy Serra Ribeiro destacou que o inventário:

É o primeiro passo para a formulação de uma política efetiva de proteção do patrimônio histórico e cultural de Campinas (...) O objetivo foi selecionar dentre os imóveis preservados e protegidos por áreas envoltórias de outros bens já tombados - unidades ou conjuntos arquitetônicos que tenham significado histórico dentro do desenvolvimento urbano de Campinas (DINI, 2007).

Castriota (2009, p. 190) destaca que o inventário pode ser um instrumento de preservação promissor, se for agregada à sua função original (registro de bens culturais a serem protegidos), a função de diagnóstico interdisciplinar. Nesse sentido, o inventário poderia fornecer “bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que, respeitando as particularidades locais, utilizem-nas como base para o desenvolvimento” e, conseqüentemente, um trabalho conjunto com as propostas de planejamento urbano.



Figura 5-2 Edifícios tombados na região central de Campinas utilizados como bares e restaurantes. 1 – Bar Giovanetti II; 2 – Bar Giovanetti V; 3 – Pizzaria Piola, 4 – Tónico’s Bar.

Fonte: 1 - <http://www2.uol.com.br/tododia/ano2006/janeiro/220106/todag.htm>, 2011; 2 – autora, 2010; 3 - <http://www.photography-discussions.info/en/9iE3d4W>, 2011; 4 – autora, 2010; Organização da autora.

Campinas já demonstra um avanço ao realizar o inventário do centro de Campinas. E esse pode ser um começo para a proposição de outras formas de preservação além do tombamento.

Ainda na gestão Hélio, o prédio onde funciona o Giovannetti II, situado na Rua Dr. Quirino, 1.396 e 1.404, foi tombado em 06 dezembro de 2007, depois de 19 anos de estudo (Figura 5.3-1). Vale destacar que o estudo de tombamento do prédio do Giovannetti II foi um dos primeiros abertos pelo Condepacc, logo após a promulgação da lei que deu ao município competência para decidir pela preservação de seu patrimônio histórico, artístico e cultural. E o prédio foi tombado às vésperas do Condepacc completar 20 anos de existência, em 17 de dezembro de 2007. Nessa ocasião, o Condepacc decidiu ainda abrir um estudo de tombamento para o imóvel da Rua Tomás Alves, ao lado do Giovannetti II, para preservar o conjunto arquitetônico do final do século XIX.

Verificou-se uma tendência na utilização de edifícios antigos para o funcionamento de bares ou restaurantes tradicionais. A rede de bares Giovanetti, por exemplo, ocupa também outro edifício tombado da cidade - o Giovanetti V situado na rua Benjamin Constant, ao lado da Prefeitura (Figura 5.3-2). Na gestão Hélio foi tombado ainda o prédio do Tónico's Bar (Figura 5.3-4), situado na Rua Barão de Jaguará e a pizzaria Piolla (Figura 5.3-3), situada na Rua Ferreira Penteado, esquina com Rua São Pedro, ambos por serem representativos da arquitetura residencial.

Nessa época, outros tombamentos também se tornaram emblemáticos, como a casa que provavelmente é a mais antiga da área urbana de Campinas. O imóvel, situado na esquina das ruas Antônio Cesarino com General Osório, deve ter mais de 200 anos. Segundo consta no processo de tombamento, essa construção já aparecia na planta de Campinas de 1878, quando o município já havia saído da cultura da cana e entrado no mundo capitalista do café. O historiador da CSPC, Henrique Anunziata, em entrevista ao jornal Correio Popular de 19 de dezembro de 2008, destacou que a casa tombada pelo Condepacc, na época, “pertencia à porção rural da cidade e acabou sendo engolida pelo desenvolvimento. Ali já funcionou um famoso bar (Água Furtada), padaria e atualmente é uma loja de calçados” (COSTA, 2008a).

Pelo apresentado acima, verifica-se que a gestão Hélio promoveu uma grande mudança na prática da preservação em Campinas, ao alterar as atribuições da CSPC e tentar dinamizar suas ações. Ao tirar da CSPC a responsabilidade de aprovações de projetos, aliviou-se consideravelmente o trabalho dos técnicos do setor. Esse fato permitiu que a CSPC pudesse se debruçar mais nos estudos de tombamento, agilizando seu tempo de execução. E, assim, tornou-

se a gestão que mais tombou bens em Campinas. Por conseguinte, o levantamento realizado demonstra que o tombamento ainda é a forma de preservação mais usual do Condepacc. Todavia, ressalta-se que preservar não é só tomar.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em um artigo publicado na década de 1980, já utilizava o trocadilho “Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo”, para destacar que a preservação não é sinônimo de tombamento. Quase trinta anos depois, o artigo continua atual, pois as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil também não se alteraram e permanecem praticamente a mesma da década de 1930, quando o tombamento foi criado pelo Decreto-lei nº 25.

Utilizando outro trocadilho, o “Estado tomba para não deixar a casa tomar”, constata-se que, pelo fundamento legal, o tombamento garante que o bem não seja destruído, configurando-se como uma barreira à especulação imobiliária, na medida em que assegura a preservação do bem material enquanto uma estrutura física. Provavelmente, por isso, ainda seja o instrumento de preservação mais utilizado pela gestão patrimonial para garantir a salvaguarda dos bens no contexto urbano, funcionando como um empecilho à especulação imobiliária.

Os conceitos de preservação e tombamento, embora comumente utilizados como sinônimos, na verdade têm significados diferentes. É importante distingui-los para que se possa compreender a prática da preservação. Preservação é algo muito maior que tombamento. Segundo Rabello (2009, p. 19), “preservação é um conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma nação”. Pela Carta de Burra de 1980³⁶ (IPHAN, 1995), artigo 1º, a preservação será “a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”. A Carta também destaca que a preservação deve ocorrer quando a substância do bem, no estado que se encontra hoje, oferecer “testemunho de uma significação cultural específica” (artigo 11).

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a

³⁶ A Carta de Burra de 1980 foi elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 1995).

ser destruídos ou descaracterizados. Ou seja, o tombamento é apenas um instrumento de preservação e a sua aplicação não exclui outras formas de preservação.

Apesar dessa diferenciação, verifica-se que os governos (não só de Campinas, mas das cidades brasileiras em geral) continuam a adotar o tombamento como o principal instrumento de preservação, com o intuito de eleger determinados bens, preconizando a sua perpetuação nas estruturas físicas das cidades.

5.2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – NOVAS POSSIBILIDADES COM O ESTATUTO DA CIDADE

A proposta de implementação da transferência do potencial construtivo, pela Prefeitura Municipal de Campinas, pode ser apontada como outra possibilidade de incentivar a prática de preservação no município. A transferência do potencial construtivo é um instrumento do Estatuto da Cidade que permite ao proprietário de um imóvel urbano, privado ou público, vender ou aplicar em outro local a diferença entre a área construída do imóvel e o total da área que poderia ter sido edificada no terreno, conforme o coeficiente de aproveitamento estabelecido pela Lei Uso e Ocupação do Solo.

Esse potencial, dimensionado em metros quadrados, adquire valor no mercado imobiliário, porque pode ser comprado por empreendedores que almejam construir acima dos limites permitidos.

O capital gerado pela transferência pode financiar a reforma do imóvel tombado. Para os proprietários de tais imóveis, esse instrumento pode ser uma forma de compensação pelo fato de que, em seus edifícios, o coeficiente ou densidade máxima não poderão ser atingidos devido às restrições estabelecidas pelas leis de tombamento.

Segundo o artigo n° 35 do Estatuto da Cidade de 2001 (BRASIL, 2001), a transferência somente pode ser realizada para implantação de equipamentos urbanos e comunitários, para programas de regularização fundiária ou de habitação de interesse social, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, como ainda para a preservação de bens de interesse histórico, cultural e/ou ambiental. O potencial construtivo poderá ser transferido no todo ou em parcelas, para um ou mais lotes, ficando vinculado ao imóvel para o qual é transferido, não sendo

admitida nova transferência. A venda fica registrada na escritura do imóvel, para que seja realizada apenas uma vez.

Em Campinas, a proposta de regulamentação³⁷ da transferência de potencial construtivo para imóveis tombados pelo município foi assinada pelo ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos do dia 17 de dezembro de 2007. Essa regulamentação, apesar de prevista na Lei Municipal nº 5.885 (CAMPINAS, 1987), assinada pelo ex-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira em 17 de dezembro de 1987, nunca foi de fato concretizada.

Assim, com a aprovação dessa proposta de regulamentação, os proprietários dos imóveis tombados passaram a receber um Certificado de Potencial Construtivo Adicional (CEPCA) emitido pela Prefeitura, que lhes permite negociar no mercado. Esse certificado estabelece a quantidade de metros quadrados que o proprietário poderá transferir. Novamente, vemos uma correlação entre a implantação do Projeto do Novo Centro com a proposta de criação de um instrumento que ajude a viabilizar a implementação desse projeto. E une políticas de preservação com a de planejamento urbano.

A lei limitou em 31 o número de áreas que poderá receber a transferência de potencial construtivo destinada a compensar os proprietários dos bens tombados. Nessas regiões³⁸, será permitido construir de 15% a 20% acima do que é autorizado pela legislação atual (COSTA, 2007a).

Segundo o arquiteto João Verde, representante da Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura (AREA) no Condepacc:

³⁷ Esse instrumento já consta do Plano Diretor de Campinas, todavia precisa de regulamentação para poder entrar em vigor.

³⁸ As áreas escolhidas para a implementação desse instrumento foram as regiões de Barão Geraldo, Amarais, Xangrilá, Vila Costa e Silva, Jardim Primavera, Mansões Santo Antônio, Santa Cândida, Parque São Quirino, região do Carrefour, dos shoppings Galleria e Iguatemi, bairros Boa Vista, Eulina, Taquaral, Nossa Senhora Auxiliadora, Aurélia, Vila Teixeira, Parque Itália, São Bernardo, Pompéia, Jardim do Lago, Campo Grande, Florence, Mauro Marcondes, Ouro Verde, São Cristóvão, DICs, Parque Jambeiro e Remonta.

Precisamos modernizar e a transferência de potencial é a primeira medida. Falta uma legislação que ajude a angariar recursos para a recuperação de bens tombados e isso pode vir, inclusive, das operações de transferência de potencial. Não adianta só tomar, porque isso leva a situações como temos hoje em farta quantidade na cidade, onde muitos imóveis que se tornaram patrimônio estão depredados (COSTA, 2007b).

De acordo com o secretário de Cultura de Campinas da época, Francisco de Lagos:

Isso ajudará que os imóveis sejam preservados. Hoje, quando tombamos, o proprietário acaba perdendo duas vezes. A primeira é o valor de mercado do imóvel e depois pela obrigação de manter conservado sem ter recursos para isso (...) Podendo transferir para outro local o potencial que teria na área inicial, mas que está impedido pelo tombamento do imóvel, o proprietário passaria a cuidar do bem tombado para poder usar o mecanismo de transferência (COSTA, 2007d).

O engenheiro da CSPC, Augusto Ottoni, também reforçou essa posição ao destacar, em uma entrevista³⁹, que a Transferência do Potencial Construtivo é um dos pontos mais positivos da gestão Hélio, no que tange a questão da preservação do patrimônio cultural porque:

Alivia as tensões dos proprietários dos bens tombados, que acham que eles possuem poucos benefícios. Se a transferência do potencial construtivo for aprovada, os proprietários não vão ter mais o que se queixar, porque eles vão ter a isenção do IPTU, que eles já possuem e, além disso, eles vão ser ressarcidos por esse eventual prejuízo que eles tiveram pelo fato do imóvel ter sido tombado (OTTONI, 2009).

Embora a transferência do potencial construtivo seja vista como um ponto positivo por muitas pessoas, há de se considerar que o seu incremento em determinadas áreas pode ser um fato preocupante se levarmos em conta que Campinas é uma cidade que enfrenta problemas sérios em relação à mobilidade. Algumas das áreas propostas para receber o potencial, como é o caso do distrito de Barão Geraldo, já estão com seu sistema viário saturado e o seu aumento deve implicar um fluxo maior de pessoas e mercadorias, e, conseqüentemente, piorar a situação do trânsito. Novamente, destaca-se a importância de se pensar na complexidade e não na fragmentação do espaço urbano, para não deslocar problemas de uma região para outra, visto que as mesmas enfocam problemas pontuais.

³⁹ Entrevista concedida em 30/01/2009.

5.3 IMPASSES E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

As ações do Condepacc têm conseguido avanços importantes em quesitos, como a listagem de áreas passíveis de preservação, dinamização nos estudos de tombamento e aprovação de projetos na Prefeitura Municipal de Campinas, na busca de valorizar bens de valor histórico e cultural.

Ao mesmo tempo em que avança no sentido de acentuar a consciência da importância preservacionista, o Condepacc se depara com entraves que precisam ser resolvidos, como a falta de recursos destinados à preservação, a falta de legitimação social do patrimônio por parte da sociedade e a perda de poder do Conselho, em relação à participação na gestão urbana e a redução da sua representatividade.

As disputas entre grupos e interesses antagônicos, tão presentes no campo da preservação, acabaram por determinar a alteração do Conselho logo no início da gestão Hélio. Com o final do mandato dos antigos conselheiros, em 30 de abril de 2005, o Executivo Municipal não aceitou a permanência dos mesmos. Foi solicitada das entidades a indicação de novos nomes para serem submetidos à aprovação do prefeito. Esses nomes não foram rejeitados e, para o conselho, o chefe do executivo municipal nomeou aliados políticos de sua confiança.

O historiador Danuzio Bernardino da Silva, em entrevista ao jornal Correio Popular de 17 de dezembro de 2007, afirmou que, depois da morte do Toninho, o Condepacc passou a perder sua força e representatividade:

Perdeu o respeito do poder público e deixou de ser um conselho técnico para ser um conselho político, manipulado pelo poder público. Tenho visto prédios sendo derrubados, tenho visto descasos, tenho visto desrespeito, tenho visto um conselho na maioria das vezes silencioso. Tenho visto que os conselheiros já não se manifestam. Isso tudo me assusta muito (COSTA, 2007b).

A ambientalista Márcia Correa, que durante oito anos integrou o Condepacc, também manifestou sua indignação a essa troca do Conselho, em entrevista ao jornal Correio Popular de 17 de dezembro de 2007:

Nessa última gestão, depois de reeleita, minha entidade teve seu nome vetado pelo Executivo e, desde então, a cadeira dos ambientalistas está ocupada por pessoas sem

suporte dos ambientalistas. Era um Conselho onde eu tinha prazer de participar e onde nossas ações e nosso trabalho se traduziam em real proteção para o patrimônio público campineiro (COSTA, 2007b).

É importante destacar que as instituições com direito a representação no Condepacc não se alteraram nesse período⁴⁰. O que se modificou foram os seus representantes. Vale salientar que, desde a criação do Conselho, em 1987, o mesmo nunca sofreu grandes alterações em sua composição como nesse momento.

Com essa mudança, o Condepacc foi praticamente neutralizado e se tornou um Conselho meramente figurativo, com capacidade mínima de discussão, pois passou a atuar a partir dos interesses do Executivo, que, tudo leva a crer, é influenciado pelos interesses do capital privado. Dessa maneira, o Conselho perdeu sua força de atuação e deixou de ser um órgão atuante e com real força política, como era na gestão Toninho. Como destacou Márcia Correa:

Esse Conselho deliberativo foi o mais atuante e respeitado da cidade e com grande poder de intervenção nas obras impactantes. Ele deve sua eficiência à Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC). Outros Conselhos de cidade não têm uma estrutura técnica quanto à área de patrimônio” (COSTA, 2007b).

Essa problemática suscita a seguinte questão: se o órgão responsável pela preservação perde parte de sua autonomia e sofre influências externas, como exigir uma participação mais efetiva das políticas preservacionistas no cotidiano da cidade?

Outro problema enfrentado pelo Condepacc no seu dia-a-dia é a falta de conservação⁴¹ dos bens tombados e preservados que sofrem um processo de deterioração física decorrente da falta de verba para sua manutenção. Pelo lado do poder público, verifica-se que o governo não tem

⁴⁰ Entre as entidades que integram o Condepacc estão a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Sociedade Amigos da Cidade, a Associação Campineira de Imprensa (ACI), Associação das Empresas do Setor Imobiliário (Habicamp), Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies (Proesp), além de representantes do Executivo.

⁴¹ Entendemos a conservação a partir do conceito enunciado na Carta de Veneza de 1964 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 1995) que considera que a conservação engloba manutenção permanente, uma destinação útil à sociedade, sem alteração de sua forma, bem como a preservação de sua escala.

verbas nem responsabilidade de conservá-los, pois o tombamento atribui essa responsabilidade ao proprietário do bem.

Em Campinas, verifica-se que, tirando a lei de transferência do potencial construtivo, não existe nenhum outro projeto voltado à arrecadação de verba para preservação do patrimônio cultural na cidade. E, como muitos proprietários são contrários ao tombamento, pois acreditam que ele é contrário a modernização e ao progresso, eles não os conservam, o que colabora com a sua degradação.

Cita-se como exemplo de descaso com o patrimônio o desmoronamento, em 2005, de uma das casas da Vila Manoel Dias depois de anos de abandono. Após esse acidente, a Prefeitura Municipal iniciou uma investigação técnica, por meio da CSPC, para avaliar o estado de conservação de todos os bens públicos tombados na cidade de Campinas.

Cinco prédios foram considerados prioritários para receber, em 2006, obras emergenciais: Teatro Castro Mendes, Casa de Cultura e Cidadania de Sousas, Largo do Pará, Palácio da Mogiana e o Museu da Cidade ⁴².

Conforme destacou o jornal Correio Popular em agosto de 2007:

Cinco imóveis históricos de Campinas escolhidos como prioridade que deveriam estar concluídas no final do ano passado até agora não foram recuperados. Duas das obras sequer começaram e nem há prazos para que as ações emergenciais destinadas a interromper o processo de comprometimento do patrimônio arquitetônico e cultural de Campinas sejam iniciadas. Reformas estão sendo feitas no Teatro Castro Mendes, na Casa de Cultura e Cidadania de Sousas e no Largo do Pará, mas o Palácio da Mogiana e o Museu da Cidade ainda esperam por recursos (COSTA, 2007d).

Em setembro de 2007, o jornal Correio Popular apontou um novo descaso em relação ao patrimônio por meio da reportagem “história da cidade se perde em ruínas: esqueletos de antigas e imponentes construções se deterioram pelos efeitos do tempo, do vandalismo e do abandono” (COSTA, 2007c). O texto destaca, como outro exemplo de abandono, o chalé situado na Rua Cônego Cipião, projetado pelo arquiteto Hinrich Husemann, em 1894, que serviu como residência da professora Silvia Simões Magro no final do século XIX.

⁴² Desses cinco prédios, três se encontram na área central, no nosso perímetro de estudo.

Salienta, ainda, o estado de abandono em que se apresenta o prédio da Cervejaria Colúmbia, na Avenida Andrade Neves, uma construção de 2,6 mil metros quadrados de área, edificada em 1873 para abrigar a Cia MacHardy, primeira fundição de Campinas, que se transferiu para a avenida, próximo de sua concorrente, a Fábrica Lidgerwood. Atualmente, o prédio pertence à Sanasa, que demonstrou o desejo de recuperar o lugar e transformá-lo num centro de cultura popular. No entanto, é apenas um plano.

O tombamento pode preconizar a perpetuação dos bens nas estruturas físicas da cidade, no entanto, não pode garantir que esse bem seja legitimado ou conservado pela população. É importante ressaltar que a legitimação social não é sempre um processo que se realiza concomitantemente ao processo legal. O legal nem sempre é legítimo. “Enquanto a noção de legalidade está mais voltada a discussões sobre atos previstos por leis, a noção de legitimidade (...) depende do lugar, da classe, do grupo e dos interesses daqueles que avaliam a situação em questão” (MELGAÇO, 2008, p. 453-454).

Valderrama (2006) destaca que, muitas vezes, o tombamento pode criar uma situação penosa ao patrimônio.

Isto se deve em boa parte a uma visão conservadora que limita a abrangência do bem tombado dentro da dinâmica urbana atual por uma tendência a compreender a preservação como uma cristalização do passado, que aliada a outros fatores mais conjunturais como a falta de recursos financeiros para a preservação e manutenção provoca um deslocamento do sentido histórico de lugares e edificações (VALDERRAMA, 2006, pg. 02).

Se, por um lado, é árdua a tarefa de captar recursos para as empreitadas de recuperação do patrimônio histórico, a experiência não cansa de provar que mais difícil é manter o que foi feito. Mesmo edifícios restaurados e/ou em bom estado de conservação podem sofrer um processo de descaso e/ou degradação instaurada pela própria ação humana. Porém, como exigir que a população preserve bens que ela não legitima? Como seria possível uma participação efetiva da população que não tem acesso aos projetos de preservação e geralmente também não é contemplada nos projetos de refuncionalização urbana?

Arantes, (1987, p. 55) ressalta que “às vezes não é preservado o que é percebido como importante para cada comunidade” tendo em vista que “os critérios para seleção do que preservar não são homogêneos”. Para Santos (2006, p. 15), o tombamento é uma norma geralmente imposta de cima para baixo, que delimita o que deve se tornar patrimônio, mas não

necessariamente o que será visto e tratado pela sociedade como tal. “Estas normatizações do patrimônio, podem não corresponder com as aspirações da sociedade e da comunidade que vive seu cotidiano”.

Como ordinariamente a escolha dos bens que sofrem o estudo de tombamento advém dos próprios técnicos do governo e o parecer final também é muito influenciado por eles, verifica-se que, geralmente, pronuncia-se àquela memória mais vinculada aos poderes hegemônicos e não a memória praticada nos discursos pelos que frequentam e vivem aquele lugar. Nesse sentido, o poder público filtra, seleciona os bens e estabelece critérios próprios de preservação, nem sempre contemplando a “memória vivida”.

Para Gonçalves (2005, p. 16-17), não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio, é preciso “ressonância” junto a uma população, ou seja:

Os patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.

No entanto, ainda que sejam rígidas e fixas as normas e os controles sobre o processo de construção do patrimônio e de sua preservação, estas não anulam a multiplicidade de significações e valores outorgados por diferentes grupos.

Gallo (2009, p. 46) ressalta a importância de se analisar o patrimônio a partir de dois conceitos: autenticidade e identidade. Para o autor, esses conceitos envolvem a ideia de pertencimento, integração e apropriação. “Identidade e autenticidade são constituídas pela vinculação, pelos enlaces, especialmente afetivos”.

Concordando com Gallo (2009), ressaltamos a importância de que haja correspondência entre a materialidade e seu significado, para que não ocorra uma dissociação do bem com seu contexto e dos valores atribuídos pela população.

Nessa direção, a Geografia permite abordar a questão do patrimônio enquanto um conjunto de formas-conteúdo (SANTOS, 2002) da cidade, ou seja, um produto histórico e socialmente produzido, resultado de ações cumulativas, não só no que se refere à determinação econômica (produção, distribuição, circulação, troca, acumulação de capital), mas também às relações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que atuam na formação do espaço.

Para Santos (2002, p. 103) “a ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”, ou seja, a “forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma nem apenas como conteúdo”. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, porque um não existe sem o outro. Assim, parte-se para uma análise da cidade enquanto um local de relações entre materialidades e imaterialidades, formas-conteúdo, em interação e, ao mesmo tempo, em contradição.

Outro campo de contribuição da Geografia para a discussão da preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade refere-se ao uso dos bens. Carlos (2004b, p.18) enfatiza que o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, ou seja, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida e no que isso implica. “É um lugar que se reproduz enquanto referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do homem e da cidade, enquanto construção e obra”.

Para Lefebvre (1991b), a cidade se revela concretamente. Porém, é o uso que dá sentido à vida, é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória. Assim, se revela o conteúdo da prática socioespacial. É nessa dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida. É nesse plano que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando e normatizando usos.

Nas cidades contemporâneas, o processo de refuncionalização espacial atribui novos usos às formas-conteúdo da cidade, resignificando-as e impondo-lhes novas funções, novos significados sociais e econômicos. Sob a égide da sociedade do hiperconsumo, a incorporação de novos usos ao patrimônio construído promove a mercantilização das formas e dos símbolos associados ao patrimônio.

Ressalte-se que o tombamento pode restringir mudanças nas materialidades das formas. No entanto, não pode impedir mudanças funcionais, que atribuam novos sentidos a este patrimônio.

Nesse sentido, discutir a questão da preservação evidencia uma lacuna, pois o tombamento, o instrumento mais utilizado nas políticas de preservação, e os inventários tradicionais não enunciam questões relativas ao uso do bem, seja a inserção de novos usos ou a manutenção dos pré-existentes. Também não exprime como deve ser a inserção desse bem na dinâmica da cidade. Só revela critérios para preservação da sua forma, ressaltando aspectos da sua materialidade.

Interpretado dessa maneira, “o patrimônio coloca em evidência as passagens entre o material e o simbólico, o sujeito e o seu meio, as razões práticas e as razões simbólicas. O patrimônio cultural torna-se fato social” (PAES, 2009, p.160). Se a discussão de preservação não se resume somente na ordem formal e na originalidade da matéria, conseqüentemente, a discussão sobre autenticidade também se alterou, pois não contempla somente aspectos tangíveis. Gallo (2009) destaca que o vínculo entre autenticidade e materialidade permite admitir a renovação de alguns aspectos das formas, sem descaracterizá-los ou sem encará-las como algo adulterado. Isso porque a autenticidade não estaria somente nos materiais e nas técnicas originais com os quais as edificações foram erguidas. Assim, a relação entre autenticidade e identidade permite a recolocação dos artefatos culturais na trajetória da vida, aceita intervenções contemporâneas, sem “museificar o patrimônio”.

Assim, o conceito de patrimônio não pode se restringir somente aos valores outorgados pelo tombamento ou por projetos de intervenção que criam formas homogêneas que ressaltam essencialmente seu valor estético e criam imagens idealizadas. Essa prática pode promover uma falta de identificação entre o bem preservado e a população e não consegue “ressonância” (GONÇALVES, 2005) junto à população, pois não perpassa a escala do pertencimento e dos enlaces afetivos.

As políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, regidas por leis e diretrizes específicas, que, na prática, geralmente são dissociadas das políticas urbanas, não contemplam de forma representativa a multiplicidade de significações e valores outorgados pela população, ou seja, a normatização existente não é suficiente para que se preserve legalmente bens legitimados e apropriados pelos diferentes grupos sociais, que estabelecem uma interação de quem usa e vive o patrimônio. Como visto nas respostas obtidas nos questionários, a população precisa ser inserida no processo de patrimonialização para identificá-lo e para identificar-se nele.

6 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AS VERTICALIDADES E AS HORIZONTALIDADES NOS PROCESSOS DE REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA

Ao longo dessa pesquisa, ficou evidente que, na prática do planejamento urbano contemporâneo, prevalecem os interesses das verticalidades sobre as horizontalidades que, influenciadas pela lógica do capital, visam a conectar os centros urbanos ao mercado de consumo global. As gestões urbanas repassam para a iniciativa privada a responsabilidade de elaboração de políticas voltada para o bem estar social. Porém, não é da natureza das empresas elaborar políticas sociais. Seus interesses são exclusivamente particulares e se referem a produtividade e competitividade do mercado.

As horizontalidades são essenciais para se repensar o processo de refuncionalização dos centros das cidades de maneira a contrapor as imposições impostas pelo Estado, com estratégias e ações que promovam o desenvolvimento local, valorizem o cotidiano do lugar e a preservação do patrimônio cultural. Posto isso, é oportuno repensar algumas questões quando se trata de refuncionalização urbana.

A primeira delas, o público alvo desses projetos. De maneira geral, os atores sociais contemplados nos processos de refuncionalização urbana são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Os moradores e usuários do lugar, que caracterizam o espaço vivido, quase não são contemplados e, quando o são, é na qualidade dos espoliados de todo esse processo.

Na América Latina e nos países periféricos, é comum encontrar, pelo menos no discurso, a necessidade de inclusão. Porém, na prática, predomina a exclusão das camadas populares.

Isso se torna evidente nos projetos denominados pelo poder público “revitalização urbana”. No entanto, o que se denomina de revitalização corresponde a uma verdadeira “limpeza urbana” que

visa a excluir os usuários indesejados (prostitutas, ambulantes, moradores de rua, pedintes, flanelinhas e pobres em geral) e substituí-los por usuários de maior poder aquisitivo ou “usuários solventes”, como apontado no planejamento estratégico (BORJA, 1998; VAINER, 2000).

Essa troca de perfil de usuários também não significa propor alternativas para a resolução do problema, mas sim remover os problemas sociais para um espaço mais adiante, fora da área revitalizada. Nesse sentido, Smith (2006) destaca que falta considerar o destino das pessoas deslocadas ou postas na rua dentro desse processo.

A pesquisa torna evidente que os projetos denominados revitalização não contemplam um projeto social no conjunto das ações que estão sendo implementadas. Preocupam-se somente com a criação do grande cenário urbano e a valorização do espaço, ou seja, transformações funcionais para a atração de investimentos e recuperação econômica.

Essa questão desencadeia outra – a parceria público-privada. Na atualidade, a iniciativa privada configura-se como o grande patrocinador e empreendedor desses projetos e visa ao retorno imediato do seu investimento por meio da geração de lucro. Mas como gerar lucro e promover a inclusão social ao mesmo tempo? Como conciliar dois interesses contraditórios? Como seria possível uma participação efetiva da população que não tem acesso à propriedade em projetos de revitalização urbana?

Parece que sempre se retorna ao ponto de partida, que aqui se transformaria em ponto de chegada, isto é, a concepção de que esses projetos só se revestiriam de um sentido mais profundo se estivessem propostos e desenvolvidos desde o primeiro ato do poder público, mediante a implementação de um projeto social, estreitamente vinculado ao desenvolvimento urbano. O que na maioria das vezes não acontece. Magnani (2002) ressalta que a incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar "competente" que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo.

Outra questão relacionada refere-se ao problema da moradia. Vive-se outro tipo de suburbanização da cidade. Durante as últimas décadas, as cidades têm se voltado para o consumo e para as atividades relacionadas ao ócio, à cultura e ao turismo global, enquanto suas periferias tornaram-se foco da dispersão da população, das atividades e residências. Enquanto, na década de 1980, assistiu-se a uma ocupação da periferia pela habitação popular, com financiamentos do BNH, na atualidade vê-se a classe média e alta se deslocar para a periferia e viver em condomínios

fechados. Como propor a inserção de moradia nos programas de refuncionalização se a classe mais abastada se autosegrega nas suas "bolhas" dos condomínios fechados?

O debate acerca da recuperação do centro poderia contemplar a questão da moradia, no sentido de diversificar o perfil de usos e usuários que integram essa região. Isso deveria ser pensado pelo poder público em conjunto com as empresas privadas para ser implementado conjuntamente em projetos de refuncionalização de áreas centrais.

Para os países da América Latina, Paes (2010) afirma que esse processo caracteriza-se pela recuperação do centro para atividades culturais, de lazer e de turismo, sem incluir o retorno das classes médias e das elites para fins residenciais, diferentemente da simples reabilitação de moradias, que teve início nos países centrais. Logo, verifica-se que a refuncionalização do centro visa a atrair a classe mais abastada como usuária e não como moradora. Talvez porque hoje temos o que Munõz (2008) denominou "territoriante", que não é somente o habitante de um lugar, mas também o usuário de outros lugares. Ele estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade – os lugares onde desenvolve suas atividades, porém não é o local onde se localiza a sua residência principal.

Destaca-se a necessidade de trazer de volta a moradia para o centro. A diversidade é fundamental em qualquer processo de refuncionalização, mesclando usos, diferenças de nível socioeconômico, tipos e idades de edificações. A diversidade, segundo Jacobs (2001), contribui para a proposta de se "viver a cidade" e, por consequência, permite que a cidade seja usada e vigiada durante todo o tempo.

Existem diversos edifícios desocupados ou ocupados parcialmente na região central que poderiam ser recuperados para moradia social. São edificações dotadas de infraestrutura, implantadas em áreas consolidadas, que encontram-se ociosos e, poderiam adquirir novos usos voltados ao social.

Todavia, é importante lembrar que o movimento de famílias de maior poder aquisitivo em direção às áreas refuncionalizadas, pode aumentar o valor dos imóveis e resultar em um efeito secundário de expulsão da população mais pobre que não pode pagar por esses valores mais altos.

Rivièri D'Arc e Memoli (2006, p. 211) observam que, na América Latina, pouquíssimas análises da problemática dos centros colocam a elevação do preço da terra como um elemento maior do desvio dos projetos de habitação. A existência de uma forte dinâmica imobiliária, que envolve a comercialização desses espaços, ressalta a necessidade de intervir nos processos de usos, ocupação e negociação de imóveis em áreas urbanas consolidadas e altamente adensadas. Por isso, a

refuncionalização urbana não envolve somente a inserção de novos usos em edifícios antigos, mas como planejar e regular uma estrutura urbana já consolidada, na qual se inclui também a preservação da diversidade de atividades pré-existentes na região em pauta.

Rivièri D'Arc e Memoli (2006, p. 211) ainda defendem que, na América Latina, “os promotores da renovação urbana dos centros da cidade devem trabalhar junto com atores que se situam no extremo da escala social e econômica”, pois o déficit habitacional é um problema estrutural das cidades. Nesse sentido, é essencial a inserção das políticas de habitação nos projetos de refuncionalização dos centros das cidades, pois elas são capazes de vencer o empobrecimento dos centros das cidades frente à degradação de imóveis. Os programas sociais podem, de maneira acanhada, contribuir com a recriação da diversidade urbana, tanto como um valor social, quanto econômico, cultural ou político.

Desse modo, é importante determinar previamente áreas onde serão realizados investimentos em habitações de interesse social e garantir que seus preços não ultrapassem determinados níveis. O estímulo para uma ocupação permanente deve ser incentivado, de maneira a contemplar questões tributárias e facilidades de crédito para aquisição de imóveis dentro do perímetro estipulado.

Também relevante e merecedora de discussão é a questão de como conciliar a preservação de bens culturais com a sua exploração econômica, sem alterar seus valores e sua relação de pertencimento com a população e com possibilidade de se tornar um recurso valioso que contribui para o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade a qual pertence.

Harvey (2004, p. 275) destaca que os grandes interesses corporativos e financeiros (que incluem os meios de comunicação) promovem sua própria versão de política e identidade. Vive-se num momento da “racionalidade suprema do mercado versus a tola irracionalidade de tudo o que não seja o mercado”. Paes (2010, p. 17-18) ressalta que, “ao tomar estas áreas centrais como guetos de consumo cultural, esses projetos fortalecem ainda mais o processo de modernização fragmentada e inviabilizam a democratização da urbanidade”. A imagem das cidades pode ser estrategicamente (re)criada pelo poder público local, juntamente com corporações, para que promovam desejos de consumo a partir da valorização do local e, conseqüentemente, gerem lucro para seus investidores, principalmente pela elevação do capital imobiliário.

Todavia, na busca incessante pelo lucro, criam-se imagens superficiais que mascaram os conflitos e as lutas travadas no cotidiano. Por meio de intervenções urbanas, criam-se cenários tanto para a espetacularização quanto para a adequação das infraestruturas básicas, ocorrendo o que Zukin (1996) chamou de disneyficação do lugar.

Ao trabalhar o planejamento urbano apoiado no modelo empreendedor, as aspirações socioespaciais dos habitantes do lugar podem ficar comprometidas. Ao buscar o capital privado, pautado na competitividade e na eficiência, o setor privado, passa a ser o norteador das decisões, comprometendo o desenvolvimento social.

Verifica-se que se tornou comum realizar intervenções urbanísticas que expulsam antigos usuários, anulando as sociabilidades baseadas no cotidiano local, retirando a essência enquanto história da sociedade para serem desenvolvidas atividades voltadas ao entretenimento. Como destaca Santos (2006), criam-se “vazios embelezados” amparados no discurso da modernização, da revitalização e se esquece que área só tem sua condição de existência devido a comunidade que lá vive e interage com este território.

Nesse sentido, preservar em direção à sua valorização somente como mercadoria seria esvaziar os espaços simbólicos da cidade de sentido e se constituiria um paradoxo para a concepção dos projetos de preservação urbano-culturais.

O patrimônio cultural não deveria ser somente uma alegoria dos cenários urbanos criados pelos projetos urbanos, pelos grandes empreendimentos ou pela atividade turística. O fato de serem recortados trechos da metrópole com a finalidade de transformá-los em lugares exemplares da implantação desses projetos altera a dinâmica da cidade, os fluxos, os movimentos das áreas selecionadas para a implementação dos projetos relacionados à dinâmica maior da metrópole, o que descaracteriza seu contexto e cria cenários de consumo ou espaços valorizados, que acentuam a exclusão e a homogeneização, aniquilando as relações construídas nos lugares.

O patrimônio cultural deve abranger valores que ressaltem a sua singularidade e a relação com seu contexto. Nessa discussão, destaca-se a importância de se pensar sobre o uso dos bens e os seus modos de apropriação. É o uso que dá sentido à vida, pois é por meio dele que o cidadão se relaciona com o lugar e tece uma rede de relações que lhe confere sentido. O uso delinea fronteiras simbólicas diferenciadas no cotidiano e atribuem significações distintas que constituem uma identidade habitante-lugar. Nessa acepção, o uso deveria se tornar um elemento importante no debate das políticas preservacionistas. Todavia, não é nem citado nos tombamentos, o instrumento de preservação ainda mais utilizado no Brasil.

Choay (2011, p. 53) ressalta a importância dos novos usos estarem adaptados às necessidades sociais contemporâneas, evitando somente os usos de caráter “museológico e financeiro” que costumeiramente se atribui ao patrimônio.

Para Vicente (2009), o importante é que o uso possa gerar renda, permitindo aos proprietários arcar com os custos da conservação, minimizando assim os seus gastos. Dessa maneira, a renda se reverte em benefícios ao bem cultural e em verba para a conservação do bem.

A abordagem sobre o uso também está vinculada ao estado de conservação física dos imóveis. O estado de conservação pode afetar o fluxo de serviços inseridos em um bem, da mesma maneira que o uso e a exploração pode afetar seu estado de conservação. Ressalta-se que a inserção de novos usos não deve ser prejudicial ao seu estado de conservação.

As intervenções urbanas não deveriam ocorrer sem considerar o valor que os lugares possuem como referenciais para seus usuários. É o lugar que dá sentido de pertencimento a um território, com base em sua cultura e em sua história. Essas referências vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades variadas.

Portanto, é o lugar que adquire destaque e reivindica a diferença. Por isso, acredita-se em projetos que transformem espaços em lugares, ou seja, em áreas habitadas por pessoas que se identifiquem e considerem aquele espaço como algo que lhes pertence ou no mínimo lhes diga respeito. Assim, a preservação do patrimônio cultural, no período contemporâneo, necessita desempenhar outras funções além da salvaguarda da memória, respondendo às crescentes procuras sociais relacionadas.

Por isso, a metodologia de interpretar a cidade a partir de desenhos, coletados no trabalho de campo junto à população de moradores e usuários e, utilizá-las como um convite à discussão e definição das categorias, torna-se uma ferramenta em potencial para nortear o planejamento urbano dessa área para além da normatização imposta pelos planos verticais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para refletir sobre a cidade, conciliar intervenções do urbanismo com o processo de urbanização torna-se um grande desafio no campo do conhecimento, sobretudo na esfera do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural.

Como arquiteta e urbanista, entendo ser oportuno, para a compreensão desta tese, destacar que a Geografia constituiu um campo novo de pesquisa para mim, oportunizando-me vislumbrar novos campos analíticos e teóricos acerca da produção do espaço urbano, assim como metodologias que trabalham a sua interpretação.

A intenção desta tese é contribuir, tanto no âmbito acadêmico, quanto no de gestão dos espaços urbanos, com compreensões, discussões e questionamentos que enriqueçam a prática do planejamento urbano na contemporaneidade, além de abrir perspectivas de estudos teóricos e práticos para geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, historiadores, dentre outros, que utilizam o espaço como objeto de estudo.

Nas considerações preliminares de cada um dos capítulos que compõem esta tese, já foram apresentadas algumas reflexões importantes com o fito de enriquecer o arremate das várias discussões que o trabalho foi ressaltando, questionando e procurando responder.

As discussões efetuadas tiveram como foco inicial a compreensão do processo de produção e reprodução do espaço urbano do centro de Campinas a partir do estudo de dois vetores: os verticais e os horizontais que atuam no uso do território e na refuncionalização do centro histórico de Campinas na contemporaneidade, de modo a contribuir com uma abordagem interpretativa que comporte várias dimensões do espaço e relacione as interfaces do objeto de estudo com o intuito de demonstrar não somente o espaço planejado político e tecnicamente, alvo dos planejadores urbanos. Busca-se, ainda, conhecer o espaço vivido a partir da representação de seus habitantes e usuários na vida cotidiana.

Nesse sentido, a compreensão do processo de produção do centro de Campinas estrutura-se a partir dessa dialética. A ordem distante, ou verticalidades, analisa as intervenções urbanas e o tempo do mundo – para identificar interesses, atores envolvidos e propostas de projetos urbanos, além da

maneira como se realiza a regulação entre a política local e global. A ordem próxima, ou horizontalidades, avalia o espaço cotidiano e o tempo do lugar, para averiguar como a população apropria-se e identifica-se com o centro.

Nas análises e discussões realizadas, fica patente o prevalecimento da ação e dos interesses do Estado e sua aliança com os setores privados, que agem de maneira estratégica com o intuito de valorizar a reprodução do capital e a produção de um espaço dominado, homogêneo, fragmentado e hierarquizado, marcados por uma relação de exterioridade em relação ao cidadão e uma perda de identidade em função da destruição dos referenciais urbanos que sustentam a vida cotidiana.

Nesse aspecto, o que acontece em Campinas não é diferente do que ocorre atualmente em outras cidades. As verticalidades atuam sobre as práticas do planejamento urbano contemporâneo pautado em intervenções que, muitas vezes, privilegiam o lucro e a exploração da “renda monopolistas da terra” (HARVEY, 2001).

É patente, também, que o centro de Campinas é um elemento significativo do processo de crescimento e desenvolvimento da cidade, seja pelo seu papel estruturador das primeiras formas e funções urbanas, seja por sua vitalidade que permanece .

O que se entende por centro da cidade na atualidade correspondeu, no passado, à própria cidade e ao seu núcleo original (SANTOS, 2004), que contemplava as instâncias de governo, comércio, lazer e moradias das famílias das classes mais abastadas. E desde essa época, o centro já recebia influências externas, seja nos gostos e nos costumes, ou nos projetos urbanos. Influenciado pela intervenção de Haussmann em Paris, Prestes Maia propôs um projeto de embelezamento urbano para o centro de Campinas, em 1937, para modernizar e higienizar a cidade, estruturando algumas intervenções visíveis até hoje, tais como as Avenidas Francisco Glicério e Campos Salles.

Com o crescimento urbano de Campinas ao longo do século XX, algumas de suas funções iniciais deslocaram-se para outras regiões da cidade, criando novas centralidades. Nesse processo, o centro sofreu algumas dinâmicas comuns a outras áreas centrais - um contínuo esvaziamento populacional, mudança no perfil socioeconômico dos moradores e usuários, verticalização, degradação do patrimônio cultural e dos espaços públicos, o que contribuiu para o que alguns autores denominaram degradação. Ainda, com o intuito de devolver ao centro o papel hegemônico perdido e de atribuir novas funções que o dinamizem e o conectem ao mercado de consumo global, as intervenções urbanas fomentaram ações e projetos diferenciados, em parceria com a iniciativa privada.

Apesar de não ser um exemplo emblemático de planejamento estratégico, Campinas foi influenciada pelos mesmos processos e responde às mesmas demandas das verticalidades que influenciam outras cidades, sobretudo na América Latina. Com o intuito de resgatar essas qualidades e funções perdidas, a área central tornou-se alvo de diversos projetos. No início, eram apenas intervenções pontuais, voltadas para a revitalização do patrimônio, porém, na atualidade, consolidam-se como propostas mais complexas que propõem a refuncionalização urbana a partir da valorização da fluidez do território, adotando a mobilidade urbana como foco de alguns desses projetos.

Desde a década de 1970, a cidade de Campinas sofreu transformações urbanas com investimentos em atividades voltadas para o consumo e atividades relacionadas ao ócio e à cultura, com intervenções que valorizaram a preservação do patrimônio cultural e incentivaram a sua “patrimonialização” (JEUDY, 2005), tais como a construção do calçadão, o Projeto de Revitalização da Rua Treze de Maio, projetado por Ruy Ohtake, o Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, proposto pelo ex-prefeito Antônio da Costa Santos e o Projeto Centro elaborado pela ex-prefeita Izalene Tiene. A intenção desses projetos foi revalorizar o centro com o objetivo de otimizar o seu potencial de consumo e conservar a sua vocação comercial. Essa revalorização previa a preservação formal dos edifícios históricos para compor um grande cenário urbano, que, com suas formas embelezadas, mais segurança, comodidade e atrativos, se tornaria um local mais atraente para o público consumidor de maior poder aquisitivo. E, dessa maneira, o centro poderia concorrer com os shoppings centers e as novas centralidades de bairro no consumo de mercadorias e de lazer.

A proposta de construção do novo centro, elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner, na gestão do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, consolida propostas mais complexas que propõem a refuncionalização urbana a partir da valorização da fluidez do território, adotando a mobilidade urbana como foco desses projetos. A construção da nova rodoviária de Campinas e do Terminal de Ônibus Urbano Metropolitano dentro do pátio ferroviário da antiga Fepasa manifesta essa preocupação futura com a interligação dos meios de transporte, reativando o complexo ferroviário como uma das portas de entrada da cidade, como no passado.

Este projeto também já vende a imagem de uma cidade preocupada com o futuro e com o seu crescimento, que se prepara para se conectar às redes globais por meio da construção de polos de alta tecnologia, consumo e cultura, além da conexão com o TAV – Trem de Alta Velocidade e com as grandes metrópoles brasileiras - Rio de Janeiro e São Paulo. Salienta-se que o marketing urbano

do Projeto Centro vende uma imagem do que ainda não foi construído ou transformado. Porém, a venda dessa imagem é essencial para catalisar os empreendedores e os investimentos necessários para viabilização dessas propostas.

Esta pesquisa evidencia que o projeto da construção do novo centro prioriza investimentos em grande complexos empresariais, permitindo que o território municipal seja usado de forma corporativa, o que tende na criação de uma grande “ilha de alta tecnologia” (MUÑOZ, 2008), consumo e cultura que anseia por uma supervalorização do local. E enuncia uma provável especulação imobiliária em torno dessa área. Com isso, o centro também se transformaria em recurso econômico, possibilitando a extração da “renda monopolista da terra” (HARVEY, 2001).

Ainda em fase de estudos, mas com grandes possibilidades de sair do papel nos próximos anos, o Pátio Central será o ponto de referência para uma renovação completa da região central da cidade.

Uma análise mais acurada mostra que o projeto do novo centro não explicita na sua proposta uma política de gentrificação. Todavia, como ressalta Bidou-Zachariasen (2006), se for considerada a grande composição popular dos centros das cidades, promover equipamentos culturais, revalorizar o patrimônio cultural e o espaço público, investir em complexos empresariais já demonstra um apelo para que uma classe mais abastada frequente o local, evidenciando que um processo de gentrificação possa acontecer.

Para repensar essa lógica onde as verticalidades prevalecem, é essencial recuperar a reflexão lefebvriana acerca da produção do espaço (LEFEBVRE, 1974) e entender não apenas como os lugares adquirem qualidades materiais e são concebidos pela imposição das normas e da regulação do Estado para organizar, controlar e planejar o espaço. Mas também como adquirem valor simbólico e são representados por moradores e usuários, evidenciando a vida cotidiana e suas relações imediatas. Concordando com Harvey (1989, p. 22), “as possibilidades político-econômicas da reconstrução de lugares estão coloridas pela maneira (...) da representação dos mesmos”. Assim, constituem ferramenta essencial para o agenciamento de ideias que presidem as ações de planejamento urbano e podem se fortalecer horizontalmente, a partir de ações localmente construídas.

A reflexão a partir dos desenhos elaborados por moradores e usuários do centro busca ir além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades. Ou seja, procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais. Nesse sentido, permite identificar as principais categorias de análise que traduziram o centro pela

representação dos inquiridos: consumo, circulação, lazer, problemas urbanos, patrimônio, praças e verticalização, além da Treze de Maio e sua inerente centralidade.

Os resultados da pesquisa apontam que a criação de outras centralidades em Campinas não significou o esvaziamento do centro como um todo, mas sim uma mudança de perfil de usos e usuários, que caracteriza a área central por uma ocupação coletiva e heterogênea, estimulada por um aglomerado de pessoas que determinam fluxos dinâmicos que se cruzam constantemente. Essa grande quantidade de pessoas é atraída por uma diversificação de negócios: cafés, restaurantes, lanchonetes, grande concentração de lojas, em sua maioria popular, com diversidade de produtos e serviços, o que acaba por caracterizar o centro como essencialmente um “lugar de consumo” (LEFEBVRE, 1974).

Enquanto a região da Boca do Lixo se esvazia e se torna insegura, a Rua Treze de Maio, conhecida pelo codinome “o calçadão”, apresenta uma vitalidade continuada e crescente, seja para o consumo, para o encontro, manifestações ou meramente para circulação. Esses contrastes tornam o centro heterogêneo e fragmentado, marcado por diferentes apropriações e dinâmicas sócio-territoriais ao longo de sua extensão.

Apesar dos diversos shoppings centers periféricos ao centro e dos inúmeros comércios de bairro que Campinas possui, fica evidente que a área central não perdeu sua vitalidade e é utilizada pela classe de menor poder aquisitivo como um lugar de consumo, na busca da realização dos prazeres. A diversidade e variedade de produtos, as liquidações, as lojas de preços reduzidos, os camelôs, tudo incita experiências emocionais e bem-estar que geram satisfação, prazer e felicidade momentânea no ato de consumir. No entanto, é uma “felicidade paradoxal” como destaca Lipovetsky (2007), pois os consumidores buscam satisfazer suas aspirações no mercado, porém nem sempre conseguem.

Identifica-se, ainda, que os consumidores também vão ao centro para consumir o espaço (LEFEBVRE, 1974). Nesse sentido, ir ao centro torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas. Os bares, cafés, restaurantes, botecos, festas, apresentações no espaço público, suscitam outro tipo de consumo – o cultural e o mercantil, associado ao lazer e ao tempo livre, mas que também buscam a felicidade e o prazer como resultado do consumo. Como destaca Lipovetsky (2007), a sociedade do hiperconsumo não é sinônimo de enclausuramento ou confinamento, mas o contrário, ela representa o gosto de sair, de ver gente, de participar de grandes reuniões e festas. Neste sentido, o lazer se configura como uma nova forma de mercadoria, estreitamente vinculada ao

consumo do espaço, de modo que as centralidades comerciais tornam-se espaços de lazer, prontos para serem abstratamente consumidos.

O comércio informal foi citado por muitos inquiridos, de poder aquisitivo não muito alto, que se dirigem à procura de variedade de produtos e preços baixos. No entanto, a informalidade, extremamente visível na área central, torna latente problemas de desemprego, subemprego, pauperização e vulnerabilidade social. E constitui um grande desafio para o Poder Público: se, por um lado, a economia informal representa estratégias de sobrevivência para inúmeras pessoas, diante de um mercado de trabalho cada vez mais restrito e marcado por um desemprego estrutural, por outro promove conexões e conflitos entre o legal e o ilegal, o formal e o informal.

A circulação evidencia-se como uma categoria de grande frequência nas respostas dos entrevistados e, portanto, significativa de discussão e análise. Identifica-se que o centro pode ser caracterizado em função do fluxo de pessoas, ou seja, dos lugares onde passam e não em função do lugar onde residem.

A pesquisa vem confirmar que a condição de mobilidade urbana no centro de Campinas é uma questão importante e ainda não resolvida pelo planejamento de intervenções pontuais. Apesar de ser cortado por vias de trânsito rápido, corredores viários e possuir conexão com todas as regiões da cidade e vice-versa, apresenta muito congestionamento, sobretudo em horário de pico.

No que se refere aos pedestres, observa-se que as calçadas nem sempre são cuidadas o suficiente, apresentando obstáculos, mobiliário urbano mal posicionado, largura pequena, superfície irregular, sem adequações satisfatórias para pessoas portadoras de deficiência. Além disso, o lixo depositado nas ruas prejudica em muito a drenagem, principalmente em dias chuvosos, quando é arrastado e causa entupimento das bocas de lobo.

No que tange ao tráfego, há no centro um grande número de veículos de passagem que circulam pelas suas vias. Verifica-se que, pela região central, circulam não somente veículos, mas também uma expressiva quantidade de cidadãos que dependem de transporte coletivo e lá encontram opções de se locomover para os seus destinos finais. Ou seja, o centro concentra e distribui o fluxo da região. Isso é reflexo de intervenções urbanas que mantiveram a área central como foco das redes de transporte coletivo, contribuindo para consagrar o caráter popular da região.

Organizar os fluxos na cidade, melhorar o acesso das pessoas ao que a cidade oferece, de modo mais eficiente em termos socioeconômicos e ambientais torna-se essencial para melhorar a mobilidade urbana do centro. O trânsito, cada vez mais caótico, é um obstáculo para a revitalização do Centro e para a mobilidade da metrópole, que cresce em ritmo acelerado.

Alguns desses problemas levantados pela população estão na pauta de determinados projetos urbanos da Prefeitura Municipal de Campinas, tais como a implantação de um terminal intermodal, da qual já foram construídas a nova rodoviária e o Terminal de Ônibus Metropolitano, e do qual se espera a implantação do TAV, para oferecer mais uma alternativa de transporte coletivo para a população.

Constata-se que, entre os problemas urbanos, o que mais preocupa a população atualmente é a violência, pois todos estão vulneráveis aos crimes que ocorrem, principalmente nas grandes cidades do Brasil, da qual Campinas se inclui. Diariamente, ouvem-se notícias de assassinatos, assaltos, sequestros, agressões e outros tipos de violência. E muito deles com ocorrência na área central. Esse fato contribui bastante para que a população fique com medo e não confie na segurança pública. Isso justifica o fato de os inquiridos entenderem o centro como um lugar perigoso e violento, sobretudo no período noturno, onde a frequência de pessoas nesse espaço diminui.

A pesquisa identifica ainda que a falta de segurança no centro consiste em um dos fatores de estagnação de manifestações culturais no local e o impedimento na instalação de mais bares, restaurantes e espaços de cultura. A pesquisa constata que a violência tem alterado a rotina de diversos usuários, que se sentem amedrontados pela violência: comerciantes são obrigados a fechar seus estabelecimentos mais cedo e estudantes a voltar da escola em grupo, para não serem assaltados.

Outra comprovação é que o alto índice de violência no entorno da estação corrobora para a degradação física e social da área conhecida como Boca do Lixo, impondo um “toque de recolher”, ocasionando alterações na rotina de diversos usuários. A área sofre um esvaziamento no período noturno, o que contribui para a concentração de usuários de drogas, traficantes, prostitutas, contrabandistas e falsificadores.

Ressalta-se que o funcionamento ininterrupto e a diversidade de usos são essenciais para garantir a segurança do local, pois permite que o centro seja usado e vigiado durante todos os períodos. A presença da diversidade pode ser estimulada por mecanismos de projetos e é fundamental em qualquer processo de refuncionalização urbana.

A poluição atmosférica é outro grande problema das cidades, decorrente do intenso fluxo de automóveis e de outros problemas ambientais que surgiram, como impermeabilidade do solo, alterações climáticas, ausência de saneamento ambiental. Constatou-se que a população reclama da qualidade do ar da área central.

O vandalismo é identificado pela grande quantidade de imóveis pichados da área central. As representações vêm confirmar a preocupação das pessoas com o embelezamento da cidade, sobretudo no que concerne à conservação dos edifícios e à pichação, que, além de produzirem poluição visual, comprometem a estética, a paisagem e o ambiente urbano.

Enfim, os diversos problemas urbanos identificados pelos moradores e usuários do centro de Campinas, tais como as deficiências do sistema de transporte, congestionamentos, multidão, falta de conservação dos edifícios, a concentração e desigual distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição, pichação, violência, entre outros, enfatizam aspectos considerados desagregadores da área central. Esses problemas retratam o quadro que caracteriza o cotidiano de outras grandes metrópoles da América Latina, considerando-se os indicadores sociais, econômicos e demográficos.

Nesta pesquisa, constata-se também a ausência de programas de conscientização com respeito à preservação do patrimônio. Os entrevistados, especificamente os de menos idade, comprovam pouco conhecimento em relação ao patrimônio cultural presente nessa área e, conseqüentemente, pouca identificação com ele.

O processo de refuncionalização urbana, que transformou o centro em um local de consumo, pode possuir como possíveis conseqüências, a perda de identificação da população para com estes novos espaços criados. O tempo acelerado das mudanças fragmenta a memória, individual e coletiva, também pode ser outra causa, pois distancia o indivíduo de sua origem, seu passado e suas lembranças.

Nesse contexto, ressalta-se a importância das técnicas e métodos de interpretação do patrimônio, como um meio de informar, educar e promover o interesse dos usuários pelos bens culturais.

Em uma relação direta com o que foi explicitado anteriormente ao longo deste trabalho, parte-se do pressuposto de que o conflito inevitável entre os diversos grupos que atuam na produção do espaço são essenciais para se discutir sobre a prática da refuncionalização urbana e um “modo possível de se pensar a cidade” (CARLOS, 2004a) a partir de uma reflexão geográfica que contraponha as verticalidades e as horizontalidades.

Ao considerar que os conflitos não desaparecem, uma leitura do centro como um cenário urbano voltado para o consumo visual não é a mesma da visão de uso cotidiano da população desse espaço.

Apesar das horizontalidades e das verticalidades se inter-relacionarem no cotidiano da cidade, elas não são tratadas conjuntamente nas políticas públicas que estruturam a prática do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural.

As intervenções urbanas não deveriam ocorrer sem considerar o valor que os lugares possuem como referenciais para seus usuários. É o lugar que dá sentido de pertencimento a um território, com base em sua cultura e em sua história. Essas referências vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades variadas.

Nesse sentido, é o lugar que adquire destaque e reivindica a diferença. Por isso, acredita-se em projetos que transformem espaços em lugares, ou seja, em áreas habitadas por pessoas que se identifiquem e considerem aquele espaço como algo que lhes pertence ou no mínimo lhes diga respeito.

Enfim, é necessário rever muitas questões para inserir a ordem local na prática do planejamento urbano contemporâneo. Esse processo envolve questões estruturais complexas. Talvez o grande desafio seja conciliar questões de moradia, circulação, consumo, inclusão social, preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida urbana com equidade social. As intervenções urbanas deveriam preconizar o direito à cidade num sentido amplo, incluindo-se o direito à vida urbana e à possibilidade de construção das memórias coletivas, sem rompimentos traumáticos com os elos sociais conquistados.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: Imprensa Office, 2000. (Coleção Espaço e Poder).

_____. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 48-55, 1987.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília B. F. e outros. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 75-103.

ARAÚJO, Sammya. Consórcio terá um ano para construir rodoviária: assinatura de contrato para o início da obra do novo terminal será assinado hoje. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 27 fev.2007.

BADARÓ, Ricardo de Souza. *O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas 1934-1962*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *Campinas: o despontar da modernidade*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana, n. 7).

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

BARDDAL, Paulo. Orçamento subestima custo de shopping de rua. *Correio Popular*, Campinas, 21 set.1993. Cidades.

BASTOS, Wagner. O centro pulsa forte. *Correio Popular*, Campinas, 15 dez. 2008. Opinião.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010. (Arte & Comunicação, 54).

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BERNARDO, Rosana Guimarães. *Histórico da Ocupação do Solo no Município de Campinas*. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord). *De volta à cidade - dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1998.

BOYER, M. Christine. *The city of collective memory: its historical imagery and architecture entertainments*. Cambridge: MIT Press, 1998.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Serviços urbanos. *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília, DF, 2006. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/Milton.pdf>>. Acesso em 23 jul.2010.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 set. 2001.

_____. Decreto Lei 25/37, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

BRIZZI, Lenir. Noite da Seresta reúne público eclético na Praça Carlos Gomes. *Notícias [da] Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 30. jul.2005. Notícias. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=10096. Acesso em 28 jul. 2008.

BRUHNS, Heloisa Turini. Lazer e consumo: elementos para reflexão. In: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). *Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas: Autores Associados, 2002. (Coleção educação física e esportes).

CAMPINAS. Decreto nº 15471 de 16 de maio de 2006. Dispõe Sobre Abertura de Processos de Tombamento e Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Tombados, Preservados e em Áreas Envolvórias. *Diário Oficial [do] Município de Campinas*, Campinas, 17 mai. 2006.

_____. Decreto nº 13.819 de 19 de Dezembro de 2001. Regulamenta a Lei nº 10.704, de 4 de dezembro de 2000, que institui o programa de adoção de praças públicas e de esportes e áreas verdes - PAPPE, estabelece seus objetivos e processos, suas espécies e limitações das responsabilidades e dos benefícios dos adotantes. *Diário Oficial [do] Município de Campinas*, Campinas, 19 dez. 2001.

_____. Lei nº 9149, de 17 de dezembro de 1996. Dispõe sobre alterações na Lei nº 5885 de 17 de dezembro de 1987, que trata do procedimento relativo à proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico; estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental de Campinas. *Diário Oficial [do] Município de Campinas*, Campinas, 18 dez. 1996, p. 02.

_____. Lei nº 8722, de 27 de dezembro de 1995. Autoriza o Executivo Municipal a instituir o Programa de Revitalização da Área Central, bem como dispõe sobre a isenção de Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos interessados que participarem do Programa e dá outras providências. *Câmara Municipal*, Campinas, 27 dez. 1995.

_____. Decreto nº 10.424, de 06 de maio de 1991. Dispõe sobre a regulamentação das áreas envolvórias de bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, e cria, as zonas de preservação correspondentes. *Diário Oficial [do] Município de Campinas*, Campinas, 07 abr. 1991, p. 2.

_____. Lei Municipal Ordinária nº. 5885/1987, de 17 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental de Campinas. *Câmara Municipal*, Campinas, 17 dez. 1987.

_____. Lei nº 640, de 28 de dezembro de 1951. Aprova a Revisão do Ato no.118, de 23 de abril de 1938, que dispõe sobre o Plano de Urbanos da Cidade. *Câmara Municipal*, Campinas, 28 dez. 1951.

CANO, Wilson. *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo – 1029 a 1980*. São Paulo: Fundação Seade, 1988. (Volume I, Coleção Economia Paulista).

CARLOS, Ana Fani A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. Uma leitura sobre a cidade. *Revista Cidades – GEU, Presidente Prudente*, n. 01, v. 01, p.11-30, 2004b.

_____. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (org), *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década de cinquenta*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana, n. 8).

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, estratégias e resultados*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. (Arte e Comunicação, 4).

_____. Destinos da cidade europeia: séculos XIX e XX. Trad. Ana Fernandes. *Revista RUA*, Campinas: EdUNICAMP, n.6, p. 6-21, 2007.

_____. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: EdUNESP: Estação Liberdade, 2001.

_____. *O Urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. Trad. Dafene Nascimento. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa

Ramos da Silva Oliveira (Orgs). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

COSTA, Maria Teresa. Verticalização já soma 35% das residências: de cada 100 famílias de Campinas, 35 moram hoje em prédios. *Correio Popular*, Campinas, 07 mar. 2010. Cidades.

_____. Condepacc vai rever área envoltória de patrimônios. *Correio Popular*, Campinas, 25. fev. 2009a. Cidades.

_____. Prédios históricos viram ‘fantasmas’ no Centro: referências importantes, muitos estão escondidos por tapumes. *Correio Popular*, Campinas, 06 jan. 2009b. Cidades.

_____. Imóvel bicentenário é tombado no Centro: casa histórica está localizada na esquina entre as ruas Antônio Cesarino e General Osório. *Correio Popular*, Campinas, 19 dez. 2008a. Cidades.

_____. Condepacc faz mutirão para agilizar tombamento: dezenove bens já foram preservados este ano e meta é zerar lista, com exceção das fazendas históricas e matas nativas. *Correio Popular*, Campinas, 14 set. 2008b. Cidades.

_____. Potencial imobiliário do trem rápido é de R\$20,8 bilhões: estudo elaborado a pedido da Prefeitura indica os locais de investimento no entorno das estações. *Correio Popular*, Campinas, 10 out. 2008c. Cidades.

_____. Lei limita as áreas para compensar bem tombado: legislação estipula em 31 os lotes que poderão ser usados por proprietários. *Correio Popular*, Campinas, 18 dez. 2007a. Cidades.

_____. Dono de patrimônio será compensado: prevista em lei desde 1987, a transferência de potencial construtivo será regulamentada hoje pelo prefeito Hélio. *Correio Popular*, Campinas, 17 dez. 2007b. Cidades.

_____. História da cidade se perde em ruínas: esqueletos de antigas e imponentes construções se deterioram pelos efeitos do tempo, do vandalismo e do abandono. *Correio Popular*, Campinas, 16 set. 2007c. Cidades.

_____. Atraso em obras ameaça patrimônio: reforma de dois de cinco imóveis históricos escolhidos para ações emergenciais no ano passado ainda depende de recursos. *Correio Popular*, Campinas, 26 ago. 2007d. Cidades.

_____. Pichador ataca sede de banda recém-restaurada: garranchos em tinta roxa tomam fachada do prédio histórico da Carlos Gomes. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 04 out. 2006a.

_____. Prefeitura vai bancar nova pintura: lei que limita venda de spray e pune quem for flagrado pichando fica no papel. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 04 out. 2006b.

_____. Outro prédio histórico é atacado por pichadores: edifício recém-pintado, na região da Estação Cultura, teve fachada danificada. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 21 abr. 2006c.

_____. Destino de camelôs é ponto de maior polêmica. *Correio Popular*, Campinas, 16 abr. 2002. Cidades.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

DEL RIO, Vicente. *Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da percepção ambiental*. 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEZAN, Waldir Vilalva. *A implantação de uma modernidade: o processo de verticalização da área central de Campinas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Construção) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DINI, Alberto. Tombamento: Condepacc vai avaliar imóveis. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 13 set. 2007. Notícias. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=16386. Acesso em 10 mar. 2008.

_____. Mais três praças são revitalizadas no centro da cidade. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 06 out. 2005. Notícias. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?r>. Acesso em 10 mai. 2009.

DINI, Alberto; VIANA, Sonia. Prefeitura de Campinas entrega revitalização da Praça Guilherme de Almeida. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Notícias, Campinas, 04 ago. 2006. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=13357. Acesso em 28 jul. 2008.

EDITORIAL. Super Viracopos decola - Trem rápido consolida megalópole. *Correio Popular*, Campinas, Edições especiais, 14 jul. 2009a.

_____. Campinas 235 anos. *Correio Popular*, Campinas, Edições especiais, 14 jul. 2009b.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FÉLIX, Luciana; VERZIGNASSE, Rogério. Boca do lixo expõe a decadência do centro. *Correio Popular*, Campinas, 02 mai. 2010. Cidades.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2000. (Acadêmica, 31).

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. *Intervenções urbanas e dinâmica local: o processo de requalificação do centro histórico de Gênova, Itália*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GALLACCI, Fábio. Violência impõe toque de recolher no Centro. *Correio Popular*, Campinas, 23 mai. 2010. Cidades.

_____. Prefeitura lacra hotéis no Centro. *Correio Popular*, Campinas, 11 out. 2006. Cidades.

GALLO, Haroldo. El patrimonio entre dos conceptos. *AS – Arquitecturas del Sur*, Concepción (Chile), n. 36 – Identidad y arquitectura, v. XXVII, p. 38-49, dez. 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: a cidade em cena (I). A fabricação do filme. O relato de uma aventura. *Espaço Aberto*, PPGG, UFRJ, v. 1, n. 2, p. 9-22, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GRANZOTTO, Luiz. Projeto Centro. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 2004. Notícias. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/projeto_centro/. Acesso em 16 jul. 2006.

GUGLIELMINETTI, Rose. 13 de Maio, caótica e democrática: na babel urbana que é a principal artéria do comércio de Campinas, o formigueiro humano reúne gente de todo tipo. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 09 set. 2007.

INSELSPERGER, Johnny; OLIVEIRA, Fabiana de. 'Boca do Lixo' continua funcionando: nem o fechamento de hotéis que funcionavam como motéis na região da Rua Saldanha Marinho acaba com prostituição. *Correio Popular*, Campinas, Cidades, 09 fev. 2007.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HAMNETT, Chris. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 16, n. 2, p. 173-189, 1991. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-2754%281991%292%3A16%3A2%3C173%3ATBMATE%3E2.0.CO%3B2-P>. Acesso em 23 abr. 2009.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. Do gerenciamento ao empreendedorismo: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____. *Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN/Ministério da Cultura, 1995. (Cadernos de Documentos n. 3).

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Caderno de diretrizes do IEPHA*. Belo Horizonte: IEPHA, [s.d.]. Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/diretrizes_protecao.htm>. Acesso em 15 jul. 2004.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1989.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOZEL, Salette. Resignificando as representações do espaço: as linguagens do cotidiano. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, X, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2005, p. 7283-7296. CD.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.

LASH, Scott. *Sociologia del posmodernismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991a.

_____. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991b [2001].

_____. *Espacio e política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.

_____. *La production de l'espace*. 15. ed. Paris: Anthropos, 1974.

LEITE, Adriana. Camelódromo terá obra concluída: implantação do Centro Popular de Compras 2 será retomada ao custo de R\$ 400 mil e prevê banheiro público no local. *Correio Popular*, Campinas, 15 mar. 2007. Cidades.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaços público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: EdUNICAMP/ Aracaju:EdUFS, 2004.

LERNER, JAIME. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIPOVETSKY, GILLES. *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LLORCA, V. *La plaza e lo poético*. Villanueva y Geltrú: [s.n.], 1997.

LOPES, Paloma. Noite da Seresta: 2 mil pessoas prestigiam última edição do ano. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Notícias, Campinas, 26 nov. 2005a. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=11477. Acesso em 28 jul. 2008.

_____. Rua 13 de Maio será inaugurada com grande festa e promoções. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 25 nov. 2005b. Notícias Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=11459. Acesso em 28 jul. 2008.

_____. 13 de Maio: obras estão aceleradas para entrega da revitalização. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 17 nov. 2005c. Notícias. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=11333. Acesso em 28 jul. 2008.

_____. Segunda edição do Jazz no Rosário agrada público. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 04 nov. 2005d. Notícias. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=11205. Acesso em 28 jul. 2008.

_____. Banda UFRJ Jazz Ensemble abre projeto Jazz no Rosário. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 28 out. 2005e. Notícias. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=icia.php?not_id=11157. Acesso em 28 jul. 2008.

_____. Noite da Seresta traz Agnaldo Rayol nesta 6ª feira. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Notícias, Campinas, 27 out. 2005f. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=11156. Acesso em 28 jul. 2008.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em 07 jul. 2011.

_____. Etnografia urbana. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (orgs). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. (Série cidades e arquitetura).

MARCELLINO, Néelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1998.

MARTINS, José Pedro. A ameaça à história de uma cidade. *Correio Popular*, Campinas, 14 jul. 2002. Cidades.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EdUSP/Nobel, 1991.

MELGAÇO, Lucas de Melo. Território em atrito: a violência sob o olhar da complexidade dialética. In: SOUZA, M. A. A. (org). *A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas*. Campinas: Territorial, 2008.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo e outros (orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 88-99.

MONTANER, Josep M. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTEIRO, Mônica. Área central: reurbanização e requalificação dependerá de ações conjuntas. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 07 nov. 2008. Notícias. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss= ; http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=19406. Acesso em 28 nov. 2008.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 257-287.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

NIEMEYER, Ana Maria de. *Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino de antropologia*. Textos Didáticos (Campinas), n.12, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n.10, p.07-28, dez.1993.

_____. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. *La République*. pp. VII a XLII. p. XXIV. v.1.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. A gestão do patrimônio em Ouro Preto/MG. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva Oliveira (Org). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 179-206.

_____. *Gestão patrimonial em Ouro Preto: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OTTONI, Augusto. *Transformação do centro de Campinas*. Campinas, 30 jan.2009. Entrevista concedida a Melissa Ramos da Silva Oliveira.

PAES, Maria Tereza Duarte. Introdução e apresentação. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva Oliveira (Org). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem/Ministério do Turismo/SNPDTUR, 2009, p. 162-176.

_____. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Revista GEOGRAFIA*, Rio Claro: AGETEO/UNESP, n. 01, v. 31, jan./abril, p. 47- 60, 2006a.

_____. A valorização dos centros históricos urbanos – os dilemas entre o consumo cultural e a habitação. In: VIII CONGRESO INTERNACIONAL DE REHABILITACIÓN DEL PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO Y EDIFICACION, 2006b, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires, 2006b, p. 251-261.

_____. Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, n. 14, v. 7, p. 43-58, 2006c.

PAMPLONA, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. *Plano diretor do Município de Campinas*. Campinas, 2006a.

_____. Secretaria de Transporte. Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas. *Terminal Multimodal de passageiros de Campinas*. Campinas, 2006b. Disponível em: <http://www.emdec.com.br/>. Acesso em 24 out. 2009. (Arquivo em Power point).

_____. Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Plano de requalificação urbana da área central de Campinas*. Campinas, 2002.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Departamento de Planejamento. *Programa de revitalização da área central de Campinas*. Campinas, 1993a.

_____. Serviços Técnicos Gerais. *Novo Centro de Campinas. Revitalização da Rua Treze de Maio*. Campinas, 1993b.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. O lugar da praça: parcialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RABELO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. (Reedições do IPHAN).

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIVIÈRE d'ARC, Hélène e MEMOLI, Maurizio (Orgs.). *Le pari urbain en Amérique Latine: vivre dans le centre des villes*. Paris : Armand Colin, 2006.

ROMERO, Amílcar Lahoz. Condepacc 1. *Correio Popular*, Campinas, 21 jun. 2008. Cartas ao Leitor.

RUBINO, Silvana. “Gentrification”: notas sobre um conceito incômodo. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (Orgs.). *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/ Rio de Janeiro: Prourb/UFRJ, 2003.

SALEK, Valéria. Toninho que os comerciantes participando da revitalização. *Diário do Povo*, Campinas, 24 nov. 2000.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades – para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

_____. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n.1, mai 1999, p. 115-132.

SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732-1992)*. Campinas: UNICAMP, 2002.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar ou por tudo abaixo. *Revista projeto*, São Paulo, n. 86, abr. 1986.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: EdUSP; Salvador:EdUFBA, 2004.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2002. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHAFFER, Richard; SMITH, Neil. The Gentrification of Harlem? *Annals of the Association of American Geographers*, New York: Rutgers University, v. 76(3), p. 347-365, 1986.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Revitalização de centros urbanos. *Publicação Polis*, São Paulo, n. 19, 1994.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

_____. Gentrification and the rent gap. *Annals of Association of American Geographers*, New York: Rutgers University, v.77, p. 462-478, 1987.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. Espaços públicos e espaços coletivos. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Imprensa Oficial/Terceiro Nome/Viva o Centro, 2005.

SOMBINI, Eduardo Augusto Wellendorf. *Habitação e projetos contemporâneos de refuncionalização de centros urbanos: o centro histórico de Campinas*. Campinas: Instituto de Geografia da UNICAMP, 2008. Monografia (Iniciação Científica - FAPESP)

SOTRATTI, Marcelo Antônio. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do centro histórico de Salvador – Pelourinho. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva Oliveira (Orgs). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 139-154.

_____. *Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Multi(poli)centralidade*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996.

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1991.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e a origem do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, ano XI (34), 1991.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, Otília e outros. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 75-103.

VALDERRAMA, Berna Bruit. O legítimo e o legal. In: IX CIDADE REVELADA . FORUM NACIONAL DE CONSELHOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1.; 2006, Itajaí. *Anais...* Itajaí: PMI, 2006. CD.

_____. *Instâncias e Tamanhos do Espaço: Estudo de projeto do centro de Campinas, proposta e crítica*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006, p.1-51.

VICENTE, Eva. Economia do patrimônio. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (orgs). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. (Série cidades e arquitetura).

VIEIRA, Doni. Campinas sai na frente e apresenta estudo do potencial imobiliário para o TAV. *Correio Popular*, Campinas, 08 de outubro de 2008.

VIEIRA, Donizeti. Programa de Adoção de Praças: 100 áreas públicas foram revitalizadas este ano. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 19 dez. 2006. Notícias. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=14595. Acesso em 28 jul. 2008.

VIEIRA, D.; VIANA, S. Comunidade adota mais 80 praças públicas localizadas em diversas regiões de Campinas. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 25 set. 2006. Notícias. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=13866. Acesso em 28 jul. 2008.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro urbano. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (Orgs). *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas: UCCAMP/Rio de Janeiro: Prourb/UFRJ, 2003, p. 21-35.

_____. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 171-243.

XAVIER, Cláudia. Praça XV de Novembro é inaugurada com festa. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Notícias, Campinas, 09 dez. 2008. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=19661. Acesso em 28 jul. 2008.

YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH US; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio Augusto. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, p. 80-103, 2000.

Sites

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS – ACIC. <http://www.acic.bz/>.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN-SP. <http://www.detran.sp.gov.br/>.

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS – EMDEC. <http://www.emdec.com.br/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
<http://www.ibge.gov.br/home>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.
www.iphan.gov.br/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. <http://www.campinas.sp.gov.br>.

SECRETARIA DE ASSUNTO ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SAE.
<http://www.sae.gov.br/site/>.

APÊNDICE A - Questionário aplicado na pesquisa de campo

QUESTIONÁRIO SOBRE O CENTRO DE CAMPINAS

Nome	Idade	Profissão
Renda familiar <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5 a 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> + 10 salários mínimos	Centro – seu local de: <input type="checkbox"/> Trabalho <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Compras <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Passagem	
1. Ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?		
2. Faça um desenho do que é o centro para você.		

3. O que você mais gosta no centro?

4. O que você gostava no centro e se perdeu?

5. Qual o centro que você imagina/gostaria?

6. Quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?

7. Qual o patrimônio cultural presente no centro?

8. Na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?

APÊNDICE B – Caracterização dos entrevistados

Dos 266 entrevistados, 52,3% são mulheres e 47,7% homens, como se observa na Figura B.1.

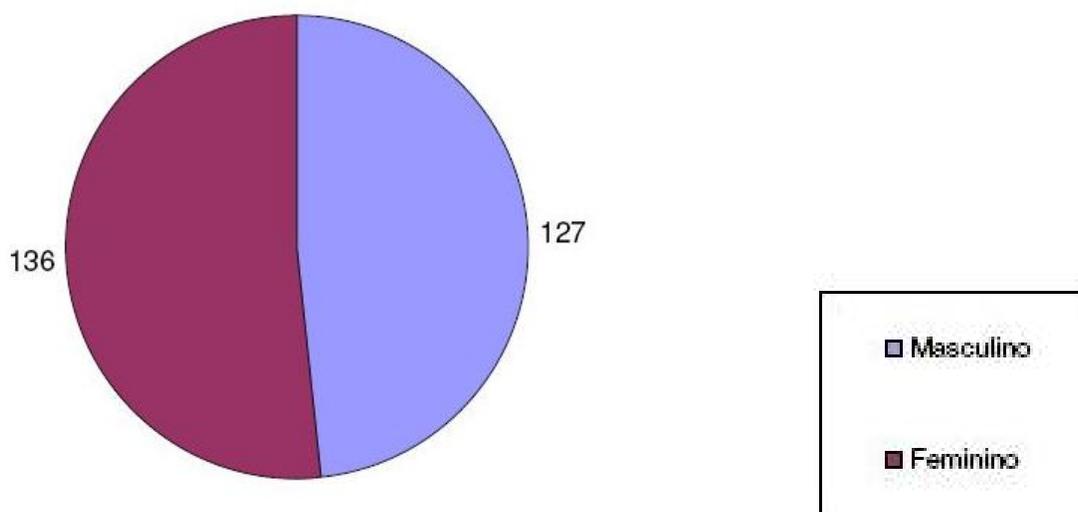


Figura B-1 Distribuição dos entrevistados com referência ao sexo.
Organizado a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

Com relação às idades dos 266 entrevistados, 9,4% possuem até 20 anos; 34,6% mais de 20 até 30 anos, 28,2% acima de 30 até 40 anos; 17,3% mais de 40 até 50 anos; 5,3% acima de 50 até 60 anos; 3,4% possuem mais de 60 anos e 1,8% não responderam (Figura B.2).

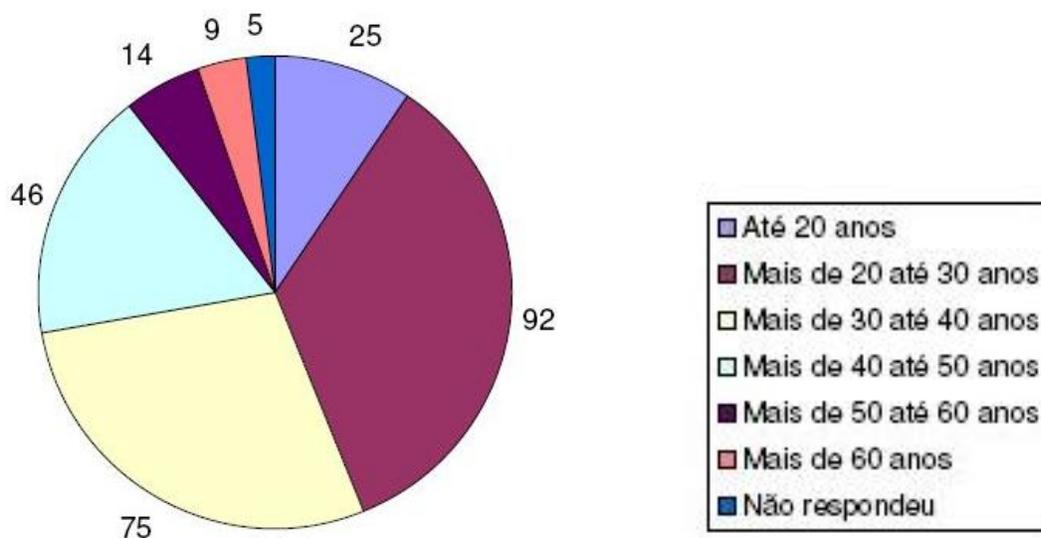


Figura B-2 Distribuição dos entrevistados com referência à idade.
Organizado a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

Quanto à renda, 8,3% declararam não possuir, 8,9% recebem até um salário mínimo; 33,2% recebem mais de 1 até 3 salários; 26,6% acima de 3 até 5 salários; 14,6% mais de 5 até 10 salários e 5,4% recebem mais do que 10 salários mínimos. Três por cento dos entrevistados não responderam a questão, como indica a Figura B.3.

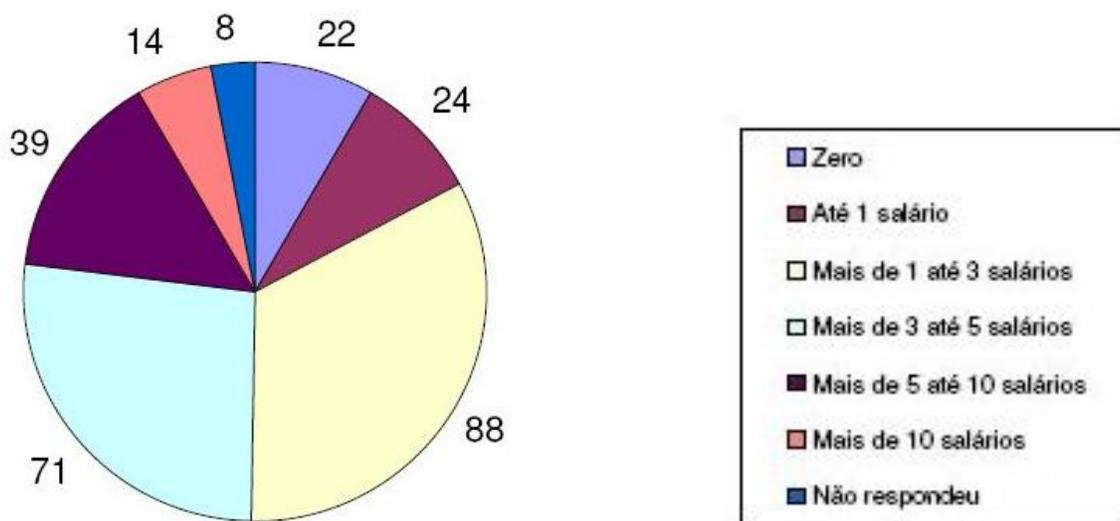


Figura B-3 Distribuição dos entrevistados com referência à renda.
Organizado a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

No que se refere às profissões⁴³, os estudantes representam 16,2%; 30,1% trabalham no comércio; 36,4% na prestação de serviços, 5,6% na indústria, 7,9% são aposentados ou donas de casa e 3,8% estão desempregados (Figura B.4).

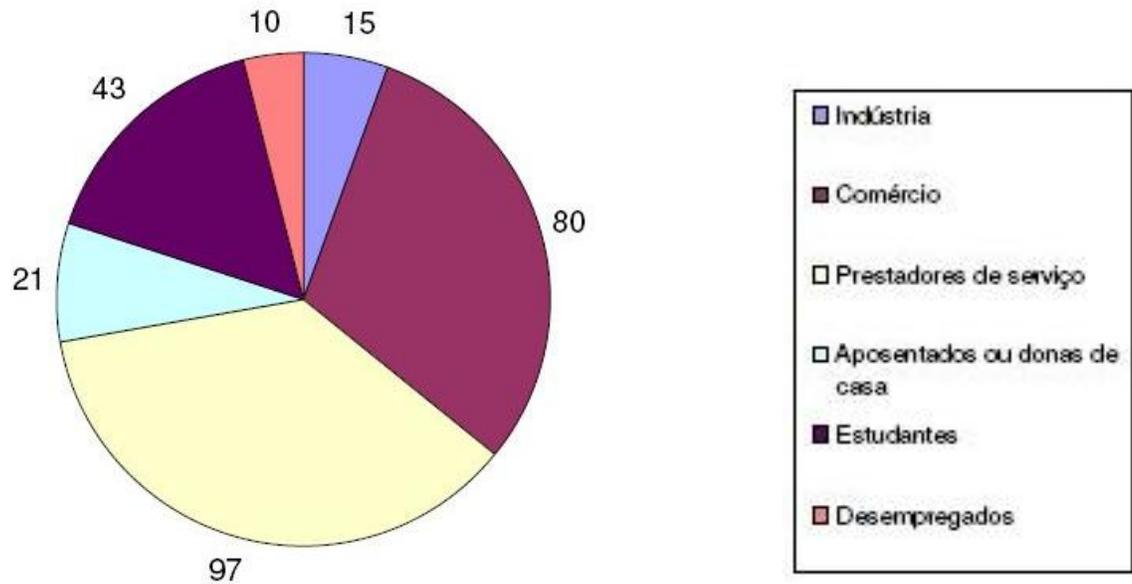


Figura B-4 Distribuição dos entrevistados com referência à profissão.
Organizado a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

⁴³ Dentre as profissões que se incluem nas listadas acima, citam-se: na indústria - mecânico de usinagem, operador de máquina, gerente de departamento de pessoal, auxiliar administrativo e assistente fiscal; no comércio – vendedor, caixa, controlador de estoque, fiscal, gerente de loja, recepcionista; no setor de prestação de serviços - mecânico de carro, babá, pedreiro, faxineira, professor, arquiteto, publicitário, educador físico, designer, artesão, operador de telemarketing, auxiliar de escritório, contador, recepcionista, empregada doméstica, massagista, terapeuta ocupacional, porteiro, zelador, segurança, estilista, educador social e monitor escolar.

APÊNDICE C - Tabulação dos dados da pesquisa de campo

Na tabelas apresentadas a seguir, utilizou-se as seguintes legendas:

Mas – masculino;

Fem - feminino

NR – não respondeu;

SR – sem renda;

Quant. total - quantidade total

CONSUMO

TABELA C-1 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21 -30	31 -40	41-5	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Comércio	Lojas	92	37	55	0	15	32	25	14	5	1	0	0	15	33	24	13	5	2
	Variedade (lojas e produtos)	37	13	24	0	10	18	5	2	1	1	0	0	8	9	9	5	4	2
	Compras	24	9	15	0	10	6	3	2	1	2	0	0	2	10	9	1	2	0
	Camelôs	10	7	3	0	8	1	1	0	0	0	0	0	0	5	3	1	1	0
	Preço baixo	8	1	7	0	2	4	1	1	0	0	0	0	0	1	2	4	1	0
	Shopping	5	4	1	0	4	1	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	0	0
	Proximidade do comércio	4	1	3	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	1	2	1	0
	Rua Treze de Maio	3	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
Serviços	Livrarias	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Concentração de bancos	3	1	2	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
	Emprego	2	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
	Consultas médicas	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Hospital Beneficência Portuguesa	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	Centralidade	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Tabela organizada pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-2 – Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Comércio	Compras	108	53	54	1	15	35	21	19	10	8	0	1	15	47	31	7	2	5
	Treze de Maio	14	9	5	0	3	4	4	3	0	0	0	0	0	5	2	5	2	0
	Camelôs	13	11	2	0	10	1	1	1	0	0	0	1	2	5	4	1	0	0
	Produtos baratos	2	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Serviços	Bancos/ pagar conta	7	4	3	0	5	1	0	0	1	0	0	0	0	3	1	2	0	1
	Variedade/ diversidade	5	1	4	0	1	3	1	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0

TABELA C-3 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das Subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41- 50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Comércio	Grandes lojas e lojas de qualidade	6	5	1	0	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	4	2	0
	Lojas	6	1	5	0	4	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1
	Lanchonetes, bares	5	3	2	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0
	Lojas Muricy	3	2	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0
	Sears	3	1	2	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0
	Restaurantes de qualidade	2	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0
	Eldorado	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Loja Mappin	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-4 – Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião quais são os principais problemas do centro de Campinas?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Comércio	Lojas lotadas	4	1	3	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1
	Filas imensas	4	1	3	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Serviços	Demora no atendimento	5	2	3	0	1	1	2	1	0	0	0	1	2	1	1	0	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-5 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo								
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR	
Comércio	Mais lojas	10	5	5	0	6	2	2	0	0	0	0	0	0	2	3	2	3	0	0
	Com shopping	7	3	4	0	5	1	0	0	1	0	0	0	0	2	2	1	1	1	0
	Variedade	4	2	2	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0
	Lojas baratas	3	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
	Proximidade das lojas	6	1	2	3	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0
	Aberto 24 hs	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	Diversidade	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0

TABELA C-6 – Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Comércio	Compras	125	52	72	1	20	35	32	23	8	7	0	0	12	41	34	25	10	3
	Camelôs	25	20	5	0	16	5	2	2	0	0	0	1	5	10	5	2	2	0
	Lojas da Rua Treze de Maio	12	5	7	0	8	1	0	1	2	0	0	0	3	4	4	0	1	0
	Mercados	6	3	3	0	2	0	2	1	1	0	0	0	1	2	0	2	1	0
	Lojas Americanas	3	1	2	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
	Shopping Jaraguá	4	1	3	0	3	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1
	Feiras	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Serviços	Bancos	29	9	20	0	14	8	3	3	1	0	0	0	0	7	10	8	4	0
	Farmácia	5	1	4	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	2	0
	Lotérica	4	1	3	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0
	Poupatempo	4	2	2	0	2	1	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0
	Prefeitura	3	3	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
	Outros	9	6	3	0	4	3	1	1	0	0	0	0	0	3	4	0	2	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

CIRCULAÇÃO

TABELA C-7 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo								
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR	
Trânsito	Tráfego intenso	19	9	10	0	8	3	5	1	2	0	0	0	0	1	2	8	6	2	0
	Av. Francisco Glicério	8	3	5	0	0	4	0	3	0	0	1	0	0	0	1	1	3	3	0
	Ruas	3	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1
	Falta de estacionamento	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Pessoas/ Transporte	Multidão	36	22	14	0	16	9	6	3	2	0	0	0	0	3	7	12	9	2	3
	Terminal de ônibus	6	5	1	0	3	2	1	0	0	0	0	0	0	1	3	2	0	0	0
	Tumulto	5	1	4	0	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	0
	Transportes	3	2	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
	Movimentação	2	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
	Centralidade	2	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
	Politicizador	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

TABELA C-8 – Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo								
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR	
Trânsito	Movimento	5	1	4	0	2	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	1	1	2	0
Pessoas/ Transporte	Fácil acesso para todos os lugares	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-9 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Trânsito	Pouco trânsito	5	1	4	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	0	1	3	0	1
	Área de estacionamento	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Ruas sem projeto (rótula)	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Pessoas/ transporte	Terminal 2 (atual sede da polícia)	16	8	8	0	10	3	2	1	0	0	0	0	3	6	6	0	0	1
	Ferrovia	7	4	3	0	5	2	0	0	0	0	0	0	1	5	1	0	0	0
	Rodoviária velha	2	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

TABELA C-10 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Trânsito	Menos tráfego	13	4	9	0	4	1	5	2	1	0	0	1	2	2	4	2	2	0
	Mais estacionamentos	5	1	4	0	1	2	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	1	0
	Ruas/avenidas mais largas	5	1	4	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0
	Calçadas mais largas	3	3	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0
	Sem carros	5	3	2	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	3	0
Pessoas/ transporte	Menos pessoas	4	3	1	0	3	0	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0
	Facilidade de acesso	3	0	3	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
	Mais ônibus	3	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0
	Transporte público de melhor qualidade	3	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
	Com metrô	2	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
	Com trem	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
	Educação das pessoas	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Com mais bicicletas	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-11 – Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Trânsito	Ruas	16	6	10	0	5	2	6	1	0	2	0	0	1	3	7	4	1	0
	Av. Francisco Glicério	10	6	4	0	5	1	3	1	0	0	0	0	2	2	4	1	1	
	Rua Barão de Jaguara	4	0	4	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	1	2	1	0	
	Rua Campos Salles	3	2	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0	1	0	
	Av. Moraes Salles	2	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	
	Rua Conceição	2	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	Estacionamentos	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Pessoas/ transporte	Rua Irmã Serafina	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	
	Rua Treze de Maio	23	11	12	0	7	5	5	3	3	0	0	0	5	7	2	7	1	
	Terminais	15	10	5	0	12	1	1	0	0	0	1	0	4	4	4	2	0	
	Pontos de ônibus	13	5	8	0	10	2	1	0	0	0	0	0	4	8	0	0	0	
	Percurso do ônibus	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
	Rodoviária	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	

TABELA C-12 – Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Trânsito	Tráfego intenso	63	28	35	0	10	22	18	8	2	3	0	2	6	13	12	16	14	
	Falta de estacionamento	7	4	3	0	0	2	1	3	1	0	0	0	1	1	1	0	4	
	Acidentes	2	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
	Conflito pedestres/ veículos	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	Nova rota organizada pela EMDEC	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	Zona azul cara	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Pessoas/ transporte	Muitas pessoas/ muvuca	23	14	9	0	14	3	4	2	0	0	0	0	3	7	6	5	1	
	Ônibus lotados	8	5	3	0	6	2	0	0	0	0	0	0	2	1	4	0	0	
	Falta de transporte público	3	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	
	Localização da nova rodoviária	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	Pontos de ônibus lotados	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-13 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR	
Bares/ restaurantes	Giovanetti II	2	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Diversão/ Entretenimento	Diversão/recreação	14	6	8	0	8	2	2	0	2	0	0	0	1	5	4	2	1	1	1

TABELA C-14 – Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Bares/ restaurantes	Bares e lanchonetes	17	9	8	0	7	4	3	2	1	0	0	0	3	6	4	3	1	0
	Restaurantes	13	5	8	0	4	3	2	0	0	4	0	0	1	4	5	1	2	0
Diversão/ Entretenimento	Passear/andar	12	5	7	0	8	3	1	0	0	0	0	1	1	3	4	3	0	0
	Lugares aprazíveis	8	6	2	0	4	2	1	1	0	0	0	1	0	3	1	1	0	2
	Bosque Jequitibas	4	4	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0
	Centro de Convivência/ feirinha	2	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0
	Giovanetti	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	Museus	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

TABELA C-15 – Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais são os principais problemas do centro de Campinas?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+10	NR
Bares/ restaurantes	Bares mais qualificados	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Diversão/ Entretenimento	Centro cultura funcione	3	1	2	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0
	Praças mais seguras	2	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
	Falta de cinemas	2	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-16 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo								
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR	
Bares/ restaurantes	Bares tradicionais	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Cinemas	20	10	10	0	0	3	5	7	3	2	0	0	0	0	6	6	2	6	0
Diversão/ Entretenimento	Teatro São Carlos – demolido	12	6	6	0	0	1	1	0	4	6	0	0	0	0	3	4	1	4	0
	Espaço de recreação/ shows	7	4	3	0	4	0	1	2	0	0	0	0	0	0	2	1	3	1	0
	Brincadeiras	6	1	5	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	1	3	0	1	0	1
	Centro Cultural mais eficaz	3	2	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0
	Áreas para prática esportiva	2	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
	Bingo	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-17 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo								
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+10	NR	
Diversão/ Entretenimento	Mais locais de recreação	12	4	8	0	4	2	0	1	3	1	1	1	1	2	1	4	2	2	0
	Mais locais de cultura	10	6	4	0	2	2	2	1	2	1	0	0	0	1	1	2	2	4	0
	Mais opções de divertimento	10	9	1	0	5	1	0	3	0	1	0	1	1	4	1	1	1	2	0
	Mais opções de esporte	4	4	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0
	Com cinemas	3	2	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
	Mais vida noturna	3	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
	Mais locais de convivência	2	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-18 – Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Bares/ restaurantes	Restaurantes/ bares	45	20	25	0	8	17	10	4	3	3	0	0	3	12	17	8	4	1
	Giovanetti	2	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Diversão/Ente- nimento	Cinemas	3	3	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0
	Éden Bar	2	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0
	Estação Cultura	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0

Tabela organizada pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

PROBLEMAS URBANOS

TABELA C-19 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Violência	medo/violência	11	4	7	0	6	2	1	0	1	1	0	0	1	2	6	1	1	0
Poluição/degrado	Poluição (visual, atmosférica, sonora)	12	9	3	0	7	0	3	0	2	0	0	0	3	4	3	2	0	0
Político/Social	Mendigos/meninos de rua	9	4	5	0	5	0	2	1	1	0	0	0	1	1	3	2	1	1
	Desorganização	5	1	4	0	2	1	2	0	0	0	0	0	2	2	0	1	0	0
	Verticalidade	2	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
	Descaso público	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Infraestrutura	Sujeira	6	6	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	0
	Calçadas/ ruas estreitas	3	3	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0
	Melhorias	3	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
	Estado de conservação ruim	2	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Nada ou não respondeu		7	3	4	0	6	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	1

TABELA C-20 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+10	NR
Violência	Ausência de violência/medo	6	2	4	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	3	2	1	0
Político/Social	Sem pedintes	3	1	2	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0
	Sem prostituição	3	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
Infraestrutura	Limpo	2	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0
	Melhor estado de conservação	2	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
	Mais arborizado	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-21 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+10	NR
Violência	Ausência de violência	69	28	41	0	9	22	18	11	4	4	1	1	4	24	19	10	10	1
	Tranquilidade	29	14	15	0	9	5	5	4	3	2	1	0	1	8	9	6	4	1
Poluição/ degradado	Sem vandalismo/ pichação	7	5	2	0	7	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	2	0	0
	Sem poluição visual	5	2	3	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0
	Sem poluição sonora	5	3	2	0	2	1	1	1	0	0	0	0	0	1	2	1	0	1
	Sem poluição atmosférica	2	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Político/ social	Organizado	29	12	17	0	8	5	6	3	3	2	1	0	3	8	4	9	4	1
	Sem mendigos	16	5	11	0	7	4	2	3	0	0	0	0	2	5	5	1	1	2
	Sem camelôs/ ambulantes	8	3	5	0	4	1	2	1	0	0	0	0	1	3	4	0	0	0
	Sem prostituição	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	Reurbanizado	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Infraestrutura	Limpeza	38	13	25	0	8	11	7	6	2	3	1	1	3	11	10	6	5	2
	Mais agradável/ cuidado/bonito	11	5	6	0	7	0	1	3	0	0	0	0	1	4	2	2	2	0
	Mais amplo	4	1	3	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0
	Iluminação	3	1	2	0	1	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0
	Calçadas mais conservadas	2	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
	Com banheiros públicos	2	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	Ruas menos esburacadas	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Nenhum ou não respondeu	28	12	16	0	10	5	2	5	5	1	0	4	2	7	6	4	2	3	

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-22 – Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Violência	Medo/Insegurança	122	55	67	0	12	38	31	22	10	9	0	3	15	38	30	23	10	3
	Vandalismo/ pichação	22	11	11	0	11	2	3	3	2	1	0	1	3	6	7	2	1	2
Poluição/ degradado	Poluição atmosférica	15	6	9	0	8	1	2	1	1	2	0	0	4	4	4	2	1	0
	Poluição visual	10	2	8	0	0	3	3	2	0	2	0	0	1	0	4	1	4	0
	Poluição sonora	6	2	4	0	1	2	1	1	1	0	0	0	0	1	5	0	0	0
	Destruição patrimônio	6	1	5	0	0	0	3	2	1	0	0	0	0	1	1	2	2	0
	Mendigos	33	19	14	0	8	8	5	4	4	2	2	0	5	12	10	5	1	0
Político/ social	Ambulantes	14	6	8	0	8	4	0	2	0	0	0	0	0	4	4	2	2	2
	Falta de organização	11	6	5	0	4	3	2	1	1	0	0	0	1	1	4	2	1	2
	Falta de educação das pessoas	9	1	8	0	7	1	0	0	1	0	0	0	2	4	1	2	0	0
	Pessoas de baixa renda	2	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
	Prostituição	2	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Infraestrutura	Sujeira	42	15	27	0	9	12	8	7	3	2	1	1	2	13	11	7	6	2
	Calçadas/ruas esburacadas	19	7	12	0	5	3	4	3	2	2	0	0	2	4	8	3	2	0
	Calçadas/ ruas estreitas/	9	3	6	0	1	1	4	2	1	0	0	0	0	0	3	4	2	0
	Enchentes	7	5	2	0	2	0	1	2	1	1	0	1	2	2	1	0	1	0
	Falta de espaço	5	2	3	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0
	Falta de banheiros públicos/cheiro de urina	5	1	5	0	3	1	1	0	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0
	Falta de arborização	4	3	1	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0
	Falta de infra estrutura	4	2	2	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0
	Falta de sinalização	3	1	2	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0
	Fiação aparente/feiúra	3	2	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
	Falta de conservação	3	2	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0
	Falta de iluminação	2	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0

Tabela organizada pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

PATRIMÔNIO

TABELA C-23 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas, qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Templos/ religiosos	Catedral	14	5	9	0	1	2	5	3	1	2	0	0	0	2	2	3	7	0
	Igrejas	4	2	2	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0
Edifícios/ Monumentos	Prédios antigos	4	1	3	0	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	3	0	0	0
	Teatro demolido	2	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	1	0
	Mercadão	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Outros	Tradição/ patrimônio histórica/	7	3	4	0	3	0	2	2	0	0	0	0	0	2	2	3	0	0
	Infância	2	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0
	Bondes	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-24 – Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Templos/ religiosos	Catedral	11	2	9	0	2	1	3	2	0	3	0	0	0	3	0	3	3	2
	Prédios históricos	6	3	3	0	2	1	2	1	0	0	0	0	0	1	2	1	1	1
Edifícios/ Monumentos	Estação Cultura/ Fepasa	4	2	2	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0
	Monumentos	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Outros	Arquitetura	7	2	5	0	0	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	4	3	0
	Ferrovia	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-25 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+10	NR	
Templos/ religiosos	Igreja do Rosário	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
	Estação FEPASA/ trem de passageiros	3	3	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0
	Teatro Carlos Gomes	3	1	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0
Edifícios/ Monumentos	Biblioteca Municipal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
	Prédios históricos	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Hotel Terminus	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Monumentos	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Ruas/praças	Treze de Maio	2	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
	Ruas de paralelepípedo	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Outros	Romantismo	3	1	2	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0
	Tradição	2	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	História	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	Bondes	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
	Chafariz da Treze de Maio	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	Bonequinhos da Ezequiel	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	Ombrelones da Treze de Maio	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-26 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade							Renda – salário mínimo						
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Edifícios/ Monumentos	Prédios/ história preservada	9	5	4	0	0	2	1	4	1	1	0	0	0	0	3	2	4	0
	Como era no passado	3	1	2	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

Tabela C-27 – Tabulação das respostas da questão 7: qual o patrimônio cultural presente no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Edifícios/ Monumentos	Estação Cultural/ Fepasa	30	10	20	0	0	2	16	5	5	2	0	0	0	6	7	7	10	0
	Palácio dos Azulejos	22	11	11	0	1	2	3	4	4	4	4	0	0	3	2	7	8	2
	Palácio dos Jequitibás/ Prefeitura	19	9	10	0	5	3	3	3	2	3	0	0	5	8	3	1	0	2
	Jóquei Clube	12	8	4	0	0	0	4	4	2	2	0	0	0	1	2	4	4	1
	Estátua Carlos Gomes	12	8	4	0	5	3	1	1	1	1	0	0	0	3	3	3	1	2
	Monumentos	11	4	7	0	5	2	1	1	1	1	0	0	1	5	1	1	2	1
	Prédios	10	6	4	0	4	2	4	0	0	0	0	0	1	1	2	2	4	0
	Mercado Municipal	8	6	2	0	2	2	0	2	1	1	0	1	0	0	4	0	3	0
	Colégio Carlos Gomes	7	4	3	0	3	0	1	2	0	1	0	0	0	2	2	0	3	0
	Fórum	5	2	3	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	2	2	1	0	0
	Museus	5	2	3	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0
	PUCC Central	5	1	4	0	2	2	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	0
	CCLA	4	2	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1
	Teatro Castro Mendes	4	2	2	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0
	Correio	3	0	3	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
	Prédio do MACC/ biblioteca pública	3	1	2	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1
	Palácio Casa de Saúde	3	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Palácio da Mogiana	2	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Sede da Banda Carlos Gomes	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Monumento Campos Salles	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Giovanetti	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Prédio do Niemeyer	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Não sabe		23	11	12	0	13	3	2	2	2	1	0	0	5	9	3	4	0	2

Organizada pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-28 – (Continuação) Tabulação das respostas da questão 7: qual o patrimônio cultural presente no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Templos religiosos	Catedral	90	48	42	0	13	22	15	18	12	10	0	0	11	27	23	18	10	1
	Igrejas	20	12	8	0	6	4	2	1	5	2	0	0	2	6	7	2	3	0
	Igreja do Carmo	9	3	6	0	1	2	1	3	2	0	0	0	0	3	0	3	3	0
	Igreja do Rosário	2	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
	Universal	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
ruas/ praças	Praça Carlos Gomes	24	8	16	0	2	2	6	5	5	4	0	0	1	5	9	6	3	0
	Centro de Convivência	17	4	13	0	3	3	3	2	2	2	2	0	1	6	3	5	2	0
	Praças	10	3	7	0	5	2	2	1	0	0	0	1	1	4	2	1	1	0
	Praça do Carmo/ Praça Bento Quirino	5	1	4	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0
	Largo do Rosário	3	1	2	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
	Bosque dos Jequitibás	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
	Largo do Pará	2	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Parques	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Outros	Ferrovia	10	6	4	0	3	2	1	2	2	0	0	0	0	5	3	0	0	2
	Bares	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
	Hotéis	2	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
	Coreto	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Túnel de Pedestre	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-29 – Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/lugares do centro que você mais utiliza?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	-20	21-30	31-40	41-50	51-60	+60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Templos/ religiosos	Igrejas	11	3	8	0	0	0	0	4	3	4	0	0	2	3	3	1	2	0
Edifícios/ Monumentos	Centros de cultura	4	2	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	2	1	0
ruas/ praças	Regiões arborizadas	3	2	1	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

PRAÇAS

TABELA C-30 – Tabulação das respostas da questão 1: ao se falar sobre o centro de Campinas qual a primeira coisa que te vem à mente?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Largos/ áreas verdes	Praças	7	2	5	0	2	1	1	3	0	0	0	1	0	2	1	2	1	0
	Largo do Rosário	3	2	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	2	1	0
	Praça Carlos Gomes	2	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0

TABELA C-31 – Tabulação das respostas da questão 3: o que você mais gosta no centro?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Largos/ áreas verdes	Praças	16	8	8	0	4	3	2	2	3	2	0	1	1	4	5	2	2	1
	Largo do Carmo	2	0	2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
	Largo do Rosário	2	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0
	Apresentações culturais nas praças	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Praça Bento Quirino	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Praça Carlos Gomes	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0

TABELA C-32 – Tabulação das respostas da questão 8: na sua opinião, quais os principais problemas do centro de Campinas?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Degrado Físico	Desrespeito ao patrimônio	3	2	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0
	Falta de conservação	6	3	2	0	0	1	1	2	1	1	0	0	0	1	2	2	1	0
	Sujeira	3	1	2	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

TABELA C-33 – Tabulação das respostas da questão 4: o que você gostava no centro e se perdeu?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	1-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Largos/ áreas verdes	Praças	6	5	1	0	4	2	0	0	0	0	0	1	1	1	2	1	0	0
	Bosque	4	1	3	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0
	Praça do atual "Viaduto Cury"	4	2	2	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
	Convívio/ footing nas praças e jardins	3	2	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0
	Área verde	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Jardins das praças	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

TABELA C-34 – Tabulação das respostas da questão 5: qual o centro que você imagina/gostaria?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Largos/ áreas verdes	Mais praças	10	4	6	0	3	2	2	1	1	1	0	1	1	2	3	1	2	0
	Mais arborizadas	6	3	3	0	1	0	3	0	1	1	0	0	0	0	3	1	2	0
	Mais áreas verdes	6	3	3	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	1	2	2	1	0

TABELA C-35 – Tabulação das respostas da questão 6: quais os espaços/ lugares do centro que você mais utiliza?

Subcategorias	Elementos das subcategorias	Quant total	Sexo			Idade						Renda – salário mínimo							
			Mas	Fem	NR	- 20	21-30	31-40	41-50	51-60	+ 60	NR	SR	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	NR
Largos/ áreas verdes	Praças	19	8	11	0	5	3	4	2	2	2	1	2	1	8	4	2	1	1
	Largo do Rosário	8	6	2	0	3	1	3	0	0	1	0	0	1	1	3	2	1	0
	Centro de Convivência	4	3	1	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1
	Largo do Carmo	2	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0
	Praça Carlos Gomes	2	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0
	Bosque dos Jequitibas	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Largo da Catedral	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
	Largo do Pará	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0

Tabelas organizadas pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2009

APÊNDICE D Bens tombados e em estudo de tombamento na gestão Hélio de Oliveira Santos

TABELA D-1 – Bens tombados na gestão Hélio (2005-2007)

Bem	Localização	Nº processo	Observações
Vocação Histórica do Prédio EE Culto à Ciência		001/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: patrimônio imaterial • Em estudo de tombamento • Prédio do Culto à Ciência já é tombado
Imóvel (chalé)	Rua Santos Dumont, 611	002/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Arquivado
Seminário Presbiteriano do Sul	Av. Brasil	003/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura escolar • Em estudo de tombamento
Imóvel (Piola)	Rua Ferreira Penteado, 1.463, esquina com Rua São Pedro	004/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Tombado
Imóvel	Rua Ferreira Penteado, 1261, esquina com Rua Antônio Cesarini	005/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Arquivado (11/12/08)
Imóvel	Rua Antônio Cesarini, 943, esquina com Rua General Osório	006/05	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Tombado
Imóvel	Rua São Pedro, 202, Balão da Praça Imprensa Fluminense	007/05	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivado
Chaminé do prédio	Avenida Andrade Neves, 85/103/117	001/06	
Bens móveis (acervo iconográfico, literário e mobiliário)	Hospital da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	002/06	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: cultura material • Em estudo de tombamento
Construções e equipamentos remanescentes do Complexo Ferroviário e dos bondes	Rua Dr. Ricardo, 191	003/06	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura ferroviária • Em estudo de tombamento
Imóvel Tomás Alves	Rua Tomás Alves, 87, esquina com Rua Luzitana	001/07	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Tombado
Bens aguar Beneficência Portuguesa		002/07	
Acervo da Família Gomes e Acervo do maestro Carlos Gomes	Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA)	003/07	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: cultura material • Arquivado (05/09)

Organizado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2008

TABELA D-2— Bens em estudo de tombamento na gestão Hélio (2008) - Processos 001/08 a 012/08

Bem	Localização	Nº processo	Observações
Imóvel (Tonico's Bar)	Rua Barão de Jaguará, 1373	001/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Tombado • Solicitação de tombamento feita pelo proprietário
Fragmento Florestal (mata) da Fazenda São Vicente	Região nordeste	002/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: áreas verdes • Em estudo de tombamento
02 fragmentos de mata nativa existentes nas praças 10 e 11	Condomínio Caminhos de San Conrado	003/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: áreas verdes • Em estudo de tombamento
Fragmentos de florestas remanescentes		004/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: áreas verdes • Em estudo de tombamento
Cemitério, Igreja e Sociedade Escolar do Bairro Friburgo	Bairro Friburgo	005/08	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua Barão de Jaguará, Av. Francisco Glicério e Rua Duque de Caxias (Largo do Pará)	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Barão de Jaguará, nº 548 e 576 • Av. Francisco Glicério, nº 601 • Rua Duque de Caxias, nº 385 	006/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Em estudo de tombamento
Painel Mural das Águas, do Impuro à Pureza	• Vestíbulo da ETA 3 e 4 da Sanasa , situado à Av. Heitor Penteado Km 7	007/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: cultura material • Autoria da artista plástica Fúlvia Gonçalves • Em estudo de tombamento
Curtume Cantúcio	• Rua Carlos de Campos, nº 1033, Vila Industrial	008/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura industrial • Em estudo de tombamento
Registro das Formas da Salvaguarda da Cultura Caipira em Campinas		009/08	<ul style="list-style-type: none"> • Festa do Boi Falô – patrimônio imaterial • Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua Cônego Cipião	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Cônego Cipião, 205/213, 221, 223 e 382 • Rua Senador Saraiva, 82 	010/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno da Casa de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Duque de Caxias, 654, 674, 680, 698 e 748 • Rua General Marcondes Salgado, 1, 31 e 75 • Av. Irmã Serafina, 292 e 308 • Rua Lusitana, 460, 476, 486 e 681 	011/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua Ferreira Penteado	• Rua Ferreira Penteado, 720/728/730	012/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento

Organizado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2008

TABELA D-3 – Bens em estudo de tombamento na gestão Hélio (2008) - Processos 013/08 a 020/08

Bem	Localização	Nº processo	Observações
Imóveis das Ruas Cônego Cipião e Regente Feijó	<ul style="list-style-type: none">• Rua Cônego Cipião, 382, 405, 450, 418• Rua Regente Feijó 657	013/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: conjunto urbano• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Palácio da Justiça	<ul style="list-style-type: none">• Rua Regente Feijó, s/n	014/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: arquitetura institucional• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Edifício dos Correios e Telégrafos	<ul style="list-style-type: none">• Av. Fransico Glicério, 889	015/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: arquitetura institucional• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Mercado Campineiro	<ul style="list-style-type: none">• Rua Barão de aguará, 988, esq. Com Rua Ferreira Penteado	016/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: arquitetura comercial• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno do Palácio dos Azulejos	<ul style="list-style-type: none">• Rua Ferreria Penteado, 494• Rua José Paulino, 792• Rua Regente Feijó, 824	017/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: conjunto urbano• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua 13 de Maio e entorno	<ul style="list-style-type: none">• Rua 13 de Maio, 60 e Costa Aguiar, 23/27• Rua 13 de Maio, 69/73, 87/95/101, esquina com Rua 11 de Agosto, 54• Rua 13 de Maio, 88, 115/117, 123/127, 129/133/135, 181, 185/189, 139/143/147/149/155,193/197,201, 226, 271/277/283, 296, 378/382, 392, 506, 535, 663/665, 721• Rua 13 de Maio, 270/274 esquina com Rua Visconde do Rio Branco, 302/306/308/310• Av. Andrade Neves, 46/50/56• Rua Conceição, 2/12• Rua Costa Aguiar, 37 e 83/87• Rua Costa Aguiar, 237 esq. Com Rua Visconde do Rio Branco, 292/296• Av. Francisco Glicério, 1000	018/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: conjunto urbano• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Imóveis César Bierrembach	<ul style="list-style-type: none">• Rua César Bierrembach, 80/84/90	019/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: conjunto urbano• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno do Largo do Rosário	<ul style="list-style-type: none">• Rua Barão de aguará, 1148, 1164 e 1214/1224• Rua Barão de aguará, 1172 esq. Com Rua Dr. Quirino, 1231• Av. Campos Salles, 946/954, 992/994/998 e 1002• Rua Gal. Osório, 1051• Rua Gal. Osório, 1167, esq. Com Rua Lusitana, 1207• Rua Lusitana, 1117	020/08	<ul style="list-style-type: none">• Assunto: conjunto urbano• Indicação: inventário do centro• Em estudo de tombamento

Organizado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2008

TABELA D-4 – Bens em estudo de tombamento na gestão Hélio (2008) - Processos 021/08 a 029/08

Bem	Localização	Nº processo	Observações
Imóvel anexo ao Solar do Barão de Ataliba Nogueira	<ul style="list-style-type: none"> • Av. Campos Salles, esquina com Rua José Paulino, 1064/1068 • Av. Campos Salles 778, 784, 786, 798, 806, 810 	021/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno do Palácio da Mogiana	<ul style="list-style-type: none"> • Rua General Osório, 490 • Rua Saldanha Marinho, 315/321, esquina com Av. Campos Salles, 290 • Av. Campos Salles, 402, esquina com Rua Visconde do Rio Branco, 400/412 	022/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua do Rocio e do entorno	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Bernardino de Campos, 358 e 360 • Rua Gal. Osório, 321 e 353 • Rua do Rocio, 4, 6, 12, 14, 7, 13, 15, 21, 23, 31, 33, 39, 41, 49, 51 	023/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis Andrade Neves	<ul style="list-style-type: none"> • Av. Andrade Neves, 214 e 237 	024/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Edificações remanescentes da antiga Companhia Mac Hardy	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Barão de Parnaíba, 7, esquina com Rua General Osório • Rua Bernardino de Campos, 88 e 98 • Rua Gal Osório, 79 e 103 	025/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura industrial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Edifícios situados no Largo das Andorinhas	<ul style="list-style-type: none"> • Largo das Andorinhas, 3/7/11, 15/19, 25 e 41 	026/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno das Praças Bento Quirino e Antonio Pompeu	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Barão de aguará, 1351 e 1357 • Av. Benjamin Constant, 1344 • Rua Dr. Quirino, 1410, 1416 e 1420 • Rua Sacramento, 36, 46/48, 54/58, 104 e 108 	027/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Bernardino de Campos, 989, esquina com Av. Francisco Glicério, 1293 	028/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno da Praça Luís de Camões	<ul style="list-style-type: none"> • Rua 11 de agosto, 423, 438/450, 443/445, 458, 640/650 e 708 • Rua 11 de agosto 451, esq. Com Barreto Leme, 300 • Av. Andrade Neves, 313/315, 314/318, 319, 332, 340/342/344, 568, 570, 580, 582, 592 e 620 • Av. Andrade Neves, 371, esquina com Rua Barreto Leme, 150 • Rua Barreto Leme, 357, 375 e 377 • Rua Dr. Mascarenhas, 396, 402, 404, 412, 420 e 428 • Rua Marechal Deodoro, 326, 334, 376/378 e 394 • Rua Saldanha Marinho, 714 esq. Com Rua Marechal Deodoro, 421 • Rua Saldanha Marinho, 657, 669, 724, 732, 740 e 750 • Rua Sebastião de Souza, 243, 251, 259, 267, 275, 283, 319/329 	029/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento

Organizado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2008

TABELA D-5– Bens em estudo de tombamento na gestão Hélio (2008) - Processos 030/08 a 040/08

Bem	Localização	Nº processo	Observações
Imóveis da Rua Dr. Ricardo e entorno	<ul style="list-style-type: none"> • Ruas Barão de Parnaíba, 161, 221, 269 e 489 • Rua Dr. Ricardo, 168 e 362/366 • Rua Dr. Ricardo, 468, esquina com Dr. Mascarenhas, 173 • Rua Dr. Ricardo, 469, 490, 496/506, 508/516 e 522 • Rua Sebastião de Souza, 36, 44 e 73 	030/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Instituto Penido Burnier e edifício sito à Av. Andrade Neves, 589	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Dr Mascarenhas, 249 • Av. Andrade Neves, 589 	031/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura hospitalar • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis Francisco Glicério e Sacramento	<ul style="list-style-type: none"> • Av. Francisco Glicério, 1681 • Rua Sacramento, 355, 363/367, 385/389, 399/407 e 447 	032/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóvel Culto à Ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Culto à Ciência, 106 	033/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis das ruas Lusitana, 14 de Dezembro e Dona Libânia	<ul style="list-style-type: none"> • Rua 14 de Dezembro, 173 • Rua Dona Libânia, 1794, esquina com Rua 14 de Dezembro • Lusitana, 1733, 1741 e 1747 	034/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Av. Orosimbo Maia, 75, esquina com Rua José Paulino, 1698 	035/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Galpões	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Barão de Parnaíba, 687/695/697, esquina com Av. Barão de Itapura, 108 	036/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura industrial • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do entorno da Praça XV de Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Praça XV de Novembro, 62 e 94 	037/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis do Bairro Guanabara	<ul style="list-style-type: none"> • Av. Barão de Itapura, 1200 e 1356 • Rua Barão Geraldo de Resende, 75, 220, 230 e 310 • Rua José Paulino, 1970 • Rua Tiradentes, 55 	038/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóveis da Rua Onze de Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Rua 11 de agosto, 423, 438, 443, 451, 458, 640 e 708 	039/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: conjunto urbano • Indicação: inventário do centro • Em estudo de tombamento
Imóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Rua General Osório, 1583 	040/08	<ul style="list-style-type: none"> • Assunto: arquitetura residencial • Indicação: inventário do centro • Tombado

Organizado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo em 2008